# MEMÓRIA, TRABALHO, CORONELISMO: USINAS DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER, MT 1900-1950

**Marlene Gonçalves**

**Orientadora: Profa. Livre-Docente Maria Inês Rosa**

Tese apresentada para obtenção do grau de Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da UNICAMP, sob a orientação da Profa. Livre-Docente Maria Inês Rosa.

200613094

Campinas
2006

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

# Memória, trabalho, coronelismo: usinas de Santo Antonio de Leverger MT 1900-1950

Marlene Gonçalves

Professora Livre-Docente Maria Inês Rosa
Orientadora

Este exemplar corresponde a redação final de tese doutorado defendida por Marlene Gonçalves e aprovada pela Comissão Julgadora.
Data 22 / 02 / 2006.

Orientadora
Comissão julgadora

2006

BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO
UNICAMP

© by Marlene Gonçalves, 2006.

UNIDADE BC
Nº CHAMADA
T/UNICAMP
G586m
V ____ EX ____
TOMBO BC/ 69055
PROC. 16.123.06
C ☐ D ☒
PREÇO 11,00
DATA 23.06.06
BDTD 382676

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca da Faculdade de Educação/UNICAMP**

G586m

Gonçalves, Marlene.
Memória, trabalho, coronelismo : usinas de Santo Antonio de Levergert 1900-1950 / Marlene Gonçalves. - Campinas, SP: [s.n.], 2006.

Orientador : Maria Inês Rosa.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Memória. 2. Trabalho. 3. História. 4. Coronelismo. I. Rosa, Maria Inês II. Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

05-269-BFE

**Keywords :** Memory ; Work ; History ; Coronelismo
**Área de concentração :** Educação, Sociedade, Política e Cultura
**Titulação :** Doutora em Educação
**Banca examinadora :** Profa. Dra. Maria Inês Rosa (Orientador)
Profa. Dra. Roseli Aparecida Fígaro Paulino
Profa. Dra. Jurema Rosa Lopes
Profa. Dra. Ernesta Zamboni
Prof. Dr. Agueda Bernardete Bittencourt
**Data da defesa:** 22/02/2006

## AGRADECIMENTOS

Tributo o mais profundo agradecimento à Professora Maria Inês Rosa, minha orientadora, pela orientação segura e sensível. Agradeço o seu empenho que viabilizou o nosso Estágio no IHTP (Institut d'Histoire du Temps Présent) em Cachan, França, junto ao seu diretor, na época, Professor Henry Rousso.

Agradeço ao Professor Henry Rousso e toda a equipe do IHTP, pela acolhida, durante esse estágio.

Meu especial agradecimento ao Departamento de Ensino e Organização Escolar da UFMT, por me conceder o afastamento para a realização do doutorado.

Agradeço as minhas ex-alunas e ex-bolsistas Mariadna Mendes Pereira, Maisonete Pinto da Silva, Sirlene Aparecida de Freitas e a Professora e amiga Ozerina Victor de Oliveira, por terem colaborado na realização das entrevistas do Primeiro Momento da pesquisa de campo.

Aos meus amigos Eliseu Pichitelli, Izumi Nozaki, Judith Guimarães, Maria do Socorro Pessoa, Marta Fávaro, Jane Vignado e Jurema Rosa Lopes.

Aos meus colegas Edna M. G. Joazeiro, Paulo Celso C. Gonçalves e Dorival P. de Souza, meus colegas pós-graduandos que comigo participavam do G.E.T.C.E. (Grupo de Estudo, Trabalho, Cultura, Educação), coordenado por nossa orientadora.

À senhora Dirce Fornazari Martins por ter cuidado de minha casa e do que tenho de mais precioso dentro dela: meus charmosos cachorros e meus delicados gatos, durante o tempo de realização do curso de pós-graduação, com estágio no exterior.

Minha especial gratidão a doutora Renata S. C. Salci, fisioterapeuta que enxerga além das dores físicas.

Ao doutor Fábio Landa que sabe os por quês de minha gratidão.

Estendo também minha gratidão, meu carinho e ternura a Marisa Rossetto, minha professora de francês.

Meu especial e profundo agradecimento às funcionarias da Secretaria do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação Rita Cristina, Nadir Camacho e Gislaine Gonzáles pela gentileza com que atenderam minhas solicitações.

Por fim, agradeço a CAPES pela concessão da bolsa de estudo, nacional e exterior.

## SUMÁRIO

**INTRODUÇÃO**.....**01**

**CAPÍTULO I**
**Nos Rastros dos Engenhos: as usinas do Rio Abaixo e o coronelismo**.....**11**

1.1 Povoamento, expansão e edificação dos engenhos: poder de mando de seus proprietários.....13

1.2 Rio Abaixo-povoamento: os engenhos.....19

1.3 Dos Engenhos as Usinas: emergência do coronelismo.....36

**CAPÍTULO II**
**Lembranças dos trabalhadores e dos moradores das usinas: a memória subterrânea**.....**57**

2.1 Memória subterrânea: história dos "vencidos".....57

2.2 Percurso da pesquisa de campo: dois momentos.....71

2.2.1 O Primeiro Momento da pesquisa.....75

2.2.2 O Segundo Momento.....103

**CAPÍTULO III**
**Memória dos trabalhadores e dos moradores: as usinas e os coronéis**.....**123**

3.1 Memória das relações e das condições de trabalho e de poder nas usinas, antes de 1930.....123

3.2 Os coronéis e a intervenção federal nas usinas: mera encenação.....158

3.3 Não ruptura do coronelismo depois de 1930: memória das relações de trabalho nas usinas.....184

**CAPÍTULO IV**
**Usina maravilha: história, memória, ressentimento**.....**201**

4.1 História da usina Maravilha: ápice e decadência.....201

4.2 O coronel Palmyro Paes de Barros: o moribundo assistido.....219

4.3 As lembranças vivas da usina Maravilha.....228

**CONSIDERAÇÕES FINAIS: Preâmbulo para Novos Aprofundamentos.....247**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....251**

**ANEXO.....262**
**Mapa do Estado de Mato Grosso, 1923.....263**

## RESUMO

Este trabalho analisa a questão da ininterrupção do percurso histórico que abrange desde a edificação dos primeiros engenhos de açúcar, no século XVIII, até a instalação das usinas açucareiras, nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século passado, na região do Rio Abaixo, atual município de Santo Antonio de Leverger - MT. Essa ininterrupção está ancorada nos rastros históricos relativos ao poder econômico e político que tanto os senhores de engenhos, quanto coronéis usineiros exerciam em suas propriedades, e por extensão na Vila e no Município, ambos poderes fincados em suas posses econômicas. Os senhores de engenhos comandavam a Vila Real do Bom Jesus das Minas de Cuiabá com o aval das autoridades superiores da Administração. Os coronéis usineiros por sua vez, tinham o aval da população pelo voto, ocupando vários cargos eletivos de deputados estaduais, prefeito dos municípios de Cuiabá e Santo Antonio de Leverger. Foi mediante a problemática da Memória/História que consideramos a questão da ininterrupção. Esta problemática só foi possível graças aos depoimentos dos ex-trabalhadores e dos ex-moradores das usinas de açúcar Aricá, Conceição, Flechas e Maravilha, especialmente aos depoimentos dos ex-trabalhadores. Os depoimentos expressam a "memória subterrânea" na história do coronelismo e a aquela não ruptura, na região de Santo Antonio de Leverger depois de 1930 a 1950.



**Palavras-chaves**: Memória, Trabalho, História, Coronelismo.

**ABSTRACT**

This work analyses the questions of the historical way interruption about the first sugar engine building in XVIII century until the last decades of XIX century, even the first years in the beggining of the last century, in a place called "Rio Abaixo", the region called today as Santo Antonio de Leverger, in Mato Grosso State, in Brazil.This interruption are put together into these pressioned historical steps relating to economic and politic power from both: the owners of sugar factories and the colonelcy. Who exerted the power their properties, and they were also the commandant of Vila Real do Bom Jesus das Minas de Cuiabá, feared by their financial and economical power. For this command they received the aval of superior legal power-the authorities. So, in the past they were states deputies and chieves magistrates in Cuiabá and in Santo Antonio de Leverger. It was by means of historical depositions from ex-workers and ex-inhabitant from sugar factories Aricá, Conceição, Flechas and Maravilha, especially the depositions from ex-workers. These depositions show us, and the same time demonstrate us, that there are not a real rupture between the refinery colonelcy and the power nearby Santo Antonio de Leverger after 1930.

**Keywords**: Memory, Work, History, Coronelismo.

# INTRODUÇÃO

O historiador Marc Bloch em seu último livro Introdução à História, escrito antes de ser fuzilado em Fougères pelos nazistas, nos parece fazer uma síntese da nova perspectiva historiográfica que surgira com a revista dos Annales[1], fundada por ele e Lucien Febvre. Revista essa que rompia com a concepção historiográfica tradicional, a qual concebia o conhecimento sobre o passado de modo acabado, referido a um contexto cronológico determinado, isto é, o acontecimento se movia com base numa concepção de história alicerçada na curta duração.

Para Bloch "o passado é, por definição, um dado que coisa alguma pode modificar. *Mas o conhecimento do passado é coisa em processo que ininterruptamente se transforma e se aperfeiçoa*"[2]. Este sentido de ininterrupção do conhecimento sobre o passado e, por extensão, do acontecimento que o envolve rompe principalmente com a concepção de história de curta duração, episódica, colocando uma outra concepção, a de história de longa duração[3], onde a questão da cronologia não deixa de ter sua importância, porém é concebida com mais plasticidade, no sentido de que o desenrolar dos acontecimentos vão além da determinação cronológica.

---

[1] Peter BURKE, *A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da historiografia*, p.11.
[2] Marc BLOCH, *Introdução à História*. p. 55. (Destaques nossos)
[3] Maria INÊS ROSA, *Usos de Si e Testemunhos de Trabalhadores. Com estudo crítico da Sociologia Industrial e da Reestruturação Produtiva.* São Paulo: Letras & Letras, 2004. A autora analisa o processo de longa duração na perspectiva de Norbert Elias.

Pode-se dizer que é justamente essa ininterrupção do conhecimento sobre o passado, que é o alicerce da compreensão da longa duração. De acordo com Bloch, essa ininterrupção pode ser apreendida através dos vestígios históricos perceptíveis em

> "(...) realidades ao mesmo tempo diferentes e, contudo, aparentadas. Ninguém pode dizer que não seja assim. (...) Convimos, todavia, em que existe na natureza humana e nas sociedades humanas um fundo permanente. Se assim não fosse, os próprios vocábulos de "homens e sociedade" não significariam coisa alguma"[4].

Poder-se-ia dizer que "esse fundo de permanência" demonstra a inter-relação entre homens, e sociedade e história. É por meio "desse fundo de permanência" que o conhecimento do passado torna-se ininterrupto ganhando sempre "novas tintas[5]". Nesse, sentido Arendt acrescenta "(...) O conhecimento ilumina o passado, jamais pode ser deduzido dele"[6]. E de maneira pungente, a autora complementa e mostra porque o conhecimento histórico sobre o passado é ininterrupto:

> (...) É tarefa do historiador detectar esse *novo* inesperado com todas as suas implicações, em qualquer período, e trazer à luz a força total de seu significado. Deve saber que, embora sua estória tenha um começo e um fim, ela ocorre dentro de um quadro maior, a própria história. E a história é uma estória que tem muitos começos, mas nenhum fim. O fim, em qualquer *sentido estrito e definitivo da palavra, só poderia ser o desaparecimento do homem da face da Terra. Pois o que quer que o historiador chame de fim, de um período, de uma tradição, ou de toda uma civilização, ele é um novo começo para aqueles que estão vivos*[7].

---

[4] Marc BLOCH, *Introdução à História*, p. 41-42.
[5] Ibid., p. 43.
[6] Hannah ARENDT, *A dignidade da política: ensaios e conferências*, p. 49.
[7] Ibid., *A dignidade da política: ensaios e conferências*, p. 50-51. (Destaques nossos)

Depreende-se nas palavras da autora que a ininterrupção do conhecimento sobre o passado e, pois, sobre a história, é a continuidade do "homem" [na] "face da terra" graças aos próprios seres vivos humanos[8] do presente e os que estão por vir, compreendendo-se a ininterrupção a do conhecimento em relação à humanidade, isto é aos homens. Estes são os sujeitos, os protagonistas do conhecimento e de sua construção e, como tais, suscitam "um *novo* começo para aqueles que estão vivos".

É, portanto, nesse sentido de "*novo* começo", que iremos registrar e analisar a história dos trabalhadores e dos coronéis e das usinas, sob a perspectiva dos primeiros, sujeitos que a vivenciaram. Seus depoimentos manifestos através de suas memórias assinalam a ininterrupção dessa história, do mesmo modo que assinalam seu "novo começo" em torno "da memória subterrânea"[9].

Os depoimentos foram obtidos através de entrevistas com o uso de gravador, constituindo-se na fonte principal de dados do presente estudo. Entrevistamos ex-trabalhadores e ex-moradores de quatro usinas localizadas na região do Rio Abaixo, atual município de Santo Antonio de Leverger, no Estado de Mato Grosso. As entrevistas constituem os Primeiro e Segundo Momentos da pesquisa de campo. As relativas ao Primeiro Momento tiveram lugar nos anos de 1998-1999 e as do Segundo realizaram-se em 2003. Recorremos ainda às entrevistas do NDIHR (Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso) num total de 5. As entrevistas por nós efetuadas, num total de 24, das quais 17 são de ex-trabalhadores e de ex-moradores constituem o Primeiro Momento. Das demais entrevistas, 7 referem-se a 2 ex-

---

[8] Maria INÊS ROSA, *Usos de Si e Testemunhos de Trabalhadores, com Estudo Crítico da Sociologia Industrial e da Reestrutução Produtiva*, p. XXIII.
[9] Michael POLLAK, Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Vol. n. 5, p. 4.

trabalhadores, 4 a pessoas que mantiveram relações de amizade e comercial com o coronel Palmyro Paes de Barros proprietário de uma das usinas, a Maravilha, e 1 com a filha do mencionado coronel.

Com exceção de uma das entrevistas, todas as demais foram realizadas nas residências dos entrevistados. As entrevistas foram norteadas por questões abertas e fechadas, em torno dos temas Trabalho e Cotidiano, este último foi considerado em relação, ao primeiro tema. Destaque-se que para o primeiro tema consideramos especificamente as relações e condições de trabalho. Ambos os temas, no decorrer das entrevistas, foram conduzidos em relação com o coronel, ou seja, as relações entretidas com os trabalhadores, no caso as do exercício de poder econômico, político e social. Tivemos a preocupação de, durante as entrevistas explorarmos um outro tema, o da Memória. Tanto as questões quanto os temas foram mediados por nosso objeto de investigação Memória, trabalho, coronelismo: usinas de Santo Antonio de Leverger, 1900-1950.

Foram resguardados os nomes dos depoentes conforme fora com eles combinado. Nomes de pessoas que são citados, no transcurso dos depoimentos que apresentamos, tiveram a autorização dos depoentes, que nomearam seus parentes próximos. A depoente F, ex-trabalhadora, nos autorizou a citar seu nome.

Os dois momentos da pesquisa de campo constituem o universo da investigação, que resultaram em quatro capítulos. A análise apoiou-se em leituras de autores que nos possibilitaram e nos instigaram a pensar, em primeiro lugar, a problemática da longa duração ou ininterrupção no percurso histórico. Em segundo lugar, esta problemática foi pensada e articulada com uma outra, a da ininterrupção do coronelismo usineiro em Santo Antonio de Leverger, em Mato Grosso, em 1900-1950. Para ambas as problemáticas,

centramos, respectivamente, nos autores Arendt, Bloch e Rosa. A ininterrupção do coronelismo articula-se, por sua vez, com a questão da memória e sua relação com a história cuja reflexão foi ancorada em Halbwachs, Bédarida e outros autores[10] cujo percurso constitui 4 capítulos, os quais foram escritos a partir de nossa leitura de autores que nos possibilitaram e nos instigaram a pensar em primeiro lugar a longa duração a ininterrupção no percurso histórico, entre esses autores Arendt, Bloch e Rosa, em segundo a ininterrupção do coronelismo usineiro em Santo Antonio de Leverger, cuja reflexão foi ancorada em Halbwachs e Bédarida, no que se refere à memória e sua relação com a história, além de outros autores aos quais tivemos acesso quando do Estágio no Institut d'Histoire du Temps Présent em Cachan-Fr.

No primeiro capítulo Nos rastros dos engenhos: as usinas do Rio Abaixo, consideramos as problemáticas anteriormente referidas. Aliás, elas permeiam todos os capítulos subseqüentes em articulação com a questão da memória.

Neste capítulo analisamos a ininterrupção do percurso histórico que abrange desde os engenhos as usinas a partir dos rastros comuns entre "realidades ao mesmo tempo diferentes e, contudo, aparentadas". Isto permitiu-nos, por assim dizer, encontrar o elo comum, através dos rastros históricos, entre os senhores de engenhos mato-grossenses, das primeiras décadas do século XVIII, momento em que foram instalados os primeiros engenhos de açúcar nas regiões de Serra Acima (município de Chapada dos Guimarães) e os engenhos da região do Rio Abaixo (município de Santo Antonio de Leverger), o berço

[10] Aos escritos de Bédarida e desses autores tivemos acesso por ocasião de nosso estágio de doutorado no IHTP (Institut d'Histoire du Temps Présent), em Cachan, França, período de 1 de julho de 2003 a 30 de junho de 2004, graças a bolsa de estudo exterior, concedida pelo CAPES: Processo BEX0328/03-0.

histórico dos coronéis usineiros das últimas décadas do século XIX e a primeira metade do século passado.

Essa inter-relação entre essas "realidades ao mesmo tempo diferentes e, contudo, aparentadas", nos conduz à compreensão da ininterrupção, da continuidade, existente entre esses dois períodos cronológicos, relativamente distantes. Essa compreensão nos foi possível mediante a obra de Cascudo[11], que registrou não somente os "fatos" considerados como importantes pela historiografia tradicional, entre eles o poder de mando dos proprietários dos engenhos. O autor registrou também a memória do cotidiano dos senhores de engenhos e junto a esse cotidiano todos os costumes miúdos que os cercavam, e que fortalecia e legitimava o seu exercício de poder de mando, em toda a extensão geográfica de seu engenho. Essas minudências vieram à luz juntamente com toda a legitimação do poder de mando dos senhores de engenhos, desprezadas pela historiografia tradicional, que, por sua vez, vai-se inscrevendo na história e na memória coletiva da Nação, do Estado e do Município, visto "(...) que os quadros coletivos da memória não se resumem em datas, nomes e fórmulas, eles representam correntes de pensamentos e de experiência onde reencontramos o nosso passado porque este foi atravessado por isso tudo"[12]. Memória coletiva esta que parcialmente se inscreveu, sobretudo, na história política do Estado e do Município enquanto mecanismos de poder.

O elo comum que assegura, pois, a continuidade, a ininterrupção entre "realidades ao mesmo tempo diferentes e, contudo, aparentadas", em Mato Grosso é o poder econômico e político que tanto os senhores de engenhos, quanto os coronéis usineiros

---

[11] Luis da CAMÂRA CASCUDO, *Sociologia do açúcar, pesquisa e dedução.* Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1971.
[12] Maurice HALBWACHS, *Memória Coletiva,* p. 66.

exerciam em suas propriedades. Poder esse legitimado pelas autoridades do poder Executivo e Judiciário Estadual. Como foi o caso do Tenente Coronel Antonio de Almeida Lara, primeiro senhor de engenho da Capitania a ser conduzido ao cargo de Regente-Mor das Minas de Cuiabá.

Os coronéis usineiros, ancorados em suas posses econômicas, disputavam e ganhavam vários pleitos eleitorais para deputados estaduais e até mesmo governo do Estado como Antonio Paes de Barros, proprietário da maior e mais moderna usina do Estado, a Itaici, que foi a primeira localidade a ter luz elétrica. O coronel Palmyro Paes de Barros, proprietário da usina Maravilha, além de exercer o cargo de deputado estadual, vice-governador, exerceu também o cargo de Intendente (atual prefeito) de Santo Antonio de Leverger.

O segundo capítulo Lembranças de trabalhadores e de moradores das usinas: "a memória subterrânea"[13], é, a nosso ver, o âmago da tese, pois ele introduz a história das usinas e dos coronéis, sob a perspectiva dos trabalhadores, bem como o universo cotidiano das usinas. Aí, os trabalhadores não viveram apenas "um dia-a-dia, mas uma vida-a-vida[14], engendrada de sofrimentos e de ressentimentos tão, vivamente presentes no decorrer dos depoimentos de alguns desses velhos ex-trabalhadores, que no momento da entrevista evocaram e narraram suas lembranças, explicitando-as e fazendo [re] emergir a memória das usinas: das relações de trabalho que nelas vigoraram depois de 1930, e através dessas relações, e do regime coronelista.

---

[13] Cf. nota 1 segundo capítulo.
[14] Clarice LISPECTOR, *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*, p. 34.

Nesse sentido, as entrevistas realizadas no Primeiro Momento da pesquisa de campo tiveram como objetivo romper, por assim dizer "com a conspiração de silêncio"[15] da historiografia tradicional sobre a interrupção do coronelismo usineiro no período pós-1930. O rompimento desse silêncio dá-se através do "(...) entrelaçamento entre o amortecido e o vivo"[16], da memória das usinas e dos coronéis, emergindo assim, o que a história já havia submerso, ou seja, a continuidade das relações de trabalho semi-escravo nas usinas pós-1931. É sob o crivo do "entrelaçamento entre o vivo e o amortecido", por meio dos depoimentos dos ex-trabalhadores e tendo a complementaridade dos depoimentos dos ex-moradores das usinas de açúcar Aricá, Conceição, Flechas e Maravilha, que vem à tona a não ruptura do coronelismo em Mato Grosso, particularmente do coronelismo usineiro na região de Santo Antonio de Leverger, depois de 1931. Foi nesta data que o primeiro Interventor Federal de Mato Grosso Antonino Mena Gonçalves enviou uma força policial às usinas Aricá e Conceição com o objetivo de averiguar se nelas ainda persistia o trabalho escravo.

As entrevistas do Segundo Momento da pesquisa de campo tiveram como finalidade a obtenção de mais dados para aprofundar os indícios presentes nos depoimentos do Primeiro Momento, relativos ao agonizante processo de falência da usina Maravilha, e, por extensão, o do empobrecimento do seu proprietário o coronel Palmyro Paes de Barros, o único dos coronéis usineiros, que morrera pobre.

No terceiro capítulo Memória dos trabalhadores e dos moradores: as usinas e os coronéis, efetuamos a análise dos depoimentos dos ex-trabalhadores e tangencialmente dos

[15] Manuel CORRÊA DE ANDRADE, (Org.). *Josué de Castro e o Brasil*, p, 7.
[16] Klaus GABER, *História e cotidiano em Walter Benjamin.* Revista USP, n. 19: p. 43.

ex-moradores, considerando-os como os "(...) testemunhas-sujeitos"[17], da "memória subterrânea", portanto da história das usinas, dos coronéis, que abarca o período de 1900-1950. São tidos principalmente como "os testemunhas-sujeitos" que vivenciaram as relações de trabalho semi-escravo, antes e depois de 1930, demonstrando e, ao mesmo tempo, provando a não ruptura da história do coronelismo usineiro, das relações do exercício de poder econômico e político dos coronéis e das relações de trabalho existentes nessas usinas nesse período.

Destacamos também que a Revolução de 1930, no Estado de Mato Grosso, não conseguiu atingir um de seus objetivos primordiais: o de abolir o poder político dos grupos oligárquicos locais, e estaduais. Nesse Estado, o grupo oligárquico mais forte e organizado era representado pelos já mencionados coronéis usineiros, que continuaram controlando a Assembléia Legislativa Estadual.

No quarto e último capítulo, Usina Maravilha: História, memória, ressentimento[18], analisamos a interdependência econômica entre a cidade de Santo Antonio de Leverger e a usina Maravilha, sendo esta considerada como uma extensão da cidade. Nesse sentido, ressaltamos o histórico domínio político e econômico dos coronéis sobre o município[19]. Retomamos a questão do ressentimento fortemente presente nos depoimentos de alguns desses ex-trabalhadores e também a perplexidade de outros por não conseguirem compreender como alguém, com tantas posses, tornara-se pobre, sem ter onde morar, a não

---

[17] Danièle VOLDMAN, Definição e usos. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*, p.41.

[18] ANSART Pierre, História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e res(sentimentos): uma questão sensível*, p. 15. A nossa reflexão sobre entre memória e ressentimento surgiu de nossas conversas com Fábio Landa do Collége Internationale de Psychanalyse et Anthropologie/ Association Européene Nicolas Abraham-Marie Torak, quando do nosso Estágio em Cachan. Fr.

[19] Cf. Victor LEAL NUNES, *O coronelismo enxada e voto: o regime representativo do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

ser graças à persistência, no tempo, da deferência a sua pessoa, reportada ao prestígio do exercício do poder, como coronel.

Nas Considerações Finais, apontamos dois preâmbulos para novos aprofundamentos: memória e justiça e memória e ressentimento. Estes preâmbulos são calcados graças mesmo ao desenrolar da pesquisa, a sua análise e apresentação nos quatro capítulos apresentados.

# CAPÍTULO 1

## Nos Rastros dos Engenhos: as usinas do Rio Abaixo e o coronelismo

Cana, açúcar, engenhos três elementos que podem ser considerados como o alicerce da formação econômica, social e política do Brasil. Cana-de-açúcar, o produto responsável pela instalação da agroindústria canavieira que, por quase três séculos, garantiu à Coroa Portuguesa a exportação do açúcar para os países que não o produziam. Mas, foi durante o século XVII que o açúcar obteve a mais "alta cotação nos mercados internacionais a que a Metrópole servia como grande centro de redistribuição", produto que no referido século, "foi certamente a maior fonte de receita do tesouro do reino e que valeu à corte, durante largo tempo uma vida parasitária, de alto padrão, de fausto e desperdício"[1].

O açúcar além de garantir o luso erário aos cofres da Coroa Portuguesa, assegurou-lhe, também a posse do território da colônia brasileira pelo povoamento, visto ser ele um produto de empreendimento econômico seguro. Cujo cultivo foi estipulado pela concessão de sesmaria por parte do governo português, com o objetivo de criar núcleos habitacionais fixos e assim se legitimar frente a outras nações, habilitar-se à posse e também à exploração do solo de sua recém conquista, o Brasil como colônia.

A importância, porém, mais significativa e duradoura do açúcar foi a de proporcionar aos proprietários dos engenhos o *status* de fidalguia e de nobreza e, sobretudo, o poder de mando, este instituído pelo próprio Estado através das "funções militares e

[1] Fernando de AZEVEDO, *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil*, p. 62-63.

administrativas"[2], que os proprietários dos engenhos deveriam exercer sobre a extensão geográfica, as quais seus engenhos abrangessem, porque, nos primeiros, tempos os engenhos eram considerados como um empreendimento oficial ou uma empresa da Coroa, uma "parceria" entre esta e os proprietários dos engenhos, viabilizada pela concessão de terras[3]. Cascudo nos permite, mediante a análise que efetua desse poder e dessa função, considerarmos e analisarmos o prestígio e o poder dos coronéis usineiros da primeira metade do século passado. Prestígio e poder esse que, em Mato Grosso têm seus rastros históricos nos senhores de engenho do século XVIII e XIX. Estes rastros históricos, de um passado um tanto remoto, são elos que nos permitem, segundo Bloch, apreender dois aspectos com relação ao passado, que historiográficamente se interpenetram: "O passado é, por definição, um dado que coisa alguma pode modificar. Mas o conhecimento do passado é coisa em progresso, que ininterruptamente se transforma e se aperfeiçoa"[4].

De modo que o passado e presente se interpenetram. A nosso ver, a obra de Cascudo apresenta essa interpenetração, visto tê-la escrito na perspectiva apontada por aquele autor, porque o passado, de acordo com Bloch, é apreendido sempre a partir do presente. Cascudo escreveu sua obra considerando o momento em que o senhor de engenho era o principal protagonista da história, que tinha sob sua responsabilidade não somente o comando do engenho, mas de toda a região que estivesse sob sua jurisdição. Enfim, podemos dizer que Cascudo registra o que é desprezado pela historiografia que, por vezes, vai se inscrevendo na história. Todavia, o que ele registrava era a grande propriedade de terra onde se clivavam o poder econômico e político, poder privado e público, de forma que senhores de

---

[2] Luis da CÂMARA CASCUDO, *Sociologia do açúcar pesquisa e dedução*, p. 101.
[3] Fernando de AZEVEDO, *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil*, p. 183.
[4] Marc BOCH, *Introdução à história*, p. 55.

engenhos e coronéis usineiros de Santo Antonio de Leverger, cada um no seu tempo, exerceram o poder a partir da mesma base: a propriedade da terra.

Ressalte-se que a "parceria", mencionada anteriormente, ocorre em "dois níveis interdependentes"[5], o primeiro com o rei Dom João III que concedeu capitanias a funcionários que haviam prestado serviço na Índia, e o segundo com a Fazenda Real em Lisboa e com fidalgos nobres.[6] Esses dois segmentos, por sua vez, partiam de Portugal, "com frota de navios, muitos parentes e outros moradores"[7]. Isto significa que desde o momento do embarque no Porto de Lisboa, "os parentes e outros moradores" já se encontravam numa relação de dependência com os donatários.

Essa relação de dependência estabelecida entre os donatários, seus "parentes e outros moradores", nos parece ser o alicerce das relações de poder, as quais legitimaram os donatários como os representantes da Coroa Portuguesa na colônia brasileira.

## 1.1 Povoamento, expansão e edificação dos engenhos: poder de mando de seus proprietários

As funções militares e administrativas que foram atribuídas e, no mesmo ato, instituídas aos proprietários dos engenhos os legitimaram não apenas como proprietários, à semelhança dos comerciantes e dos fazendeiros, mas também como "senhores de engenho", porque eram os representantes da Coroa. Por isso, mesmo que o senhor de engenho tivesse menos posses econômicas em relação aos comerciantes e aos fazendeiros, estes não eram

[5] Norbert ELIAS, *Introdução à sociologia*, p. 93.
[6] Gabriel SOARES DE SOUSA, *Notícia do Brasil*, p. 18, 35, 40, 46, 63.
[7] Ibid., p. 19.

dotados de prestígio advindo do título "senhor de engenho", isto é, não possuíam o poder de mando. O senhor de engenho também se distinguia do fazendeiro devido a sua importância social:

> o fazendeiro poderia ser bem mais rico que o senhor de Engenho, mas não teria o cortejo dos apaniguados e a presença dos hóspedes vitalícios. Nem a obrigatoriedade das festas tradicionais, "Botada" do engenho, fim da moagem, aniversário do santo Orago ou do dono da casa[8].

Desse modo, a denominação senhor de engenho por si só designava autoridade graças a essa institucionalização calçada no poder de mando local, que legitimava tanto este poder quanto a autoridade do senhor. Ela era socialmente reconhecida, não só no âmbito do engenho e de suas regiões próximas, mas também no âmbito da Coroa e da Igreja. Segundo Azevedo, a mencionada autoridade do senhor de engenho deve-se ao fato de a casa grande ser

> o único centro de organização que a sociedade possui. Grupo produtor e grupo de dominação ou, em outras palavras, instituição que desenvolvendo-se na grande propriedade, com base na escravidão, exerce as funções econômicas e políticas, e se constitui, com sua capela, num centro de vida religiosa, contém dentro de seus muros ou dos limites de suas terras, tudo o que pôde contribuir para enraíza-la, fortalecer-lhe o poder e alargar o seu raio de ação sobre a sociedade dispersas, urbanas ou rurais, que gravitam à volta dos engenhos e das fazendas escravocratas[9].

A origem da autoridade do senhor de engenho para Cascudo tem suas raízes históricas no que denomina de "raizame canavieiro". Assim diz:

---

[8] Luis da CÂMARA CASCUDO, *Sociologia do açúcar pesquisa e dedução*, p. 81-82.
[9] Fernando de AZEVEDO, *Canaviais e engenhos, ns vida política do Brasil*, p. 75.

> A seiva dessa raça em Pernambuco e Bahia girara inicialmente no raizame canavieiro do século XVI. Os fundadores dos Engenhos, anteriores e posteriores a Tomé de Souza foram radicularmente donatários, grandes sesmeiros, com Casa-Grande, de torre e seteiras, armas dadas por El-Rei; organizadores de Regimentos, senhores de escravaria, elegidos para os comandos vileiros, fardados flamejantes, fidalgos que a lavoura enobrecera e criara solar. Competia-lhes a defesa da terra, fronteiras de Portugal ante a indiada rebelde, corsários ladrões, motins perturbadores, enfrentar e repelir o estrangeiro agressivo e voraz[10].

Podemos entender que a autoridade e poder de mando do senhor de engenho, foram-lhes outorgados pela Coroa, uma forma de garantir a defesa da costa litorânea, e de precaver contra as possíveis invasões estrangeiras. O poder de mando que a Coroa outorgara aos senhores de engenhos tem também o sentido de barganha, uma vez que ela não dispunha de recursos econômicos suficientes para povoar e defender o imenso território da colônia. Diante de tais condições, a solução mais viável e também segura, que não implicaria em gastos era recorrer ao setor particular. A Coroa cria, então, o sistema de capitanias hereditárias instalado em 1534. A esse respeito assim se expressa Carvalho:

> diante das limitações, Portugal teve que recorrer à iniciativa para defender, expandir e desenvolver a colônia americana. A criação das capitanias hereditárias em 1534 não tinha outro sentido. Face ao perigo real de perder sua conquista, D. João III (1521-1557) a dividiu em capitanias hereditárias que foram entregues a fidalgos suficientemente ricos para que as pudessem defender e colonizar. O território da colônia, ainda mal conhecido, foi dividido do Amazonas a São Vicente em lotes retangulares que partiam da costa até a linha imaginária de Tordesilhas, no interior. Em retorno pelos

[10] Luis da CÂMARA CASCUDO, *Sociologia do açúcar pesquisa e dedução*, p. 95-96.

serviços, os donatários das capitanias recebiam ampla jurisdição local que ia a ponto de isentá-los da inspeção da Coroa[11].

Depreende-se que para os autores citados a questão do poder de mando, denominado poder local, tivera sua origem com a implantação das capitanias hereditárias, que foram utilizadas pela Coroa Portuguesa, como estratégia para efetivar o povoamento. Os donatários passaram a ser, se assim podemos dizer, os governantes das capitanias que receberam governos autônomos, pelo menos, é este o sentido da "ampla jurisdição local ia a ponto de isentá-los da inspeção da Coroa". Este não controle, por parte do governo português, das capitanias, em particular daquelas que prosperaram, dera aos respectivos responsáveis (donatários) os fundamentos e o fortalecimento do seu poder pessoal. Os donatários que prosperaram eram na maioria produtores de açúcar, senhores de engenho. O poder pessoal do senhor de engenho, sobreviveu à extinção das capitanias hereditárias em 1549 e transformou-se na característica particular e permanente da história política da Colônia, do Império e da Primeira República. Esta característica se exprime pela supremacia do poder privado sobre o público[12].

Pode-se afirmar que o poder pessoal do senhor de engenho continuou fortalecendo-se independentemente da extinção das capitanias hereditárias, visto que a extinção destas não significou o fim dos privilégios.

Os senhores de engenhos continuaram recebendo da Coroa privilégios, diríamos especiais, a tal ponto que em 16 de março de 1570, Mem de Sá, representante legal do

[11] José MURILO DE CARVALHO, *Pontos e bordados: escritos de história e política*, p. 156.
[12] Cf. Dentre os autores que analisam essa problemática: Victor NUNES LEAl, *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1947; José AFONSO DA SILVA. *Curso de direito constitucional positivo.* São Paulo: Malheiros Editores, 1994; Vamireh CHACON. *História dos partidos brasileiros: discursos e práxis dos seus programas.* Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1988; Eul-SOO PANG, *Coronelismo e Oligarquias* 1889-1943. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

Estado português, assina uma provisão concedendo a isenção de tributos a pessoas que edificassem engenhos, no prazo de dez anos, pagando uma taxa de 10% da produção de açúcar ao Estado[13]. Para Freyre, essa provisão de Mem de Sá é a política de proteção, "política que também se revelou na jurisprudência de se impedir a execução de senhores de engenho - que adquiriam assim uma situação excepcional como devedores"[14]. Esses privilégios só foram restritos em 1614[15]. Isso nos mostra como o prestígio e o poder do senhor de engenho vai se inscrevendo nos costumes e na tradição de uma sociedade que girava em torno dos engenhos, os quais, devido ao isolamento geográfico, tiveram uma vida própria, comandada pelo proprietário, o senhor do engenho e da vila urbana porque as cidades surgiram ao redor do engenho e da casa grande.

Desse, modo, a importância e a autoridade do senhor de engenho, da mesma maneira que o *status* de seu poder pessoal, ultrapassaram as fronteiras de Pernambuco e da Bahia, para inscreverem-se como costume que vai se tornando, ao longo do tempo, tradição, que foi sendo socialmente incorporada no processo de construção da memória coletiva da história política brasileira[16]. Essa tradição perdura até os primeiros cinqüenta anos do século passado[17] e, em Mato Grosso, até os anos de 1978[18]. O prestígio e o poder

---

[13] Fernando de AZEVEDO, *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil*, p. 184.
[14] Gilberto FREYRE, *"A Agricultura da Cana e a Indústria do Açúcar", Livro do Nordeste*, p. 68.
[15] Fernando de AZEVEDO, *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil, p.* 184.
[16] Maurice HALBWACHS, *Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice Editora dos Tribunais, 1990.
[17] Eul- SOO PANG, *Coronelismo e Oligarquias 1889-1943*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. Entre os estudiosos do coronelismo Pang é o único a afirmar que o coronelismo não tem origem na Guarda Nacional, mas nas milícias coloniais. O autor defende a tese de que o coronelismo surgiu no período colonial, salienta, porém, que ele se consolida como fenômeno político no período de 1850-1950. Com relação a origem do coronelismo no período colonial, Pang converge com Raymundo FAORO, *Os Donos do Poder: formação do patronato brasileiro.* Vol. I,Vol. II.; Porto Alegre: Globo, 1977 e 1979; Maria Isaura PEREIRA DE QUEIROZ, O coronelismo numa Interpretação Sociológica. In: Boris FAUSTO. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II. O Brasil Republicano*, Livro I Estrutura e Economia (1889-1930). São Paulo Difel, 1977, p. 115-190. Edgard CARONE, *"A República Velha: Instituições e Classes Sociais (1889 – 1930).* São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1978; Maria de Lourdes JANOTTI M, *O Coronelismo: uma política de compromissos.* Coleção Tudo é História, n. 13, São Paulo: Brasiliense, 1989; Marcel BURSZTYN, *O poder dos donos: Planejamento e Clientelismo no Nordeste.* Petrópolis: Vozes, 1985. Robison

do senhor de engenho foram de tal modo enraizados na memória coletiva colonial que, em 1711, se tornara uma posição que muitos almejavam: "o ser senhor de engenho é título, que a muitos aspiram, porque traz consigo, o ser ouvido, obedecido e respeitado por muitos"[19]. Em 1822, essa aspiração ainda é fortemente desejada visto que: "de um senhor de engenho só se fala com consideração e adquirir tal proeminência é a ambição geral"[20].

Essas duas últimas citações demonstram quais eram as razões e o porquê de o título de Senhor de Engenho ter-se tornado e, sobretudo, ter continuado, por mais de um século, algo alimentado e desejado. O interessante são os atributos que motivam o tão cobiçado título: "o ser ouvido, obedecido e respeitado por muitos (...) "de um senhor de engenho só se fala com consideração". Pode-se dizer que tais atributos não possuem nenhuma significação extraordinária pois são facultados pela realidade da escravidão. Isto *porque* aqueles que *mantinham a produção dos engenhos eram os escravos* e, nesse caso, "o ser ouvido e obedecido" é compulsório, o ser respeitado por muitos é apenas conseqüência dessa obediência e compulsoriedade. Ressalte-se, ainda, que a importância do título está

---

CAVALCANTI, *As origens do coronelismo: força armada e poder local no Estado Patrimonial.* Recife, UFPE, Ed. Universitária, 1984.

[18] Lenine de CAMPOS PÓVOAS, *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso.* Cuiabá: Instituto Histórico 1983. Para este autor a influência política dos coronéis usineiros se estende até 1960, quando eles devido ao seu prestigio pessoal conseguem eleger parentes para o Legislativo Estadual e também para o Executivo e Legislativo Municipal. Maria Manuela Renha NOVIS NEVES, *Leões e Raposas na política de Mato Grosso.* Rio de Janeiro: Mariela Editora, 2001, para a autora o domínio dos coronéis usineiros se estende até 1978 porque, mesmo não conseguindo eleger representantes diretos, continuaram controlando o poder municipal mediante coligação com o partido mais expressivo do Município. Este argumento de Neves converge com o de Edgard CARONE, *A República Liberal I Instituições e Classes Sociais (1945*-1964). São Paulo: Difel 1985, quando este autor afirma que o coronelismo sobreviveu nas diferentes regiões do país através de coligação partidária.

[19] ANTONIL André João, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas.* Andrée Mansuy Diniz Silva, responsável pela introdução e comentário crítico da obra original de Antonil, traz no final da citação que utilizamos a seguinte nota de rodapé: "Apenas usado para identificar a qualidade do proprietário de um engenho de açúcar, o título senhor de engenho não conferia nobreza: no entanto, contribui para a formação e desenvolvimento de uma verdadeira aristocracia rural, que desempenhou no Brasil um papel de destaque, não só na vida econômica, como na social e política, em particular desde o século XVII" p. 70. O sentido do termo nobreza e fidalguia utilizado por nós e por Cascudo, difere da nobreza portuguesa a qual Silva se refere, a nobreza e fidalguia dos senhores de engenho advém do *status* adquirido pelos mesmos durante os três séculos que mantiveram-se à frente do cenário político e econômico do Brasil.

[20] Augusto de SAINT-HILAIRE, In: Luis da CAMÂRA CASCUDO, *Sociologia do açúcar pesquisa e dedução,* p. 68.

circunscrita ao contexto da escravidão: possuir escravos também era sinal de importância e riqueza e este fato, acrescido da grande extensão de terras que o senhor de engenho possuía, o fortalecia e o distinguia, à semelhança do que se mencionou em relação aos fazendeiros e comerciantes. Esse intenso desejo pelo título de Senhor de Engenho ultrapassara a referência imediata da pessoa do proprietário do engenho e de seu exercício de poder para se inscrever como uma forma de poder político, que, em 1711, já estava consolidado. Os primeiros engenhos da região de Cuiabá e do Rio Abaixo surgem nesse período quando a procura pelo título continuava vigorando.

### 1.2 Rio Abaixo-povoamento: os engenhos

O surgimento tardio de engenhos nessas regiões está aliado ao início do processo de colonização da capitania de Mato Grosso, ocorrido no ano de 1719. O primeiro registro da existência do cultivo da cana-de-açúcar, na Capitania, aparece na doação de uma carta de terra, datada de 1726, quando o então governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo Moreira César de Meneses[21] assina uma sesmaria em favor do Tenente Coronel Antonio de Almeida Lara:

> assinou, ainda em São Paulo, aos 25 de janeiro de 1726, para fazer mercê "carta de data de terra de Sesmaria" ao então Tenente Coronel Antonio de Almeida Lara, morador nesta cidade de Cuiabá, para onde fora, havia seis anos, e que se achava situado e afazendado na Chapada, distante das Minas e Lavras dois dias de jornada em capão de mato, em o qual fundara fazenda de roças, canaviais e criações, (Liv. 2 Registros fls.76)[22].

[21] A referência ao governador da Capitania de São Paulo deve-se ao fato de que, até maio de 1748, a Capitania de Mato Grosso pertencia a São Paulo.
[22] Virgílio CORRÊA FILHO, *Monografias Cuiabanas*, p. 254.

Um ano depois, em 1727, o cronista registra:

> que quando eu cheguei ao Cuiabá, que foi em 21 de novembro de 1727, não havia nele mais que um único engenho, dez ou doze léguas distante da vila, no sítio onde chamam a Chapada (precisamente onde se afazendara Almeida Lara). Hoje, porém (1730) tem já cinco, e todos na margem do rio, onde mostrou a experiência produzir melhor a cana, e em muito menos tempo que em todas as mais partes ainda desta Minas; nem me parece que haja para elas melhores terras de Cuiabá[23].

Isso demonstra que a indústria canavieira consta entre as mais antigas do Estado de Mato Grosso, instalada poucos anos após o início da exploração aurífera nas proximidades das Minas do Cuiabá:

> a história da produção açucareira regional está intimamente ligada à extração aurífera, uma vez que muitos engenhos rudimentares foram montados, especialmente na região do rio Abaixo e Chapada dos Guimarães, para o abastecimento das zonas auríferas, no que toca à produção de rapadura, açúcar e aguardente. Revelam-nos os cronistas que esses produtos serviam de "remédio" para os mineiros, visto a dificuldade de se importar alimentos de outras regiões[24].

A "dificuldade de se importar alimentos", segundo o cronista Barbosa de Sá, deve-se às pragas que assolavam as plantações[25], além disso, a falta de alimentos agravava-se devido à distância geográfica da Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá de outras, regiões estas provedoras de alimentos, especialmente a Capitania de São Paulo. O único meio de transporte era o hidroviário, o caminho pelas águas, que demorava de 4 a 6 meses e, por

---

[23] Virgílio CORRÊA FILHO, *Monografias Cuiabanas*, p. 255.
[24] Elizabeth MADUREIRA SIQUEIRA, *A ocupação pioneira do rio Cuiabá* Abaixo, p. 63.
[25] José BARBOSA DE SÁ, *Crônicas de Cuiabá*. In: Virgílio CORRÊA FILHO. *História de Mato Grosso*, p. 218.

essa razão, eram feitas apenas duas viagens por ano.[26] Frente a esses fatores, as roças localizadas em Chapada dos Guimarães não eram suficientes para suprir os gêneros alimentícios dos quais necessitava a zona das Minas do Cuiabá, afora o fato de que o fornecimento desses alimentos era monopolizado por Antonio de Almeida Lara, o capitão Regente-Mor das Minas[27].

O povoamento da região do Rio Abaixo ocorreu simultaneamente com a exploração das jazidas auríferas. Num primeiro momento, o povoamento da citada região limitava-se a fornecer alimentos de primeira necessidade: arroz, feijão, milho etc. para a população residente nas Minas, uma vez que os habitantes desta região se ocupavam, exclusivamente, com as atividades da mineração. O povoamento do Rio Abaixo efetiva-se pela doação das cartas de terras. Registram os anais históricos que, já no ano de 1721, o agricultor Ângelo da Fonseca Leitão requer, junto ao governador Rodrigo Moreira César de Menezes, a posse da terra que cultivava. O requerente, na qualidade de morador antigo da região, reivindicava ao governador a concessão de terras devolutas, próximas à área que cultivava, localizadas nas proximidades dos rios Aricá e Coxipó, afluentes do rio Cuiabá. Em 8 de janeiro de 1727, o governador assinou a Carta de Sesmaria, atendendo à reivindicação do requerente. Neste mesmo ano, foram concedidas mais quatorze Sesmarias a moradores da região do Rio Abaixo[28].

As Cartas de Sesmarias, constituíram-se numa prática constante na Capitania de Mato Grosso, desde 1727 até 1750, cujo objetivo principal por parte da Coroa Portuguesa era povoar a região central da Colônia. Isto porque a colonização de Mato Grosso ocorre

---

[26] Elizabeth MADUREIRA SIQUEIRA, *História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais*, p. 34.
[27] Ibid., p. 35.
[28] Elizabeth MADUREIRA SIQUEIRA, *A ocupação pioneira do rio Cuiabá Abaixo*, p. 12-15.

inserida num processo histórico de 185 anos, ainda direcionado pela política de povoamento, para evitar invasões estrangeiras, principalmente os litígios jurídicos com a Coroa Espanhola. Essas invasões ocorriam em razão de a região central da Colônia, onde estava localizada a região de Mato Grosso, fazer fronteira ao sul com o Paraguai e a oeste com a Bolívia, os quais eram territórios espanhóis. Além da questão da fronteira, Portugal corria o risco real de perder "o oeste de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso que pelo Tratado de Tordesilhas pertenciam oficialmente à Espanha"[29]. Diante de tal perigo, Portugal valera-se do que lhe facultava o acordo de Uti Possidetis, o qual estabelecia que o direito de posse para ambas as Coroas seria garantido pelo povoamento[30].

Esses limites geográficos com a Espanha constituíram-se na principal razão que possibilitou aos membros do Conselho Ultramarino justificar-se perante a Coroa a criação da Capitania de Mato Grosso, em especial, devido à extensão geográfica dela:

> no distrito de Cuiabá ainda reconhece o Conselho mais necessidade de governador distinto e inteligente, e assim porque a existência dele excede a dos Goiás, e a distância é muito maior, gastando-se de São Paulo à vila do Cuiabá seis meses de trabalhosíssima navegação e dali ao Mato Grosso outro mês, como pela circunstância de confinar este Mato Grosso com o governo espanhol de Santa Cruz de La Sierra, e com as aldeias dos jesuítas castelhanos dos Mochos e Chiquitos, donde nasce que sobrevindo, como já sucedera freqüentemente, contendas por causa dos confins e da comunicação, é mui conveniente que ali haja um governador capaz de responder e obrar com acerto em semelhantes casos para evitar as

[29] Idem. Elizabeth MADUREIRA SIQUEIRA, *História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais*, p. 26.
[30] Idem. *A ocupação pioneira do rio Cuiabá Abaixo*, p. 35.

> desconfianças da Corte de Madri, sem perder o direito de nossos descobrimentos[31].

Observa-se, pois, que os limites geográficos de Mato Grosso com os territórios dos espanhóis, favoreceram ao Conselho Ultramarino argumentos para justificar, junto à Corte Portuguesa a necessidade da instalação de um governo próprio, isto é, o desmembramento da Capitania de São Paulo. O mencionado desmembramento administrativo estava centrado na antiga e permanente preocupação: a das possíveis investidas dos vizinhos espanhóis. Essa precaução levou o Conselho Ultramarino a defender que a capital da Capitania fosse instalada na fronteira entre Portugal e Espanha, na vila de Mato Grosso, que fazia divisas com a Bolívia. A instalação da capital nessa localidade não ocorreu apenas para facilitar o seu povoamento, mas, também, para a proteção do território da fronteira oeste:

> julga o Conselho de grandes conseqüências para o serviço de Vossa Majestade que assim por meio do estabelecimento do governo como por todos os outros que concorrem, se procure fazer a colônia do Mato Grosso tão poderosa que contenha os vizinhos em respeito e sirva de antemural a todo o interior do Brasil, para o que parece deparou a providência uma grande facilidade na comunicação que ali pode haver por água até a cidade do Pará, ao mesmo tempo em que a do Governo de Santa Cruz de La Sierra com o restante do Peru é sumamente dificultosa pela aspereza das serranias que se interpõem[32].

---

[31] Virgílio CORRÊA FILHO, *História de Mato Grosso*, p. 304. Auguste de SAINT-HILAIRE, na obra *Viagem à Província de São Paulo e Resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai,* também se refere à necessidade do desmembramento da Capitania de Mato Grosso da Capitania de São Paulo: "Chegou-se, afinal, a reconhecer que um único homem não podia governar uma região cerca de quatro vezes maior do que a França, e cujas partes componentes eram separadas por imensos desertos. Foram formadas em conseqüência, a capitania distinta de Goiás e uma outra de Cuiabá e Mato Grosso". p. 58

[32] Ibid., p. 304.

De acordo com essas citações, depreende-se, por um lado, que a colonização, o povoamento de Mato Grosso, ocorre ainda no contexto do povoamento do território como garantia de posse, por parte da Coroa Portuguesa. Por outro, pode-se dizer que embora a colonização de Mato Grosso faça parte da política de povoamento, ela se diferencia da primeira forma, isto é, das capitanias hereditárias, que foram criadas e instituídas, como estratégia para incentivar o povoamento da costa litorânea onde os donatários receberam, conforme foi salientado anteriormente, funções militares e administrativas. Essa diferença se refere à modalidade de povoamento, povoamento este que não era mais efetuado pela modalidade de capitanias hereditárias, mas pelas "expedições de bandeiras"[33] porque a partir de 1549, a Coroa Portuguesa começara progressivamente a extinguir as capitanias hereditárias. A esse respeito Carvalho assinala:

> A política descentralizante foi em parte revertida, em 1549, pelo mesmo D. João III que criou o governo geral da colônia, sediado na Bahia. As capitanias hereditárias não foram imediatamente extintas, mas os donatários perderam parte de seu poder exclusivo. Por compra ou confisco, as capitanias foram aos poucos sendo recuperadas pela Coroa ou simplesmente extintas. Na metade do século XVIII, Pombal, o ministro centralizador de D. José I (1750 -1777), acabou com elas[34].

Sob esse ângulo, a colonização de Mato Grosso se distingue em dois aspectos: em primeiro lugar, o povoamento foi motivado pela descoberta, por parte dos bandeirantes

---

[33] Luis de ALBURQUERQUE, escreveu o comentário da reedição do Livro *Notícias do Brasil* de Gabriel de Sousa, escrito em 1587, o autor registra que "as primeiras bandeiras" foram organizadas por esse autor, que era proprietário de dois engenhos na Bahia: "Soares de Sousa viveu com entusiasmo e de olhos bem abertos, como bem testemunha o livro que nos deixou; e havia de morrer quando procurava concretizar o sonho de aumentar o seu patrimônio e de ascender na escala social. Também nisso foi pioneiro porque a sua expedição foi certamente uma das primeiras "bandeiras" da Bahia." p, 264. O registro de Albuquerque converge com o de Pirajá SILVA, que também escreveu o comentário de uma edição brasileira anterior do mesmo livro, porém sem data de edição. Silva acrescenta que o irmão de Gabriel Soares de Sousa, João Coelho de Sousa, fora quem encontrara as minas de esmeraldas, p. 32.

[34] José MURILO DE CARVALHO, *Pontos e bordados: escritos de história e política*, p. 157.

paulistas[35], das jazidas de ouro na região do rio Coxipó fato este que atraiu habitantes para a região, favorecendo assim uma povoação espontânea. Em segundo lugar, a concessão de Cartas de Sesmaria era uma forma de incentivar e de assegurar a permanência dos habitantes na região, conduzindo-os a investir na pecuária e não mais na produção açucareira, isto é, a doação das Cartas de Sesmarias não estava mais condicionada à agricultura da cana de açúcar e à edificação de engenhos[36]. Para tanto, fora motivada a abertura da via de acesso terrestre com trajetória por Goiás até Cuiabá, com o objetivo de introduzir na região a criação de gado. O incentivo à criação de gado fora também uma das recomendações que o primeiro governador da Capitania recebera da Coroa Portuguesa. Quer dizer, não se estava mais incentivando a produção do açúcar porque a Coroa havia perdido o monopólio internacional do comércio do açúcar[37].

A extinção legal das capitanias hereditárias nos conduz a enfatizar que a diferença da colonização de Mato Grosso deveu-se àqueles dois aspectos anteriormente destacados, bem como a esse ato de Governo. Corrobora com isso a afirmativa de Carvalho, segundo a qual a iniciativa particular continuou à frente do processo de povoamento:

> o recurso aos particulares continuou, no entanto, por outras maneiras. A expansão do território e a busca por metais preciosos foram conseguidos graças às entradas, grandes expedições organizadas por particulares com incentivo da Coroa. As entradas eram feitas pelas bandeiras, sob o

---

[35]José Carlos VICENTE FERREIRA, assinala no livro *Mato Grosso e seus municípios*, que a primeira expedição de bandeira em Mato Grosso, chefiada por Manoel Bicudo ocorrera nos anos de 1670 a 1673. A segunda expedição de bandeiras ocorrera em 1718, formada por duas bandeiras: a bandeira de Antonio Pires de Campos e a de Paschoal Moreira Cabral, que é considerado o fundador da cidade de Cuiabá. Essas expedições de bandeiras tinham como finalidade capturar índios para serem escravizados na Capitania de São Paulo. Em uma dessas capturas, Paschoal Moreira Cabral encontrou uma jazida de ouro às margens do rio Coxipó, fato este que conduziu a fixação desses bandeirantes nas Minas, como também a atrair os aventureiros para a exploração das jazidas de ouro, p. 442.

[36] Vera, FERLINI, *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*, p. 236, 237.

[37] Fernando de AZEVEDO, *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Álcool, 1948.

> domínio autocrático de um chefe. Algumas bandeiras contavam até 3 mil homens entre brancos, índios e escravos negros. Havia ainda o recurso a particulares para a execução de tarefas públicas. A arrecadação de impostos era freqüentemente contratada por particulares[38].

Poder-se-ia dizer que é sob esse "novo modelo" de povoamento que Mato Grosso fora colonizado, tendo à frente desse processo os bandeirantes paulistas e, entre estes, os primeiros proprietários de engenhos da região. Destaque-se que o pioneiro deste empreendimento fora o Tenente Coronel Antonio de Almeida Lara que, em 1727, constrói o primeiro engenho na região da Serra Acima (Chapada dos Guimarães). Antonio de Almeida Lara exercia também o cargo de Capitão-Mor das Minas do Cuiabá.

Como já foi mencionado, os engenhos da região do Rio Abaixo foram construídos, a partir de 1730. O início da cultura da cana-de-açúcar na região do Rio Abaixo, segundo Silva, deveu-se ao fato de os escravos de Almeida Lara furtar-lhe mudas de cana e as venderem em Cuiabá; "muitos de seus escravos roubavam mudas de suas canas e vendiam-nas em Cuiabá a duas a três oitavas de ouro. Em breve, vários proprietários rurais possuíam seus canaviais"[39].

Os engenhos do Rio Abaixo, como o de Chapada, de acordo com Póvoas, eram primitivos: "as primitivas engenhocas usavam moendas de madeira, acionadas a tração animal. A moenda de ferro foi introduzida em meados do século passado, sua produção atendia apenas o mercado local"[40].

As denominações "primitivas e engenhocas" é feita porque os engenhos, instalados na região, ainda utilizavam as mesmas condições técnicas dos engenhos do século XVI.

---

[38] José MURILO DE CARVALHO, *Pontos e bordados: escritos de história e política*, p. 157.
[39] Elizabeth MADUREIRA SIQUEIRA, *História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais*, p. 45.
[40] Lenine de CAMPOS PÓVOAS, *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*, p. 20.

Esse "atraso técnico", se assim se pode dizer, talvez esteja ligado ao fato de a Capitania de Mato Grosso, nessa época, pertencer a Capitania de São Paulo, que não possuía tradição na cultura do açúcar, visto que ela não prosperara como região açucareira.

Mas o que importa ressaltar é que, quase dois séculos depois, as engenhocas foram instaladas na região do Rio Abaixo, a partir da mesma raiz: do cultivo da cana-de-açúcar e dos empreendedores, os grandes proprietários de terras, terras estas adquiridas por meio das sesmarias, o que de certa forma demonstra que a importância dos engenhos não se restringia a um empreendimento econômico, mas sim a uma forma de regime político. Os senhores de engenho do Rio Abaixo faziam parte do grupo dos homens ricos que ocupavam postos de comando na administração pública:

> homens bem-sucedidos, os quais requeriam, logo que chegavam à região, cartas de sesmarias, através das quais obtinham grandes extensões de terra onde desenvolviam a agricultura, até mesmo com produção de excedente que era vendido aos mineiros, mantendo muitos deles, engenhos de açúcar e de farinha de mandioca e milho. Esses proprietários de terras o eram também de escravos e representavam a camada superior da escala social. Conceituados junto às autoridades administrativas, ocupavam postos de comando político-administrativo na região[41].

Os registros escritos demonstram, através de dois acontecimentos ocorridos nos anos de 1734 e 1735, que os senhores de engenho não ocupavam apenas postos de comando no setor político da cidade de Cuiabá, mas exerciam o poder de fato, por meio desses postos.

[41] Elizabeth MADUREIRA SIQUEIRA, *História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais*, p. 58.

O primeiro acontecimento, diz respeito ao não cumprimento de uma prescrição do governador da capitania de São Paulo, Antonio Luís de Távora, o Conde de Sarzedas, que afetava diretamente os engenhos de açúcar e, por conseqüência, atingia os interesses de seus proprietários. Isto comprometia, não só o investimento que eles haviam empreendido, mas também o abastecimento da população local. O governador ordenava a destruição de todos os engenhos de cana-de-açúcar e aguardente, da região das Minas do Cuiabá. A destruição dos engenhos, como nos leva a entender Siqueira, partira da Coroa Portuguesa: "A Coroa não via com bons olhos a existência de engenhos junto às zonas mineradoras, isto porque a mão-de-obra escrava poderia ser desviada de sua função primordial – a cata de ouro, do qual se extraía o quinto real – para os trabalhos agrícolas"[42].

Para Aleixo, a existência de engenhos junto às Minas do Cuiabá era vista também como inoportuna: "(...) as autoridades metropolitanas julgavam-nos inoportunos, pois faziam concorrência com o vinho e o açúcar comercializados pelas companhias monopolizadoras do comércio colonial"[43].

A ordem do governador fora endereçada ao Capitão-mor das Minas Antonio de Almeida Lara, que também era senhor de engenho:

> recebeu o mesmo (...) Antonio de Almeida Lara, ordens do Conde de Sarzedas Governador e Capitão General de São Paulo, data de março de 1735, de que fizesse "publicar ao som de caixas"o Bando mandando destruir os engenhos de cana das minas "que causam aos seus moradores os efeitos de uma bebida tão perniciosa, a qual é a que neles se fabrica com

[42] Elizabeth MADUREIRA SIQUEIRA, *A ocupação pioneira do rio Cuiabá Abaixo*, p. 64.
[43] Lúcia Helena GAETA ALEIXO, *"Vozes no silêncio: subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso (1888-1930)"*, p. 160.

grande quantidade de escravos que podendo minerar se ocupam na da fábrica". O governador da Capitania queria ouro e não cachaça[44].

Siqueira, a respeito do Bando que ordenava a destruição dos engenhos da região das Minas do Cuiabá, acrescenta: "(...) porém, eles continuaram a existir"[45] Se os engenhos continuaram a existir, isto demonstra que a ordem do governador Antonio Luis de Távora não fora cumprida pelos senhores de engenho, nem mesmo pelo Capitão-mor, que no papel de representante do governador nas Minas, teria que executar o que lhe ordenara o Bando. Esse não cumprimento da ordem do governador também demonstra que os senhores de engenho tinham o poder de mando nas Minas, poder este direcionado para seus interesses particulares, que nesse momento, era a produção de seus engenhos, e não lhes convinha mais manter seus escravos nas atividades da mineração porque estas atividades na região de Cuiabá se encontravam praticamente esgotadas e mantê-las era oneroso pois, significava deslocar os escravos para outras regiões auríferas que surgiam no interior da capitania. Essa posição dos senhores de engenhos é, sobretudo, a demonstração que eles já haviam conquistado o poder de se impor frente aos interesses do governador de São Paulo, diga-se da Coroa Portuguesa, isto porque, durante o período de colonização o poder acobertava, praticamente, duas faces: ora servia à Coroa, ora ao colono", o que se constituía numa "(...) troca de favores (...) embora tivesse ele o condão de disciplinar, foi pouco e pouco afrouxando os laços, até ao ponto em que o colono conseguiu instituir uma sociedade com características específicas"[46].

---

[44] Rubens de MENDONÇA, *História do comércio de Mato Grosso*, p. 87.
[45] Elizabeth MADUREIRA SIQUEIRA, *A ocupação pioneira do rio Cuiabá Abaixo*, p. 64.
[46] Lúcia Helena GAETA ALEIXO, *"Vozes no silêncio: subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso (1888-1930)"*, p. 136-137.

Pode-se concluir dizendo que os senhores de engenho não destruíram seus engenhos como ordenara o Bando, expedido pelo governador, porque a autoridade deste não era reconhecida nas Minas do Cuiabá.

O segundo acontecimento se refere à construção da capela para abrigar a imagem de Santo Antonio. Ele ocorreu na região do Rio Abaixo, que, no ano de 1734, contava com cinco engenhos, os quais contribuíram para o seu povoamento. A lenda narra que a imagem, após pernoitar no Porto do lugarejo (atual cidade de Santo Antonio do Leverger), se recusou a deixar o local quando a colocavam na embarcação cujo destino era a Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá[47]. E ali mesmo às margens do rio, construiu-se uma capela de palha para abrigar a imagem. Para que a capela pudesse ser construída foram feitas duas doações: um terreno que media 400 braças de terra e cem oitavas de ouro, estas destinadas à manutenção da capela[48].

No mesmo ano de 1734, conforme atesta o documento da Cúria Metropolitana de Cuiabá, dois moradores da região de Rio Abaixo doaram cem oitavas de ouro para custear as despesas da capela do Santo:

> *Instrumento de pública forma de uma Escritura de doação de dote que fazem o Capitão Licenciado Manuel da Silveira Sampaio, e bem assim o Capitão João Mendes Coelho de cem oitavas de ouro a Juros a seis e quatro por cento a uma Capela que fazem no seu Engenho Rio Abaixo do Cuiabá [ilegível] Santo Antonio = Saibam quantos este público Instrumento de Escritura de Doação – Dote que no ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos, e trinta e quatro, aos vinte e quatro dias do mês de Dezembro do dito ano nesta Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e nas Casas de morada de mim Tabelião ao*

[47] Essa lenda foi incorporada à cultura regional.
[48] Elizabeth MADUREIRA SIQUEIRA, *A ocupação pioneira do rio Cuiabá Abaixo*, p. 23-24.

*diante nomeado aparecem partes assistentes, e outorgantes: a saber de uma parte o Capitão e Licenciado Manuel Silveira Sampaio, e de outra o Capitão João Mendes Coelho moradores desta mesma Vila e pessoas de mim reconhecidos pelos mesmos aqui nomeados de que dou fé, e por eles me foi em presença das testemunhas adiante nomeadas e assinadas que para maior Serviço de Deus, e bem Comum das Almas faziam uma Capela no seu Engenho Rio abaixo do Cuiabá em maculação de Santo Antonio para faziam doação e dote à dita Capela do Muito Reverendo Vigário da Vara destas Minas, o doutor João Leite Caetano César de Meneses para o que obrigavam à dita Fazenda, e engenhos as ditas cem oitavas, e quatro por cento a todo Amigo em casa que bem dessem à dita Fazenda passaria a terceiro possuidor com o mesmo encargo ao bom fim da dita Capela e que todo seu beneficio [ilegível] e que tudo submetiam ao direito Eclesiástico a cujo juizo, e obrigação a dar conta por este público Instrumento da quantia das ditas cem oitavas cujas ficavam nas suas mãos correndo os Juros na mesma forma acima declarada de cujos juros seriam para o paramento da mesma Capela assim o disseram e outorgaram, mandaram lavrar este Instrumento nesta Nota de mim Tabelião. arrola os nomes das testemunhas e assina) Eu Antonio Gomide França e Silva* [49].

Segundo Siqueira, as cem oitavas de ouro destinadas à manutenção da Capela não eram pagas pelos doadores anteriormente citados, mas pelos moradores que trabalhavam ou trabalhassem nas roças das terras do Santo. Então, considerando-se o que a autora aponta bem como o teor desse documento, entende-se que os Capitães Manuel da Silveira Sampaio e João Mendes Coelho foram os responsáveis pela construção da capela e, após ela ser construída, doaram-na ao vigário responsável da Vara das Minas. Do mesmo modo, doaram também o dote da capela: as cem oitavas de ouro, acrescidas de juros.

[49] Elizabeth MADUREIRA SIQUEIRA, *A ocupação pioneira do rio Cuiabá Abaixo*, p. 25-26.

Observe-se que os capitães Manuel da Silveira Sampaio e João Mendes Coelho são os doadores tanto da Capela, a primeira doação, quanto de seu dote, as cem oitavas de ouro, que correspondiam a segunda doação. Entretanto, devido a primeira doação, eles se auto-isentam do pagamento da segunda doação. Saliente-se que a primeira doação consistia para eles num ato de caridade e de conduta de "bons cristãos", ato este que foi registrado no Instrumento de doação pública. Todavia, a nosso ver, não é legítimo o fato de doarem algo, no caso o dote da capela, que a princípio não lhes pertencia. Do mesmo modo que não é legítimo outorgarem o pagamento a outros.

A questão da legitimidade vai um pouco além se considerar que os doadores eram cidadãos civis e, como tais, não teriam o poder de decidir a respeito de o pagamento do dote da capela, (as cem oitavas): que ele fosse efetuado pelas pessoas que moravam ou viessem a morar no perímetro da extensão das terras que pertenciam à Capela. Terras estas que, de acordo com o que está registrado no documento, foram doadas pelos legítimos proprietários, os senhores Cristóvão Magalhães Moraes e Manuel das Neves:

> *Senhor Doutor Ouvidor – Dizem os Procuradores da Capela de Santo Antonio do Rio Cuiabá abaixo que tendo piedade dos fiéis erigido naquele sítio uma Capela que dedicaram ao mesmo Santo, e os vizinhos que ficavam da parte de cima e de baixo Cristóvão de Magalhães Morais, e Manuel das Neves, doaram das suas sesmarias duzentas braças de terras cada um para servir de Patrimônio à dita Capela. Desmembradas as ditas terras pelas doações necessárias, e pertencendo já ao Santo; o Provedor das Capelas Diogo de Toledo as mediu, e as repartiu aos povos que nelas quiseram morar impondo-lhe o seu justo foro a quem anualmente se*

*obrigarem enquanto nelas vivessem para com o seu rendimento se aumentar, conservar, paramentar e ornar a dita capela*[50].

Mas no documento anteriormente citado está registrado "(...) *faziam uma Capela no seu Engenho Rio abaixo do Cuiabá* (...), o que quer dizer que as braças de terra que foram doadas para a construção da Capela faziam parte da jurisdição do engenho de propriedade dos capitães. Este fato lhes conferia "poder e prestígio"[51], porque, de certa forma, eles eram membros da administração das Minas do Cuiabá[52] e, por isso, podiam impor o pagamento das cem oitavas de ouro aos moradores da terra que pertenciam a Santo Antônio, conforme está registrado no documento. Vê-se que esse fato é, a primeira prova documentada do poder dos senhores de engenho na região de Santo Antonio de Leverger. Prova esta que evidencia o poder de mando dos proprietários de engenhos na região, mostrando, também, que a edificação dos engenhos em Mato Grosso ocorre inserido no contexto de um processo histórico, onde o poder dos senhores de engenho da Colônia, já havia sido transposto do engenho para o órgão de representação política: "(...) passando da heráldica dos engenhos para a poltrona vitalícia do senado"[53].

Foi destacado anteriormente que as pessoas detentoras de recursos econômicos, desejavam se tornar senhores de engenho. Nesse sentido reitera Cascudo: "(...) Monsenhor

---

[50] Elizabeth MADUREIRA SIQUIERA, *A ocupação pioneira da região do rio Cuiabá Abaixo*. A autora, em continuação ao documento, expõe que, com o passar do tempo, as pessoas pararam de pagar os foros alegando não terem condições de o fazerem, p. 27.

[51] Lúcia Helena GAETA ALEIXO, "*Vozes no silêncio: subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso (1888-1930)*", p. 137.

[52] Ibid., A autora na página citada na nota anterior e na seguinte, defende a tese de que no período de 1719 a 1930, em Mato Grosso, o uso do poder pode ser identificado em três fases. Ressaltamos a primeira: "(...) No que se respeita ao uso do poder, identificamos três fases na sociedade mato-grossense. A primeira delas toca no momento da conquista da área mineradora. Nesta quadra, a autoridade estimulava, distribuía benefícios, relaxava a vigilância, dava concessões com vistas a deter a posse da terra conquistada. Aos detentores de poder e prestígio, obrigava-os a conduzir o processo produtivo e administrativo, subordinando para tanto a população mais pobre. De certa forma, estabeleceu algum potentado capaz de conduzir o processo disciplinador na região", p.137.

[53] Luis da CÂMARA CASCUDO, *Sociologia do açúcar pesquisa e dedução*, p. 65.

Pizarro registra que, Campos de Goitacazes, quem possuísse quatro palmos de terra, levantava o Engenho, na ambição do título à crédito (...)"[54].

Esse desejo também existiu em Mato Grosso graças ao crescimento extensivo dos engenhos durante o período de 1727 a 1751. A partir de 1751, o título senhor de engenho continuou a conferir prestígio para aqueles que edificavam engenhos, mas a edificação transformara-se num empreendimento econômico oneroso, em razão dos altos tributos cobrados pela Coroa Portuguesa. Estes altos tributos eram, de um lado, devido ao fato de a Coroa ter perdido o monopólio institucional do comércio do açúcar, de outro, por causa do não investimento técnico por parte dos proprietários dos engenhos. Entretanto, segundo Azevedo, a Cora a estava exigindo dos proprietários de engenho desde 1687: "o melhoramento da qualidade do açúcar, para pôr o artigo brasileiro em condições de reconquistar o mercado estrangeiro; criava, em 1751, a Mesa de Inspeção, para arbitrar os preços conforme as qualidades do produto"[55].

Entre as medidas promulgadas, encontra-se a do pagamento de uma taxa, um tipo de licença oficial, que a Coroa exigia para a abertura de novos engenhos. Esta medida só foi revogada em 1827, na época do Império.

De acordo com Azevedo, a excessiva tributação cobrada causou a falência dos engenhos de pequeno porte: "as tributações eram tão onerosas que muitos pequenos engenhos, alcançados pela tenaz do fisco se fecharam por não lhes tolerarem a pressão, não só nas grandes áreas açucareiras, mas por toda a parte a que se estendeu, no século XVIII, a lavoura da cana, como em Mato Grosso, onde, cerca de 50 anos depois de sua introdução

[54] Luis da CÂMARA CASCUDO, *Sociologia do Açúcar pesquisa e dedução*, p. 68.
[55] Fernando de AZEVEDO, *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil*, p. 160.

em Cuiabá, lamentava Almeida Lara, em 1775, que os engenhos se achavam "quase extintos pelos muitos tributos que se lhes têm imposto"[56]. Apesar do clamor de Almeida Lara contra a excessiva carga tributária, nela está implícito o fato de a supremacia dos engenhos da região do Rio Abaixo, que tão logo foram instalados, ter monopolizado o comércio do açúcar na cidade de Cuiabá, antes reduto de Almeida Lara. Além disso, muitos dos engenhos dessa região conseguiram sobreviver à crise, enquanto o engenho de Chapada dos Guimarães, de propriedade de Almeida Lara, não suportou os altos tributos.

Ressalte-se que, após o surto extensivo da criação de engenhos em Mato Grosso, os engenhos saem de cena, no que se refere a sua documentação escrita. A referência à documentação escrita reaparece em Correa, quando o autor cita as reclamações do senhor de engenho Antonio de Almeida Lara sobre os impostos. Já a documentação escrita concernente aos engenhos, mato-grossenses data de 1825, época em que desenhista H. Florence, da expedição Langsdorff, registra que o fechamento dos engenhos nas regiões do interior da Província, deveu-se ao fato de os produtores não terem condições de concorrerem com os demais engenhos em virtude do alto custo dos produtos (o açúcar, rapadura e aguardente). De novo, a documentação escrita sobre os engenhos eles reaparece em Luis d'Alincourt que expõe não a totalização da produção dos engenhos então existentes nos anos de 1825, 1826, 1827[57].

Em 1852, o presidente da província de Mato Grosso Augusto de Leverger no relatório de 13 de janeiro deste mesmo ano, referindo-se aos engenhos, assinala:

---

[56] Fernando de AZEVEDO, *Canaviais e engenhos na vida politica do Brasil*, p. 67. A frase que aparece entre aspas encontra-se no livro de Virgílio CORRÊA FILHO: "hoje (1775) acham-se os engenhos quase extintos pelos muitos tributos que se lhes têm imposto". Cf. deste autor *Monografias Cuiabanas*, p. 260.
[57] Virgílio CORRÊA FILHO, *Monografias Cuiabanas*, p. 261 - 262.

> tem maior desenvolvimento a cultura da cana e a preparação de seus produtos, se bem que sejam desconhecidas as inovações que em outras partes têm melhorado esta preparação. Há pouco tempo que apenas dois ou três engenhos principiaram a fazer uso da moenda de ferro, e nesse processo novo há introduzido no fabrico do açúcar e na destilação de aguardente[58].

Embora Augusto de Leverger não explicite, acredita-se que esteja se referindo aos engenhos movidos a vapor introduzidos na Bahia em 1815 e, em Pernambuco em 1817, quer dizer, ele se refere as "inovações" que não foram introduzidas nos engenhos mato-grossenses[59].

### 1.3 Dos Engenhos as Usinas: emergência do coronelismo

O relatório de Augusto de Leverger é uma prova de que os engenhos da região do Rio Abaixo funcionaram sem interrupção, apesar do não investimento em inovação técnica pelos proprietários. O não investimento por parte dos proprietários, que possuíam condições de fazê-lo, segundo Correa, advém das dificuldades de transportes:

> não era possível a introdução de maquinismos de peso incompatível com as viagens usuais, em cargueiros, pelo caminho terrestre, ou em batelões, pela via fluvial, através de Camapuã, escassamente transitada depois de 1830. A abertura à navegação do Paraguai afastou esse obstáculo, mas que

[58] Ibid., p. 262-263.
[59] Cf. Fernando, AZEVEDO, *Canaviais e engenhos na política brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto do.Açúcar e do.Álcool, 1948; Esterzilda BERENSTEIN DE AZEVEDO, *Arquitetura do açúcar*. São Paulo: Nobel, 1990; Fernando Tasso FRAGOSSO PIRES, *Antigos engenhos de açúcar no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

> produzisse efeito mais pronunciado, sobreveio a guerra fatal, cujas sinistras conseqüências se prolongaram por longos anos[60].

Dadas essas circunstâncias, o investimento técnico dos engenhos do Rio Abaixo ocorrera no pós-guerra, quando

> a navegação pelo rio Paraguai fora franqueada e a rota fluvial sofria um interessante deslocamento: ao invés de atingir o Sudeste, navegar-se-ia do rio Cuiabá, São Lourenço, Paraguai e deste se atingia o Estuário do Rio da Prata e, por este, o Oceano Atlântico. Por essa nova aquavia Mato Grosso se abria ao capital internacional através da importação e exportação de mercadorias[61].

Com a abertura da navegação, os proprietários dos engenhos do Rio Abaixo, que dispunham de recursos econômicos, importaram da Europa, através de Buenos Aires, equipamentos mais modernos, proporcionando, assim, a substituição dos engenhos de moendas de ferro por engenhos a vapor. Pode-se considerar, ainda, que a franquia da navegação juntamente com a industrialização dos engenhos de açúcar se constituíram em embriões das usinas:

> a partir de 1880 a Freguesia de Santo Antonio do Rio Abaixo, cujos proprietários estimulados pela navegação, intensificaram a produção do açúcar com a mecanização de seus engenhos que se tornaram os embriões das usinas do século seguinte[62].

---

[60] Virgílio CORRÊA FILHO, *Monografias Cuiabanas*, p. 263. A guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai ocorreu de 1865-1870. A expressão navegação do Paraguai refere-se ao rio Paraguai.
[61] Idem. *História de Mato Grosso*, p. 174.
[62] Virgílio CORRÊA FILHO, p. 174.

Em 1880, o comendador Joaquim Paes de Barros, transforma o engenho da Conceição em usina da Conceição. Em primeiro de setembro de 1897, o filho do Comendador, o Coronel Antonio Paes de Barros, conhecido na história regional como Totó Paes, inaugurou "a maior e mais aperfeiçoada Usina de fabricação de açúcar de Mato Grosso, a Itaicí." A inauguração contou com a presença das altas autoridades:

> na véspera desse dia aportavam no Itaicí duas lanchas à vapor, com quatro chatas, que conduziam altas autoridades, pessoas gradas e famílias procedentes de Cuiabá, especialmente convidadas para abrilhantarem a festividade[63].

A presença das autoridades na inauguração da usina Itaicí demonstra o prestígio do Coronel Antonio Paes de Barros, que, em 1902, assume o governo de Mato Grosso.

O clã familiar Paes de Barros, segundo Souza, é originário "da extirpe dos intrépidos bandeirantes"[64]. De fato, entre os nomes dos primeiros bandeirantes que chegaram a Cuiabá, constam dois bandeirantes com o sobrenome Paes de Barros:

> (...) assinalou J. da Costa Siqueira que em 1731 chegaram a Cuiabá o licenciado Fernando Paes de Barros, seu irmão Artur Paes de Barros e outros. "Todos naturais de Sorocaba", que regressavam dos sertões dos parecis, com amostras de ouro[65].

Se o clã Paes de Barros, os coronéis usineiros, descende dos bandeirantes, destes eles herdaram o caráter violento. Eram conhecidos, no contexto da história regional, pelos

---

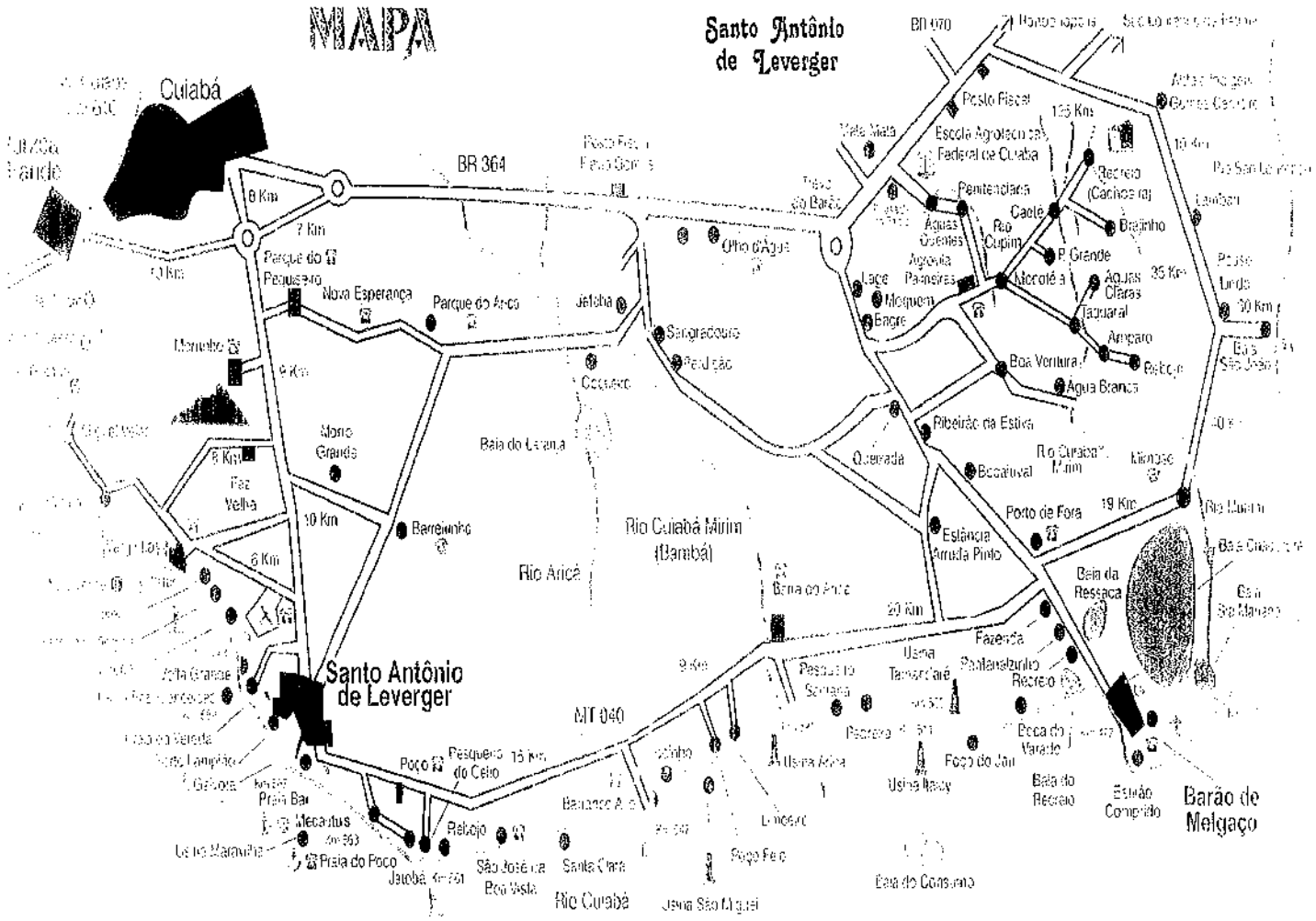
[63] Antonio FERNANDES DE SOUZA. *Antonio Paes de Barros e a política de Mato Grosso*, p. 6. Esta referência e também registrada por Auguste de SAINT-HILAIRE: *Viagem à Província de São Paulo e Resumo das viagens ao Brasil, Provincia Cisplatina e Missões do Paraguai, p.* 56-57.
[64] Antônio FERNANDES DE SOUZA, *Antônio Paes de Barros e a política de Mato Grosso*, p. 5.
[65] Virgílio CORRÊA FILHO, *História de Mato Grosso*, p. 275.

crimes que cometeram, principalmente, o Coronel Antonio Paes de Barros, assassinado em 1906, por rivais políticos, quando ainda exercia o cargo de governador da Província.

O clã Paes de Barros, no que se refere à história das usinas, foi o mais expressivo pois das cinco usinas do Rio Abaixo, Conceição, Maravilha, Itaici, Aricá e Flechas, as três primeiras eram propriedades desse clã. Essas cinco usinas localizam-se às margens do Rio Cuiabá e, hoje, delas existem somente as ruínas, como pode ser verificado no mapa a seguir, datado de 1998.



BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO
UFMT


MAPA
Santo Antônio de Leverger
Cuiabá
BR 364
Santo Antônio de Leverger
Rio Cuiabá Mirim (Barabá)
Rio Aricá
Rio Cuiabá
MT 040
Barão de Melgaço
Posto Fiscal
Escola Agrotécnica Federal de Cuiaba
Pousada Lindo
Baía do Ressaca
Baía do Recreio
Baía do Coxipó
Baía do Carranga
Baía do Arica
Ribeirão da Estiva
Boa Ventura
Água Branca
Porto de Fora
Estância Arruda Pinto
Fazenda Pantanal Burito
Usina Tamarindeiro
Usina Aricá
Usina Itaicy
Usina São Miguel
Poço do Jau
Poça do Varado
Estação Comprido
Pesqueiro do Celio
Pesqueiro Santana
Pesqueiro do Pelojo
Praia do Poco
Mecantus
Jatobá
São José da Boa Vista
Santa Clara
Parque do Pesqueiro
Nova Esperança
Parque do Arco
Morro Grande
Faz Velha
Barreiinho
Sangradouro
Paraíso
Olho d'Água
Quemada
Bocaiuval
Rio Curaiaõ Mirim
Mimoso
Rio Mutum
Baía Chacorona
Baía São Manoel
Baía do Coxipó
Rio Mutum
Aguas Claras
Taquaral
Amparo
Pelojo
Aguas Quentes
Rio Cuiabá
Pantanal
Caeté
Brejinho
P. Grande
Recreio (Cachoeira)
Lambari
Posto Fiscal
Mata Mata
Pantanal
Aguas Quentes
Agua Fria
Lage
Moquem
Engre
Morro Grande
Faz Velha
Nova Esperança
Parque do Arco
Jatobá
Sangradouro
Paraíso
Olho d'Água
Quemada
Bocaiuval
Porto de Fora
Estância Arruda Pinto
Baía do Ressaca
Baía do Recreio
Baía do Coxipó
Baía do Carranga
Baía do Arica
Ribeirão da Estiva
Boa Ventura
Água Branca

Observe-se que no mapa inexiste a usina Flechas, mas, na época em referência, localizava-se entre as cidades de Barão de Belgaço e Corumbá. Esta última cidade pertence ao Estado de Mato Grosso do Sul e o mapa abrange apenas o município de Santo Antonio de Leverger que, por sua vez, localiza-se no Estado de Mato Grosso.

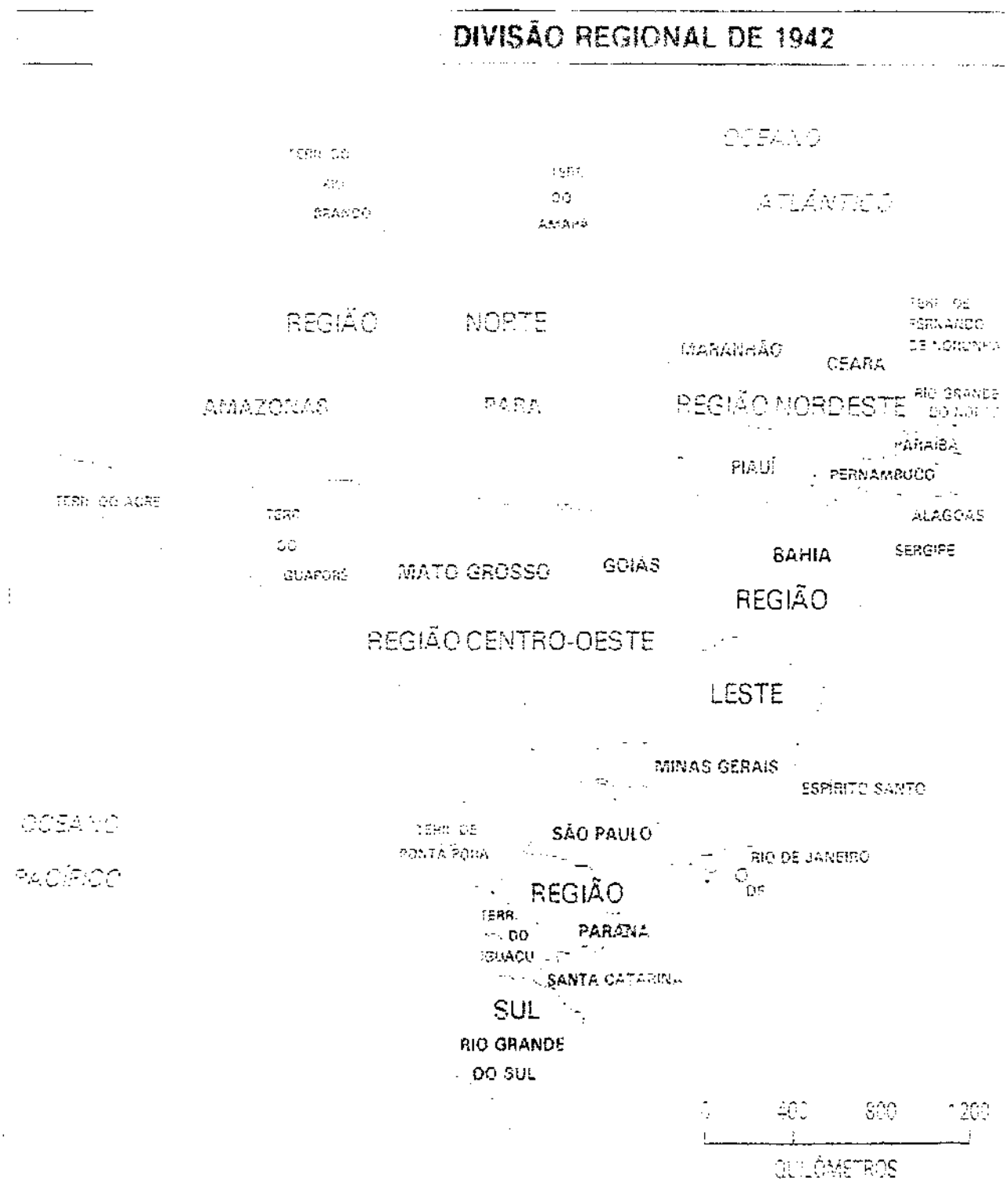
A usina Maravilha, fundada em 1927, pertencia ao Coronel Palmyro Paes de Barros, coronel este que comandava a cidade de Santo Antonio de Leverger.

As usinas dessa região surgem no interior do processo de transformação dos engenhos, espalhados por todo o território nacional e, no momento, em que o açúcar se torna um produto de concorrência no mercado interno, com preços oscilando entre altas e pequenas quedas. Pode-se afirmar, porém, que, nos primeiros quarenta anos do regime republicano, o preço do açúcar no mercado interno se manteve estável, estimulando assim a implantação de usinas[66].

É, portanto, nesse período de transformação dos engenhos em indústria açucareira, em âmbito nacional, que o Estado de Mato Grosso começa a produzir industrialmente o açúcar, o qual será consumido no mercado interno.

Este Estado, na época da implantação das usinas, não fora desmembrado para constituir o Estado de Mato Grosso do Sul, que ocorreu somente em 1979. Isto significa que antes desse desmembramento o Estado de Mato Grosso abrangia toda a região Centro Oeste, como se pode verificar no mapa abaixo. No mapa do apêndice, do ano de 1923, pode-se verificar a extensão geográfica do município de Santo Antonio de Leverger.

[66] Fausto BORIS, *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III*, p. 311.




Fonte: Brasil: Divisão Regional de 1942. In: ADAS, Melhem. O Brasil e suas regiões geoeconômicas, p. 54.

Destaque-se que a região de Santo Antônio do Rio Abaixo, que possuía tradição na cultura da cana-de-açúcar, se transforma no parque industrial do Estado:

> a região do Pantanal do rio Cuiabá Abaixo que exerceu, no momento do auge aurífero nas Minas do Cuiabá, o papel de abastecedora, passando em seguida a ser marcada fortemente pela pecuária, retomou, no século XIX, uma atividade produtiva que marcará para sempre a história regional: a produção industrial da cana-de-açúcar[67].

Diferentemente das usinas das outras regiões do país, comandadas por usineiros que eram homens de mentalidade urbana, e de acordo com Azevedo, não representavam mais os interesses da aristocracia rural[68], as usinas de Santo Antonio, ao contrário, eram comandas por coronéis usineiros. Acredita-se que esse seja o significado do "marcará para sempre a história regional" referido por Siqueira. Os coronéis usineiros eram oriundos, conforme foi mencionado, das famílias tradicionais da região, diga-se dos grandes proprietários rurais e dos comerciantes, dois grupos que monopolizavam a política regional. Considerando-se tais diferenças, acredita-se serem estas diferenças indícios do fato de que a produção industrial do açúcar da região de Santo Antonio do Rio Abaixo não interrompa a hegemonia dos grupos, que dispunham de posses, sejam estas posses advindas da pecuária, ou provenientes do comércio. Isto quer dizer que são os membros desses grupos que estão à frente dos novos empreendimentos econômicos, no caso o das usinas, visto que os coronéis usineiros, quando não eram proprietários de engenhos, eram oriundos de família que os possuía, como é a situação dos coronéis Paes de Barros.

---

[67] Elizabeth MADUREIRA SIQUEIRA, *A ocupação pioneira da região do rio Cuiabá abaixo*, p. 63.
[68] Fernando de Azevedo, *Canaviais e engenhos na política do Brasil*, p. 236-237.

Ressalte-se que o fato de os proprietários das usinas, os coronéis, terem uma história familiar ligada à cultura de cana-de-açúcar, esta ligação os conduziu a continuarem numa atividade da qual tinham conhecimento. Isto nos leva a afirmar que o poder e o prestígio dos coronéis do açúcar de Santo Antonio do Leverger não surgiram com a implantação das usinas, pelo contrário, decorrem de um processo histórico, segundo o qual o poder era exercido pelos grandes proprietários rurais[69]. Durante o período da predominância do açúcar, isto é, da agricultura canavieira, esse poder fora exercido pelos senhores de engenho[70]. Para Pang, é nesse exercício do poder do senhor de engenho que se encontra a origem do coronelismo:

> a base patriarcal e social do coronelismo teve suas origens nos engenhos de açúcar e nas fazendas de gado do século XVI. Os engenhos precederam o estabelecimento de um governo colonial formal, favorecendo assim a primeira oportunidade incontrolada para que a classe dos proprietários de engenho estendessem o poder do domínio privado para o setor público[71].

Para esse autor, embora a raiz do coronelismo se encontre no período colonial, só irá se consolidar no período de 1850-1950, mas é, na Primeira República, que o coronelismo amadurece e se instala como um fenômeno político particular do Brasil.

Segundo o autor, é no do período de 1850-1950, que o país passa por um processo de mudanças tanto no âmbito econômico quanto no político, cuja característica principal é a "transição de uma nação rural e agrária para uma nação industrial". Junta-se a essa transição "a ausência de um Estado forte e centralizado (1850-1950) que favoreceu o

---

[69] Maria Isaura PEREIRA DE QUEIROZ, *O Mandonismo local na política brasileira*, São Paulo: Difel, 1975.
[70] Luis da CÂMARA CASCUDO, *Sociologia do açúcar pesquisa e dedução*. Rio de Janeiro: Instituto do.Açúcar e do.Álcool, 1971.
Fernando de AZEVEDO, *Canaviais e engenhos na vida política brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto do.Açúcar e Álcool, 1948.
[71] Eul-SOO PANG, *Coronelismo e oligarquias*, p. 21.

florescimento do coronelismo como sendo a única instituição viável de poder"[72]. Quanto à questão do período de "transição de uma nação rural e agrária para uma nação industrial", a análise desse autor incide com a análise presente na produção histórica[73] existente, a qual demonstra, a partir dos recenseamentos, o fluxo permanente do crescimento urbano. Também incide com esta produção a análise que ele efetua da questão da ausência do Estado. Ausência essa que fortalecia o poder local porque "(...) o poder municipal, estava nas mãos dos capitães, e das câmaras também controladas pelos "homens bons", isto é, os proprietários rurais"[74].

Porém, é na analise que efetua da questão do coronelismo que o autor não converge com as duas correntes historiográficas existentes: a primeira, defende que o coronelismo tem suas raízes históricas no período imperial, sobretudo nos coronéis da Guarda Nacional e nos agrupamentos sociais, quer dizer, nos chefes dos grandes clãs familiares[75]. A segunda, defende que as raízes do coronelismo estão no período da Primeira República[76]. Pang, por sua vez, defende que as raízes históricas do coronelismo estão no período da colonização e analisa o coronelismo como algo que foi se construindo e se fortalecendo no percurso de quase quatro séculos, quando a questão do prestígio e a do poder esteve

---

[72] Eul-SOO PANG, *Coronelismo e oligarquias*, p. 20 - 23.

[73] Edgard CARONE, *A República Velha – I – (Instituições e Classes Sociais)* S.Paulo: Difel 1976; Boris FAUSTO, *História da Civilização Brasisleira. O Brasil República – Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). Tomo III. Vol. 1*, S. Paulo, Difel, 1977.

[74] Jose MURILO DE CARVALHO, *Pontos e bordados: escritos de história e política, p. 157.*

[75] Edgard CARONE, *A República Velha e Classes Sociais (1889-1930).* São Paulo: Difel, 1978;
Raymundo FAORO. *Os donos do poder: formação do patronato politico brasileiro.* Vol I, Vol II, Porto Alegre: Globo, 1977 e 1979;
Maria de Lourdes M. JANOTTI, *O coronelismo: uma politica de compromissos.* Coleção Tudo é História, n. 13, São Paulo: Brasiliense, 1989;
Maria Isaura PEREIRA DE QUEIROZ, O coronelismo numa interpretação sociológica. In: Boris FAUSTO. (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira.* Tomo II. O Brasil Republicano, Livro I – Estrutura de Poder e Economia (1898 - 1930), São Paulo: Difel, 1977.
_____. *O Mandonismo local na vida politica brasileira.* São Paulo: Instituto de estudos brasileiros, 1969.

[76] Victor NUNES LEAL, *Coronelismo, Enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.* Rio de Janeiro; Nova Fronteira, 1997.

centrada nas ações dos senhores de engenhos, demonstrando, assim, que o coronelismo não surgiu na Primeira República.

Então, se a questão do coronelismo é vista a partir de seu enraizamento nesse processo, essa perspectiva rompe também com a tradição historiográfica cronológica seqüencial, a qual desconsidera o que Halbwachs denomina de "movimento ininterrupto na história". Neste "movimento", de acordo com o autor,

> se tem a impressão de que, de um período a outro, tudo é renovado, interesses em jogo, orientação dos espíritos, maneiras de ver os homens e os acontecimentos, tradições também e perspectivas para o futuro, e que se, aparentemente reaparecem os mesmos grupos, é porque as divisões exteriores, que resultam dos lugares, dos nomes e também da natureza geral das sociedades subsistem[77].

Pode-se dizer, considerando o "movimento ininterrupto da história" e, por extensão, a não ininterrupção entre, os períodos colonial, imperial e da Primeira República, que as raízes do coronelismo mato-grossense, especialmente os coronéis usineiros de Santo Antonio do Leverger, representam a continuação do prestígio e do poder dos senhores de engenhos, presentes na região desde o século XVIII. Esta similaridade entre os coronéis usineiros do final do século XIX e os da primeira metade do século XX com os senhores de engenho do XVIII, pode ser comprovada em particular, por meio da exorbitância do poder pessoal de ambos, tanto no âmbito interno da usina como no âmbito externo do município, particularmente o de Santo Antonio de Leverger.

[77] Maurice HALBWACHS, *Memória coletiva*, p. 82.

A consistência dessa similaridade tem lugar, em primeira instância, na instituição das "normas de bem viver"[78], que tinha o mesmo significado da lei instituída pelos senhores de engenhos do Nordeste, a qual, com o passar do tempo, se transformou numa característica própria do senhor de engenho:

> a mentalidade dominadora independia da situação econômica possuída advindo do estado social vivido, não desempenhado como em função de mandato eleitoral. Significava uma continuidade legítima. (...) Aquela imagem de ter o direito da aplicação de justiça nas suas terras em pessoas nelas ou nelas trabalhando, vinha naturalmente como se emanasse de expressa disposição legal[79].

Esse sentido de continuidade legítima nas usinas de Santo Antonio está inscrita nas "normas de bem viver":

> dentro dos amplos limites de sua propriedade a sua palavra era a única lei. Ele enfeixava em suas mãos todos os poderes. Era o legislativo, o executivo e o judiciário. Ditava as normas. Traçava limites aos direitos dos que ali viviam. Julgava e punia os que transgredissem as normas de bem viver dentro daquele aglomerado social ou que se rebelavam contra as regras estabelecidas[80].

"As normas do bem viver" foram instituídas em 1727, quando o governador da Capitania de São Paulo esteve na Vila de Cuiabá e, segundo Correa, "alarmou-se com o desembaraço dos escravos e institui as normas de bem viver, com penalidades, que às vezes

[78] Lenine de CAMPOS PÓVOAS, *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*, p. 58.
[79] Luis da CÂMARA CASCUDO, *Sociologia do açúcar pesquisa e dedução*, p. 422-423.
[80] Lenine de CAMPOS PÓVOAS, *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*, p. 58.

recaíam em seus donos, vedou-lhes o uso de "armas, facas, catanas," encobertas debaixo dos capotes, sob pena de açoites, e multas aos senhores"[81].

Os depoimentos dos ex-trabalhadores das usinas revelam que eram proibidos de usar armas nas usinas, estas eram liberadas somente para os seguranças do coronel e da própria usina. Pode-se dizer que a diferença consiste no fato de que tais normas não são aplicadas aos coronéis porque foram eles próprios, que as [re] instituíram para penalizar os que estavam sob suas ordens.

As "normas de bem viver" podem ser vistas, por um lado, na perspectiva historiográfica de Bloch, quando ele pontua os vestígios históricos. Elas se constituem como estes vestígios que mostram a interdependência entre as épocas, não no sentido de uma história evolucionista e linear, onde o passado é considerado como uma realidade temporal acabada. Neste sentido, os vestígios históricos de épocas cronológicas, por vezes distantes, mostram aquele "movimento ininterrupto da história", registrado por Halbwachs e considerado como vestígios por Bloch[82]. Para este autor, a não interrupção é devido à existência de uma relação de diferença e semelhança entre os períodos cronológicos, com

---

[81] Virgílio CORRÊA FILHO, *História de Mato Grosso*, p. 105. Estas "normas de bem viver", de acordo com Fernando Tasso FRAGOSSO PIRES, em seu livro *Antigos engenhos de açúcar no Brasil*, tiveram origem com Duarte Coelho, donatário da capitania hereditária de Pernambuco: "Preocupado com a vida econômica do seu domínio e com a hostilidade dos indígenas, Duarte tratou de prescrever normas para o convívio das gentes e neutralizar os embaraços causados pelos nativos." p, 12.

[82] BLOCH E HALBWACHS, são contemporâneos e ambos participavam da revista dos *Annales*, fundada em 1929 em Paris, por Marc Bloch e Lucien Febvre, dois historiadores responsáveis pelo que foi denominado de História Nova, que rompia com a visão historiográfica ancorada apenas nos documentos escritos e na história episódica de curta duração. Neste sentido, o historiador Roger Chartier no prefácio que fez do livro *A sociedade de corte* de Norbert Elias aponta que as críticas que este autor faz à historiografia, apesar de interessantes, desconsidera toda uma produção historiográfica do *pós-Annales*: "(...) Decerto as característica que Norbert Elias atribui à história, considerada um procedimento único, sempre idêntico a si próprio, não são aquelas pelas quais os historiadores desses vinte ou trinta anos gostariam de ver caracterizada a sua prática. Com os *Annales*, mas não somente isso, a história de fato se afastou bastante dos credos clássicos criticados por Elias". , p. 8. Maria INÊS ROSA, *Usos de Si e Testemunhos de Trabalhadores.Com Estudo Crítico da Sociologia Industrial e da Reestruturação Produtiva:* São Paulo: Letras & Letras, 2004, analisa a longa duração na perspectiva de Elias.

base em "realidades ao mesmo tempo diferentes e, contudo, aparentadas"[83]. De acordo ainda com o autor, essa relação de diferença e semelhança é perceptível na e pela dinamicidade do passado, no sentido de que vai se configurando, ancorado numa realidade histórica. A realidade histórica que é construída por seres humanos que vão deixando suas marcas de geração para geração, marcas estas que vão sendo expandidas em virtude das mudanças ocasionadas pelos homens, sujeitos históricos, que, como seres de carne e osso, vivem a dialética do tempo histórico.

"As normas de bem viver", por outro lado, [re] instituídas nas usinas de Santo Antonio de Leverger, evidenciam que o processo de modernização, que se referira Pang, não atingiu todas as regiões do país. Mato Grosso continuou sendo um Estado de economia agrária em pleno século XX[84], tendo como principal produto, que abastecia o mercado interno, o açúcar, produzido industrialmente, de forma que as usinas de Santo Antonio do Rio Abaixo, tiveram no âmbito regional a mesma importância política e econômica dos engenhos de açúcar do Nordeste nos três primeiros séculos da colonização.

Outro aspecto relevante, que assemelha senhores de engenhos e coronéis usineiros em Santo Antonio de Leverger diz respeito à persistência do poder agrário centrado nos grandes proprietários de terras. Com exceção do coronel Palmyro Paes de Barros, todos os demais coronéis possuíam grandes extensões de terras, porém isto não quer dizer que este coronel não tenha exercido o poder da mesma forma que os outros coronéis. Sem dúvida, tamanho era o poder do referido coronel haja vista o controle que exercia sobre a cidade de Santo Antonio, considerada como uma extensão de sua usina, a Maravilha. Entre esta e a cidade de Santo Antonio de Leverger estava o rio Cuiabá.

---

[83] Marc BLOCH, *Introdução à historia*, p. 41

[84] Edgar CARONE, *A República Liberal I: Instituições e classes sociais (1945-1964)* p. 255.

Ainda em relação ao poder do senhor de engenho de outrora sobre o município, Cascudo registra:

> o senhor de Engenho valia figura primacial municipalista, interessado nas eleições, com elementos participando da edilidade. O "Povo do Engenho" realizava a massa suburbana, integrada na comunidade, recorrendo, no mesmo nível psicológico, ao Vigário, boticário, Delegado de Polícia, Parteira[85].

Para Carone, nas regiões agrícolas, há uma permanência desta característica do poder de mando do grande proprietário rural, no nosso caso do Senhor de Engenho. Para o autor,"o coronelismo é processo resultante do poderio do senhor rural, baseado na propriedade agrícola e no domínio sobre a população que vive nela, ou à sua sombra política"[86].

Então, partindo do que pontua o autor, pode-se dizer que o poder e o prestígio dos coronéis de Santo Antonio de Leverger não surgiram no período da Primeira República, mas tiveram suas raízes, como afirma Pang, nos engenhos de açúcar do século XVIII.

Desse modo, pode-se afirmar, que o poder do Senhor de Engenho faz parte das características que subsistem de um período para outro como alertava Halbwachs. Esta sobrevivência só pôde ser apreendida através de uma perspectiva historiográfica que, segundo Bloch, concebe o conhecimento do passado como algo aberto às novas interpretações, mesmo que "o passado em si é, por definição, um dado que coisa, alguma

[85] Luis da CÂMARA CASCUDO, *Sociologia do açúcar pesquisa e dedução*, p. 429.
[86] Edgard CARONE, *A República Liberal I: Instituições e classes sociais* (1945-1964), p. 257.

pode modificar. Mas o conhecimento do passado é coisa em progresso, que ininterruptamente se transforma e se aperfeiçoa"[87].

Esse aspecto da não ininterrupção é a inter-relação entre as temporalidades, que se distanciam apenas em termos cronológicos, mas que se inter-relacionam, visto ser esta inter-relação vivenciada pelos homens, os sujeitos históricos, que não vivem de forma compartimentada, mas na própria dinamicidade da vida humana, onde cada ser humano vive a experiência da concomitância do passado, do presente e do futuro. Na experiência cotidiana vive-se o presente, o passado e o futuro visto ser o presente que direciona a vida. Sob este aspecto de o presente direcionar a vida humana, pode-se dizer que o futuro nunca se concretiza porque ele tem sempre indícios de algo que está por vir, por acontecer e quando acontece realiza-se no presente; o que realmente faz parte do futuro é a experiência humana da esperança, que também faz parte e ao mesmo tempo ultrapassa a dimensão do passado, do presente e do futuro; ou do presente, do passado e do futuro[88].

É com essa dimensão da "experiência vivida" que a história do tempo presente estabelece a inter-relação entre passado, presente e futuro/presente, passado e futuro, ou como diz Bédarida:

> a capacidade de gerar uma dialética, ou melhor, um diálogo com o passado", diálogo este que se estabelece a partir do presente, porque "não há passado e futuro senão através do presente". (...) Se o passado não é mais, a lembrança permanece; se o futuro não é ainda, a espera do porvir aí está. O presente é a transição do que foi o futuro e que torna-se passado[89].

---

[87] Marc BLOCH, *Introdução à história*, p. 55.
[88] Ibid., p. 42-43.
[89] François BÉDARIDA. *Histoire, critique et responsabilité*, p. 64.

Para o autor, este diálogo a partir do presente, é mediado pela "memória viva" da testemunha e é essa "memória viva" que possibilita a história do tempo presente: trabalhar com uma visão historiográfica, de alargamento de temporalidade, isto é, com um passado próximo (o século XX).

Os depoimentos dos ex-trabalhadores das usinas de Santo de Leverger e daqueles que nelas residiram são as lembranças delas: São essas usinas a Aricá, a Conceição, a Flechas e a Maravilha. Essas lembranças se constituem na "memória viva" do tempo presente do coronelismo. Todavia, os depoimentos são também "passado [que] não é mais", guardando, porém a "lembrança [que] permanece" do poder e do prestígio dos coronéis usineiros. Nesse sentido, os depoimentos são testemunhos[90] daqueles que vivenciaram esse passado – sujeito da história desse tempo. Fazemos dos depoimentos a fonte historiográfica principal para o entendimento e análise de nosso objeto de investigação: a memória das usinas e dos coronéis no período pós-1930. Contudo, os consideraremos no entrecruzamento com outra fonte, a da produção historiográfica específica que intentou compreender e analisar como nós, historiadores, essa história, a "história do tempo presente".

[90] Sobre o depoimento como testemunho já no ato da entrevista, graças a quem o diz, o entrevistado, cf. Maria INÊS ROSA, *Usos de Si e Testemunhos de Trabalhadores. Com Estudo Crítico da Sociologia e da Reestruração Produtiva*. São Paulo: Letra & Letras, 2004.

# CAPÍTULO 2

## Lembranças dos trabalhadores e dos moradores das usinas: a memória subterrânea[1]

### 2.1 Memória subterrânea: história dos "vencidos"

O historiador Jacques Le Goff, em seu clássico livro *História e memória,* escreve que "o conceito de memória é crucial" porque "abarca a psicologia, a psicofisiologia, a neurologia, a biologia e, quanto às perturbações da memória, das quais a amnésia é a principal, a psiquiatria". É devido a essa complexidade conceitual, que está além dos domínios da história e, por extensão, do próprio historiador, que o autor centra a sua análise sobre a "memória tal qual ela surge nas ciências humanas (fundamentalmente na história e na antropologia), e se ocupe mais da memória coletiva que das memórias individuais"[2].

O historiador, mesmo reconhecendo a complexidade do conceito de memória, ressalta que a memória desempenha, no percurso da história, um papel importante: ela é uma fonte histórica, quer escrita, oral, quer arqueológica, quer fotográfica e quer monumental, aglutina o pensamento de uma significativa parte da população de uma região[3].

Para Joutard a importância da memória como fonte histórica deve-se ao fato de:

---

[1] Essa expressão é utilizada por Michael Pollak, Memória, esquecimento, silêncio, *Estudos históricos,* (5): p. 4.
[2] Jacques LE GOFF, *História e memória*, p. 423.
[3] Ibid., p. 423 - 477.

> Reencontrar no próprio seio de uma comunidade histórica, através de documentos do presente, como ela viveu e vive o seu passado, como constituiu a sua memória coletiva e como esta memória lhe permite fazer face a acontecimentos diferentes que fundam a sua memória numa mesma linha e encontra ainda hoje a sua identidade[4].

Pode-se apreender, com base no exposto, que existe uma inter-relação entre memória coletiva e memória individual, pois: "(...) A memória é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional"[5].

Essa imbricação entre memória coletiva e memória individual, a nosso ver, ocorre porque

> A memória é o cimento que une nossa vida mental, o arcabouço que mantém nossa história pessoal e torna possível crescermos e mudarmos ao longo da vida. Quando a memória é perdida, como na doença de Alzheimer, perdemos a capacidade de recriar nosso passado e, em conseqüência, perdemos a conexão com nós mesmos e com os outros[6].

É nesse sentido da "memória como cimento" e como elo entre a memória individual e coletiva, que vamos, a partir do presente capítulo, registrar e analisar os depoimentos dos ex-trabalhadores e dos ex-moradores[7] das usinas Aricá, Conceição, Flechas e Maravilha. Esses depoimentos são por nós considerados como memória, que é expressa mediante as

---

[4] Philipe JOUTARD, In: LE GOFF Jacques. *Memória*. Enciclopédia Einaud, p. 45-46.
[5] Henry ROUSSO. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*, p. 94.
[6] Larry R. SQUIRE. *Memória: da mente às moléculas*, p. VIII.
[7] Os ex-moradores das usinas eram, segundo Póvoas, "os agregados que moravam em terras da usina, com expressa autorização do dono para plantar roças, com o compromisso de vender ao estabelecimento toda a sua produção. Eram autônomos", p. 50.

lembranças de cada um dos depoentes. Lembranças individuais, sedimentadas no contexto histórico social das usinas de açúcar onde cada um dos depoentes exerceu, segundo Bosi, a função de memorizador, armazenador de algo vivido e experimentado num passado que a cada instante pode ser recordado[8].

A memória subterrânea é utilizada por Pollak para demarcar as atrocidades sofridas pelos "sobreviventes do campo de concentração de Auschwitz - Birkenau"[9], da Segunda Guerra Mundial, ocorrida no século XX. Esta guerra é um acontecimento histórico e conhecido e a memória subterrânea dos sobreviventes também. Porém esta última tornou-se conhecida somente trinta anos depois, após um intenso trabalho de escavação no sentido, sobretudo, de que os sobreviventes falassem das atrocidades e crueldades sofridas. Tudo isso confere visibilidade mundial, apesar de todos esses anos ter sido silenciada pela memória oficial e negada pela documentação. Essa visibilidade possui um contexto histórico: o dos sobreviventes dos campos de concentração, são eles que tornam a visibilidade irrefutável - viveram o sofrimento, as dolorosas e desumanas experiências de um campo de concentração e as narram. Eles são os seus testemunhos e reconhecem a importância *da memória* para uma escrita parcial da Segunda Guerra Mundial. Esse reconhecimento, conforme Bédarida, Dossé, Yerushalmi, Le Goff entre outros, está ligado à tradição, ao valor que o povo judeu confere à memória[10], valor este que tem como referência o livro sagrado, a Bíblia hebraica, particularmente o livro do

---

[8] Ecléa BOSI. *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*, p. 333.
[9] Michael POLLAK. Memória, Esquecimento, Silêncio, *Estudos históricos*, (5): p. 4.
[10] Cf. BÉDARIDA. François. *Histoire Critique et Responsabilité.* Bruxeles: Ed. Complexe IHTP/CNRS, 2003; DOSSÉ, François. *História e ciências sociais.* Bauru SP: Edusc, 2004; YERUSHALMI, Yosef Hayim. *Zakhor Histoire juive et mémoire juive. Paris: La Découvert, 1984;* LE GOFF, Jacques. *História e memória.* Campinas, SP Ed. da UNICAMP, 1996.

> Deuteronômio que apela para o dever da recordação e da memória constituinte. Memória que é antes de mais nada um reconhecimento de Yahweh, memória fundadora da identidade judaica: "Guarda-te esqueceres Yahweh teu Deus negligenciando as suas ordens, os seus costumes e as suas leis..." (8.11). (...) Lembra-te de Yahweh teu Deus: foi ele que deu essa força, para agires com poder, guardando assim, como hoje, a aliança jurada com teus pais[11].

A memória subterrânea dos sobreviventes da Segunda Guerra Mundial tem a probabilidade de ser comprovada em termos históricos, ainda que de forma considerada frágil pela historiografia tradicional baseada em documentos escritos, que consideram os acontecimentos de períodos de um passado remoto. Mas o testemunho dos sobreviventes, como diz Pollak, pode ser comprovado através dos arquivos dos hospitais, onde esses sobreviventes passaram por internações e pelos processos jurídicos.

É necessário ressaltar que para Pollak a prova não se constitui na questão fundamental porque ele parte do princípio que a pessoa não é objeto, a sua experiência, as suas emoções, enfim, seu estado psíquico não pode ser comprovado por meio de processos jurídicos. As seqüelas dessa experiência escapam a qualquer tipo de prova, sendo, pois, a única prova a mais contundente o testemunho do sobrevivente[12]. No lugar dessa incessante procura de provas para verificar a veracidade do que o depoente revela por meio de sua memória, se corresponde a uma verdade tida como histórica, está o testemunho e, por conseguinte, a pessoa que testemunha. Assim, salienta o autor que é muito mais rico e interessante "estabelecer uma análise, uma relação permanente entre o material empírico e

[11] Jacques LE GOFF, *História e memória*, p. 443.
[12] Michael POLLAK, Natalie HEINICH, Le témoignage, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (n) 62-63, p. 4. Tradução livre.

a construção teórica daquilo que o depoente apresenta como real, a partir de sua experiência real"[13].

A memória subterrânea dos sobreviventes dos campos de concentração e a memória subterrânea dos trabalhadores das usinas foram silenciadas. Entretanto, a primeira a vir à tona ganhou visibilidade mundial tal qual aquele acontecimento histórico do qual resultou. Já a segunda, que se refere às usinas e seus trabalhadores e coronéis, a sua visibilidade é regional. E junto a esta visibilidade, vem à luz a violência e a crueldade sofridas pelos trabalhadores, praticadas pelos coronéis que são os proprietários das usinas de açúcar, e com a anuência e legitimação, como assinalamos, do Poder Judiciário Estadual. Os trabalhadores, já na condição de ex-trabalhadores, como aqueles sobreviventes, dão os seus testemunhos dessas práticas e de seu contexto histórico, o período de 1900 a 1950, do regime coronelista em Mato Grosso. Além dessa diferença, há a do "silêncio" da memória coletiva e não somente a relativa aos trabalhadores, pela historiografia oficial de 1930. Este silêncio está ancorado no acontecimento histórico de 1931: a vistoria do Interventor Federal Antonino Mena Gonçalves nas duas usinas de açúcar do Rio Abaixo, atual município de Santo Antonio de Leverger.

O silêncio da memória coletiva imposto pela historiografia oficial tanto no que se refere à vistoria realizada nas usinas Aricá e Conceição, quanto no que diz respeito à continuidade das relações de trabalho semi-escravo nessas e nas demais usinas, é rompido por meio dos depoimentos dos ex-trabalhadores e dos ex-moradores das usinas que, ao se disporem a dar-nos entrevistas, fazem emergir *a voz* "dos vencidos cuja história foi

[13] Michael POLLAK, Natalie HEINCH. Le témoignage, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (n) 62-63, p. 5.

sepultada"[14] pela historiografia tradicional. Vale registrar, finalmente, que são os depoimentos desses "vencidos", protagonistas ignorados, que testemunham a continuidade das relações de trabalho semi-escravo, enquanto que os depoimentos de membros de familiares (já mortos) dos coronéis testemunham a sua não existência, insistindo em afirmar que a vida e essas relações nessas usinas se modificaram depois de 1930, como é o caso de um membro da família do coronel usineiro João Pedro de Arruda, proprietário da usina Flechas:

> (...) *Essa situação perdurou até o governo do Cel. Antonino. O Antonino mandou recolher com uma lancha todos os escravos livres que quisessem abandonar as usinas. E todo mundo saiu. Como conseqüência, os fazendeiros e os usineiros ficaram sem mão-de-obra a partir daí começou a decair a produção açucareira. Muitos empobreceram, outros tiveram que vender tudo*[15].

Pode-se dizer que o depoimento mencionado, conforme assinala Felman, é "um testemunho"[16] que depõe contra a memória subterrânea, isto quer dizer, que essa memória subterrânea só poderá valer-se dos depoimentos dos ex- trabalhadores e dos ex- moradores das usinas. Estes depoimentos serão nesta investigação registrados e analisados, para dar a merecida visibilidade histórica a esses sujeitos que a memória oficial[17] sobre as usinas relegou: "já que a memória supõe a presença da ausência, ela continua a ser o ponto de ligação entre o passado e presente, desse difícil diálogo entre o mundo dos vivos e dos

---

[14] Marc FERRO. *A história vigiada*, p. 44.
[15] Maria MÜLLER. In: NEVES, Maria Manuela Renha de Novis, *Relatos Políticos (entrevistas: memória divisionista MT)*, p. 243-244. (Destaques nossos).
[16] Shoshana, FELMAN. Educação e crise, ou as vicissitudes do ensinar. In. NESTROVSKI, Artur, SILVA-SELIGMANN, Márcio. (Orgs.). *Catástrofe e representações: ensaios*, p. 37.
[17] Michael POLLAK, Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. RJ. Vol. 2 n. 5 1989 p. 3-15; Maria INÊS ROSA, *Usos de Si e Testemunhos de Trabalhadores. Com Estudo Crítico da Sociologia Industrial e da Reestruturação Produtiva*, capítulo 4.

mortos"[18]. Parafraseando o autor, a memória dos ex-trabalhadores e dos ex-moradores expressa nos depoimentos é um elo vivo entre o passado e o presente, portanto, um diálogo entre vivos, os vivos que viveram a história das usinas e de seus imponentes coronéis, já mortos.

A obra mais completa sobre a história das usinas de Mato Grosso foi escrita pelo historiador Lenine de Campos Póvoas, morto em janeiro de 2003. O historiador esclarece: "(...) é um ligeiro esboço sobre o assunto, sem que tenha havido condições para uma exposição mais aprofundada". Entretanto, apreende-se que ele registrou e analisou a história das usinas, sob a ótica de seus proprietários, de seus familiares e de seus funcionários mais graduados, como denomina o autor. Entre estes funcionários encontra-se o senhor Bertier de Carvalho, que trabalhou na usina Maravilha, de propriedade do coronel Palmyro Paes de Barros, que, conforme dizem os depoentes, *"era braço direito de seu Palmyro"*. É para essas pessoas que o autor externa, de modo exclusivo, os seus agradecimentos, pois, como assinala, "me proporcionaram informações preciosas sobre o assunto"[19].

O historiador registrou e analisou a história das usinas, sob essa ótica, ancorando-se nos depoimentos de seus proprietários e pessoas com as quais eles se relacionavam. Isto significa que a história sobre as usinas é considerada do ponto de vista dos vencedores. Como diria Benjamin[20], é sob o prisma destes últimos que aparece a história dos vencidos. E, acrescentamos, que se constrói a memória oficial e, justamente, torna-se subterrânea a

---

[18] François, DOSSÉ. *História e Ciências Sociais*, p. 98.
[19] Lenine de CAMPOS PÓVOAS, *O ciclo do açúcar e a politica de Mato Grosso*. Os informantes são os Srs. Bertier de Carvalho, Palmiro Ponce de Arruda, Rodão Nunes, Dr. Francisco Gomes de Andrade Lima, Dr. Benjamin Duarte e Esposa, Dr. Silvério Corrêa Cardoso, Dr. José Villanova Torres e d. Luzia Figueiredo Barros, p. 13.
[20] Jeanne MARIE GAGNEBIN, *Os cacos da história*, p. 66.

memória dos vencidos. E o historiador efetuou o registro e a análise da história sobre as usinas, no momento em que ainda tinha lugar as condições de vida e de trabalho dos vencidos, as quais eram semelhantes às do regime de escravidão. Contudo, para Póvoas, essas condições vigoravam devido à ausência de uma legislação trabalhista, que somente foi implantada no país depois de 1930. Segundo o autor, é a ausência dessa legislação que favorecia as punições, inclusive as utilizadas no regime escravista.

Na afirmação de Póvoas de que "(...) é um ligeiro esboço sobre o assunto, sem que tenha havido condições para uma exposição mais aprofundada", pode-se ainda entender que, para o próprio autor, a história das usinas não estava encerrada com sua obra, mas que ela poderia ter outros "aprofundamentos", para sermos fiéis ao seu pensamento. Um outro aprofundamento consideraria a história das usinas, dos ex-trabalhadores ou dos "camaradas", como eram denominadas as pessoas que trabalhavam na lavoura[21], e dos ex-moradores, tomando-se, por base, um outro registro, o do depoimento desses protagonistas, que vivenciaram e "conheceram por dentro"[22] a história das usinas. Esse registro terá como fonte as "palavras registradas/gravadas"[23], isto é, os depoimentos das pessoas que trabalharam e viveram nas usinas, depoimentos estes que serão considerados como fonte histórica, enquanto fonte oral, que "possibilita interrogar os silêncios da história"[24] sobre as usinas, depois de 1930. São estes silêncios que serão rompidos através dos depoimentos que podem ser tomados como:

> (...) a narrativa, que emerge pela aliança do depoente com o entrevistador não apresenta, por mais sinistro que seja seu conteúdo, nem uma série de

[21] Lenine de CAMPOS PÓVOAS, *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*, p. 52.
[22] Marc BLOCH, *Introdução à história*, p. 43.
[23] Danièle VOLDMAN, Paroles Enregistrées, sources du XX$^{e}$ siècle. *Actes du XXVIII et Congrés-National des Archivistes François*, p. 1.
[24] Jacques LE GOFF, A História – uma paixão. In: *A História Nova*, p. 35.

> imagens fixas que atacam os olhos, nem um manual de impessoal história. A narrativa assemelha-se à mais natural e flexível forma de comunicação humana, a história – uma história que, mesmo quando descreve um universo de morte, é comunicado por uma pessoa viva, que rememora, pensa, chora e leva adiante[25].

As pessoas vivas que "respondem, rememoram, pensam choram" são os ex-trabalhadores e ex-moradores, que narram mediante seus depoimentos. Elas fazem emergir do contexto da memória coletiva sobre as usinas e sobre os coronéis uma memória subterrânea, fazendo também [re]emergir a continuidade da história das usinas, dos coronéis e das relações de trabalho semi-escravo, depois da Revolução de 1930.

A memória subterrânea sobre as usinas e os coronéis não se constitui numa outra história dos coronéis usineiros, mas sim numa outra perspectiva, sobretudo, porque esta memória se ancora na história de outros protagonistas e não na dos coronéis e de seus representantes oficiais. Essa outra perspectiva considera a versão de cada pessoa que viveu nas usinas, ela "não teve um dia-a-dia, mas sim uma vida-a-vida"[26]. A vivência diária da "vida-a-vida" é por ela expressa, por meio da "palavra viva e remorativa"[27], que manifesta as minudências do tempo vivido, da experiência histórica de se conviver, sob as ordens e o jugo de um coronel[28]. Coronel este que cada pessoa, na condição de trabalhador, temia, odiava, insultava e, às vezes, algumas delas, apesar da brutalidade e da crueldade dele, lembrava-se de momentos em que não tinham lugar tais aspectos nas ações do coronel, como era o caso de um ex-trabalhador da usina Maravilha e de uma ex-moradora da usina

---

[25] Geoffey H. HARTMAN, Holocausto, testemunho, arte e trauma. In: NESTROVSKI, Arthur, SILVA-Seligmann, Márcio (Orgs.). *Catastrófe e representações: ensaios*, p. 212-213.
[26] Clarice LISPECTOR, *Uma aprendizagem ou O livro dos prazeres*, p. 34.
[27] Jeanne MARIE GAGNEBIN, Verdade e memória do passado, *Proj. História* (17): p. 219.
[28] François BÉDARIDA, *Histoire critique et responsabilité – methodologie e pratique de l'histoire du temps présent*, p. 61.

Aricá. Essa diferença assinala que as lembranças mostram a relação entre a "memória individual e a memória social"[29].

Essa relação entre a memória individual e a memória social está ancorada no que Namer denomina de "o vivido da memória que é também social, porque não se reduz apenas as imagens do passado, mas na experiência partilhada do passado reconstituído"[30]. No caso refere-se ao passado das usinas, que foi partilhado e vivenciado pelos depoentes, quer enquanto trabalhador, quer enquanto moradores das usinas. Passado esse que, apesar de compartilhado, é lembrado de maneira particular e de acordo com a memória individual. Nesse sentido, que são lembrados aqueles outros aspectos das ações do coronel e não somente os da brutalidade e da crueldade:

> *tinha uma vitrola daquelas que dava corda. À noite ele punha naquele alto-falante música para todo o pessoal ouvir. Aí todos ficavam na frente, na beira do rio ficava escutando as músicas de Carmem Miranda e aqueles chorinhos de Pixinguinha, as pessoas gostavam, eu gostava demais, me lembro disso com saudade.* (Depoente T)

A depoente revelou ainda que, no dia seguinte, o coronel perguntava aos moradores, indo em suas casas, se eles haviam gostado das músicas e as apreciado. Ele também fazia o mesmo com os trabalhadores e

> *todos diziam que sim, ele ficava contente e dizia 'está bem'. Como eu gostava de ouvir aquelas músicas. (Depoente T)*

A depoente manifestou sentir-se honrada com o fato de o coronel ir a sua casa para lhe perguntar se tinha gostado das músicas, as quais ele colocava altíssimo a fim de que

---

[29] Gerard NAMER. *Memoire et Societé*, p. 23.
[30] Ibid., p. 23.

todos os trabalhadores e moradores da usina Aricá as ouvissem. Chama-nos a atenção essa manifestação de sentimento da depoente, como se o coronel tivesse ido a sua casa e não nas dos demais trabalhadores. Acreditamos que esse sentimento se dá em virtude das próprias relações de poder que, como toda e qualquer relação, constroem identificações com outrem, no caso a pessoa do coronel no exercício da dominação paternalista. Todavia, a visita do coronel às casas dos trabalhadores e moradores significava a confirmação desse exercício de dominação, fincada também nessa identificação com o dominador, que exercia tanto o poder econômico quanto o político e social nas usinas. Além disso, essa confirmação explícita que o "poder é tido e vivido como coisa"[31], quer pelo coronel quer pelos subordinados – trabalhadores e moradores, e "não que é ele relacional ou seja, que é interpenetrado pelas demais relações sociais, sendo constituída por estas"[32]. A tomada do "poder como coisa", "como propriedade" nas palavras de Elias, conduz o coronel a utilizá-lo como instrumento de dominação, dele dispondo na "vida-a-vida" dos dominados. Assim, o momento de ouvir as músicas e sua apreciação, mesmo que alguns dentre os dominados acabassem dela gostando, e delas lembrando com prazer, dava-se sob esse jugo de poder, desse modo, indistintamente *"todos diziam que sim"*, que tinham gostado da música. É essa utilização do "poder como coisa" pelo coronel e reconhecida pelos trabalhadores e pelos moradores, como por exemplo, quando estes o cumprimentavam o faziam com deferência, tirando o chapéu. Este gesto expressa, como efeito dessa coisificação do poder, a personificação deste último "na pessoa do"[33] do coronel:

---

[31] Norbert ELIAS, *Introdução à sociologia*, p. 81.
[32] Maria INÊS ROSA, *Usos de Si e Testemunhos de Trabalhadores. Com Estudo Crítico da Sociologia Industrial e da Reestruturação Produtiva*, p. 41-42.
[33] Ibid., p. 41.

*Todo mundo tirava o chapéu e então falava 'bom dia' para o patrão, para o coronel Virgílio. (Depoente J)*

É ainda nesse contexto da vivência do "poder como coisa" e de sua personificação que podemos entender o fato de a depoente T, em todo o seu depoimento, enfatizar a saudade do tempo em que morou na usina Aricá, mesmo sendo indagada sobre as duras relações de trabalho da usina e sobre o sofrimento dos trabalhadores. Ela também não se referiu ao tempo que fora estudante na escola primária, quando, juntamente, com os demais estudantes, crianças, inclusive sua irmã, lavavam garrafas e colocavam a logomarca da usina nos sacos de açúcar no horário do intervalo, do *"recreio"*, como nos disse sua irmã:

*Eu me lembro que no recreio, hoje é o lanche, no meu tempo, no horário do lanche nós lavávamos garrafas, esse era o descanso dos alunos lá na usina, (...) eu me lembro bem que era uma sala perto do curral dos bezerros. Então, era assim quase dentro, era uma cobertura sem paredes, então nós passávamos um tempo estudando. Aí a professora saía, aí nós saíamos, assim numa área aberta aqueles tanques já estavam cheios de garrafas, a gente lavava. Isso era o recreio, todos tinham que lavar garrafas já pensou?* (Depoente J)

Ressalte-se, conforme vimos destacando, que a memória de cada indivíduo se expressa na relação com a memória social, e ambas se dão em relação com o contexto social e cultural vivido. É a partir dessas relações que os acontecimentos são selecionados pelo indivíduo, de maneira consciente e inconsciente, e os expressam. Assim, a seleção efetuada pela depoente T e a sua manifestação acima salientada se dá considerando ambas relações e ambas maneiras. Portanto, imputar-se a essa depoente que ela teve um processo de seleção da memória mais perceptível que o dos demais depoentes, pelo simples fato de lembrar-se de aspectos outros da ação do coronel do que aqueles dominantes, significa

desconsiderar, tanto a relação entre memória individual e memória social e o contexto sócio-cultural em que ambas se processam, quanto à maneira consciente e inconsciente, que conduz a essa seleção. Vale dizer que as diferenças das lembranças de um passado compartilhado pelos depoentes guardam estreita relação com essas maneiras e essa relação. Isto mostra, mais uma vez, a complexidade da memória, uma vez que

> Lembrar-se não é reestimular inúmeros traços fragmentários, fixos e sem vida. É uma reconstrução imaginativa, ou construção, elaborada a partir de nossa atitude a uma massa unitária e ativa de reações ou experiências passadas organizadas, e com relação a um pequeno detalhe mais destacado que aparece, comumente, na forma de imagem ou de linguagem[34].

Já outras duas depoentes que moraram e trabalharam nessa mesma usina, a Aricá, têm e guardam desse mesmo coronel lembranças tão doloridas, que não foram capazes de expressá-las, porque ainda sentem medo, mas não do coronel que faleceu em 1988, mas de membros de sua família,

> *que ainda estão vivos, moram em Cuiabá e são poderosos.* (Depoente B)

Apreende-se nos dois depoimentos que a memória apresenta significados diferentes. A expressão da memória da primeira depoente demonstra que ela tinha e ainda tem uma ligação afetiva com o passado, sente saudade da usina. Ela coleciona, em sua casa, vários objetos que pertenceram à usina, como garrafões de aguardente, oratório onde ficava a imagem de Sant'Ana, a padroeira da usina, os pequenos sinos que a mulher do coronel

[34] Frederic C. BARTLELL, In: SQUIRE, Larry R. *Memória: da mente às moléculas*, p. 18.

utilizava para chamar os empregados domésticos. Disse-nos, justificando, que é uma história que faz questão de conservar. Já outras duas depoentes que viveram nessa mesma usina, guardam lembranças que gostariam de esquecer, lembranças estas tão doloridas que não conseguiram falar sobre elas, no decorrer do depoimento.

São esses ex-trabalhadores e ex-moradores que, por meio de suas palavras, narraram a sua versão da história vivida das usinas e não da história escrita[35], de uma história vivida e conhecida por dentro, pela qual experimentaram a amargo sabor do açúcar[36], sabor este amortecido com as doses diárias de aguardente ingeridas antes de começarem o trabalho.

O registro dessa história vivida e conhecida por dentro só pôde ser feito, segundo Raphael, através da fonte oral - os depoimentos, que "nos permite penetrar nas esferas e nos lugares sociais inacessíveis à simples informação escrita e dar a palavra aos esquecidos da história. Ela desvela a lógica em ação de certos comportamentos"[37]. O autor assinala também que é o depoimento que "incita a se retratarem homens que não o fariam espontaneamente por escrito"[38]. Nós acrescentaríamos que os depoimentos possibilitam também dar a palavra aos esquecidos dos esquecidos: aos pobres e analfabetos, que só podem "se dizerem"[39] pela faculdade da fala, que lhes permitem exprimirem-se por meio das palavras porque, mesmo que quisessem expressar-se por escrito, não poderiam fazê-lo. Isto em virtude de não ter-lhes sido concedido o direito de aprender a escrever, como nos revelaram os depoimentos dos ex-trabalhadores das usinas de açúcar de Santo Antonio de Leverger.

---

[35] Maurice HALBWACHS, *Memória Coletiva*, p. 60.
[36] Marc BLOCH, *Introdução à História*, p. 43.
[37] Freddy RAPHAEL, Le travail de la mémoire et les limites de l'histoire orale. *Annales* (1): p. 127.
[38] Ibid., p. 127.
[39] Maria INÊS ROSA, *Trabalho, Subjetividade e Poder*, p. 8.

É, então, mediante as palavras desses esquecidos, ou seja, através de suas versões, ancoradas em vivências comuns e partilhadas que, daqui para frente, iremos alinhavando uma outra perspectiva da história das usinas e dos coronéis.

## 2.2 Percurso da pesquisa de campo: dois momentos

Esse alinhavamento dessa outra perspectiva da história das usinas e dos coronéis, como já mencionado, se ancora nos depoimentos dos ex-trabalhadores e dos ex-moradores[40] das usinas, obtidos por meio de entrevista.

As entrevistas, como veremos a seguir, foram realizadas em dois momentos da pesquisa de campo. O Primeiro Momento é composto por 17 entrevistas realizadas com ex-trabalhadores e ex-moradores das usinas. O Segundo Momento ocorreu com a finalidade de se obter mais dados sobre a falência da usina Maravilha e, por extensão, de seu proprietário, o coronel Palmyro Paes de Barros. Foram realizadas 7 entrevistas, duas com ex-trabalhadores dessa usina, um deles o Depoente A, que consta da Tabela I, que já havia sido entrevistado no primeiro momento, e o Depoente W que consta da Tabela III, que apresentaremos a seguir. Dois dos entrevistados tiveram relações comerciais ou de amizade com o coronel, que são, respectivamente, os depoentes R, S e o filho da governanta da usina Maravilha, Depoente V; a filha do coronel, Depoente U e uma ex-moradora da usina Aricá, Depoente T, conforme constam dessa última tabela.

[40] Cf. nota 7 do presente capítulo quanto a explicação da condição de moradores.

Compõem, ainda, esse Segundo Momento 5 entrevistas cedidas pelo Arquivo Oral do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal de Mato Grosso. Essas entrevistas fazem parte do Projeto Usina de Açúcar em Mato Grosso e foram realizadas pela então funcionária e jornalista do referido Núcleo[41], entre os anos de 1980 a 1986.

As cinco entrevistas são importantes porque tratam da vistoria realizada, em 1931, pelo Interventor Federal, coronel do Exército Antonino Mena Gonçalves, nas usinas Aricá e Conceição. Os depoimentos desses 5 entrevistados, entre eles o filho do coronel João Celestino Corrêa Cardozo, proprietário da usina Conceição, e a de um parente próximo do coronel Virgílio Nunes Ferraz proprietário da usina Aricá, têm, a nosso ver, uma importância ímpar por apresentarem a vistoria sob a ótica dos coronéis, a qual difere da ótica dos registros da história oficial.

Por fim, queremos registrar que em todas as entrevistas por nós realizadas, com exceção de uma, todos os demais depoentes entrevistados, ao fazerem referência aos proprietários das usinas, os tratam até hoje por "coronéis" e nunca como ex-coronéis, embora eles já estejam mortos há alguns anos. Os tratam por coronéis, em primeiro lugar, porque *o coronel* que os depoentes rememoram e com quem conviveram é para eles um coronel "vivo" e não morto pois:

> Quando percorremos uma vez mais os lugares da memória, os mortos perfilam-se em torno de nós em número cada vez maior. A maior parte

[41] Martha Arruda Dias de Paiva hoje está aposentada e mora na cidade do Rio de Janeiro. Tentamos contatá-la por meio de telefone e de e-mail com a finalidade, em primeiro lugar, para pedirmos autorização para transcrevermos os depoimentos de acordo com as normas da língua escrita e, em segundo, para obtermos maiores informações sobre o Projeto em si, uma vez que não encontramos seu registro na Coordenação de Apoio à Pesquisa-UFMT e nem no Núcleo onde a funcionária trabalhou. Ela não respondeu a nenhum de nossos contatos.

> dos que nos acompanharam já nos abandonou. Mas não podemos apagá-los como se nunca tivessem existido. No momento em que os trazemos à mente, os fazemos reviver e ao menos por um instante eles não estão de todos mortos, não desapareceram do nada (...)[42].

Durante todos os depoimentos, exceto o depoimento da filha do coronel Palmyro, os demais, quer seja de ex-trabalhador, quer seja de ex-morador, quer seja de pessoas que mantiveram relações de amizade ou comerciais com os coronéis, fizeram "reviver" os mortos, no caso o coronel, transformando-o, se assim podemos dizer, "em morto vivo". Aliás, "pode-se, talvez, melhor dizer"[43], mais vivo do que morto. E os mortos estão mais vivos do que mortos porque "(...) a memória supõe a presença da ausência, ela continua a ser o ponto essencial entre o passado e o presente (...)"[44], em outras palavras, é o ir e vir próprio da memória mediado pela não cisão entre o passado e o presente do tempo vivido.

Em segundo lugar o tratamento *coronel*, veementemente utilizado pelos depoentes, está relacionado à memória coletiva, no que se refere à permanência heráldica[45] que está imbricada nos títulos, especialmente naqueles que designavam denominação honorífica, concedidos por autoridades municipais, estaduais e federais àquelas pessoas que julgavam merecedoras[46]. Todavia, o merecimento honorífico está intimamente ligado ao poder econômico e político que o "merecedor" possuía no município. Entre esses títulos concedidos, o mais proeminente, tanto na memória individual, quanto na memória coletiva, ou ainda quer na memória oficial, quer na memória subterrânea, é o de coronel:

---

[42] Norberto BOBBIO, *O tempo da memória: De senectude e outros escritos autobiográficos*, p. 3.9. (Destaques nossos)
[43] Carlos JOSÉ REIS, *Tempo história e evasão*, p. 123.
[44] François DOSSÉ, *História e Ciências Sociais*, p. 98.
[45] Luis da CÂMARA CASCUDO, *Sociologia do açúcar pesquisa e dedução*, p. 65.
[46] Eul-SOO PANG, *Coronelismo e Oligarquiass 1889 - 1930*, p. 30; Lenine de CAMPOS PÓVOAS, *O ciclo do açúcar e a politica de Mato Grosso*, p. 59.

> (...) o tratamento de "coronel" começou desde logo a ser dado pelos sertanejos a todo e qualquer chefe político, a todo e qualquer potentado. Até a hora presente, no interior de nosso país, quem não for diplomado por alguma escola superior (donde o "doutor", que legalmente não cabe sequer aos médicos licenciados) gozará fatalmente, na boca do povo, das honras de "coronel (...)"[47].

Poder-se-ia dizer que as palavras do autor indicam que, com relação à concessão de títulos honoríficos de *coronéis* a pessoas que já possuíam posses econômicas e por meio delas poder político, é o ponto comum entre a memória oficial, e a memória subterrânea, uma vez que ambas se ancoraram na tradição que foi se inscrevendo na história. Todavia, há somente este aspecto comum entre ambas memórias. Isto porque a memória oficial legitima o título de coronel como meio de se obter poder político devido à posição econômica que "o agraciado" com o título de coronel possuía, como é o caso de Mato Grosso onde as autoridades políticas concediam "título de coronel (...) a uma pessoa que atingia certa idade destacada posição social e, por vezes, ostentava sólida situação financeira. Era um sinal de respeito e da estima que lhe votavam os seus concidadãos"[48]. Entre os que "ostentavam sólida situação financeira" estavam os proprietários das usinas de açúcar, os quais receberam o título de *coronel*.

Por fim, podemos dizer que os depoentes se referiam aos ex-coronéis, que jazem em seus túmulos, na condição de coronéis porque internalizaram, consciente ou inconscientemente, esse título honorífico que se finca, sobretudo, tanto naquelas concepções de "poder como coisa", sua instrumentalização e personificação na "pessoa

---

[47] Basílio de MAGALHAES, In: LEAL, Victor Nunes, *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, p. 289. A expressão "até a hora presente" é referente ao ano de 1946 ou 1947.
[48] Lenine de CAMPOS PÓVOAS, *O ciclo do açúcar e a política em Mato Grosso*, p. 59.

do"[49] coronel, quanto no exercício de sua *"dominação pessoal"*[50]. Desse modo, o coronel sobrevive a sua morte, para os depoentes. Nesse sentido,

> (...) Talvez a memória seja aliás apenas essa "rememoração" ou chamamento pelo outro, cuja impressão se traçaria como em sobrecarga sobre um corpo há muito tempo alterado já mais sem o saber. Essa escritura originária e secreta "sairia" aos poucos, onde fosse atingida pelos toques. Seja como for a memória é tocada pelas circunstâncias, como o piano que "produz" sons ao toque das mãos. Ela é o sentido do outro (...)[51].

Assim "como o piano que "produz" sons aos toques das mãos", as lembranças dos depoentes por meio de suas *"vozes"* ecoaram e romperam o silêncio da história dos *"vencidos"*.

### 2.2.1 O Primeiro Momento[52] da pesquisa

A pesquisa de campo constitui-se de dois momentos. O primeiro está diretamente vinculado à apreensão e análise do cotidiano das usinas de açúcar, localizadas na região de Santo Antonio de Leverger. O segundo refere-se à nossa pesquisa de doutorado.

---

[49] Maria INÊS ROSA, *Usos de Si e Testemunhos de Trabalhadores.Com Estudo Crítico da Sociologia Industrial e da Reestrutução Produtiva*, p. 41.
[50] Maria Sylvia de CARVALHO FRANCO, *Homens livres na ordem escravocrata*, p. 61.
[51] Michael de CERTEAU, *A invenção do cotidiano: I arte de fazer*, p. 163.
[52] Vamos nos inspirar em Maria INÊS ROSA, *Usos de Si e testemunhos de trabalhadores. Com Estudo Crítico Sociologia Industrial e da Reestruração Produtiva*, particularmente o Capítulo 3. Trabalhadores, Trabalho e Pesquisa de Campo, p. 77-109.

O Primeiro Momento da pesquisa concerne ao projeto de pesquisa por nós coordenado[53] cujo objetivo primordial era "registrar", mediante a entrevista, "a voz e, através dela, a vida, o "pensamento"[54] e a memória dos velhos ex-trabalhadores e dos velhos ex-moradores das usinas de açúcar que residiam na cidade de Santo Antonio de Leverger. Os moradores vivenciaram o apogeu e o declínio econômico das usinas de açúcar que operaram desde as duas últimas décadas do século XIX à primeira metade do século XX.

O objeto de estudo do projeto de pesquisa, através dos depoimentos dos ex-trabalhadores e ex-moradores, constituiu-se no registro da memória das usinas: das relações de trabalho que nelas vigoraram depois de 1930, e através dessas relações o regime coronelista. Este período é marco cronológico para a historiografia oficial, que o considera como o fim das relações de trabalho semi-escravo existente nas usinas e também como o declínio do poder econômico e político dos coronéis usineiros, na política do Estado de Mato Grosso[55].

Podemos dizer ainda que o objeto de estudo do referido projeto consistiu em registrar a continuidade da história das usinas, do coronelismo usineiro e da escola através da memória dos sujeitos que vivenciaram o período pós-1930: ou seja, buscamos apreender o seu cotidiano nas usinas de açúcar, convivendo numa relação direta com seus

---

[53] Projeto de pesquisa: "O cotidiano no tempo das usinas em Santo Antonio de Leverger e o currículo escolar negado foi desenvolvido por uma equipe composta de cinco pessoas: duas professoras, Ozerina Victor de Oliveira e nós, coordenadora; três bolsistas: Mariadna Mendes Pereira, Maisonete Pinto da Silva e Sirlene Aparecida de Freitas. A primeira bolsista ficou encarregada da atividade de pesquisa, localizar e agendar as entrevistas com as pessoas que haviam trabalhado e/ou morado nas usinas de açúcar, a segunda, devido ao domínio que tinha da linguagem regional fez a atividade de transcrição das entrevistas e a terceira digitou as entrevistas e os relatórios semestrais que eram encaminhados à Coordenação de Apoio à Pesquisa - CAP - UFMT".

[54] Ecléa BOSI, *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, p. 37.

[55] Com exceção de PÓVOAS, Lenine de Campos. *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso.* Cuiabá: IHGMT, 1983.

proprietários, os coronéis usineiros. Isto é, registramos os "fatos miúdos" do cotidiano nas usinas e, por conseguinte, "a vida miúda"[56] desses ex-trabalhadores e ex-moradores. Em outras palavras, buscamos registrar esses "restos de vida" desses sujeitos "anônimos"[57] esquecidos e desprezados pela historiografia oficial de Mato Grosso.

Foi justamente a riqueza desse conjunto de "miúdos", desses "restos de vida", que nos instigou a darmos continuidade à problemática desse projeto em nossa pesquisa de doutorado, aprofundando a questão da memória em relação ao tema trabalho nas usinas e o universo cotidiano dos que aí viveram: os trabalhadores e moradores. Todavia, consideramos os depoimentos dos ex-trabalhadores e dos ex-moradores portando a memória do tempo das usinas, dos coronéis, das relações de trabalho no período pós-1930, em contraposição à memória registrada pela historiografia oficial. Esta registrou a história das usinas e dos coronéis, sob a perspectiva da história oficial, quer dizer, a dos "vencedores". "Escrever a história dos vencidos exige a aquisição de uma memória que não consta nos livros da história oficial"[58]. Nesse sentido, é que consideramos os depoimentos dos ex-trabalhadores e dos ex-moradores enquanto guardiões dessa memória[59] e ausentes nessa historiografia.

Ressalte-se que a continuidade da investigação da problemática acima referida, em ambos os projetos de pesquisa, está assentada em uma outra, a da continuidade do poderio dos coronéis usineiros na região, que estende de 1900-1950.

As entrevistas do Primeiro Momento foram realizadas durante os períodos de recesso escolar, de dezembro de 1998 e julho a dezembro de 1999, em razão de as

[56] Ecléa BOSI, *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, p. 95-363.
[57] Ibid., p.13.
[58] Jeanne MARIE GAGNEBIN, *Os cacos da História*, p. 67.
[59] Yosef HAYIM YERUSHALMI, *Zakhor: história judaica e memória judaica*, p. 18.

estudantes bolsistas serem professoras da rede pública e, como tais, nesses períodos, elas usufruíam as férias e, ao mesmo tempo, se dedicavam à realização das entrevistas. Para realizá-las, solicitamos ao setor de transporte da Universidade veículo, para quatro pessoas porque a cidade de Santo Antonio de Leverger fica distante 35 km de Cuiabá. A Universidade atendeu nossa solicitação. O atendimento fora facilitado por ser período de recesso e também de férias para os professores na universidade, época em que o setor de transporte é menos solicitado. Foram realizadas um total de 17 entrevistas, conforme pode-se observar na tabela.

Foram realizadas um total de 17 entrevistas. Elas correspondem ao Primeiro momento da pesquisa de campo e são apresentadas na Tabela I, abaixo, de acordo com sua ordem de realização.

**Tabela I - Entrevistas do Primeiro Momento da pesquisa de campo, por ordem de realização.**

| Entrevista | Mês/Ano | Depoente | Idade | Sexo | Usina | E. T. | E. M. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Dez./1998 | A | 84 | M | Maravilha | X | |
| 2 | Dez./1998 | B | 71 | M | Conceição | X | |
| | | | | | Flechas | X | |
| 3 | Dez./1998 | C | 70 | M | Maravilha | X | |
| 4 | Jul./1999 | D | 65 | M | Conceição | X | |
| | | | | | Aricá | X | |
| 5 | Jul./1999 | E | 50 | F | Maravilha | X | |
| 6 | Jul./1999 | F | 86 | F | Maravilha | X | |
| 7 | Jul./1999 | M | 71 | M | Maravilha | X | |
| 8 | Jul./1999 | H | 72 | F | Maravilha | X | |
| 9 | Dez./1999 | I | 63 | F | Conceição | | X |
| 10 | Dez./1999 | J | 55 | F | Aricá | | X |
| 11 | Dez./1999 | K | 74 | M | Maravilha | X | |
| 12 | Dez./1999 | L | 66 | F | Aricá | X | |
| | | | | | Flechas | X | |
| 13 | Dez./1999 | M | 56 | F | Aricá | | X |
| 14 | Dez./1999 | N | 58 | F | Aricá | X | |
| | | | | | Maravilha | X | |
| 15 | Dez./1999 | O | 63 | F | Conceição | X | |
| 16 | Dez./1999 | P* | 65 | F | Aricá | X | |
| 17 | Dez./1999 | Q | 87 | M | Flechas | X | |

As siglas E.T. e E.M. significam: Ex-trabalhador. E.M.: Ex-morador.

* A entrevista da depoente P não foi possível ser transcrita em virtude de sua voz extremamente baixa, apesar de nossa solicitação para que a elevasse.

Na tabela I, dentre os entrevistados, 10 são mulheres, das quais uma já faleceu, e 7 são homens, tendo um já falecido. Destaque-se que na faixa etária dos entrevistados, 3 têm mais de 80 anos e cinco mais de 70 anos, e, após tantos anos transcorridos de suas existências, se dispuseram a "nos dizer"[60] sobre as suas "feridas abertas de suas memórias"[61], convocados que foram a manifestá-las, no decorrer das entrevistas. E o mesmo o fizeram os demais 7 entrevistados cuja idade variavam em torno de mais de 60 a 50 anos.

Chamamos atenção que na tabela I há quatro entrevistados, ex-trabalhadores, que trabalharam em duas usinas em períodos diferentes. Isto se deu, por razões de ordem familiar, como por exemplo, a família morava na localidade da usina e lá trabalhava, já adulto, o entrevistado mudou-se para outra localidade onde se situava a outra usina. É o caso dos depoentes B, D L e N. Também houve uma outra razão para um dos entrevistados trabalhar em duas usinas, a de sua dispensa, obrigando-o a trabalhar em outra usina, já não mais na ocupação de gerente, mas na ocupação de trabalhador braçal. É o caso do depoente L.

A partir da tabela I, apresentamos a tabela II, abaixo. Nela destacamos os anos de trabalho e de moradia nas usinas e a função dos ex-trabalhadores.

---

[60] Maria INÊS ROSA, *Trabalho, Subjetividade e Poder*, p.8.
[61] Henry ROUSSO, A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta, AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*, p. 95.

**Tabela II - Entrevistas: distribuição dos anos de trabalho e função nas usinas.**

| Entrevista | Depoente | | Idade | Sexo | Usina | Anos que trabalhou na usina | Anos que morou na usina | ocupação |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | E.T. | E.M. | | | | | | |
| 1 | A | — | 84 | M | Maravilha | 17 | 17 | E.S.P.C |
| 2 | B | — | 71 | M | Conceição | 17 | 17 | T.R |
| | | | | | Flechas | 09 | 09 | T.R |
| 3 | C | — | 70 | M | Maravilha | 24 | 24 | T.R |
| 4 | D | — | 65 | M | Conceição | 08 | 08 | T.R |
| | | | | | Ariçá | 11 | 11 | T.R |
| 5 | E | — | 50 | F | Maravilha | 07 | 07 | T.R.D |
| 6 | F | — | 86 | F | Maravilha | 37 | 37 | T.R.D |
| 7 | G | — | 71 | M | Maravilha | 26 | 26 | T.R |
| 8 | H | — | 72 | F | Maravilha | 27 | 27 | T.R |
| 9 | — | I | 63 | F | Conceição | — | 12 | — |
| 10 | — | J | 56 | F | Aricá | — | 08 | — |
| 11 | K | — | 74 | M | Maravilha | 28 | 28 | T.R |
| 12 | L | — | 66 | F | Flechas | 13 | 13 | G |
| | | | | | Aricá | 10 | 10 | T.R |
| 13 | — | M | 55 | F | Aricá | — | 11 | — |
| 14 | N | — | 58 | F | Aricá | 11 | 11 | T.R |
| | | | | | Maravilha | 10 | 10 | T.R |
| 15 | O | — | 63 | F | Conceição | 12 | 12 | T.R |
| 16 | P | — | 65 | F | Aricá | 22 | 22 | T.R |
| 17 | Q | — | 84 | M | Flechas | 03 | 03 | T.R |
| | | | | | Flechas | 12 | 12 | T.R.D.M |

As siglas da ocupação significam:

T.R. = Trabalhador Rural; T.R.D. = Trabalhador Rural Doméstico; E.S.P.C. = Estafeta, Segurança Pessoal do Coronel; T.R.D.M. = Trabalhador Rural Doméstico, depois mecânico. G. = Gerente.

Chama-nos a atenção que no total de 14 ex-trabalhadores entrevistados 12 trabalharam mais de 10 anos na mesma usina, entre 11 a 37 anos. Aqueles cujos anos de

trabalho variam em torno de 17 a 37 são os que possuíam mais idade, girando na faixa etária de 65 a 86 anos e totalizam 8 ex-trabalhadores, mais da metade desse total. Chama-nos a atenção, ainda, que desse total de 8 ex-trabalhadores dois deles trabalharam de 7 a 10 anos na usina, os quais situam-se na mesma faixa etária. Ressalte-se que um destes ex-trabalhadores conta com a idade de 84 anos. Ele trabalhou na usina Flechas dos 10 aos 13 anos na função de T.D.R (Trabalhador Rural Doméstico), e como salientaremos no capítulo três, ele fugiu da usina Flechas por estar sendo perseguido pelo capataz para cumprir ordem do coronel de matá-lo. Ele retornou ao Estado de Mato Grosso em 1949, contando com 34 anos de idade. Trabalhou nessa mesma usina por mais 12 anos, porém na função de mecânico.

Observe-se que 5 ex-trabalhadores trabalharam em momentos diferentes em duas usinas, como ressaltamos anteriormente na tabela I. Todavia, somando-se os anos de trabalho de cada um, veremos que esses anos giram em torno de 13 a 26 anos. Desse modo, são 13 os ex-trabalhadores cujos anos de trabalho se situam na faixa de 11 a 37 anos.

Saliente-se, segundo as informações obtidas, 8 dos 14 ex-trabalhadores começaram a trabalhar desde a infância, com exceção do depoente A que começou trabalhar com trinta anos na usina Maravilha. Assim se distribui a faixa etária desses 8 ex-trabalhadores: 2 com 7 anos, 3 com 8 anos, 1 com 9 anos, 1 com 10 anos e um com 13 anos. Chama-nos a atenção que apenas 2 ex-trabalhadores contavam com 7 e 8 anos de idade e trabalharam 7 e 12 anos respectivamente nas usinas Conceição e Aricá. Os demais viveram e trabalharam, grande parte de sua existência, tida como tempo útil para o trabalho, nas usinas. Este tempo varia de 22 a 37 anos de trabalho, ininterruptos, nas usinas. Ressaltamos que a depoente P, desde os 7 anos de idade, trabalhou durante 22 anos; já a depoente H, trabalhou durante 27

anos, a contar dos 8 anos de idade; o depoente K, na ocasião com 10 anos, trabalhou durante 28 anos; e a depoente F, que tinha 13 anos, trabalhou durante 37 anos.

Ao confrontarmos as ocupações dos 14 ex-trabalhadores, 11 exerciam as atividades de ocupacionais de T.R. (Trabalhador Rural); já 3 desempenharam as atividades ocupacionais de T.R.D. (Trabalhador Rural Doméstico), o que significava que estes ex-trabalhadores desenvolviam essas atividades no campo e na Casa Grande. Entre esses 3 ex-trabalhadores, há aquele que trabalhou em um outro momento, durante 10 anos, na mesma usina, na atividade da ocupação de mecânico; por último, 1 exercia as atividades de ocupação de E.S.P.C. (Estafeta e Segurança Pessoal do Coronel) e o outro, desempenhava a atividade de ocupação de G. (Gerente), porém quando fora dispensado da usina Fechas onde exercia esta atividade foi admitido, numa outra usina, na ocupação de T.R. (Trabalhador Rural).

Chamamos a atenção que todos esses ex-trabalhadores não possuíam a *"Carteira de trabalho assinada"*, conforme suas palavras, com exceção do depoente L que a obtivera, em virtude de a ocupação de Gerente a qual estava adstrita ser assegurada, por lei, conforme a C.LT. (Consolidação das Leis do Trabalho). Veremos mais adiante, ainda neste capítulo, que ao trabalhador rural não era reconhecida a cidadania prevista nessa legislação, na condição de trabalhador. Este estatuto só contemplava o trabalhador urbano especificamente do setor industrial.

Retomemos à pesquisa de campo no que tange à realização das entrevistas. Estas eram realizadas a cada viagem de Cuiabá à Santo Antonio de Leverger. Assim eram feitas, em função do cumprimento do horário de trabalho do motorista, que se estendia das 7 às 12horas, ou das 13 às 17horas. As três bolsistas participaram de todas as entrevistas. Todas

faziam suas anotações durante a realização das entrevistas. Uma delas tinha a capacidade de deixar a pessoa à vontade e o fazia com extrema delicadeza, fundada no conhecimento das peculiaridades lingüísticas dos entrevistados, e no fato de ser oriunda do Rio Abaixo, que congrega os mato-grossenses natos, se assim podemos dizer. Isto significava que a bolsista também conhecia o universo da pesquisa. Por tudo isto, é que lhe confiamos a transcrição das fitas de entrevistas. Transcreveu-as considerando essas particularidades que se faziam presentes nas falas - nas palavras - dos entrevistados[62], por exemplo, a

> permuta do l em r, no grupo pl, como pranta, por planta, prano, por plano, o som forte tch em vez de ch e x, em Coxipó ( Cotchipó), encheu (entcheu), peixe (peitche, (...) também o palatal ge tem o valor de dge: gente dgente), caju (cadju). O ditongo ai não raro é substituído por ei: teipa, em taipa, reiva (raiva), e o ei por ê, em bichera, por bicheira, companhêro (companheiro).[63]

No decorrer da transcrição, foi colocado o significado das palavras que não compreendíamos, bem como foram feitas todas as observações: falou baixo, falou alto, voz triste, silêncio etc.

As entrevistas foram norteadas "por um equilíbrio de perguntas abertas e fechadas"[64] com a finalidade de registrarmos, por meio da fonte oral, o cotidiano das usinas de Santo Antonio de Leverger. Através desse "equilíbrio" suscitávamos as lembranças dos depoentes.

---

[62] Doravante não mais nos referiremos ao termo entrevistado mas depoente por consideramos que no transcurso da entrevista ele narra a *sua* história, *dizendo* de suas lembranças do tempo de ex-trabalhador e de ex-morador da usina.
[63] Virgílio CORRÊA FILHO, *História de Mato Grosso*, p. 654.
[64] Paul THOMPSON, *A voz do passado: história oral*, p, 260.

Saliente-se que logo na primeira entrevista, quando o depoente começou a narrar suas lembranças, apreendemos que o cotidiano não existia sem a presença do coronel, o proprietário das usinas. Isto se apresentou em todas as demais entrevistas. As lembranças dos depoentes reportavam-se à pessoa do coronel e as suas ações, no sentido de como ele comandava a usina e a vida das pessoas que nela trabalhavam. Ele os tratava como uma *coisa*, no caso como meio de produção, e extensão do engenho. Como *coisa* ele os equivalia ao engenho e à cana-de-açúcar, aliás, produto do trabalho dos depoentes, ex-trabalhadores da usina.

Tivemos a preocupação de registrarmos o grau de escolaridade dos depoentes, uma vez que havia escola em três usinas (Conceição, Aricá e Itaici). Todavia, a escola só surgia integrada ao cotidiano:

> *mas eu não estudei, eu trabalhava desde de muito criança com meu pai com minha mãe aprendi a escrever meu nome e a ler alguma coisinha depois de velho, com o Mobral,* (Movimento Brasileiro de Alfabetização de Adulto*) em Santo Antonio. Na usina eu só trabalhava, levantava de madrugada para ir trabalhar, não tinha tempo de ir para a escola.* (Depoente D)

Depois de uns minutos de silêncio acrescentou:

> *Eu trabalhava até nos dias de domingo e feriado, na nossa roça, porque o coronel permitia que a gente plantasse arroz, feijão, milho, mandioca, mas só podíamos fazer isso nos dias que não trabalhássemos na usina porque, nos outros dias, era no canavial, no engenho, na roça da usina.* (Depoente D)

Ao formularmos questões diretas sobre a escola, se elas existiam nas usinas e se o depoente a elas havia tido acesso, de imediato, respondiam sim ou não. Porém, como se depreende do depoimento antes citado, o depoente se refere à escola na medida em que se

reporta ao seu cotidiano de trabalho, que açambarcava o tempo de sua existência: "*eu trabalhava até nos dias de domingo e feriado*" - o seu cotidiano era o trabalho, que excluía a escola e o seu acesso.

Dentre os 17 depoentes, apenas um tinha o segundo grau completo, 2 tinham o primeiro grau, conforme a denominação de então, e os demais eram semi-analfabetos ou analfabetos. Com exceção de 2 depoentes, todos os demais eram oriundos de Santo Antonio de Leverger. Daqueles, um nascera em Puerto Soares, Bolívia, e o outro no Estado do Ceará. Do total dos depoentes, havia 7 homens e 10 mulheres.

Ao solicitarmos ao depoente que nos explicasse qual era a faixa etária que compreendia "*o desde de muito criança*", respondeu-nos

"*8 anos*".

O trabalho que exercia era o de conduzir uma junta de bois:

> *eu era o condutor, andava na frente dos bois, estes bois puxavam os vagões que transportavam a cana do canavial para a usina, os vagões eram iguais aos carros de bois, só que era de ferro, tinham rodas de ferro para andar nos trilhos. Os vagões eram puxados por oito bois. Quando eu tinha dez anos um boi me imprensou no vagão eu quebrei a clavícula.* (Depoente D)

No transcurso da realização das entrevistas, os depoentes nos informaram que as crianças que tinham acesso à escola e a freqüentavam eram os filhos dos encarregados das usinas (os capatazes), que moravam nas terras das usinas, e os filhos dos fazendeiros e dos sitiantes que moravam próximo às usinas.

O trabalho infantil nas usinas de açúcar desde tenra idade, segundo Aleixo, era respaldado num contrato estabelecido entre o pai da criança e o coronel. Para a autora, a utilização da mão-de-obra infantil foi a forma encontrada pelo coronel de subordinar toda a família na produção da usina:

> Das crianças se valiam para garantir o recrutamento e fidelidade da mão de obra. O trabalho infantil orientado pelos pais, servia de base à manutenção da condição de dependência do camarada à usina. Utilizava-se delas na roça de subsistência, na confecção de sacos, teares, na fabricação da farinha, na pilagem do arroz, na carpa dos canaviais, no transporte e no processamento da cana, entre outros afazeres. Vale registrar que isso se dava principalmente nas tarefas em que o pai ou a mãe estivesse presente. Aos pais competia a responsabilidade, quanto ao trabalho e quanto à subordinação, bem assim a disciplina de seus filhos[65].

Temos outro registro com relação ao trabalho infantil nas usinas. Este registro se refere à usina Aricá. Os trabalhadores da usina eram classificados em três categorias, de acordo com a sua qualificação profissional. A primeira categoria constituía-se de técnicos especializados, responsáveis pela manutenção e funcionamento da usina; a segunda era formada pelos trabalhadores que se ocupavam da fabricação do açúcar, estes eram considerados como mão-de-obra qualificada. A última categoria era composta pela maioria dos trabalhadores da usina, constituía-se daqueles que se ocupavam das atividades da agricultura: plantação da cana, limpeza dos canaviais, corte de lenha, limpeza da cana antes de ir para esteira. Estes trabalhadores eram denominados de mão-de-obra semiqualificada.[66]

---

[65] Lúcia Helena GAETA ALEIXO, "*Vozes no silêncio: subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso (1888-1930)*", p.190.
[66] Maria Augusta CAMPOS FERRAZ, *Aricá: uma usina do Rio Abaixo*, p. 38.

Era na categoria de mão-de-obra semi-qualificada, como pontua Ferraz, que se integrava o trabalho infantil:

> Ainda na mão-de-obra semi-qualificada, se enquadravam as crianças que a partir dos dez a doze anos, eram aproveitadas como lavadores de garrafas. (...) Não obedeciam, no entanto, o sistema de rodízio de pessoal mesmo porque o serviço das crianças era esporádico pois nessa idade dedicavam-se mais ao estudo[67].

A maneira como a autora se expressa pode levar à compreensão de que todas as crianças em idade escolar, tiveram acesso à escola primária existente na usina Aricá, mas as crianças às quais ela está se reportando são aquelas que nos referimos anteriormente. A nosso ver, as palavras da autora camuflam o fato de as crianças, filhas dos trabalhadores, não terem acesso à escola da usina Aricá, devido, como bem o disse Benjamim, "a empatia" de Ferraz "com o vencedor"[68], no caso seu sogro, coronel Virgílio Nunes Ferraz, que era o proprietário da usina.

Podemos dizer que as garrafas lavadas pelos alunos, durante o "*recreio*", consistiam numa atividade de trabalho da usina exercida na escola, pelos alunos. Lavar garrafas significava também uma transgressão ao Regimento de Instrução Pública que proibia que as crianças exercessem qualquer atividade que não fosse a do estudo, enquanto estivessem na escola[69]. O não cumprimento do Regimento, que tinha força de lei, demonstra o poder local do coronel, principalmente se considerarmos que a professora era cedida pelo Estado, não sendo, pois, uma funcionária da usina. Os depoimentos reiteraram que a professora era concursada, isto é, era funcionária pública e efetiva.

---

[67] Ibid., 43. (Destaques nossos).
[68] Walter BENJAMIM, *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*, p. 225.
[69] Elizabeth MADUREIRA SIQUEIRA, *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*, p. 132-133.

Um acontecimento ocorrido no decorrer do levantamento de dados secundários, quando de nossa volta a campo em março de 2003, corrobora e reforça a existência do trabalho infantil e, por conseguinte, o exercício do poder do coronel, para quem inexistia a ordem jurídica, no caso a lei de Proteção a Criança, dispondo sobre a proibição do trabalho infantil.

No museu de Santo Antonio de Leverger, cujo prédio foi inaugurado pela prefeitura em 16 de junho de 2000, encontram-se objetos antigos e fotos antigas da cidade. As fotos só foram expostas para o público em 2002 e há as do período dos coronéis usineiros. Havia entre elas uma foto das crianças/alunos da escola primária da usina Aricá, lavando garrafas. Uma das crianças era uma de nossas depoentes, a depoente J, ex-moradora da usina e ex-aluna, que no transcurso da entrevista disse-nos que durante o "*recreio*" lavava garrafas. A informação sobre a existência da foto foi-nos prestada por uma ex-bolsista, participante da pesquisa de campo, aquela que colaborou na aplicação das entrevistas, conforme observamos. Ela nos disse:

> *Professora eu tenho uma surpresa que a senhora vai adorar. Está exposto no museu uma fotografia dos alunos da usina Aricá lavando garrafas! Eu vou levar a senhora lá.* (Diário de campo)

Ao chegarmos ao museu, porém, a foto havia sido retirada. Foi visível a surpresa e a decepção da ex-bolsista, e a nossa, ela dizia, reiterando:

> *Professora estava aqui, neste espaço vazio, a senhora está vendo, tiraram a foto, tiraram eu vi, estava, aqui.* (Diário de campo)

A ex-bolsista dirigiu-se à funcionária do museu e perguntou-lhe:

*onde está a foto dos alunos lavando garrafas que estava aqui?* (Diário de campo)

A funcionária respondeu

*que não sabia* (Diário de campo)

Saímos do museu e perguntamos, de imediato, para a ex-bolsista se ela havia feito algum comentário com alguém a respeito da foto. Disse-nos:

> *Ah! Professora, eu fiquei tão contente e falei que eu tinha participado de um Projeto de pesquisa da UFMT, e que uma senhora (a depoente), que fora aluna na escola da usina, havia dito que na hora do recreio os alunos lavavam garrafas.* (Diário de campo)

Essa senhora a quem se referiu a ex-bolsista é a Depoente J cuja filha é atendente do museu. (Atualmente não mais ocupa esta função). Foi com esta funcionária que a ex-bolsista, no seu entusiasmo, teceu seu comentário.

Por que foi retirada a foto, registro e prova cabal e memória do trabalho de lavar garrafas, ao qual as crianças, na condição de alunos, estavam sujeitas? Acreditamos que tal se deve ao fato de perdurarem no tempo presente e, pois, na vida cotidiana em Santo Antonio de Leverger, de seus moradores, o passado coronelista, que ronda como um fantasma, que, por vezes, ganha concretude, nas relações interpessoais e práticas locais. Se

assim não fosse, como poderíamos entender, em pleno século XXI, a "*retirada*" desse registro e *prova*, após o comentário em questão no presente em que inexiste, há mais de meio século, o regime coronelista usineiro local, ocorrido no século passado! Haja vista, o medo sentido por essa depoente, que logo iremos referir, sendo que uma das depoentes se recusou a dar entrevistas em virtude de membros do clã de dado coronel residirem em Cuiabá.

Isto nos leva a pensar que o fenômeno do coronelismo em Santo Antonio de Leverger, em pleno século XXI, talvez não seja um *fantasma* no sentido pleno da palavra, visto ele estar não só presente na memória dos depoentes, mas ele ganhou "vida" pela clivagem de sentimentos ambíguos:

> A memória é portanto algo que "atravessa" que vence obstáculos, que "emerge", que irrompe: os sentimentos a este percurso são ambíguos, mas estão sempre presentes. Não há memória involuntária que não venha carregada de afetividade e, ainda que a integralidade do passado esteja irremediavelmente perdida, aquilo que retorna vem inteiro, íntegro porque suas tonalidades emocionais e "charme" afetivo[70].

Os depoimentos dos ex-trabalhadores assinalam ainda que coronéis obrigavam os trabalhadores a fazerem suas compras no armazém da usina. Armazém este que fornecia aos trabalhadores os gêneros de sobrevivência, os quais eram descontados no salário do trabalhador ao final do mês. Além disso, os trabalhadores nunca sabiam o preço do que consumiam, recebiam apenas as despesas, sendo sempre superiores ao salário que recebiam. As fontes escritas, a produção de conhecimento no campo da história do período

[70] Jacy ALVES DE SEIXAS, Percursos de memórias em terras de História: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*, p. 47.

das usinas, também se referem aos armazéns das usinas. As análises dos autores convergem sobre a questão da não quitação da dívida no armazém. Analisam este fato como uma forma, a nosso ver, de dominação do coronel sobre os trabalhadores para mantê-los nas usinas e, assim, garantir a mão-de-obra, no estado de semi-escravidão, visto que os trabalhadores não podiam deixar as usinas enquanto não quitassem a dívida e, se o tentassem, eram severamente punidos[71].

Os depoimentos mostram que os trabalhadores tinham consciência desse mecanismo de coação e de dominação:

> *a conta da senhora caia ali como água para a gente não sair do serviço. (...) não tinha tempo de plantar nada, por isso ele já colocava tudo no armazém e no armazém tinha tudo, só para a senhora gastar seu dinheiro todo só ali, a senhora deixava tudo lá, (...) não tinha saldo, mas fazer o quê? (Depoente D)*

Esse exercício de poder, de coação, expressão da dominação do coronel, entendemos que advinha também da extrema situação de pobreza dos trabalhadores. A permanência deles nas usinas não se devia somente ao fato de estar devendo no armazém, mas por não terem para onde ir: onde poderiam encontrar trabalho, moradia e, mesmo devendo, garantir a alimentação da família? Isso não significa conformismo, mas falta de campo de trabalho para a manutenção de si e da família.

---

[71] Cf. Lúcia Helena GAETA ALEIXO, "*Vozes no silêncio: subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso (1888-1930)*". Cuiabá: Editora da UFMT, 1995; Rubens de MENDONÇA, *História de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT; 1967; *História do comércio em Mato Grosso*. Goiânia: Ed. Rio Bonito, 1974; Virgílio CORRÊA FILHO. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: INL, 1967. – *Indústria mato-grossense. Monografias Cuiabanas*. Cuiabá: IHGMT, 2002; Elizabeth MADUREIRA SIQUEIRA, *A ocupação pioneira do Rio Abaixo*. Cuiabá: IHGMT: 1997; *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

Essa situação se apresenta, de modo lapidar, no depoimento de uma entrevistada, que durante 37 anos trabalhou na usina Maravilha, na cozinha da casa do coronel Palmyro Paes de Barros. Ela o rejeitava, e profundamente, fazia questão que o coronel soubesse desse sentimento, transgredindo algumas de suas ordens. Às vezes transgredia no sentido de desafiá-lo como, por exemplo, de faltar ao trabalho e ficar esperando o coronel ir à sua casa para levá-la à força, tal qual ele fazia com as demais mulheres:

> *um dia tinha muita roupa para lavar, não fui trabalhar, fiquei esperando seu Palmyro, pensando: eu quero ver se ele vai me bater e me levar para a cozinha a paulada, como fez com a* (cita o nome). *Não demorou, seu Palmyro chegou e perguntou: ' porque você não foi trabalhar'? Aí eu falei: o senhor não está vendo o tanto de roupa que eu tenho para lavar! Mas eu estava com minha mão dentro do bolso de meu vestido segurando meu canivete, como eu queria que aquele homem me desse uma bofetada, eu ia cortar o braço dele. Ele ficou me olhando e eu olhando para ele, aí ele falou: 'está bem à tarde você vai trabalhar'. Quando ele saiu eu falei bem alto para ele escutar: desgraçado, tomara que morra seco. Quando cheguei à cozinha da casa grande, dona Filhinha, a mulher de seu Palmyro, me disse, sorrindo: 'que ele sentia medo de mim, sentia uns arrepios quando me olhava'. Eu aprontei com esse homem. (Depoente F)*

Essa depoente, que contava, na ocasião da realização de entrevista com 86 anos de idade, deixa claro no depoimento que não devia no armazém da usina porque fazia serviços, como buscar latas de água no rio para outras mulheres que podiam pagá-la. Igualmente aos demais trabalhadores, mantinha suas plantações, cultivando-as aos domingos. O que estamos querendo salientar e demonstrar com esse depoimento é que a dívida do armazém, contraída pelos trabalhadores, não pode ser tida como o único fator que os impedia de sair das usinas. Como destacamos anteriormente, a ausência de horizonte de trabalho, obrigava os trabalhadores a permanecerem na usina. Se assim não fosse, como explicar a permanência da depoente na usina? Seu depoimento expõe claramente que ela nunca

aceitou a forma como o coronel tratava as pessoas que trabalhavam na usina Maravilha. Entretanto, só deixou de trabalhar na usina em 1963, momento em que a maioria dos trabalhadores foi dispensada, ou seja, dois anos depois quando esta pertencia a um grupo de fazendeiros de Minas Gerais[72].

A depoente não tinha a Carteira Profissional de Trabalhador Rural, instituída pelo Estatuto do Trabalhador Rural, sancionado pela Lei n° 4.214 de 2 de março de 1963 e publicado no Diário Oficial da União em 22/03/63[73], por isso recebeu a indenização que os novos proprietários se dispuseram a pagá-la. Nesse sentido, disse-nos que recebeu vinte cruzeiros e que se sentiu injustiçada:

> *Falei para seu* (cita o nome) *esse é o dinheiro da indenização? Ele disse: 'é, o patrão mandou eu entregar para a senhora'. Falei todo esse tempo a gente trabalhando e receber só isso, seu* (cita o nome) *abaixou o rosto. Aí pensei, o que nós vamos fazer?* (Depoente F)

A depoente F é a única entre os ex-trabalhadores das usinas a fazer referência ao recebimento de indenização, por mínima que seja, o que nos induz a pensar que os demais ex-trabalhadores da usina Maravilha também receberam. No entanto, podemos analisar este fato por dois ângulos. Considerando-se, em primeiro lugar, a informação de Póvoas de que os novos proprietários da usina Maravilha a mantiveram funcionando por duas safras, a safra se estendia do mês de maio a novembro[74]. Considerando-se ainda que a depoente saíra da usina Maravilha, como nos informou, no final do mês de dezembro, no ano de 1963, o

---

[72] Lenine de CAMPOS PÓVOAS no livro *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso* assinala que, em 1961, o coronel Palmyro Paes de Barros vendeu a usina para um grupo de fazendeiros mineiros representados pelo senhor Walter Nader, que a manteve por duas safras, dois anos, 1962 e 1963. Os depoimentos indicaram que o novo proprietário da usina Maravilha a adquiriu através do pagamento das duplicatas dos empréstimos que o coronel havia contraído junto ao banco as quais não havia pago.
[73] Lei n. 4.214 de 2 de março de 1963-DOU. DE 22/03/63, p.1.
[74] Lenine de CAMPOS PÓVOAS, *O ciclo do açúcar e a política em Mato Grosso*, p. 49.

que lhe daria direito a Carteira Profissional de Trabalhador Rural, uma vez que o Estatuto do Trabalhador Rural entrara em vigor em 22 de março do mesmo ano, instituindo a obrigatoriedade da Carteira Profissional de Trabalhador Rural, como consta no "Título II – Das normas gerais de proteção do trabalhador" que em seu artigo 11 reza: "É instituída em todo o território nacional, para as pessoas maiores de quatorze anos, sem distinção de sexo ou nacionalidade, a Carteira de Trabalhador Rural, obrigatória para o exercício de trabalho rural"[75]. O parágrafo único do referido Título II prescreve "Quando o trabalhador se apresentar ao serviço sem possuir carteira, o empregador ficará obrigado conceder-lhe, durante o contrato de trabalho, três dias para que a obtenha"[76].

Desse modo, de acordo com o que prescreve o artigo 11 e o parágrafo único acima citado bem como o fato de a depoente não estar devidamente registrada, podemos concluir que o proprietário da usina Maravilha não cumprira o que determinava o Estatuto, não legalizando a situação dos trabalhadores que há anos trabalhavam na usina, como é o caso da depoente que trabalhara 37 anos. A nosso ver, isso mostra que a Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, no Estado de Mato Grosso, não estava cumprindo com a devida fiscalização.

Talvez o não cumprimento da fiscalização em parte esteja relacionado com a ausência de "associações de trabalhadores"[77] em Mato Grosso, que a partir de 1959 começaram a surgir em outros Estados do país, como Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco, e fora justamente por meio das pressões dessas associações

[75] Lei n. 4.214 de 2 de março de 1963-DOU DE 22/03/63, p. 2
[76] Ibid., p.2.
[77] Elide RUGAI BASTOS, *As ligas camponesas*, p. 79

que surgiu o Estatuto dos Trabalhadores Rurais[78]. Os trabalhadores de várias usinas de açúcar de Pernambuco chegaram a fazer greve para exigir que os usineiros cumprissem com o que estava prescrito no Estatuto[79], que não ocorrera com os trabalhadores da usina Maravilha. No entanto, a depoente F não deixou de manifestar sua solitária indignação frente à mísera indenização quando disse "*o que nós vamos fazer?*"

As palavras "*o que nós vamos fazer*?" podem ser entendidas como: para onde vamos? Isto porque sua vida, apesar de todo o sofrimento, estava ali[80]. Ela trabalhara desde os 13 anos de idade na cozinha da casa do coronel, ou na cozinha "*de seu Palmyro*", como se referia. Mas, durante esses 37 anos de trabalho, sempre teve para onde retornar pois tinha um teto que a acolhia, uma morada que, mesmo cedido pela usina, era simbolicamente seu, não correndo o risco de perdê-lo para outro trabalhador. O fato de ser despedida a fazia perder esse teto e ficar sem ter para onde voltar. Assim, expressa sua angústia:

> *Aí, quando chegou o fim do mês de dezembro veio o aviso para todo mundo mudar de lá, aí eu fiquei junto com meu compadre Gonçalo, aí ele arrumou uma casinha para mim, aí na entrada, fiquei uns dias. Aí eu pensei: queria mudar de lá, andei esse pedaço procurando casa, não achava, falei será meu Deus... Tinha uma casa lá em cima, a minha filha falou: 'mamãe a senhora quer ir lá na cidade para ver se encontra casa, pode ir, nós ficamos olhando essa casa daqui se não tiver dono, a gente fica com ela'. Chegamos lá, era uma casa velha, encontramos o dono, a casa custava dez cruzeiros. Aí vim embora, aí podemos ter sossego, ah! eu sofri bastante, Ave Maria. (Depoente F*. Destaques nossos)

[78] Cf. Elide RUGAI BASTOS, *As ligas camponesas*. Petrópolis RJ: Vozes, 1984; José de SOUZA MARTINS, *Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis RJ: Vozes, 1981.
[79] Elide RUGAI BASTOS, *As ligas camponesas*, p. 89-97.
[80] Clarice LISPECTOR, *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*, 26.

A morada ou o lugar para onde voltar significava também um espaço seu onde "podemos ter sossego".

Após expressar a sua angústia permaneceu em silêncio, por uns dez minutos, com os olhos extáticos, sem luz, distante, e tristes como se estivesse revivendo suas "silenciosas agonias"[81].

Nós a olhamos compadecida e, como estávamos sentados a seu lado, acariciamos-lhe o ombro com ternura, compartilhando com ela daquele momento doloroso. Retribuiu-nos o gesto, fixando-nos nos olhos. Seu olhar evocou-nos o poema citado por Thompson no qual o autor enfatiza e mostra a importância, do pesquisador "escutar com seriedade o que" os depoentes "têm a dizer"[82], porque os depoentes estão expressando, através de suas lembranças, um sentimento íntimo, por vezes, doloroso.

> "Ao olhar para mim, enfermeira, o que vê?
> Ao olhar para mim, o que pensa você?
> Velhinha meio tola, uma velha implicante,
> Modo de ser incerto, olhar distante,
> Que refuga a comida e não diz sim nem não
> Ao você insistir: "Prove, faço questão"...
> Isso é o que você pensa, isso é o que você vê?
> Abra os olhos, então, que essa não sou eu...
> Com dez anos, não mais que uma menina em flor,
> Tenho pai, mãe irmãos, irmãs, e muito amor.
> Moça, com dezesseis, flutuo leve, leve,
> E sonho que um amor vou encontrar em breve...
> Aos vinte e cinco, então, filhos para criar.
> Que precisam de mim para terem um lar..
> Vou chegando aos quarenta, os filhos vão-se embora,

[81] Paul THOMPSON, *A voz do passado: história oral*, p. 207.
[82] Ibid., p. 207.

Mas meu marido fica: e o coração não chora...
Mas depois ele morre e tudo se escurece:
Olho para o futuro, o medo me estremece...
Agora já velha, e a natureza é má:
Faz que o velho pareça um perfeito gagá...
Mas na velha carcaça a jovem ainda habita,
E o coração sofrido ainda palpita.
Lembro o que trabalhei, lembro o quanto sofri,
E amo e vivo, outra vez, o que amei e vivi...
Olhe bem! Olhe bem! Só assim você
Não a velha implicante: olhe, esta –sou eu.[83]

Percebemos, no final da entrevista, que a depoente estava contente, pois havia falado de "suas silenciosas agonias", de suas lembranças, como se costuma dizer, retirando-as do "fundo do baú" de seus 86 anos de vida, demonstrando que "seu ódio" para com o "seu Palmyro" exprimia "uma lembrança que permanece viva"[84]. Quando entrevistamos sua filha, ela nos informou que era a primeira vez que sua mãe falava sobre *"seu Palmyro"*, como o denominava. Apreendemos em todo o depoimento o seu ressentimento, ainda vivo, em relação ao coronel, por outro lado, mostrou-se estar vingada pelo fato de o coronel ter morrido pobre e sozinho, ex-coronel, morando numa pensão, sem condições de pagar pela hospedagem, ou como disse a depoente anciã:

*morando de favor na pensão de seu* (cita o nome), *única pessoa que o acolheu.*

Ela foi a única de todos os depoentes da usina Maravilha que, ao interrogarmos a respeito da morte do coronel, respondeu:

---

[83] H. HANZAN, *The Limbo People.* In: Paul THOMPSON, *História oral: a voz do passado, p.216.* Na nota de rodapé Thompson registra que: "a verdadeira origem desse poema, que tem sido citado em diversos lugares, não é clara, mas tem uma origem convenientemente mítica em um centro de idosos de Londres." p. 360.
[84] Paul THOMPSON, *A voz do passado: história oral, p. 206.*

*não sei o dia mas foi de madrugada e ele morreu antes de dona Filhinha, sua mulher. (Depoente F)*

Isto foi confirmado pelas entrevistas do Segundo Momento da pesquisa de campo. Aquele contentamento pode estar relacionado ao fato de a depoente ter colocado as lembranças em palavras, há tanto tempo por ela sufocadas, lembranças estas por ela guardadas durante 74 anos! E nesse momento da entrevista a depoente as reviveu, não como lembranças passadas, mas como "lembranças presentes"[85] e, assim, conjugou o passado e o presente na dimensão do tempo, que tanto a memória quanto a história conjugam, por causa da inter-relação entre passado e presente[86].

Os demais depoentes que trabalharam na usina Maravilha, tal como essa depoente, discorreram sobre a usina e o coronel Palmyro sem qualquer receio. Acreditamos que isso se deu porque a família do coronel reside no Rio de Janeiro[87]. A isso nos referimos, uma vez que nas outras entrevistas com os ex-trabalhadores das demais usinas, apareceu sempre a expressão:

*A família desse coronel tem muita gente viva que mora em Cuiabá, são vingativos e são pessoas importantes na política do Estado, moram em Cuiabá, como a senhora sabe a corda arrebenta sempre do lado do mais fraco.* (Depoente D)

Essa situação se expressou nas ressalvas que os depoentes faziam durante as entrevistas, as quais se concretizaram, em dois depoimentos. Nessas entrevistas, uma

---

[85] François BÉDARIDA, *Histoire, critique et responsabilité*, p. 69.
[86] Marc BLOCK. *Introdução à História*, p.39-46.
[87] Naquele momento, não sabíamos que a nona filha do coronel morava em Cuiabá, desde 1990, e os entrevistados disso não tinham conhecimento.

depoente ficou extremamente apreensiva, sendo notável o seu estado de medo, falava tão baixo que não foi possível a transcrição da fita.

Posteriormente, ficamos sabendo, por intermédio de outra depoente, que essa depoente era descendente de escravos cujos ancestrais trabalharam sempre na mesma usina, no caso a Aricá que, nessa época, pertencia ao clã familiar Ferraz[88].

Podemos dizer que o medo que impediu que a depoente expressasse, com palavras claras e audíveis, as suas lembranças está relacionado com a "história da memória" de seus ancestrais. "História da memória" esta que, segundo Rousso, é "(...) quase sempre uma história das feridas abertas pela memória"[89]. E foram e são essas *"feridas abertas"* que a traumatizaram, pois, como assinala Silva, "(...) O trauma é justamente uma ferida na memória"[90], uma "ferida aberta" que a depoente arrastou até a idade adulta"[91], *"ferida aberta"* esta que a depoente adquirira durante os seus 29 anos de vivência e de experiência como trabalhadora da usina Aricá, *ferida* que, ainda, não está cicatrizada. *Ferida* que voltou a sangrar no momento da entrevista, de forma tão dolorosa, que embaçou a sua voz. Contudo, *disse.*

Nesse sentido, mesmo sendo impossível transcrever a fita do depoimento, não podemos dizer que a depoente se negou a "se dizer dos sentimentos vividos"[92], falou, murmurando e gaguejando e com a alma sangrando, do medo da crueldade do coronel e da situação de dominação. Estas crueldade e dominação expressavam-se no exercício de poder

---

[88] O último coronel deste clã Virgílio Nunes Ferraz Júnior faleceu em 1988.
[89] Henry ROUSSO, A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & Abusos da História Oral*, p. *94.*
[90] Márcio SELIGMANN-SILVA, A história como trauma. In: NESTROVSKI, Arthur, SELIGMMANN-Silva, Márcio (Orgs.). *Castástro e representação: ensaios*, p. 84.
[91] Paul THOMPSON, *A voz do passado: história oral*, p. 207.
[92] Maria INÊS ROSA, *Trabalho, Subjetividade e Poder*, p. 2.

do coronel que dispunha da vida da depoente e das de seus ancestrais: ou seja, decidia se deveriam ou não continuarem vivos. A depoente falou de seu sofrimento, de seu trauma "*tão baixo*" porque "é difícil de ser transmitido a outros"[93].

A outra depoente não nos concedeu entrevista. Chegamos à sua casa, ela nos pediu desculpas, dizendo que não tinha nada de importante para nos falar. A bolsista que havia agendado a entrevista dois dias antes, disse-lhe: "*aquilo que a senhora me contou anteontem é importante*". Entretanto, de novo, pediu desculpas por não nos conceder a entrevista. A bolsista nos disse que ela lhe havia dito que o tratamento dispensado aos trabalhadores na usina Aricá era o mesmo daquele que fora dispensado ao escravo. E ao dizer isto, o fez como se, no momento presente, a usina existisse e também os trabalhadores, e estes fossem tidos como escravos. Dias depois, a depoente confidenciou à bolsista que não nos concedera a entrevista porque sentira medo em razão de alguns membros da família do coronel estarem vivos.

Essa recusa das duas depoentes de falarem sobre a usina, nos leva a afirmar que a memória do coronelismo usineiro continua viva em Santo Antonio de Leverger, muito embora os coronéis e as usinas não existam mais. Porém, o olhar severo do coronel, o proprietário da usina Aricá, agora representado pelos membros de sua família, continua a provocar, nas depoentes, o mesmo medo de outrora. Medo que pode ser considerado como "(...) uma das formas de expressão da memória coletiva (...) dos vetores pelos quais se reconstrói o passado"[94], o passado da usina Aricá, um passado de medo que ainda hoje ameaça as duas ex-trabalhadoras. O medo das duas depoentes visto como uma das

[93] Michael POLLAK, *La gestion de l'indicible. Actes de la Recherche en Sciences Sociales n. (62, 63)*, p.30.
[94] Henry ROUSSO, A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Morais, AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & Abusos da História Oral*, p. 95.

expressões vivas da memória coletiva remete ao que Halbwachs pontua: "A memória coletiva (...) é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda permanece vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém"[95].

É nesse sentido do que "ainda está vivo" e é "capaz de viver na consciência" que cada um dos depoentes, seja na condição de ex-trabalhador, seja na condição de ex-morador, revelaram em seus depoimentos: que o estado de semi-escravidão dos trabalhadores não se restringia às relações de trabalho; ele se estendia, para as suas vidas pessoais, de modo insidioso, penetrava nos seus espaços privados, privando-os do direito da fala, tal qual outrora ocorrera entre o coronel e o escravo. É sabido que a primeira mão-de-obra das usinas foi a escrava, conforme registra Siqueira:

> Considerando que a implantação das usinas rio Cuiabá abaixo somente veio a se concretizar no final do século XIX, período em que abolição da escravatura já era uma realidade no Brasil, a mão-de-obra utilizada, inicialmente, foi a africana, contando mais tarde com a colaboração de grande número de trabalhadores livres pobres que moravam na própria fazenda – as arranchados – ou residiam em suas imediações[96].

Todos os depoimentos desse primeiro momento da pesquisa de campo convergem no sentido de trazer à tona o cotidiano dos ex-trabalhadores e dos ex-moradores das usinas: Aricá, Conceição, Flechas e Maravilha. Os seus depoimentos revelaram que as relações de trabalho nas usinas de açúcar não se modificaram depois de 1930.

Todavia, os depoimentos desse momento deixaram uma questão em aberto, a da falência da usina Maravilha e de seu proprietário o coronel Palmyro Paes de Barros, que

[95] Maurice HALBWACHS, *A memória coletiva*, p. 81-82.
[96] Elizabeth MADUREIRA SIQUEIRA, *A ocupação pioneira do rio Cuiabá Abaixo*, p. 67. (Destaques nossos)

viveu seus últimos anos de vida sozinho e pobre, morando *"de favor numa pensão da cidade de Santo Antonio de Leverger"*.

### 2.2.2 O Segundo Momento

Observamos anteriormente que este momento consistiu na continuidade da problemática em torno dos temas Memória e Trabalho e o seu aprofundamento, considerando o universo cotidiano dos ex-trabalhadores e ex-moradores. Salientamos ainda que os seus depoimentos serão considerados em contraposição à memória registrada pela historiografia oficial. Neste sentido, os depoimentos são tidos como guardiões[97] de uma outra memória e, portanto, de uma outra perspectiva que a desse registro da historiografia. Tanto esta memória quanto esta perspectiva estão ausentes desta historiografia. A consideração desses temas e a análise que deles efetuaremos se situam no período de 1900-1950.

Nesse Segundo Momento da pesquisa de campo realizamos um total de 7 entrevistas, conforme a tabela III, abaixo especificada.

**Tabela III - Entrevistas, por ordem de realização.**

| Entrevista | Idade | Condição | Sexo | Mês | Ano | Depoente |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 84 | Ex-trabalhador Usina Maravilha | M | Março | 2003 | A |
| 2 | 83 | Ex-proprietária da Pensão Santa Helena | F | Março | 2003 | R |
| 3 | 65 | Procurador da Prefeitura Santo Antonio do Leverger | M | Março | 2003 | S |
| 4 | 55 | Ex-Moradora – Usina Aricá | F | Março | 2003 | T |
| 5 | 73 | Filha do coronel Palmyro | F | Março | 2003 | U |
| 6 | 68 | Filho da governanta – usina Maravilha | M | Março | 2003 | V |
| 7 | 80 | Ex-contador da Maravilha | M | Junho | 2003 | W |

[97] Cf. nota 58 do presente capítulo.

Chamamos a atenção que na tabela III há somente um entrevistado do Primeiro Momento da pesquisa de campo, no caso o depoente A, que nessa ocasião contava com 84 anos. Tanto ele quanto a depoente T, ex-moradora da usina Aricá, são os únicos integrantes do universo da pesquisa anterior. Os demais entrevistados, como já observado no início do presente capítulo, mantiveram relações de amizade ou comerciais com um dos coronéis usineiros, Palmyro Paes de Barros. Dentre eles, tem-se a proprietária da pensão, que acolheu este coronel quando já empobrecido, conforme veremos no último capítulo, o filho da governanta da usina Maravilha e o seu contador, o procurador da prefeitura do município de Santo Antonio de Leverger e, por fim, a filha do mencionado coronel.

Pretendíamos voltar a entrevistar as mesmas 17 pessoas entrevistadas no Primeiro Momento da pesquisa, com exceção da depoente P em razão dela não conseguir expressar-se claramente, ou seja, em voz audível, conforme já observado. Dessas pessoas, depoentes, dois haviam morrido, entre os anos de 2001 e 2003, e os outros, com exceção de um entrevistado, encontravam-se extremamente debilitados em virtude da idade avançada para concederem entrevistas. Realizamos a entrevista com esse entrevistado, que estava bem de saúde e, desta vez, sua mulher participou da entrevista. No decorrer de sua participação, informou-nos sobre a usina Maravilha, informação esta que reforçou uma de nossas hipóteses, a de que a intervenção federal pós-1930 em nada alterou o poder do coronel, particularmente no que tange às relações de trabalho existentes nas usinas. O entrevistado e sua mulher começaram a trabalhar na usina Maravilha quando se casaram, no ano de 1944. Ambos afirmaram que não "*tinham carteira assinada*", profissional, fato que comprovou o que estava previsto na "(...) lei n° 62 de janeiro de 1935" que "excluiu os trabalhadores

rurais e domésticos"[98], exclusão que continuara na CLT apesar da luta do Movimento Unificado dos Trabalhadores para que a CLT, abrangesse "(...) o proletariado rural e os demais trabalhadores do campo"[99]. É, devido a essa exclusão facultada pela CLT que apenas o contador e os encarregados (os capangas) possuíam a Carteira de Trabalho e Previdência Social assinada. Como já mencionamos, entrevistamos o ex-contador e este, durante a entrevista, nos mostrou sua carteira de trabalho de nº 1.629 série 61, expedida em 16 de março de 1944.

Ressalte-se, ainda, que o nosso retorno ao campo, na tentativa de entrevistarmos, de novo, aqueles entrevistados tinha em vista obtermos mais informações sobre a falência da usina Maravilha do coronel Palmyro Paes de Barros, seu proprietário, que se apresentou em depoimentos do Primeiro Momento. Nessa ocasião, as informações no que tange à falência permaneceram obscuras.

As demais 5 entrevistas que integram o Segundo Momento da pesquisa, constam da tabela IV abaixo. Como destacado, estas entrevistas não foram realizadas por nós. Elas foram cedidas pelo Arquivo Oral do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal de Mato Grosso[100]. Nós as consideramos porque têm como tema central a vistoria realizada em 1931, nas usinas Aricá e Conceição, pelo Interventor Federal, Coronel do Exército Antonino Mena Gonçalves.

---

[98] Maria INÊS ROSA, *A Indústria Brasileira na Década de 60: As transformações nas relações de trabalho e estabilidade*, (mestrado) p. 163.
[99] Luis WERNECK VIANNA, *Liberalismo e sindicato no Brasil*, p. 249.
[100] Cf. nota 32 do presente capítulo.

**Tabela IV - Entrevistas: Arquivo Oral do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal de Mato Grosso (Projeto Usina de Açúcar em Mato Grosso)**

| Entrevista | Idade | Sexo | Usina | Mês | Ano | Fita | Depoente |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 73 | M | Conceição | Maio | 1980 | Nº 25 | Administrador |
| 2 | 89 | M | São Miguel Aricá | Maio | 1982 | Nº 120 | Trabalhador Braçal e carpinteiro. |
| 3 | 83 | M | Aricá / Conceição | Julho | 1980 | Nº 14 | Filho do Coronel João Celestino Corrêa Cardozo |
| 4 | - | M | Conceição | - | - | Nº 117 | Trabalhador Braçal |
| 5 | 72 | M | Conceição | Março | 1982 | Nº 90 | Parente próximo do Coronel Virgílio Nunes Ferraz |

Chamamos a atenção, na tabela acima, para a ausência de dados quanto às categorias idade e data (mês e ano), os quais também não constam das entrevistas. Foram dessas últimas que extraímos os dados para elaborarmos a presente tabela, no final designamos os depoimentos através de números ordinais.

O recorte cronológico 1900-1950 é o contexto da análise que efetuamos, aprofundando os temas memória, trabalho e o universo cotidiano das usinas, como já observado. Este recorte justifica-se porque este é o período da história do apogeu do poder econômico e político do coronel, a partir das usinas. Poderes estes que se estendiam para o social. Os coronéis representavam a força econômica da região, desenvolviam práticas políticas paternalistas, poder de liderança, bem como mantinham o controle total da zona e/ou municípios através da ocupação de cargos políticos, conforme assinala Aleixo:

> Os usineiros, detentores de força política, nomeavam seus delegados de polícia que agiam arbitrariamente, a favor da manutenção do poder

daqueles chefes locais. As câmaras e a intendência também eram formadas por pessoas indicadas pelos coronéis usineiros, mantendo em total subordinação todos aqueles que deles dependiam[101].

Esta subordinação política está ligada também ao fato de todos os coronéis usineiros exercerem cargos políticos de governador, deputados e prefeitos como foi o caso do coronel Palmyro Paes de Barros proprietário da usina Maravilha, que exerceu, por dois mandatos, o cargo de prefeito da cidade de Santo Antônio de Leverger, nos anos de 1924 a 1926 e no ano de 1934[102].

A usina Maravilha era a mais próxima da cidade de Santo Antonio, ficava do outro lado do rio Cuiabá. Por este motivo teve um papel importante na cidade, isto é, a cidade vivia em função da usina. O coronel Palmyro comandava igualmente uma e outra, como nos revelam os depoimentos:

> *ele mandava na usina e aqui também, ele mandava em tudo mesmo, polícia, delegado em tudo. (...) era o coronel da usina e daqui de Santo Antonio.* (Depoente A)

O sentido desse "*mandar em tudo*" é para Leal a principal característica do coronelismo, o que expressa o poder de liderança que um coronel exerce no município. Liderança esta no sentido de dominação política alicerçada no prestígio pessoal do coronel o que lhe permitia controlar a política do município. Este controle ocorria não apenas quando ele exercia a função de prefeito municipal, mas também através de delegações àqueles que eram seus aliados políticos, que, por sua mediação, ocupavam cargos de

---

[101] Lúcia Helena GAETA ALEIXO. *"Vozes no silêncio: subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso (1888-1930)"*, p. 186 - 187.

[102] Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, 1934. O coronel também exerceu os cargos eletivos de deputado estadual e de Vice-Presidente do Estado. Cf. Lenine de CAMPOS PÓVOAS. *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*, p. 31.

comando na esfera municipal. Isto facultava, assim, ao coronel manter, sob seu controle, tanto de forma direta quanto indireta, o comando do destino político do município[103].

Com relação à falência da usina, os depoentes deixaram transparecer uma certa perplexidade por não conseguirem compreender:

> *Como um homem tão rico, tão poderoso pôde ficar na miséria, como seu Palmyro acabou, a senhora nem imagina como esse homem era rico! Acabou tudo, tudo, morreu na maior miséria morando de favor, já pensou uma coisa dessa?* (Depoente J)

Apenas um depoente revelou que desejou ver o coronel na miséria.

Ressaltamos anteriormente que tivemos a oportunidade de entrevistarmos somente um dos depoentes do Primeiro Momento da pesquisa de campo. Este depoente nos informou sobre as condições que conduziram o coronel a perder suas posses. Estas foram penhoradas pelo banco em razão dos empréstimos não saldados. Um dos fatores que, segundo os depoentes, dificultava o coronel a não honrar os pagamentos ao banco, era o fato de os fornecedores de cana, aproveitando-se da ausência do encarregado da usina, passarem a cobrar duas vezes pela mesma quantidade de cana.

Essas cobranças duplas aconteciam, de acordo com um dos depoentes, porque o coronel não dispunha mais da ajuda dos encarregados, que eram os responsáveis pela fiscalização dos serviços e de toda a usina. Além disso, o coronel já era um homem envelhecido e o acúmulo dos anos vividos lhe roubara a rapidez dos movimentos próprios da juventude e lhe dera a lentidão da velhice[104].

---

[103] Victor NUNES LEAL, *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, p.41.
[104] Norberto BOBBIO, *O tempo da memória: De senectude e outros escritos autobiográficos*, p. 25-27.

*porque ele já estava velho, já não conseguia fiscalizar tudo como antigamente, ficava só no escritório, sabe como são as pessoas. (Depoente A)*

O depoimento da nona filha do coronel também confirma o seu endividamento:

*a usina Maravilha de meu pai funcionou sem problemas de 1927 a 1948, depois começou a quebrar, a decair, papai ficou uma dívida enorme no banco, teve que hipotecar a usina e tudo que tinha.* (Depoente U)

Ela nos esclareceu sobre o fim do casamento de seus pais. Contou-nos que, em 1948, momento em que a crise da usina se tornara crítica, seu irmão mais velho, que cursava medicina no Rio de Janeiro, trancou a matrícula e veio auxiliar o coronel. Ela disse que:

*Em 1948, quando ele começou a ficar meio idoso, já decaído, o meu irmão mais velho estava estudando medicina no Rio, estava no terceiro ano de medicina. Nessas alturas a usina deu uma queda na produção, as hipotecas, meu irmão veio e, em dois anos, conseguiu, reerguer a usina. Meu pai ficou doente de ciúme porque o filho tinha conseguido e ele não. Expulsou meu irmão de casa, expulsou mamãe porque ela defendeu meu irmão. Um conflito na família, um conflito muito grande... Meu irmão voltou para o Rio, levou mamãe e nós. Papai ficou só, mas não tinha mais força, nem ânimo, nem idade para levar nada para frente, aí a usina foi para o buraco.* (Depoente U)

Ela termina o seu depoimento referindo-se à pobreza do coronel, dizendo com tristeza[105]:

*papai acabou com toda essa potência que ele tinha, não é por ser meu pai não, mas ele foi trabalhador, ele conseguiu um status grande, ele tinha carro com chofer, eu lembro*

[105] A depoente revelou que uma de suas irmãs, Elza, comprou uma passagem para o coronel ir ao Rio de Janeiro para conhecer os netos. O filho da depoente, no decorrer da entrevista, disse que o coronel se hospedou na casa da filha no mesmo bairro que sua ex-mulher residia, mas os dois não se encontraram.

*naquele tempo falava chofer, não era motorista, seu* (cita o nome), *que já morreu era o chofer do papai. Meu pai morreu pobre numa pensão em Santo Antonio!...* (Depoente U)

Ao dizer que "*meu pai morreu pobre numa pensão*", transpareceu uma tristeza, e profunda, e embargou a voz.

É nesse contexto de empobrecimento e de furtos que o coronel Palmyro chega à pensão Santa Helena, possuindo apenas a sua

*malinha com suas medalhas e o jogo de quarto de sua filha caçula.* (Depoente R)

Mas esses depoimentos ainda deixaram uma questão em aberto. Ela se referia ao tempo em que o coronel, já empobrecido, vivia nessa pensão. Ela foi esclarecida ao entrevistarmos a viúva do proprietário da pensão. Ela nos revelou, durante a entrevista, que o coronel se hospedou na pensão de sua família porque era a única que existia em Santo Antonio de Leverger naquela época. Seu marido relacionava-se com o coronel Palmyro pelo fato de ambos pertencerem ao mesmo partido político, o UDN (União Democrática Nacional). Disse-nos:

*Que o coronel não tinha como pagar as despesas da pensão, viveu de graça, mas não de favor porque eu e meu marido tínhamos consideração pela pessoa do coronel.* (Depoente R)

Tanto ela quanto o marido percebiam o seu constrangimento de não ter como pagá-los, a ponto de lhes dar, como forma de pagamento, aquele jogo de quarto que pertencera a sua filha caçula, dizendo que era o único bem que ele possuía. A depoente afirma:

*E não tinha mesmo, ele só tinha suas roupas, todos os ternos eram de linho branco. Tinha uma malinha que guardava as medalhas que havia recebido por causa de sua importância,*

*tinha sido prefeito e deputado, por isso que quando ficou pobre, os políticos aposentaram ele. Mas a aposentadoria só dava para comprar os remédios para controlar a pressão que era alta, ele tinha também um copo de cristal para tomar leite puxado, não sei se a senhora sabe o que é leite puxado, é o leite que a gente toma sem ferver, assim que tira da vaca. (Depoente R)*

Apreendemos durante toda a entrevista e em sua transcrição que a ex-proprietária da pensão Santa Helena ainda guarda deferência pela pessoa do coronel Palmyro e o mesmo respeito que tivera quando este se encontrava morando em sua pensão, sem ter dinheiro para pagar suas despesas. Para ela e sua família *"seu Palmyro"*, apesar de empobrecido, não era um hóspede qualquer. Por isso que ela nomeia os pertences do coronel *"todos os ternos eram de linho branco"*, as *"medalhas"* e o *"copo de cristal para tomar leite puxado"*. Com essas palavras, ela designa o lugar social, político e econômico que ocupou o coronel, quando no exercício de poder.

Nesse sentido, a empregada da família sempre recebia, por parte dos patrões, recomendações para não esquecer o lanche das três horas, fazer suco de lima do qual o coronel gostava e dar-lhe o jantar mais cedo, enfim, mesmo pobre, foi tratado como um hóspede especial. Foi até morrer a personalidade mais importante da cidade. Ele tinha a poltrona reservada no ônibus e este só partia para a cidade de Cuiabá quando alguém comunicava ao motorista que o coronel Palmyro não iria. Isto quer dizer que, nem mesmo o estado de pobreza em que se encontrava lhe tirou o título de coronel, nem extinguiu o privilégio que ele lhe conferira quando fora um homem rico a quem os comerciantes, os fazendeiros e até mesmo seus adversários partidários, buscavam socorro financeiro. Enquanto esteve na pensão não recebia mais a visita de políticos que costumeiramente o visitavam na usina Maravilha. Morreu sozinho e pobre, porém morreu sendo o coronel de

Santo Antonio de Leverger. Isto significa que o coronelismo, mesmo não mais existindo na cidade, sobrevivera na "memória história" da população e daqueles que o vivenciaram diretamente na condição de trabalhador. E a deferência à pessoa do ex-coronel deve-se a essa sobrevivência que o alça, ainda, àquele lugar, não obstante não mais real, dantes por ele ocupado, a partir do qual exercia o poder e o direito de dispor das vidas dos trabalhadores.

Se podemos dizer que mediante essa deferência há o reconhecimento do "poder do coronel" pelos habitantes de Santo Antonio de Leverger, isso se deve a essa sobrevivência, bem como devido ao município, de acordo com Leal, ter sido a seara desse poder, o alicerce que sustentava sua liderança política, advinda do fato de que o coronel realizava, no âmbito municipal, a assistência que caberia ao poder público. Isto é, era ao coronel que a população pobre do município recorria quando necessitava de assistência médica, quando enfrentava problemas com a polícia e quando necessitava de empréstimos de dinheiro. Esse conjunto de atividades desenvolvidas pelo coronel fortalecia a sua liderança política visto ele manter, sob seu poder, uma massa expressiva de pessoas pobres, analfabetas e ignorantes as quais se tornavam, conforme o autor, presas fáceis da manipulação do coronel. Para Leal, essa manipulação era sustentada pela ignorância da população que se deixava manipular, num sentido de gratidão, pelos préstimos que o coronel realizava[106].

Não discordamos do autor no que tange a esse exercício do poder do coronel manipulando a pobreza das pessoas do município para as quais ele prestava assistência como também para aquelas que trabalhavam diretamente nas suas terras, no nosso caso, acrescentava-se também as usinas. Mas discordamos que a manipulação esteja relacionada

[106] Victor Nunes LEAL, *Coronelismo enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, p. 39-41.

somente ao fato de serem analfabetas e ignorantes como as nomeia o autor. Nos depoimentos que obtivemos dos ex-trabalhadores, apreendemos que o sentimento de gratidão para com o coronel estava relacionado com a permanência do que Franco denomina de "(...) concessão de mercês, expondo a vigência do princípio de dominação pessoal", que os fazendeiros do café exerciam sobre o "homem livre e pobre"[107].

Ressalte-se que o "homem livre e pobre" a que a autora se refere são os tropeiros, os vendeiros e os sitiantes, que dependiam da "mercê" do fazendeiro do café. Os tropeiros e os vendeiros necessitavam das terras do fazendeiro para, se assim podemos dizer, tocar seus negócios: o tropeiro necessitava dos pastos da fazenda para poder criar seus burros e mulas para depois vendê-los, o vendeiro necessitava da permissão do fazendeiro para fixar, em um determinado espaço de sua propriedade, a venda, e os sitiantes necessitavam do apadrinhamento[108].

A nosso ver, é importante destacar que os tropeiros, os vendeiros e os sitiantes eram homens pobres, mas não miseráveis como a maioria dos ex-trabalhadores das usinas que nada tinha a não ser sua força de trabalho. O que é comum entre pobres e miseráveis é o exercício sobre eles da "dominação pessoal"[109], de um lado, do fazendeiro sobre os tropeiros, vendeiros e sitiantes e, de outro, do coronel sobre os trabalhadores e moradores da usina.

Nesse sentido, dentre as formas de "dominação pessoal" analisadas por Franco, a que mais está presente nos depoimentos dos ex-trabalhadores das usinas de açúcar é a "do endividamento" que a autora nomeia "como técnica de controle capaz de preservar a

---

[107] Maria Sylvia de CARVALHO FRANCO, *Homens livres na ordem escravocrata*, p. 26, 71.
[108] Ibid., *Homens livres na ordem escravocrata*, p. 63,70-80.
[109] Maria Sylvia de CARVALHO FRANCO *Homens livres na ordem sociedade escravocrata*, p. 61.

relação de dependência" devido ao "custeio" da dívida transformar-se num "débito sempre renovado e nunca saldado"[110]. Débito sempre "renovado e nunca saldado" é, nas palavras de Esterci,

> "a dívida que escraviza" igualmente pobres e miseráveis livres, "dívida" que não é "apenas préstimos materiais; de forma mais ou menos relevante, ela pode expressar uma dependência para com o empregador que se traduz em dívida moral, de tal modo que ela acaba implicando para o trabalhador não apenas prestação compulsória de trabalho, mas também compromisso e lealdade com o patrão[111].

Desse modo, pode-se dizer que o poder de manipulação do coronel, não advém apenas da ignorância dos trabalhadores, mas, sobretudo, da situação de extrema pobreza. Pobreza esta que os levava literalmente a necessitar das "mercês" do coronel usineiro: mercê de ter uma casa para morar cedida pelo coronel, mercê de ter crédito no armazém da usina, mesmo não tendo quitado o débito do mês anterior. Em suma, eram "essas mercês" que levavam os trabalhadores a se sujeitarem, e serem explorados pelo coronel, como expressa o depoente:

> *não tinha outro jeito, a gente precisava trabalhar, não tinha escolha ou trabalhava na Conceição, Aricá, Flechas, Maravilha ou, ainda, nas destilarias de álcool, era a mesma coisa. Todas eram de coronéis, era tudo igual, não tinha jeito ou se trabalhava em uma ou em outra, era a mesma exploração. O que a gente podia fazer? Só trabalhar para sobreviver, para criar os filhos. Eu e minha esposa tivemos nove filhos, o que eu já vivi na minha vida! Já passei tanta dificuldade* (manifesta tristeza) *que não gosto nem de lembrar. (Depoente D)*

[110] Ibid., *Homens livres na sociedade escravocrata*, p. 61.
[111] Neide ESTERCI, *A dívida que escraviza. In: VV.AA. Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*, p. 102.

Considerando o que diz o depoente, e o que disseram Franco e Esterci, nos parece correto reafirmar que o poder de manipulação do coronel sobre os trabalhadores não pode estar desvinculado da situação de miséria em que viviam esses trabalhadores, cuja sobrevivência dependia do emprego na usina: "*não tinha jeito, a gente precisava trabalhar (...) para sobreviver, para criar os filhos*". O poder de manipulação do coronel está alicerçado, ainda, na coação de seu papel de patrão, calçado no seu poder econômico e político.

Com relação ao sentimento de gratidão, os depoimentos demonstraram que esse sentimento é mais reiterado quando está ligado à questão da saúde, pois, quando um dos membros da família do trabalhador ficava doente, ou quando sofria algum acidente de trabalho, o coronel tomava as providências de encaminhá-los para o hospital: a Santa Casa de Misericórdia da cidade de Cuiabá e até mesmo para a cidade de Campo Grande, onde existia um hospital especializado no tratamento de hanseníase. É a essa atitude do coronel de prestar-lhes socorro, na hora da doença, que os depoentes demonstram sua gratidão.

O depoimento da mulher de um trabalhador que, segundo suas palavras, "*quase morreu*", atesta sua gratidão:

> *eu quase morri de parto lá na usina Flechas, o coronel me mandou vir para Cuiabá de avião, fiquei internada no hospital, meu marido veio comigo e ficou no hotel, o coronel deu toda a assistência. Fiquei boa e retornei para a usina, se não fosse o coronel eu tinha morrido.* (Depoente L)

Quando um trabalhador ou membro de sua família da usina Maravilha chegava ao hospital da Santa Casa de Misericórdia, segundo o depoente, com um "bilhete de recomendação" assinado pelo coronel Palmyro:

*quando algum membro da família de um trabalhador adoecia, ele providenciava para trazer para a Santa Casa de Misericórdia, naturalmente iam para a enfermaria, mas com assistência, com recomendação do coronel Palmyro Paes de Barros.* (Depoente W)

Na usina Maravilha, os depoimentos dos ex-trabalhadores revelaram que o sentimento de gratidão se estendia à mulher do coronel, a quem denominavam Dona Filhinha, que se chamava Ana Teresa de Carvalho Barros, e também ao filho do casal que estudava medicina no Rio de Janeiro, tratado pelos depoentes de doutor Carlucho[112], pelo que indica os depoimentos, durante suas férias, ele atendia as parturientes da usina Maravilha:

*Foi o doutor Carlucho que fez meu primeiro parto, eu e meu marido gostávamos muito dele. Todos da usina gostavam dele, ainda me lembro muito do doutor Carlucho, quando ele vinha de férias atendia as pessoas que estavam doentes.* (Mulher do Depoente A. Diário de campo)

Outra depoente lembra do doutor Carlucho no momento em que, segundo as suas palavras:

*Nunca senti tanto medo, o maior medo de minha vida. (Depoente E)*

A depoente está se referindo ao episódio da ordem dada pelo coronel de queimar a casa em que morava porque seu pai havia contraído hanseníase. O coronel havia encaminhado o pai da depoente para ser tratado na cidade de Campo Grande, que contava com um hospital especializado nessa doença, mas o paciente conseguiu fugir e retornou à sua residência já em estado terminal. O coronel o levou para o setor de isolamento da Santa

[112] O nome do filho do coronel era Carlos mas todos os depoentes o tratam de doutor Carlucho, apelido familiar.

Casa de Cuiabá, onde faleceu. O filho mais velho do coronel, como já foi salientado, estudava medicina no Rio e estava na usina Maravilha de férias e apoiara a decisão do coronel de queimar a casa da família do doente com tudo que lá continha. Ele ainda providenciou um tacho com água fervendo para ferver as roupas que os quatro filhos do doente vestiam. A depoente nos contou que nunca esqueceu o pavor que sentiu do coronel, naquele momento, como também não esquece do doutor Carlucho, assim, rememora aquele momento de aflição:

> *eu, meus três irmãos, as meninas só de calcinha, os meninos de calção, nossa roupa fervendo, a única que sobrou, quando jogaram nossas roupas no tacho, mamãe olhou para seu Palmyro e disse: "agora joga minhas crianças também", nunca senti tanto medo senti o maior medo de minha vida. O doutor Carlucho abraçou nós quatro chorando. Dona Filhinha falou para mamãe: 'o que é isso Francisca? Pare com isso'. Seu Palmyro abaixou a cabeça. Não esqueço nunca do medo que senti e do abraço do doutor Carlucho.* (Depoente E)

O medo que a depoente diz que sentiu tinha precedentes, pois ela já havia testemunhado vários atos de violência cometidos pelo coronel ou pelos encarregados que eram uma espécie de capatazes, e eles estavam ali. Sua mãe desafiara o coronel. Disse-nos que só enxergava o tacho de água fervendo e o coronel. Seu medo só passou quando o filho do coronel a abraçou e a seus irmãos também:

> *meu medo só acabou quando o doutor Carlucho nos abraçou, ele abraçou forte, chorava, chorava e nos apertava entre os braços e eu vi que seu Palmyro estava com a cabeça baixa olhando para o chão, aí vi que nada ia acontecer.* (Depoente E)

Não podemos dizer que essa demonstração de sensibilidade do filho do coronel tivera como intenção fortalecer o domínio do coronel sobre a família, contudo nas

entrelinhas do depoimento e na maneira emocionada da depoente, fica claro que o jovem estudante foi o único dos presentes que compreendeu a aflição das crianças. Não só compreendeu como teve a sensibilidade de as proteger através do abraço e do choro compulsivo, que ainda hoje emociona a senhora que já é quase uma anciã, mas que ainda se lembra do abraço apertado do doutor Carlucho e, talvez, o sinta, pois que, no momento que a ele se referiu, no decorrer do depoimento, expressou o gesto do abraço, com lágrimas nos olhos.

Desse modo, os depoimentos dos ex-trabalhadores das usinas de Santo Antonio de Leverger, nos revelam a experiência histórica de um coronelismo vivido, que em alguns aspectos se diferenciam do coronelismo registrado pela história que, ancorada na documentação escrita, concebe o coronelismo como um acontecimento determinado por um período cronológico, com início e fim, isto é, o período da Primeira República. Assim, pode-se dizer que o coronelismo registrado pela história resulta da interpretação historiográfica do historiador da documentação oficial, que, por si mesma, já exclui a participação de outros sujeitos, "dos vencidos", como denominou Benjamin, que aponta que a exclusão dos vencidos da historiografia oficial e/ou dominante é ocasionada pela "relação de empatia" do historiador "com a história dos vencedores"[113].

Os depoimentos, considerando-se a perspectiva desse autor, representam a "história dos vencidos", que não têm "empatia com a história dos vencedores"[114]. Essa não empatia faz com que omitam, senão esqueçam, as particularidades vividas, ausentes da documentação escrita, que no seu conjunto apresentam uma outra versão do mesmo acontecimento histórico. E com isto se apreende que existem silêncios tanto na

[113] Walter BENJAMIN, *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*, p. 225.
[114] Ibid., p. 225.

documentação escrita, com referência ao coronelismo vivido nas usinas, quanto na documentação oral, devido à "reticência da memória"[115] dos depoentes, que, intencionalmente, decidem o que devem ou não dizer e, por vezes, essa "reticência" é resultado do "esquecimento" posto pelos sofrimentos dolorosos na "vida-a-vida" do trabalho e do cotidiano do tempo das usinas.

Reiteramos que a documentação escrita toma o período pós-1930 como um marco decisivo de enfraquecimento do poder político e econômico dos coronéis usineiros, principalmente, com as medidas tomadas pelo primeiro Interventor Federal, o coronel do Exército Antonino Mena Gonçalves, medidas estas que, poderíamos dizer, se resumiram no fato de o Interventor ser a primeira autoridade constituída a fazer uma vistoria nas usinas, que, até então, nenhuma autoridade do Estado de Mato Grosso a tinha feito. Saliente-se que a vistoria se restringiu, apenas, a duas usinas das cinco existentes na região de Santo Antonio de Leverger[116].

Esta vistoria realizada nas usinas, mesmo que restrita às usinas Aricá e Conceição, é considerada pela historiografia regional como um fato histórico inédito, e de fato é. É a primeira vez que um governante do Estado enfrenta, por assim dizer, uma facção dos coronéis usineiros. No entanto, a nosso ver, os registros históricos que tratam desse fato histórico inédito, no contexto da história de Mato Grosso, são parciais porque se centram na ação política do Interventor de confrontar-se com os coronéis e negligencia a reação deles. O que estamos querendo ressaltar é que a leitura das produções históricas sobre a vistoria nas usinas induz a entender que ela surpreendera os coronéis. Arriscamo-nos afirmar que

---

[115] Pierre ANSART, História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella, MAXARA Márcia (Orgs.). *Memória e (res)sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*, p. 33.

[116] Valmir BATISTA CORREA. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1930)*, 1981. 219f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo.

esse entendimento significa negar toda a influência que os coronéis possuíam no âmbito dos órgãos públicos, onde tinham os seus aliados, os quais havia indicado para ocuparem os postos políticos da administração municipal e estadual.

Foram estes "fiéis aliados" de dentro da corporação da própria polícia que "avisaram" ao coronel que o Interventor enviaria uma força policial para vistoriar a usina, como narra o próprio filho do coronel:

> *fui avisado na véspera, vim aqui em Cuiabá, soube de tudo e fui esperar lá. (...) Isso foi no dia 3 de janeiro de 1931, chamei o Gastão, o maquinista, o chefe do engenho, o guarda livro, então ficou tudo combinado, olha nós vamos ser acordados por uma força policial, falei para o encarregado da roça, ele sempre andava armado, falei que não era para estar com armas. Então às 4 horas da manhã eles me chamaram.* (Depoimento F°. do coronel. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. Universidade Federal de Mato Grosso)

O filho do coronel declara, ainda, em seu depoimento que mandou preparar um churrasco para oferecer à força policial que iria realizar a vistoria em sua usina. Voltaremos a essa questão no capítulo 3. O depoimento aponta também que a decadência econômica das usinas não está relacionada com a falta de mão-de-obra, como analisa a documentação escrita, ao afirmar que as pessoas abandonaram o trabalho nas usinas após a vistoria do Interventor. Sobre isto diz o filho do coronel:

> *besteira tudo isso, romantismo, poesia, quem diz isso não entende nada de usina, isso é uma grande mentira, pois quando o coronel Antonino retirou algumas pessoas das usinas elas continuaram trabalhando normalmente.* (Depoimento F°. do coronel. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. Universidade Federal de Mato Grosso)

Segundo o filho do coronel, a decadência econômica das usinas de Mato Grosso ocorrera porque os seus proprietários não tiveram condições de concorrer com as *"usinas modernas"*:

> *depois da grande demanda de usinas modernas a decadência aqui foi geral, e os que insistiam em continuar operando, foram endividando-se até chegarem à conclusão que estavam trabalhando para se endividar, todas elas se tornaram obsoletas.* (Depoimento F°. do coronel. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. Universidade Federal de Mato Grosso)

Este depoimento do filho do coronel converge com Póvoas que, ao tratar a decadência das usinas, afirma: "Atingida a fase que se iniciou a decadência das antigas usinas, Mário Facco desmontou as máquinas da Conceição, vendendo-as para a usina que o Governo do Estado tomara a iniciativa de implantar no planalto de Jaciara"[117].

Esse registro nos conduz a entender que o "golpe de misericórdia" no poder econômico dos coronéis fora aplicado pelo Governo do Estado que preterira os coronéis usineiros, que em Mato Grosso eram, como aponta Azevedo, "representantes típicos do patriarcalismo e da comunidade rural", preferindo "o usineiro homem da cidade, industrial, como outro qualquer". Isto porque

> (...) o usineiro vale apenas pelas suas qualidades pessoais, realçadas pelo poderio econômico. Já não é mais um representante da lavoura e dos canaviais, mas da burguesia urbana, sem nostalgia do campo que acometia, os antigos senhores de engenho[118].

Os depoimentos tanto dos ex-trabalhadores quanto dos ex-moradores também se referem à venda dos equipamentos das usinas da região de Santo Antonio de Leverger para

[117] Lenine de CAMPOS PÓVOAS, *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*, p. 23.
[118] Fernando de AZEVEDO, *Canaviais e engenhos e a política do Brasil*, p. 236-237.

a usina do município de Jaciara, localizada na região sul de Mato Grosso. Porém, os depoentes ressaltam que o único proprietário que não vendeu tais equipamentos foi o coronel Palmyro Paes de Barros. Retomaremos a essa questão no capítulo 4.

Iremos, a seguir, analisar os depoimentos na perspectiva da história do tempo presente, que trabalha o depoimento como documento-memória, isto porque, nas palavras de Bédarida: "a história do tempo presente considera a experiência vivida"[119], experiência das pessoas que vivenciaram e testemunharam um fato histórico. É por isso que a memória é considerada como fonte histórica e, por conseguinte, como documento. Documento que é, em primeira instância, como diz Voldman, "palavras registradas"[120], palavras registradas estas através da solicitação feita pelo pesquisador ao depoente para que narre as lembranças que conservou daquilo que presenciou e/ou vivenciou do fato histórico que está sendo registrado. Certamente os depoentes não apenas contam suas versões da história que vivenciaram, "mas se dizem de si", a partir de todos os seus sofrimentos que, às vezes, escapam ao próprio registro[121]. São essas palavras que constituem a memória-história do coronelismo em Santo Antonio de Leverger.

---

[119] François, BÉDARIDA, *Histoire, critique et responsabilité*, p. 63.
[120] Danièle VOLDMAN, Paroles enrigistrées, sources du XXe siècle, *Actes du XXVIIIe Congrès*, p.1.
[121] Maria INÊS ROSA.*Trabalho, Subjetividade e Poder*, p. 8.

# CAPÍTULO 3

## Memória dos trabalhadores e dos moradores: as usinas e os coronéis

### 3.1 Memória das relações e das condições de trabalho e de poder nas usinas, antes de 1930[1]

*Ele falava: nunca mandei matar ninguém mas, surra eu mandei dar, isso ele contava dar surra* (Depoente A )

*Batia, batia, ele batia, as pessoas de lá falavam, (...) a senhora não fica com medo de seu Palmyro bater na senhora como bateu no* (cita o nome)? *Ele não é besta, eu tinha uma canivetinho pequeno no bolso do vestido e mostrava para ele, ele só ficava me espiando.* (Depoente F)

*Eu nasci no tempo que o coronel João Pedro de Arruda, no tempo que ele era o dono de lá, lá era escravidão. Naquele tempo a dona princesa Isabel deu a liberdade para o povo do Brasil, mas só no papel, positivo mesmo todo mundo ficou como escravo, não é, ainda apanhava (acentuou bem a palavra apanhava), aí depois que Getúlio Vargas chegou, acabou com tudo isso.* (Depoente Q).

*Naquele do coronelismro ele era o coronel Palmyro, rico e bravo.* (Depoente W)

Os quatro fragmentos dos depoimentos antes citados integram um conjunto de dezessete depoimentos de pessoas que trabalharam e residiram e outras que somente

[1] Estamos nos apoiando, quanto ao modo de exposição dos depoimentos, Maria INÊS ROSA, *Mudanças no uso de Si e Testemunhos de Trabalhadores. Com Estudo Crítico da Sociologia Industrial e da Reestruração Produtiva.* Particularmente os capítulos 3, 5 e 6; Idem *Trabalho, Subjetividade e Poder.*

residiam, os denominados agregados[2], nas usinas de Aricá, Conceição, Flechas e Maravilha. Esse conjunto de depoimentos retrata, por assim dizer, a história do interior das usinas de açúcar mato-grossenses, particularmente dessas que mencionamos, as quais operam, com exceção da usina Maravilha[3], desde a última década do século XIX à primeira metade do século XX.

Os depoimentos podem também ser considerados como "a memória histórica"[4] do coronelismo vivido, tendo como principal fonte documental a "palavra-memória" de cada depoente que conheceu e vivenciou o cotidiano das usinas, seja como trabalhador, seja como residente[5]. Ressalte-se que um e outro são "testemunhos" ou essa "palavra-memória" é testemunha daqueles que "conheceram e testemunharam"[6] a história das usinas e de seus proprietários: os coronéis, em outras palavras, daqueles que foram os sujeitos dessa história.

Salientamos no capítulo precedente que o depoimento é memória. Esta não se manifesta em bloco, se assim podemos dizer. Ela, num vai-e-vem, vai sendo desfiada pelo depoente. Ora é um novo aspecto do que viveu no cotidiano das usinas no que tange às relações de trabalho que é lembrado, ora é outro que é rememorado, ora, ainda, são aspectos de sua existência atual que são reportados a esse tempo. É esse vai-e-vem da memória que nos conduz a retornarmos à problemática da memória, que é um dos temas do presente trabalho e o perpassa.

---

[2] Cf. nota 7 do capítulo II.
[3] A usina Maravilha foi inaugurada em 1928.
[4] Maurice HALBWACHS, *A memória coletiva*, p. 55.
[5] Cf. nota n. 3 do presente capítulo.
[6] Maurice HALBWACHS, *A memória coletiva*, p. 55.

Esse "conhecimento e testemunho", expressos pelos depoentes, ancoram-se, segundo Halbwachs, na "memória autobiográfica e na memória histórica" visto que

> a primeira se apoiaria na segunda, pois toda a história de nossa vida faz parte da história em geral. Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla do que a primeira. Por outra parte, ela não nos representaria o passado senão sob uma forma resumida e esquemática, enquanto que a memória de nossa vida nos apresentaria um quadro bem mais continuo e mais denso[7].

Pode-se apreender, com base nas palavras do autor, que existe uma inter-relação entre "a memória autobiográfica" e a "memória histórica". Nesse sentido, os fragmentos citados anteriormente e os demais depoimentos estabelecem uma permutabilidade entre a história das usinas e a memória de cada depoente[8]. Permutabilidade esta que, de acordo com Freddy, permite a escritura da história dos "esquecidos da história"[9], sobre as usinas e sobre os coronéis. Note-se, ainda, que a permutabilidade entre a "memória histórica" e a memória dos depoentes não se refere apenas ao fato de os coronéis mandarem bater nos seus empregados, mas também de colocá-los nos troncos existentes em todas as usinas. Troncos estes que são os "sinais vivos"[10] da "memória histórica" secular da história brasileira numa demonstração de que a prática punitiva que os senhores de engenhos aplicavam sobre seus escravos "continuou em aberto na esfera temporal em direção ao passado e o futuro"[11].

---

[7] Maurice HALBWACHS, *A memória coletiva*, p. 55.
[8] Shoshana FELMAN, Educação e crise ou as vicissitudes do ensinar. In: NESTROVSKI, Arthur, SILVA-Seligmann, Márcio (Orgs.). *Catástrofe e representação: ensaios*, p. 27.
[9] Freddy RAPHAEL, Le travail de la mémoire et les limites et de l'histoire orale, *Annales* (1). p. 127. Tradução Marisa Rossetto.
[10] Michel de CERTEAU, *A escrita da história*, p. 85.
[11] Norbert ELIAS, *A sociedade dos indivíduos*, p. 20.

Nesse sentido, não nos parece anacrônico afirmar que os coronéis usineiros tinham a mesma mentalidade dos senhores de engenho, dos quais muitos descendiam. Isto porque o senhor de engenho tinha não só o "direito" mas o "dever" de castigar ou mandar castigar os escravos; castigá-los com moderação como recomendava Antonil: "castigar-se-ão com açoites moderados, ou como os meter em corrente por algum tempo no tronco"[12].

A permanência desses tipos de punições aplicadas pelos coronéis aos trabalhadores livres estão inseridas num processo histórico e demonstram que elas romperam com as fronteiras da demarcação da historiografia cronológica, uma vez que, aí, tais punições estão circunscritas ao período da escravidão abolida em 1888[13]. Os depoimentos dos ex-trabalhadores, como também das pessoas que residiram nos espaços das usinas de açúcar anteriormente mencionadas e, particularmente, daqueles que foram vítimas das punições aplicadas a mando dos coronéis, testemunham que o sistema escravista abolido em 1888, não abolira a herança histórica secular[14]. A prática punitiva dos coronéis usineiros estava sedimentada e enraizada nessa herança, como prática histórica, que perdurou no território das usinas depois da abolição da escravatura, demonstrando que a abolição dos escravos não aboliu igualmente o "direito" de correção, de punição, que os senhores tinham sobre os escravos, sendo este "direito" aquele que os coronéis tinham sobre os trabalhadores livres de suas usinas de açúcar.

Desse modo, pode-se dizer que os depoimentos sinalizam, como diria Benjamin, um pulo para fora do tempo cronológico porque fazem ressurgir através das "vozes e ecos de vozes"[15] dos depoentes as penalidades sofridas, não só pelos trabalhadores livres das usinas

---

[12] André JOÃO Antonil, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, p. 96.
[13] José MURILO DE CARVALHO, *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, p. 23.
[14] Ibid., p. 23.
[15] Walter BENJAMIN, *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*, p. 223.

de açúcar de Santo Antonio de Leverger, mas também as sofridas pelos "vencidos da história", neste caso os dos trabalhadores escravos dos engenhos de açúcar dos séculos precedentes. Esse [re] surgir é a interação entre história e temporalidade, onde o tempo é concebido com sua dinâmica e contradições[16].

Tanto a interação história e temporalidade, isto é a concepção do tempo histórico inserido na sua heterogenidade, quanto sua dinâmica e suas contradições são, a nosso ver, mais perceptíveis nas fontes orais em virtude destas serem sedimentadas na memória, memória esta que é expressa a partir da "rememoração", que é a faculdade, segundo Arendt, particular dos mortais humanos. Ela é a "recordação" que, abrigada nos corações desses mortais, tem a capacidade de expressar através das lembranças o(s) fato(s) que para esses mortais foi (foram) significativo(s) no percurso de suas vidas, de sua história, fato(s) este(s) expresso(s), a partir de seu próprio ponto de vista[17]. Este ponto de vista, expresso por meio das lembranças, é perceptível, no momento em que os depoentes "se dizem de si" e "dizem"[18] do objeto de suas recordações: o coronel e cada uma das usinas em que viveram e trabalharam. É nesse ir e vir das lembranças que se vinculam passado e presente pois o "lembrar é antes de tudo um rememorar e um refletir e não um flashback compulsivo"[19].

A interação história e temporalidade, que na fonte oral está ancorada na memória, memória esta que, por sua vez, está ancorada na história vivida[20] do coronelismo. É mediante essa história vivida e rememorada, no momento que é expressa pelos sujeitos que

---

[16] Jeanne MARIE GAGNIBIN, *História e narração em Walter Benjamin*, p. 11.
[17] Hannah ARENDT, *Entre o passado e o futuro*, p. 72-73.
[18] Maria INÊS ROSA, *Trabalho, Subjetividade e Poder*, p. 8.
[19] Geoffrey H. HARTMAN, Holocausto, testemunho, arte e trauma. In: NESTROVSKI Arthur, SILVA-Seligmann (Orgs.). *Catástrofe e representação: ensaios*, p. 216.
[20] Maurice HALBWACHAS, *Memória Coletiva*, p. 62.

a vivenciaram, que a temporalidade histórica se efetua de fato: passado, presente e futuro se inter-relacionam, independentemente da cronologia, porque "a vida se escoa em um movimento contínuo"[21], onde o tempo de forma alguma é vazio e homogêneo, mas preenchido com todas as alegrias e tristezas dessa vivência histórica.

Mas essa história vivida, rememorada pelas pessoas que trabalharam nas usinas de açúcar e que vivenciaram o coronelismo no seu dia-a-dia, apresenta também os seus limites. Em primeiro lugar, pela incapacidade de compreendermos aquilo que não somos capazes de expressar em palavras[22] e, também, em razão da impossibilidade de relatar sobre uma experiência a qual não a conhecemos "por dentro" visto que não a vivenciamos. A esse respeito diz o historiador Bloch:

> já tenho lido muitas vezes, já muitas vezes tenho contado, descrições de guerras e de batalhas. Mas conhecia eu verdadeiramente, no pleno sentido do verbo conhecer, conhecia eu por dentro, antes por mim mesmo ter experimentado o gosto de sua náusea atroz, o que representa para um exército o cerco, para um povo a derrota?[23]

Em segundo lugar, a história vivida, rememorada e expressa por essas pessoas que a conheceram "por dentro", como diz o autor antes referido, se relaciona com o fato de a rememoração, na sua condição humana, estar aberta às influências ideológicas[24] vigentes ou posteriores ao período em que essas pessoas vivenciaram o fato histórico rememorado, no caso o coronelismo usineiro, ou que dele depois tiveram conhecimento, apropriando-se

---

[21] Maurice HALBWACHAS, *Memória Coletiva*, p. 56.
[22] Marc BLOCH, *Introdução à história*, p. 29.
[23] Ibid., p. 43.
[24] Dominique VEILLON, La Seconde Guerre Mondiale à travers les sources orales, *Cahier/ IHTP* (29), p. 53-54.

do discurso escrito da história oficial de Mato Grosso, história esta escrita com base na cristalizada historiografia documental.

Esse discurso da história oficial se faz presente na última frase do terceiro fragmento dos depoimentos citados na abertura do capítulo: *"aí depois que Getúlio Vargas chegou, acabou, com tudo isso"*.

O depoente está se referindo às condições em que viviam os trabalhadores das usinas de açúcar, bem como às punições aplicadas a eles, punições estas que sofreu, se assim podemos dizer, na carne. Essa incorporação do discurso da história oficial se deve, segundo Veillon, à "interação entre o vivido e aprendido e entre o vivido e o transmitido"[25] porque a memória da pessoa está suscetível a absorver também uma memória que é transmitida oralmente ou que faz parte da história da própria memória nacional ou regional[26].

Este aspecto do depoente ter incorporado ao seu testemunho o que está escrito na memória nacional e regional apareceu apenas no depoimento de um dos ex-trabalhadores das usinas. Acreditamos que essa incorporação esteja relacionada à sua própria história de vida, visto que ele viveu na usina até os treze anos de idade, quando conseguiu fugir da Usina Flechas no ano de 1928. Segundo suas próprias palavras,

*"fui salvo por um navio da Marinha"*.

Os soldados o levaram para o quartel da Marinha do Rio de Janeiro, onde trabalhou e fez o primeiro grau, sendo incorporado ao Exército brasileiro até 1949.

---

[25] Dominique VEILLON, La Seconde Guerre Mondiale à travers les sources orales, *Cahier/IHTP*, p. 54.
[26] Ibid., p. 54.

As condições de trabalho, a forma como os trabalhadores eram tratados pelos coronéis usineiros durante as três primeiras décadas da existência das usinas do Rio Abaixo encontram-se, mesmo que em pequena proporção, registradas. Este registro fora feito através de jornal[27] e pelo cronista Cônego Jâcomo Vicenzi, registro este presente em todas as produções que tratam da história das usinas de açúcar até 1930[28]. Aleixo acrescenta a essas fontes algumas entrevistas realizadas com trabalhadores que trabalharam nessas usinas entre 1917 e 1925[29], as quais comprovam o que as fontes referidas anteriormente registraram: as relações de trabalho nas usinas de açúcar, durante os trinta primeiros anos, foram o regime de semi-escravidão denunciado por esse jornal e por esse cronista, demonstrando esses registros, como já foi salientado, que os coronéis tratavam e puniam seus empregados, trabalhadores-livres como se eles fossem escravos.

Para Póvoas, este "hábito" de os coronéis usineiros tratarem os trabalhadores livres como se fossem escravos, precisa ser compreendido: "para bem compreendermos a personalidade do senhor de usina precisamos, antes, nos situarmos no tempo e no espaço em que atuavam". A compreensão solicitada pelo autor deve-se, em primeiro lugar, às dificuldades de comunicação e de transporte:

---

[27] Fifo. Cuiabá, dezembro. 1924.

[28] Lenine de CAMPOS PÓVOAS, *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT, 1983; Rubens de MENDONÇA, *História do comércio de Mato Grosso*. Goiânia: Ed Rio Bonito, 1974; Elizabeth MADUREIRA SIQUEIRA, *A ocupação pioneira do rio Cuiabá Abaixo. Cuiabá: IHGMT: 1997 e História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002; Virgílio CORREA FILHO, *Monografias Cuiabanas*. Cuiabá: IHGMT, 2001; Valmir BATISTA CORRÊA. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1888-1930)* 1981. 219f. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo; Maria Manuela Renha NOVIS NEVES, *Leões e Raposas na política de Mato Grosso (até 1978)*. Rio de Janeiro. Mariela Ed. 2001.

[29] Lúcia Helena GAETA ALEIXO, "*Vozes no silêncio: subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso* (1888-1930)". Cuiabá: Ed. da UFMT 1995. Cf. o número significativo de Monografias de cursos de Especialização e de trabalhos de conclusão de curso dos acadêmicos do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso.

> (...) de uma a outra usina, que eram os núcleos de população maiores, a não ser as cidadezinhas de Santo Antônio de Leverger e Barão de Melgaço, as comunicações e os transportes eram feitos por água, através de lanchas que passavam poucas vezes por mês ou, então, em canoas, ou, ainda, em último caso, a cavalo, entre usinas mais próximas como era o caso de Conceição e Maravilha, cujas sedes eram separadas por apenas quatro quilômetros[30].

Para o autor, tais dificuldades geográficas levaram as usinas a terem vida própria, porque possuíam "quase tudo que uma comunidade necessita para seu próprio abastecimento". E o autor ao dizer: "Esse era o meio em que atuava o senhor de usina. Fácil será compreender-se os hábitos que esse ambiente gerava e a mentalidade que formava, influindo no seu caráter e na sua personalidade"[31].

Ora, o que está implícito na compreensão solicitada pelo autor é o fato de que ele omite que os senhores de usina eram coronéis, que comandavam suas usinas como se essas fossem um território independente do Estado de Mato Grosso. O autor omite, ainda, a inércia do Poder Judiciário Estadual em mandar averiguar as denúncias públicas das arbitrariedades cometidas pelos coronéis em suas usinas. Consideramos como omissão porque os coronéis usineiros controlavam o Poder Legislativo como mostra Neves:

> (...) Quanto à representação legislativa nos períodos seguintes mais próximos ao domínio desse facção, a sua importância é comprovada pelos seguintes dados: desde o primeiro presidente da Constituição de 1891 até 1930, foram eleitos 13 usineiros para o legislativo estadual e alguns federais. Existem casos, como o de Francisco Pinto de Oliveira ("coronel

---

[30] Lenine de CAMPOS PÓVOAS, *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*, p. 56.
[31] Ibid., p. 56-58.

Chico Pinto"), que foi deputado em doze legislaturas (assento permanente por quatro décadas)[32].

O "coronel Chico Pinto" era proprietário da Usina São Miguel, usina de pequeno porte que fabricava apenas álcool e aguardente, mas o citado coronel contava com o apoio incondicional de seu sogro, também coronel, Virgílio Nunes Ferraz, proprietário da Usina Aricá, que nunca exercera cargo político, porém fora muito bem representado pelo genro durante quarenta anos, na Assembléia Legislativa, sendo âncora da sustentação do controle político dos coronéis usineiros, no Estado[33].

Desse modo, pode-se dizer que as arbitrariedades que os coronéis cometiam de forma impiedosa contra seus empregados: bater, colocar no tronco e até matar não podem ser justificadas pelos aspectos descritos por Póvoas, mas sim pela cumplicidade entre os coronéis e o Governo do Estado, cumplicidade porque durante o período da Primeira República, como afirma Neves, os coronéis usineiros constituíram a força política mais expressiva, o que lhes favorecia agir sem quaisquer limites, dentro do espaço de seus estabelecimentos, a ponto de o Poder Judiciário do Estado, nunca ter mandado averiguar as denúncias da imprensa escrita.

Essas denúncias da imprensa escrita foram confirmadas mediante o depoimento de um dos três depoentes vivos do período de 1930, depoimento este que parece inédito no que se refere à existência de punições, às quais estavam sujeitos os trabalhadores: as surras e o tronco, na Usina Flechas fora aplicado em uma criança do sexo masculino, de treze anos de idade e órfã. Ressalte-se que estamos considerando as punições como um fato novo, tendo em vista, pelo menos até onde se tem conhecimento, que nas demais usinas nenhuma

[32] Maria Manuela Renha NOVIS NEVES, *Leões e Raposas na política de Mato Grosso (até 1978)*, p. 86.
[33] Lenine de CAMPOS PÓVOAS, *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*, p. 39.

criança fora levada ao tronco. A prática corrente nas outras usinas era as crianças serem punidas por seus pais[34], o que também não pode ser considerado como uma regra válida para todas as usinas. Entretanto, a punição dessa criança ordenada pelo coronel João Pedro de Arruda, é mais uma prova que atesta o que os outros pesquisadores já registraram: o poder de vida e de morte que os coronéis tinham sobre seus empregados[35]. Este aspecto é reforçado na mortal punição a que fora submetida essa criança, a qual estava sob a responsabilidade do coronel, já que, como foi salientado, ela era órfã. Por outro lado, essa punição revela um outro aspecto das histórias das usinas e dos coronéis "até então ignorados"[36].

Vejamos este outro aspecto que compõe a história da Usina Flechas e de seu proprietário, o coronel João Pedro de Arruda na voz do depoente, rompendo um silêncio de 73 anos. De maneira emocionada, lembra de si quando era essa criança de treze anos, cujo trabalho era tirar leite das vacas "especiais", destinadas a servir a família do coronel,

> *eu tirava leite das vacas para as moças, as filhas do coronel (...), eu tirava leite no copo, tinha que enxugar a mão para não suar, não podia derramar o leite, se derramasse um bocadinho para fora do copo, elas não bebiam, tinha que tirar o leite e não deixar a escuma escorrer para fora do copo, tinha que cuidar, limpar sempre a mão*. (Depoente Q)

Alguns dos empregados do coronel vigiava a criança enquanto ela efetuava a atividade de tirar leite, com o intuito de observar se ela cumpria os procedimentos acima descritos:

---

[34] Cf. Lúcia Helena GAETA ALEIXO, "*Vozes no silêncio: subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso (1888-1930)*", p. 190.
[35] Cf. os autores relacionados na nota 28 do presente capítulo.
[36] Jeanne MARIE GABNEBIN, *Os cacos da história*, p. 40.

*Então uma vaca chamada Natália, ela me deu um coice na canela, cortou minha canela, eu não vi nem o coronel nem o preto que batia, chamava-se* (cita o nome), *ainda estava escuro, eu não vi. Quando acabei de tirar o leite às 10 horas, levei aquele balde de leite para a cozinha, seu* (cita o nome) *me disse: 'você vai apanhar', falei por que? 'Você bateu na vaca, o preto e o coronel viram, estão esperando você', eu tinha treze anos. O coronel falou: 'vem aqui para nós conversarmos'. Fui conversar com o coronel e o batedor* (cita o nome) *já estava na porta só esperando ordem dele. Quando eu entrei, vi que tinha duas palmatórias grandes (fala alto), ajoelhei, o coronel falou: 'porque você bateu na minha vaca?' Eu falei: bati porque ela cortou minha perna, aí ele falou: 'então, você vai apanhar'. Falei pode bater, estiquei a mão, pá, pá, pá, pá, quando completou uma dúzia aqui tampou tudo* (fez o gesto mostrando-nos a mão) *inchou tudo, quase quebrou todas as juntas, era aquela dor que... aí mandou eu ir embora, cortou a bóia* (alimentação). (Depoente Q)

Enquanto pronunciava as expressões "*pá, pá, pá, pá*", referindo-se às batidas com a palmatória, ele se contorcia no sofá, onde se encontrava sentado, manifestando, de modo muito claro, que estava revivendo aquela situação dolorosa. Quando disse "*era aquela dor que...*" ficou quieto com os olhos marejados de lágrimas, e nesse momento se permitiu demonstrá-las, lágrimas estas guardadas durante 73 anos. Após controlar a emoção, disse com bravura:

*mas naquele dia eu não chorei, agüentei e enquanto o batedor me batia eu pensava: quando eu ficar homem eu mato vocês dois, o coronel e o preto, e matava mesmo* (disse alto). (Depoente Q)

porque "(...) ainda que o discurso possa tropeçar, à frente de si mesmo, perder seu caminho temporariamente, *é a voz*, tanto quanto a memória, que se recupera dos momentos de silêncio e impotência"[37].

Quando o coronel o mandou embora, significou que nenhuma das famílias que residiam nas casas da usina poderia acolhê-lo, nem mesmo a república destinada a acomodar os trabalhadores solteiros, categoria esta que a criança integrava. A esse respeito diz:

> *aí, eu fui para o mato, não tinha onde ficar, fui para o mato como se fosse um bicho.* (Depoente Q)

O coronel ordenou para a cozinheira que lhe suspendesse a alimentação por oito dias. Mas essa ordem do coronel não fora cumprida, graças à solidariedade de um dos empregados:

> *seu* (cita o nome) *que ser[illegible] mesa, a mesa da casa grande, botava sempre uns pedaços de carne no bolso e de noite quando todo mundo dormia, ele ia lá onde eu estava e eu comia se o coronel viesse a saber eu apanhava de novo e seu* (cita o nome) *também.* (Depoente Q)

Nesses trechos do depoimento depreende-se o significado atribuído à vida do ser humano, na condição de trabalhador, nas usinas. Aí a vida tinha menos valor que a dos animais. Na usina Flechas, esse significado também tem lugar, e fora estendido à uma criança trabalhadora, que fora cruelmente castigada. Esta crueldade, a de colocar crianças no tronco, não se faz presente nos depoimentos dos demais ex- trabalhadores. Sobressaem,

---

[37] Geoffrey H. HARTMAN, Holocausto, testemunho, arte e trauma. In: NESTROVSKI, Arthur, SILVA-SELIGMAN, Márcio (0rgs.). *Catástrofe e representação: ensaios*, p. 216.

ainda, nesses trechos do depoimento, as relações de poder que conferem ao coronel o direito de ordenar a seus capatazes bater, colocar no tronco e até matar os trabalhadores da usina, isto é, o coronel podia condenar e executar as pessoas que trabalhavam em sua propriedade, a usina. Condenação e execução estas que ocorriam com requintes de crueldade, como declarou a vítima em seu depoimento. Ainda é necessário destacarmos desses trechos a postura intimativa e humilhante do coronel: a criança trabalhadora ajoelhou-se frente ao coronel que se encontrava sentado, na cadeira de seu escritório. Ela ajoelhou-se numa situação de submissão e, nessa situação, vivenciou a sua condição de sujeição: estendeu-lhe a mão para que o "batedor" nela batesse com a palmatória, palmatória esta que na época era também utilizada nas instituições escolares para castigar as crianças.

Por fim, destacamos desses trechos do depoimento o questionamento inquisitorial do coronel feito à criança, submetendo-a. O coronel a intima e a notifica sobre o motivo pelo qual será castigada. Por sua vez, a criança ouve e responde a notificação e, somente depois que é castigada cruelmente com doze pancadas de palmatória nas mãos, que *"quase quebrou todas as juntas"*, que o coronel explicou-lhe o motivo pelo qual estava sendo castigada, isto é, que ela era, merecedora de ser castigada. Nesse modo de se conduzir do coronel, entrevê-se a tentativa de, na submissão da criança, dela obter a sua concordância à punição.

Neste sentido, poder-se-ia finalmente dizer que essa primeira punição, apanhar nas mãos com a palmatória, tivera como fim o "aprendizado", por parte da criança, para não mais cometer nenhuma "falta". Porém, ela insistiu, ou seja, cometeu-a, novamente. O coronel não somente a julgou mais grave ainda, como entendeu que a criança transgrediu a

sua ordem e não se submeteu. Ela matou o cachorro do encarregado, de um de seus capatazes, que lhe mordera gravemente nas nádegas enquanto ela estava exercendo uma outra atividade de trabalho a de "puxador de carga". Esta outra atividade ela a realizava porque não tinha condições de tirar leite já que não podia forçar as mãos por elas não estarem totalmente recuperadas dos efeitos daquela punição. Por este motivo, o coronel lhe destinara essa outra atividade, segundo suas palavras, a de "*puxador de carga*", quer dizer, a atividade de conduzir os bois que puxavam os vagões, transportando a cana dos canaviais para as usinas. Fazia parte dessa atividade conduzir oito bois do pasto até os vagões, colocá-los em pares para, assim, puxarem os vagões sobre os trilhos de ferro. Para exercer essa atividade a criança levantava-se de madrugada.

A esse respeito diz o depoente, rememorando esse *seu tempo* de criança, quando viveu e sentiu essa extrema brutalidade:

> *fui trabalhar como puxador de carga, quando o galo cantava não tinha relógio, quando o galo cantava, pela primeira vez, nos íamos tocar os bois (...) mas eu não conhecia o caminho, eu fui tocar um boi, o boi correu eu corri atrás, aí o cachorro do encarregado me mordeu e agora não podia dar parte, se desse eu ia apanhar de novo do mesmo jeito. A tarde, o Paraguai, seu* (cita o nome), *que tomava conta dos empregados da roça disse: 'o que foi?' Falei: o cachorro me mordeu, está aqui puro buraco. Aí ele apanhou uma cuia de álcool para mim lavou, lavou, mas eu não podia falar para o encarregado.* (Depoente Q)

A expressão "*esta aqui tudo buraco*" significa que a mordida do cachorro atingira toda as suas nádegas. Note-se, de novo, a existência da solidariedade entre os trabalhadores. Solidariedade esta vinda de um encarregado. Destacamos este aspecto porque, nas demais usinas, os encarregados da roça, de acordo com os depoimentos, eram pessoas de ações violentas, enquanto que esse encarregado, ao contrário, percebeu que algo havia acontecido

com a criança e, num gesto de cuidado, lavou-lhe os ferimentos com álcool para evitar uma infecção mais séria.

Nesse mesmo dia, depois que o encarregado cuidou dos ferimentos, na casa de outro trabalhador da usina, a criança revelou seu plano que seria realizado na tarde do domingo seguinte:

> (...) *fui para a casa do seu* (cita o nome), *falei para o* (cita o nome) *depois do almoço: domingo eu vou matar o cachorro do encarregado. Ele falou: 'você acabou de matar, você morre', porque lá matava mesmo, matava, tirava a orelha do lado direito e punha no varal. Tinha um arame cheio de orelha* (acentuou as palavras cheio de orelhas), *dizia bandido eu mando matar e ponho a orelha aqui.* (Depoente Q)

Os registros escritos que tratam da história das usinas também se referem às execuções que os coronéis ordenavam para seus capatazes aplicarem àqueles trabalhadores que eram bandidos[38].

O depoente revelou que sentiu medo quando se lembrou do varal de orelhas expostas. Acreditamos que essa exposição de orelhas era uma forma utilizada pelo coronel para intimidar e submeter os trabalhadores. O depoente, relembrando a sua história quando criança, a expressa revelando ter-se sentido intimidado e apavorado, porém, ao mesmo tempo, revela que estava determinado a matar o cachorro. Esta determinação que suplanta esses sentimentos, o conduz a pensar que ela "teria que ser maior que seu medo"[39]. E, de fato, *sua determinação foi mesmo maior que o seu medo, o medo da possibilidade de morrer, possibilidade esta que a criança sabia que era concreta, porém se arriscou:*

---

[38] Cf. os autores da história regional citados na nota 28 do presente capítulo.
[39] Clarice LISPECTOR, *A paixão segundo G.H*, p. 144.

*no domingo o* (cita o nome), *o dono do cachorro, foi caçar ariranha, o couro da ariranha valia dois mil réis (...) eu não tinha faca, pedi para o seu* (cita o nome). *Ele não deu falou: 'seu bobo, você acabou de matar o cachorro você morre'. Eu falei, eu morro mas eu mato. Fui à oficina, achei um ferro de ponta cumprida. E o cachorro era manso, só me mordeu porque estava escuro, ele ficava deitado embaixo da mesa da sala, aí eu falei: Amoroso, Amoroso, ele só abanou o rabo. Eu segurei no pescoço, assim, acalquei-o no chão e sangrei!... Só sangue, ele só tremeu assim* (fez o gesto). (Depoente Q. Destaques nossos).

Ao narrar a execução de seu plano, pareceu-nos que sentira certo pavor pois não tivera a calma necessária para sair da sala, talvez tenha se assustado com seu próprio gesto de violência. O cenário da sala cheia de sangue o impressionara. Suas palavras levam a pensar que repentinamente ele se arrependeu do que fez porque quem ele gostaria de matar, em primeiro lugar, era o coronel e, depois, o batedor, e, no entanto, vingara-se no cachorro que o mordera e não o reconhecera devido à escuridão da madrugada:

*a sala ficou vermelha de sangue, era manso o Amoroso, eu besta em vez de sair devagar bati na porta. Aí eu saí no corredor, virei a esquerda, a cozinheira veio ver o que era e viu a sala cheia de sangue e o cachorro morto, falou: 'o moleque matou o cachorro do encarregado, avisa ao coronel'. De lá saiu o* (cita os nomes dos encarregados), *esses quatro era só para bater e matar e matavam mesmo, cada um com um revolver. Aí eu corri, tinha um monte de lenha grande, corri por trás do monte de lenha, eles pá, pá, pá, atirando, mas não acerta, deu tempo para eu entrar no mato.* (Depoente Q. Destaques nossos)

Quando a criança conseguiu entrar no mato, o coronel ordenou que um grupo de trabalhadores a capturasse com vida e a trouxesse para a usina:

*o coronel chamou as pessoas do engenho, lá tinha mais de 60 homens, falou: ' vão atrás do moleque, quero ele aqui'. (falou alto). Os homens me cercaram e me pegaram, me levaram para o tronco. O coronel sentou numa cadeira perto do tronco e falou para o* (cita o nome): *'bate nele até ele desmaiar'. Ele lá sentado, e o* (cita o nome) *batendo com chicote, chicote trançado, cortes, três cortes na minha costa, cortou a camisa. Não desmaiei, não chorei,*

*agüentei quieto. Aí o coronel falou assim: 'vira o cabo, bate na cabeça dele', o* (cita o nome) *bateu pá. Aí eu desmaiei, fiquei banhado de sangue como um animal. (...) Passei o resto da tarde do domingo, segunda, terça, ninguém foi lá, quarta-feira à tarde, eu estava para morrer, mas era de sede* (fala alto, passando a mão na boca e na garganta) *estava seco, seco. Quando o* (cita o nome) *chegou lá no tronco, pensando que eu estava morto para cortar minha orelha e jogar meu corpo na água do rio, quando viu que eu estava vivo, o* (cita o nome) *falou: ' moleque você é o demônio porque nunca vi alguém apanhar tanto e estar vivo!' Mas minha cabeça estava aberta, meu cabelo que estava grande aqui nos ombros estava dentro dos cortes de minha cabeça e também das costas. O* (cita o nome) *falou: 'vou levar você lá para o coronel'. Eu falei: estou para morrer de sede, me arruma um pouco de água. Ele encheu uma cuia da água dos tanques que era usados para lavar as garrafas, aquela água suja com pedaços de papéis. Eu tirei os pedaços de papéis e bebi. Aí fomos, cheguei lá ele me olhou...depois falou: 'nunca vi, você é o primeiro, todas as vezes que mando bater, nas condições que eu mandei bater, era para estar morto, não morreu mas vai morrer, que dia é hoje?' Daí o* (cita o nome) *falou, '15 de junho'. Aí ele falou para o* (cita o nome)*: 'dia 30 você mata-o, tira a orelha dele e joga o corpo na água', e mandou me soltar.* (Depoente Q)

A situação vivida e descrita pelo depoente demonstra a extrema crueldade praticada pelo coronel, tanto física quanto moral, esta última no sentido de humilhação do ser humano, naquilo que lhe é mais caro, à sua dignidade de pessoa[40]. A crueldade física tinha como finalidade a execução daqueles que o coronel condenava. Condenação esta que, de certa forma, era institucionalizada como uma forma de eliminar os "maus elementos" porque o coronel, dentro do território de sua usina, tinha o poder de matar, cortar a orelha e jogar o corpo no rio. Em parte esse poder de condenar e matar do coronel era delegado pelas próprias autoridades policiais, uma vez que enviavam presos para as usinas: "os

[40] Gerhard BOTZ et Michael POLLAK, Survivre dans un camp de concentration. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (41): 4.

trabalhadores das usinas eram arregimentados entre gente humilde presa e trocada pelo Delegado de Polícia com os donos das usinas por sacas de açúcar"[41].

Essa informação, mesmo sendo verídica, não o é na sua totalidade, considerando-se, como já foi ressaltado, que os trabalhadores das usinas, na sua maior parte, eram oriundos da própria região do Rio Abaixo. Porém, a informação do autor, a respeito da arregimentação de trabalhadores entre os presos das cadeias públicas de Cuiabá, é confirmada pelo filho do coronel:

> *a polícia aqui, o chefe de polícia aqui, que era o Cristiano Cartens, mandava... Não tinha casa, faziam das usinas casas de correção de pessoas aqui, de vagabundos, de ladrões aqui de Cuiabá. Essas pessoas davam mal exemplos, lá dentro do estabelecimento não é? Para os trabalhadores, gente nossa. Então, esse pessoal assim que a polícia mandava, porque não tinha o que fazer com essa gente. Cadeia cheia, então mandava, aquele Governo, não me lembro bem quem era o Governo. Sei que o Cristiano era o chefe de Polícia. Ele mandava muita gente para as Usinas. Quando assustava, chegava a polícia lá, levando, 3, 4 trabalhadores. (...) Era obrigado... Recebia e aqueles eram mal elementos. Só davam mal exemplos dentro do estabelecimento. Aí, então, eles eram castigados por isso. (...) Eles aconselhavam o pessoal ali a debandar, a não trabalhar porque eles eram vagabundos, não é, então, não queriam trabalhar e aconselhavam os outros. Então, a polícia fazia aquilo de casa de correção. Nós éramos obrigados a aceitar aquele pessoal ali.* (Depoimento F°. do coronel. Arquivo Oral Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. Universidade Federal de Mato Grosso)[42].

---

[41] Rubens de MENDONÇA, *História do comércio de Mato Grosso*, p. 91.

[42] Essa entrevista, como as outras quatro que utilizaremos, foram realizadas pela jornalista e pesquisadora Martha Arruda Dias Paiva, do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da Universidade Federal de Mato Grosso. Foi a pesquisadora responsável pelo Projeto de Pesquisa: "Usina de Açúcar em Mato Grosso", realizado na década de 1980. As entrevistas fazem parte do acervo de documentação oral do referido Núcleo e estão a disposição de pesquisadores, tanto no que se refere ao acesso as entrevistas transcritas como a escuta das fitas. Estamos utilizando as cinco entrevistas porque elas tratam do período anterior a 1930 e da histórica "vistoria" realizada pelo primeiro Interventor Federal e Coronel do Exército Antonino Mena Gonçalves, nas usinas Conceição e Aricá.

A entrevistadora ao perguntar se a polícia não realizava vistoria, no sentido de saber como os presos estavam se comportando, uma vez que a própria polícia utilizava as usinas como casa de correção, o filho do coronel responde categórico:

> *Pois é. Os marginais iam todos para lá para as usinas. E lá só davam mal exemplos e nós éramos obrigados a castigá-los para moralizar. É justamente isso que acontecia.* (Depoente F°. do coronel. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. UFMT)

O depoimento do filho do coronel leva a entender que as correções por ele aplicadas restringiam-se aos presos, que lhe eram enviados pelo próprio Delegado de Polícia, visto que este considerava as usinas como casas de correção, o que, por sua vez, expressa a confiança na capacidade do coronel de realizar tal correção, a ponto de não mais se interessar pelo preso. Isto quer dizer que a própria polícia conferia ao coronel o poder e a autoridade policiais sobre os presos, inclusive a de executá-los, caso fosse necessário. Se, por um lado, pode parecer um tanto singular o Delegado de Polícia transferir sua responsabilidade pública de correção para os coronéis, usineiros já que a usina era um estabelecimento comercial privado, sendo isenta de qualquer responsabilidade com a segurança pública, por outro lado, essa atitude do Delegado de Polícia de "entregar" os presos aos coronéis, conferindo-lhes o poder e a autoridade para corrigi-los, como julgassem necessário, revela a cumplicidade entre o Poder Judiciário do Estado e os coronéis, uma vez que eram os coronéis quem indicavam os Delegados de Polícia, conforme já foi mostrado no capítulo precedente. Isto só reforça a prática dos coronéis: podiam executar e matar as pessoas como se matava um animal. Era por causa dessa cumplicidade e enredamento das relações de poder que a polícia não averiguava as denúncias da imprensa escrita, referidas anteriormente.

Imbuído dessa legitimidade propiciada por sua prática do poder policial que, por fim, outorgava-lhe o direito de executar e matar, que o coronel João Pedro de Arruda castigara não um "preso vagabundo", como se referiu o filho do coronel do depoimento antes citado, mas uma criança de treze anos de idade, cujo "mal exemplo" fora, primeiro ter batido na vaca Natália porque esta lhe dera um coice, depois por ter mencionado que mataria o cachorro Amoroso porque este também a ferira. Essas atitudes de reação do "moleque" podem ser apreendidas como uma forma de enfrentamento indireto ao coronel e ao encarregado. A criança, como não podia enfrentá-los, diretamente, os enfrentava por meio de seus animais de estimação. O depoimento parece indicar que o coronel tinha consciência desse fato, e percebera o perigo que o "moleque" representava caso continuasse vivo. É que o próprio "moleque" do passado, hoje um ancião de 86 anos, conta sua experiência de ter sido marcado para morrer, com data marcada, 30 de junho, um dia após a tradicional festa de São Pedro.

Depois que saíra do escritório do coronel, disse:

> *fui para o mato, mas sofri a noite inteira sem dormir. Quando a cabeça começava a doer demais eu ia ao rio e mergulhava para amolecer o cabelo e a camisa, que estavam colados nos cortes das costas e da cabeça. Fiquei uns três dias sem comer, depois seu* (cita o nome) *começou a roubar carne e levar para mim. Quando foi dia 29 de junho, seu* (cita o nome) *passou pelo mato, ele foi cortar cana para dar para o cavalo e me falou: 'vai ter uma grande festa hoje na usina, você rouba uma canoa e vai embora. Ele sabia que eu conhecia todo esse mundo,* (refere-se a região do pantanal mato-grossense) *ele, o coronel, sempre fazia uma grande festa no dia de São Pedro.* (Depoente Q)

Revelou-nos que viu nesta festa uma possibilidade de escapar da morte marcada para o dia seguinte e alimentou a esperança da fuga dar certo com toda a força de sua alma.

Nesse interim, seu padrinho de batismo, um padre alemão, ficou sabendo da situação do afilhado e foi conversar com o coronel:

> *A senhora que me criou até os 10 anos me batizou e meu padrinho era um padre alemão, foi conversar com o coronel, para me comprar, porque ainda se comprava as pessoas, como se a gente ainda fosse escravo, isso em 1928. O coronel falou: 'olha eu sou seu amigo, mas esse moleque eu não vendo por dinheiro algum, vou matar porque ele é perigoso, se ele crescer aqui ele me mata', eu matava mesmo. Meu padrinho saiu de lá zangado, foi lá onde eu estava e falou: 'olha meu filho, vai ser a última vez que eu vou lhe ver, mas você tem coragem como um alemão, amanhã à noite eu vou mandar um homem aqui com sua certidão de nascimento', porque dona* (cita o nome), *minha madrinha, sempre na espreita me batizou, minha certidão de batismo estava na Igreja. Então, meu padrinho foi em Barão de Melgaço, fez minha certidão de nascimento, colocou num saquinho de mescla de plástico, colocou quinhentos contos de réis, quando o homem que ele mandou chegou, falou para eu abaixar a calça e amarrou bem aquele saquinho na minha cintura.*
> (Depoente Q)

Ressalte-se que, tal como o poder policial, o padre, ao pedir para o coronel não matar o "*moleque*", não somente reconhecia aquele "direito" e poder de executar e matar do coronel, como também, mediante seu pedido, os legitimava.

A festa de São Pedro, santo de devoção do coronel, segundo o depoente, era realizada todos os anos e contava com a presença de todos os fazendeiros da região. Nesse dia, os trabalhadores tomavam aguardente à vontade, uma vez que esta era servida gratuitamente. Como todos os trabalhadores e os encarregados estavam envolvidos com a festa, a vigilância sobre o "*moleque*" fora relaxada, além disso, o principal acesso à Usina era pelo rio Cuiabá, de forma que o único meio de transporte eram as canoas e as lanchas, estas eram para os mais afortunados, como os fazendeiros e os coronéis usineiros. A festa durava a noite inteira.

Neste sentido, a esperança do "*moleque*" aumentava, podia empreender a fuga: roubar uma canoa para se livrar da morte e fugir, conforme sugestão do solidário "seu" Carlos.

> *quando anoiteceu, todo o pessoal, todo mundo indo para lá, para a festa tocando viola, eu saí devagarinho... quando cheguei ao rio, todas as canoas estavam na corrente, eu sentei ali na beira do rio aquele escuro!... Não tinha ninguém. Pensei estou perdido, quem sabe minha mãe, lá do alto do céu, vai me ajudar. Fiquei na beira do rio, nada de canoa, quando foi tarde da noite vinha uma canoa, vinha chiando, quando rema chia, ai eu falei; oh meu Deus uma canoa!...Quando o negro chegou perto de mim, nem viu, estava escuro amarrou a canoa, não amarrou com corrente, peguei a canoa, o rio estava cheio até a boca* (cheio até as margens), *entrei na canoa e remei até de madrugada, remei mesmo, eu não podia ir para o rio Mutum porque ele mandava me pegar, remei rio abaixo para o Pantanal para ir para Corumbá. Quando o sol estava nascendo atrás de mim, eu estava saindo do rio atrás do Porto Cercado eu estava saindo, vinha em minha direção um apito: ruum, ruum, eu nunca tinha ouvido aquele apito. Eu encostei a canoa que olhei para cima aquele monstro!... Navio da Marinha que estava realizando a inspeção entre as fronteiras do Brasil com a Bolívia e o Paraguai. Quando eu vi o navio vinha vindo, eu comecei a bater com o remo na água pá, pá, e a gritar socorro, socorro, um marinheiro viu, encostou e parou o navio e gritaram: 'venha'. Eu fui, o navio era alto, a canoa ficava lá embaixo, botaram uma escada de borracha, segurou meu braço, eu estava tremendo (*acentuou esta última palavra e se encolheu*), me colocaram no casco do navio e perguntaram: 'de onde você é?' Falei: da usina. Ele: 'ah está fugindo'. Falei, estou fugindo, e ele falou: 'então vamos falar com o comandante'. Segurou minha mão e me levou para o comandante, era um italiano* (cita o nome), *não esqueço o nome dele, subi lá ele me perguntou: 'rapaz o que você fez?' Falei: me bateram, eu matei o cachorro do encarregado, o coronel mandou me bater, falou que ia me matar dia 30. Ontem teve uma festa lá, eu apanhei uma canoa e fugi. Ele falou: 'vou te levar, agora não vou garantir sua saúde porque o médico mesmo está falando se você sarar vai ficar fanhoso, por causa desse corte na sua cabeça'. Levou 20 pontos.* (Depoente Q. Destaques nossos)

Poder-se-ia dizer que estão presentes, nesse depoimento e nos outros quinze, os pormenores e detalhes que demonstram como "a vida individual é o veículo concreto da

experiência histórica". Pormenores estes que, por sua vez, revelam "a complexidade de emoções contraditórias, (sentimentos) de amor e de ódio entrelaçados"[43], sentimentos que constituem a memória dos depoentes, e presentes nos depoimentos, integrantes da fonte oral.

Para Bosi, essa veemência das emoções expressas pela memória que são visivelmente perceptíveis através das expressões faciais, dos gestos, dos silêncios, dos embargos de voz e, volta e meia pelas dolorosas lágrimas do depoente, enquanto ele narra a sua memória oral. Esse estado emocional presente na fala do depoente é, segundo a autora, um complemento importante daquilo do qual está falando, porque faz parte do seu passado vivido[44], é a sua memória vivida. É nesse movimento de rememorar e narrar o passado vivido, que ocorre, de acordo com a autora, a inter-relação entre passado e presente. Para ela, é a inter-relação de temporalidades que faz com que a memória oral diferentemente da memória escrita não seja linear porque o olhar do presente que permite o deslocamento do tempo e idade, onde o depoente consegue ver as várias etapas vividas ou, ainda, os vários "eus", simultaneamente, forma, ou melhor, compõe a integridade desse "eu" da velhice[45].

Foram essas simultaneidades de "eus" integrados no tempo e idade que ficaram bastante manifestos no depoimento do ancião: "esses eus" deste depoente se apresentando, ora emocionado, ora ressentido, ora apavorado, ora, amedrontado, ora enfim, com o sentimento da morte lhe rondando, e palpável, porém com o sentimento de que viveria, conhecendo e experenciando, no seu âmago, como bem disse Bloch, o verdadeiro "sentido do verbo conhecer"[46]. Conheceu a nauseante e cruel violência do tronco, conheceu o

---

[43] Paul THOMPSON, *História oral: a voz do passado*, p. 302.
[44] Ecléa BOSI, *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*, p. 17.
[45] Idem. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. Capítulos III e IV p. 95- 479.
[46] Marc BLOCH, *Introdução à história*, p. 42.

pavoroso medo da morte, morte com dia marcado, uma vez que conheceu e sentiu o significado de ter sobrevivido ao tronco, ao solitário sofrimento físico dos ferimentos, quase mortais. Neste sentido, seu depoimento é permeado, por um sentimento de abandono, ora por significativos atos de solidariedade, principalmente os do "seu" Carlos. Mas os sentimentos mais manifestos são os de ressentimento e de ódio pelo coronel e pelos batedores, sentimentos estes que significavam vingança: "*eu jurei matá-los*", dando a impressão de que matar para ele significava mais do que vingança, significava honra, e também a sua dignidade.

Mas foi o relato da fuga que fez os seus olhos brilharem e a expressão de seu rosto se descontrair, no momento em que se reporta ao proprietário da canoa, que não a amarrou com a corrente. O fato de a canoa não ter sido amarrada é por ele imputado a um olhar protetor e providencial: "*minha mãe, lá do alto do céu, vai me ajudar*", proteção esta ausente de sua vida solitária. Aquela canoa significava a fuga da morte marcada para o dia seguinte, por isso não perdeu tempo: "*antes do negro chegar a casa do coronel*" para festejar a noite de São Pedro, pegou a canoa e abriu o mundo: "*(...) entrei na canoa e remei até de madrugada, remei mesmo, abri o mundo*". Disse estas últimas palavras fazendo os gestos do "moleque" remador, aliviado, corajoso, que remava, remava, a canoa na noite escura e solitária do rio Cuiabá.

Ele suspirou fundo, quando descreveu a visão do navio "*vindo, vindo*". Visivelmente emocionado, disse que o marinheiro "(...) *segurou sua mão, eu estava tremendo*". Cremos que, certamente, era a primeira pessoa que segurara sua mão e o interrogara sem aspereza e, ainda, segurando-o pela mão o apresentou ao comandante do navio e deste ouviu, acreditamos, o que mais esperava na vida naquele momento: "(...) *vou*

*te levar"* Ainda controlando a emoção, relembra das providências do comandante e de toda a tripulação do navio:

> *foi só embarcar, ele mandou eu tirar a roupa, mandou cortar meu cabelo, cuidou dos cortes de minha cabeça e de minha costa, tinha três cortes na costa, me deu injeção contra tétano. Eu vesti roupa de soldado. Ele colocou um colchão para mim deitar, eu falei para ele: olha eu não posso ficar aqui, ele falou: 'porque?' Eu respondi: porque o coronel vai vir atrás de mim, porque eles vêm e vão revistar aqui e vêm armados, a lancha da usina corria como não sei o quê, corria mais que o navio. O comandante falou: ' então vou botar você no fundo, no porão'. Então, eu fiquei lá no fundo, quando foi umas quatro horas da tarde, a lancha apitou atrás de nós: rum, rum, rum, três apitos, quando dá três apitos é para encostar. O comandante virou o navio e encostou, parou, a lancha encostou, desceram vinte e cinco homens, todos com espingardas na mão falaram para o comandante: 'vamos fazer uma revista no navio'. O comandante falou: 'porque?' Eles falaram: 'sumiu um assassino da usina e é perigoso, queremos matá-lo'. O comandante falou: 'podem revistar o navio'. Eu estava escondido perto da tampa do porão. O comandante colocou em cima da tampa trinta rodas de arame de cerca, nessa altura* (fez o gesto)*, eles passaram por cima de mim, ouvi o barulho dos pés deles. Olharam o navio todo, o comandante mandou o encarregado assinar um papel que comprovava que eles não tinham encontrado ninguém da usina no navio. A lancha virou e foi embora. Quatro dias depois eu estava tranqüilo!... a cabeça e minhas costas já estavam boas, meu serviço era lavar panelas e pegar lenha.* (Depoente Q)

Após o depoente dizer "*quatro dias depois eu estava tranqüilo!... a cabeça e minha costas já estavam boas*", recostou a cabeça no sofá e fechou os olhos respirando com suavidade, numa clara demonstração do que significara sentir-se salvo da morte e do jugo do coronel João Pedro de Arruda e de seus quatro homens, os encarregados, cuja atividade era bater e matar. Essa atitude do depoente de recostar a cabeça no sofá, e de olhos fechados, é a mais pungente demonstração de uma história escrita através de uma memória

viva[47], onde o depoimento do "*moleque do coronel*", que conseguira fugir da Usina Flechas é *a voz viva e concreta* da interação passado-presente[48] e, ao mesmo tempo, o registro da "história que se faz"[49], o da história dos coronéis usineiros, com base nas "palavras registradas" daqueles que foram os sujeitos da história cotidiana das usinas, aqueles que viveram frente à frente com os coronéis.

O depoente depois dessa atitude introspectiva em relação ao momento que lhe significara a garantia de sua integridade física, e após ter controlado o forte estado emocional suscitado pelas lembranças daqueles momentos tão doloridos, cicatrizes que parecem ainda sangrarem no momento que as relembrava[50], dirigiu-se a nós e disse:

> *Escuta, veja a senhora como é o mundo, eu cheguei em Ladário, é onde fica o quartel da Marinha na cidade de Corumbá, o comandante recebeu um telegrama que era para voltar com o navio, pensei: e eu agora o que faço? Aí ele me chamou e falou: 'arruma sua malinha'. Eu já tinha uma mala, ele tinha me dado roupa e sapato, 'arruma sua malinha eu vou botar você no trem, você vai para o Rio de Janeiro, até eu voltar, daqui um mês eu volto, leva seu documento o registro de nascimento'. Escreveu uma carta ao comandante da Marinha de Guerra da capital, botou num envelope. Fui para o Rio, o comandante de lá era um sobrinho de Eurico Gaspar Dutra, ele era daqui de Cuiabá. Quando eu cheguei lá e entreguei a carta para ele, a carta do Capitão* (cita o nome), *que tinha escrito toda a minha história, eu tinha contado tudo para ele. Fiquei lá no Rio carpindo o quintal do quartel até o Capitão chegar, não sabia ler nem a letra a. O Capitão chegou e falou: 'cadê meu moleque?' Eu estava forte, ele me mandou para a inspeção, fui apto, passei em todas as inspeções, fiquei na marinha 21 anos, cheguei em 1928 e saí no final de 1949. (...) trabalhei 10 anos em Fortaleza.* (Depoente Q. Destaques nossos)

[47] Paul THOMPSON, *História oral:* a voz do passado, p. 272.
[48] François BÉDARIDA, Méthodologie et pratique de l'histoire du temps présent. In: *Histoire, critique et responsabilité*, p. 61.
[49] Marc BLOCH, *Introdução à história*, p. 43.
[50] Freddy RAPHAEL. Le travail de la mémoire et les limites de l'histoire orale. *Annales*, (1): 127.

Podemos perceber em todo o depoimento deste senhor, o que Halbwachs denomina de "ao mesmo tempo uma lembrança de criança e uma lembrança de adulto":[51] simultaneidade de lembranças de criança e de adulto constantemente presente no relato que ocorre, segundo o autor, porque o depoente, mesmo quando criança, viveu sempre a realidade de um adulto. Este aspecto nos parece bastante significativo porque não é uma característica apenas do depoimento deste depoente, mas dos demais depoentes que trabalharam nas usinas de açúcar desde tenra idade[52].

Ressalte-se que, ainda de acordo com Halbwachs, o que difere no depoimento deste depoente em relação aos dos demais é a concreta e penosa situação de abandono[53]: a dolorosa experiência de ter sido privado da convivência, do afeto e do carinho de seus pais quando criança, convivência e experiência estas primordiais para o ser humano. Esta falta deixa uma lacuna na vida da pessoa, e, se assim se pode dizer, ela jamais será preenchida. Acrescentar-se-ia, ainda, que essa criança vivera uma experiência singular de abandono. Primeiro perdera seus pais biológicos e o coronel João Pedro de Arruda, a entregou, de acordo com suas próprias palavras, para uma família.

> *me deu para uma família me criar até os 10 anos e depois devolveu para ele para trabalhar na usina*, (Depoente Q)

isto quer dizer que ela, aos 10 anos de idade, ficou órfã pela segunda vez, fora retirada do convívio de sua segunda família. Sua convivência após ser "*devolvido para o coronel*", é a convivência na república dos trabalhadores adultos solteiros. Essa criança era, em outras

---

[51] Maurice HALBWACHS, *Memória Coletiva*, p. 41.
[52] Ibid., p. 42.
[52] Ibid., p. 40.

palavras, uma criança abandonada e, por isso, conhecida como "o moleque do coronel", porque se encontrava, diretamente, sob o seu jugo. Nessa condição, encontrava-se também à mercê das punições do coronel visto que este se sentia e agia como seu proprietário e legítimo responsável, entendendo isto como o direito de dispor, como bem lhe aprouvesse, da vida e da integridade física do "*moleque*", "*seu*" moleque, podendo até matá-lo. Era, ainda, sob essa condição que trabalhava em troca da alimentação diária. Em suma, o "*moleque do coronel*" era tido por este último como coisa, sem direitos, tratado como escravo.

Podemos apreender, por fim, nessa simultaneidade de lembranças de criança e de adulto do depoente um outro aspecto: no momento em que o depoente expressa suas lembranças, ele próprio as enriquece, acrescentando-lhes alguns fatos históricos que estão relacionados diretamente à realidade de trabalho das usinas. É o caso, por exemplo, da referência feita à Lei Áurea, que não era cumprida pelos usineiros, sobre a qual diz: "*ficou só no papel*". Quer dizer, os aspectos históricos que acrescenta às lembranças fazem parte de um contexto histórico que o depoente ao rememorar, também o analisa.

Essas rememorações e análise estão presentes quando o depoente se refere não só ao tratamento médico, que recebera dos seus ferimentos, resultantes do castigo, no navio: os 20 pontos no corte da cabeça, a injeção contra tétano e às roupas que lhe foram dadas. Atribui ao comandante do navio todos esses cuidados, Capitão Marigello Hugo Soares dos Santos, de quem nunca se esquece porque o Capitão fora e é, significara e significa, a pessoa com quem tivera e tem uma forte ligação afetiva. Podemos arriscar em dizer que o Capitão representa ainda hoje para o depoente, senhor de 86, anos como já foi salientado, o pai que perdera aos 6 anos de idade.

Esse aspecto da relação afetiva que o depoente tivera e ainda mantém vivo com a pessoa do Capitão-comandante do navio é, de acordo com Halbwachs, uma das características marcantes tanto da memória individual quanto da memória coletiva. No que se refere à memória individual, essa afetividade vivamente evocada pelo depoente está relacionada aos cuidados atenciosos que recebera por parte do Capitão Marigello, que o acolhera no navio, mais do que isso, lhe salvara a vida, não cuidando apenas de seus ferimentos físicos, mas escondendo-o dos capangas do coronel. Esses atos do Capitão tiveram um significado "especial" não apenas para o "moleque" de 1928, continuam tendo para o ancião de 1999 porque tais atos fazem parte das relações afetivas do depoente, conforme esse autor. Podemos dizer, eles integram a sua afetividade e, pois, sua subjetividade.

O autor antes referido afirma, ainda, que as relações afetivas podem ter significações diferentes para aqueles que estão nelas envolvidos, quer dizer, cada pessoa dará uma significação própria de acordo com a sua singularidade. Parafraseando o autor, pode ser que o Capitão do navio "jamais" tenha tido "consciência da importância que" o "moleque" "atribuiu a seus menores expedientes, a suas palavras"[54].

Outro aspecto presente no depoimento desse senhor, que é também uma característica da memória, é o sentimento de ressentimento, advindo das humilhações[55] sofridas enquanto esteve na Usina Flechas. Mediante este sentimento, de acordo com Ansart-Dourlen, ele quer transmitir um outro, o de vingança. O depoente alimentou este sentimento desde a primeira punição, o qual se exprimiu na intenção, no objetivo de matar

---

[54] Maurice HALWACHS, *Memória coletiva*, p. 31.
[55] Michèle ANSART-DOURLEN. Ressentimento - As modalidades de seu deslocamento nas práticas revolucionárias - Reflexos sobre o uso da violência. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. p. 367.

o coronel e os batedores. Esta intenção perdurara até o momento em que saíra do quartel da Marinha em 1949. Assim ao chegar à cidade de Corumbá, a primeira providência que tomou foi comprar um revólver:

> *comprei um trinta e oito e enchi de bala. Comprei o revólver e pensei: agora vou matar o coronel João Pedro de Arruda, o* (cita o nome), *que era o dono do cachorro que eu matei e os quatro capangas, e matava mesmo. De Corumbá, peguei a lancha e saltei na Usina: pensei vou chegar lá fazendo assim* (faz o gesto como se estivesse atirando). *Aí, quando cheguei lá seu* (cita o nome) *falou assim: 'você vai encontrar essa turma no cemitério, resta só o* (cita o nome) *que mora no Mimoso'. Falei para seu* (cita o nome), *vou ao Mimoso matar o* (cita o nome), *ele já estava velho com mais de 80 anos. Mas, uma semana antes de eu chegar, ele morreu. Minha tia Graça que morava lá disse: 'você veio aqui para matar o Vitalino ele foi sepultado na semana passada'.* Falei: *perdi essa oportunidade, eu ia matar o velho. Daí vim para Cuiabá.* (Depoente Q)

Apreende-se do depoimento que a humilhação, "tão vivamente ressentida" pelo depoente, se transformara num obsessivo desejo de vingança, que está relacionado a um tipo de ressentimento que "nasce de uma impossibilidade de esquecer, de uma ruminação das injustiças e injúrias sofridas"[56]. Depreende-se, pelo teor do depoimento, que o depoente enquanto esteve trabalhando como soldado no quartel da Marinha, viveu não apenas ruminando as "injustiças e injúrias sofridas" mas viveu obstinado em vingá-las.

Apreende-se, ainda, do depoimento que, no momento em que o depoente comprou o revólver com o intuito de concretizar a sua vingança, obsessivamente ruminada, ele "exterioriza a sua paixão raivosa por muito tempo recalcada"[57]:

---

[56] Michèle ANSART-DOURLEN. O ressentimento - As modalidades de seu deslocamento nas práticas revolucionárias. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível,* p, 354, 357.
[57] Ibid., p 354.

*comprei um trinta e oito e enchi de balas. Comprei o revolver e pensei, agora vou matar o coronel João Pedro de Arruda, o Rondon, que era dono do cachorro que eu matei, e os quatro capangas, e matava mesmo.* (Depoente Q. Destaques nossos)

A compra do revólver calibre 38 vai além da "exteriorização de uma paixão raivosa por muito tempo recalcada". Significava sobretudo, uma "reação capaz de liberar" o depoente "do sentimento de impotência, do ressentimento procedente do sentimento de ter sido" tratado *como um animal* pelo coronel e seus capatazes. A compra fora a exteriorização "(d) a memória da humilhação, da injustiça (...) que favorecia" o depoente, "ao mesmo tempo livrar-se dos sentimentos de humilhação e de impotência"[58], que foram vivenciados pela criança de treze anos, ou pelo *"moleque do coronel"*. Cumpria a promessa que fizera a si mesmo: *"quando eu for homem eu mato você.* Agora, era um homem de 34 anos de idade, que não se ajoelharia mais na frente do coronel João Pedro de Arruda para *"apanhar"* mas para lhe enfrentar, como se costuma dizer, "de homem para homem" e, assim, puxar o gatilho de seu revólver *"cheio de balas"* e matá-lo, como jurara a si mesmo o *"moleque"*, que sobrevivera ao tronco.

O depoente, em seu depoimento, deixa claro que só não matou o coronel e seus respectivos capatazes porque estes já haviam morrido, demonstrando, assim, a intensidade do seu ressentimento, levando-o a transformar o desejo de vingança de matar o coronel e os capatazes em um objetivo de vida, visto que a primeira providência que tomara ao desembarcar no Porto, na cidade de Corumbá, fora comprar o revólver. Isto parece indicar que o depoente não se dera conta que o tempo passara, quer dizer, que tanto o coronel como seus capangas poderiam estar mortos, se levarmos em consideração que eles, em 1928,

[58] Michèle ANSART-DOURLEN. O ressentimento - As modalidades de seu deslocamento nas práticas revolucionárias. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*, p.354 - 357.

eram homens adultos, fato esse que parece ser verdadeiro quando o próprio depoente diz que

"*o* (cita o nome), *ele já estava velho com mais de oitenta anos*",

por isso lamentara não poder ter tido o prazer de matá-lo

"*perdi essa oportunidade, eu ia matar o velho*".

Só depois que teve a certeza que toda "*essa turma estava no cemitério*", decidira chegar a Cuiabá, seu destino final desde que saíra da cidade do Rio de Janeiro:

*Daí vim para Cuiabá.* (Depoente Q)

Quando lhe perguntamos a quem pertencia a usina Flechas, uma vez que seu proprietário, o coronel João Pedro de Arruda havia morrido, respondera que a usina pertencia:

> *ao filho do coronel Palmiro Ponce de Arruda, mas ele não judiava mais de ninguém, ele era bom, era muito meu amigo, mas bebia demais. Vendeu a usina para o Salim Nadaf quando eu voltei a usina já era do Salim...* (Depoente Q)

Essas informações sobre a venda da usina coincidem com o registro de Póvoas:

> Em 1942 o Cel. João Pedro de Arruda a vendeu ao seu filho Palmiro Ponce de Arruda, que por sua vez a transferiu em 1945, a uma sociedade composta dos Srs. Fauze Scaff Gattas e Salim Moisés Nadaf. Mais tarde essa sociedade vendeu a usina a um grupo de empresários paulistas.[59]

[59] Lenine de CAMPOS PÓVOAS, *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*, p. 33.

O depoente revelou que voltou a trabalhar na usina Flechas, com o senhor Salim. Aí trabalhara como maquinista, e responsável pelas máquinas que moíam a cana porque enquanto estivera no quartel, tornara-se mecânico:

> *cheguei lá com dois meses de serviço, arrumei as máquinas, trabalhei lá 12 anos, dei lucro, fiz três casas para mim aqui em Cuiabá. Eu estava casado com a Ana, que era viúva e tinha cinco filhas pequenas, casei com ela assim que cheguei em Cuiabá As crianças mandei todas para o internato no Colégio Coração de Jesus para estudar, fiquei só com a mulher na usina. Seu Salim foi muito bom para mim...*(Depoente Q)

Voltou a trabalhar na usina Flechas, como um trabalhador qualificado e, como tal, recebia salário. Não era mais aquele *"moleque"* que trabalhava em troca de comida.

Chamou-nos a atenção o comportamento do depoente, porém não na função de responsável pelas máquinas e, portanto, como trabalhador, mas no papel de pai das filhas de sua mulher. Quando uma delas fugiu com um rapaz, o depoente que as assumira como filhas, no intuito de forçar a filha a legalizar a união através do casamento, comportou-se como um coronel. Chegou à cidade de Barão de Melgaço, invadiu o cartório com seu revólver 38 na mão, numa clara atitude de intimidação aos funcionários:

> *entrei no cartório com o revólver na mão, para ver se tinham realizado o casamento, depois fui na prefeitura, queria queimar tudo.* (Depoente Q)

Quando o policial foi prendê-lo devido a essa atitude violenta, ele o enfrentou com um certo desdém:

> *ele, tinha um revólver trinta e oito e uma espingarda de dezoito tiros, ele falou: 'o senhor esta preso', eu falei, só você? Abre a porteira para mim passar, ele abriu.*(Depoente Q)

O policial já estava esperando-o com a ordem de prisão, pois, como o depoente nos deu a entender, ele estava voltando da

*fazenda Arrozal, onde a filha estava escondida, eu ia matar os dois.* (Depoente Q)

Os "homens" da fazenda defenderam a moça, armados com espingardas, e o depoente, obrigou-os a entregar-lhe as espingardas:

> *eu joguei as espingardas na água. Os donos das espingardas, gente da fazenda Arrozal, era uma gente covarde para burro. Falei para o guarda, pode ir para a delegacia, que eu vou. (...) Fui para a delegacia, o Delegado queria que eu pagasse as espingardas, queria que eu assinasse um papel. Não assinei. Falei para ele, não quero que o senhor fique no meu caminho, que eu não vou respeitar ninguém, não vou assinar nada, montei no meu cavalo e fui embora para a Flechas.* (Depoente Q)

De acordo com suas palavras, o proprietário da usina fora intimado a ir à delegacia, mas tudo fora resolvido graças às "boas relações" do proprietário com o secretário de Justiça do Estado.

Como já foi ressaltado, esse comportamento violento por parte do depoente pode ser interpretado como a exteriorização de seu ressentimento recalcado. Segundo Ansart-Dourlen, "o ressentimento designa um afeto associado a formas de agressividade, ciúme, inveja, raiva, provocando desejos de vingança recalcado"[60]. Podemos dizer também que o sentimento de vingança do depoente, expresso pelo desejo de matar o coronel e aqueles que o humilharam punindo-o, por duas vezes, só não se realizou porque eles estavam mortos, mas se concretizou vingando-se dos aliados do coronel representado pelo Delegado de

[60] Michèle ANSART-DOURLEN. O ressentimento - As modalidades de seu deslocamento nas práticas revolucionárias. Reflexões sobre o uso da violência. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA Márcia (Orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*, p. 351.

Polícia, ao não assinar o documento que o incriminara por ter jogado, dentro do rio, as espingardas que pertenciam aos "*homens da fazenda*". A recusa a não assinar o documento revela que o depoente não respeitava e nem reconhecia a autoridade do delegado:

*montei no meu cavalo e fui embora para a Flechas.* (Depoente Q)

### 3.2 Os coronéis e a intervenção federal nas usinas: mera encenação

A produção histórica de Mato Grosso registra o ano de 1930 como um marco decisivo, no que se refere ao poder político e econômico dos coronéis, principalmente na sua facção mais poderosa: a dos coronéis usineiros do Rio Abaixo:

> a revolução de 1930 e a série de interventores federais que se seguiram no Estado, golpearam mais a fundo o poder coronelista mato-grossense, através de uma ação deliberadamente repressora sobre os grandes proprietários (principalmente contra os usineiros do norte), e mais tarde, após o Estado Novo, com o desarmamento de toda a população do sul, mudando por completo a feição política regional[61].

A afirmação do autor: "através de uma ação política deliberadamente repressora sobre os grandes proprietários (principalmente os usineiros do norte)" é, a nosso ver, bastante parcial porque todos os depoimentos revelaram que a realidade cotidiana das usinas, depois de 1930, continuou igual, tanto no que se refere às punições quanto no que se refere às condições de trabalho. Essa ação, com relação a estas condições de trabalho, pode ser apreendida no registro escrito de Póvoas[62], que é enfaticamente atribuída ao primeiro

[61] Valmir BATISTA CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso* (1889-1930), p. 13.
[62] Lenine de CAMPOS PÓVOAS, *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*. Cuiabá IHGMT, 1983.

Interventor Federal da era Vargas[63], o Cel. do Exército Antonino Mena Gonçalves, pelo fato de o Interventor ter sido contrário, segundo Correa, ao trabalho escravo ainda existente nas usinas: "Até o ano de 1931 registrou-se a existência de escravidão de negros, índios e brancos em algumas usinas do norte que possuíam também um eficiente esquema repressivo, com guarda própria, troncos e casas de suplício"[64].

É importante ressaltar que o autor analisou exaustivamente a documentação escrita, sendo esta documentação toda centrada na ação política do Interventor Federal Antonino Mena Gonçalves. Este interventor foi o primeiro governante de Mato Grosso que "enfrentou" alguns dos coronéis usineiros, o que significou entrar nas usinas sem necessitar de "autorização prévia" por parte dos coronéis proprietários. Esse fato não deixa de ter sua importância histórica, mas não pode ser considerado como um fato decisivo que tenha abalado, por assim dizer, profundamente o poder político e econômico dos coronéis, isto porque, como mostra o próprio autor, o Interventor não chegou a enfrentar todos os coronéis:

> O Interventor Federal Cel. Antonino Mena Gonçalves, em 1931, iniciou uma campanha contra o trabalho escravo nas usinas nortistas. Com o auxílio de uma força militar invadiu a Usina Conceição, prendendo seu proprietário, o coronel João Celestino Corrêa Cardozo, encontrando nessa fazenda "um tronco em que eram presos as suas vítimas" ocorrendo o mesmo na Usina Aricá do coronel Virgílio Nunes Ferraz. A intervenção federal no estado, após a revolução de 1930, em contraposição à realidade mato-grossense, esboçava uma tentativa de fortalecimento do estado. As humilhações impostas pelo Cel. Antonino aos velhos coronéis, muitos

[63] Primeiro interventor da era Vargas, porque a primeira intervenção federal no Estado de Mato Grosso ocorrera em 1917 (09/12/1917 à 22/11/1918). Nesse curto período, o governo do Estado teve três interventores. Cf. Paulo Pitaluga COSTA E SILVA, *Os governantes de Mato Grosso*. Cuiabá: Edição Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, 1993.
[64] Valmir CORRÊA DA COSTA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1930)*, p. 31-32.

> deles inclusive sendo amarrados em troncos, significava a presença e a força do estado nos antigos feudos coronelistas. A rebeldia dos coronéis era esmagada, na prática, em nome de um Estado forte[65].

Essa relação nominal apresentada por Correa das usinas Conceição e Aricá, nas quais o Interventor mandara realizar uma vistoria, mostra que as demais usinas Maravilha, Flechas e Itaici, e também as destilarias de aguardente e álcool de propriedade de outros coronéis da região não foram vistoriadas, de modo que seus proprietários/coronéis não sofreram, como diz o autor, "as humilhações impostas pelo Cel. Antonino". Essa não invasão das usinas Maravilha, Flechas e Itaici, por parte deste coronel, demonstra que ele, no cumprimento do papel de Interventor Federal e de governador do Estado, fez escolhas. Optou por atacar um grupo de coronéis usineiros e não outros, com o intuito de desmobilizar politicamente os coronéis João Celestino Correa Cardoso e Virgílio Nunes Ferraz. Este fato pode estar ligado às rivalidades existentes entre os próprios coronéis usineiros, que pertenciam a facções políticas diferentes. Há um outro aspecto que justifica a opção do Interventor: o fato de esses coronéis serem opositores, naquele momento, ao regime político no País, pós-1930.

Isto pode ser depreendido de dois registros. O primeiro diz respeito à circulação de um boletim da Aliança Liberal, a nível estadual, na cidade de Cuiabá, no dia 25 de outubro de 1930, com mil exemplares, manifestando total apoio da Aliança Liberal do Estado de Mato Grosso à Revolução de 1930. O boletim termina com as seguintes palavras:

---

[65] Valmir BATISTA CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1898-1943)*, p. 38. As palavras entre aspas fazem parte da nota de roda pé n. 28, de onde o autor transcreve as palavras do telegrama of. 44 do Cel. Antonino Mena Gonçalves, Interventor Federa,l ao Ministro do Interior e Justiça Osvaldo Aranha Cuyabá, 26.01.1931. arMT (Arquivo Público do Estado de Mato Grosso).

> (...) Que as paixões se sopitem e culminem os bons sentimentos, tais os votos com que a Aliança Liberal, pela comissão abaixo assinada, vem trazer ao conhecimento do povo desta capital a grata notícia de que ruiu a tirania e venceu ainda mais uma vez a Pátria amada. VIVA O BRASIL! Cuiabá, 25 de outubro de 1930. Emilio Calhao, Antônio Ries Coelho, João Pedro de Arruda[66].

O boletim, embora tenha sido citado apenas em sua última parte, mostra, em sua íntegra, que seus autores, antes relacionados, faziam parte do grupo político que apoiou a Revolução de 1930, portanto, apoiavam o seu representante em Mato Grosso, o Cel. Antonino Mena Gonçalves. Foi, pois, esse fato que evitou que houvesse a invasão da usina Flechas e que o coronel João Pedro de Arruda, membro da Aliança Liberal, sofresse as "punições severas" do Interventor. Além disso, o filho do coronel João Ponce de Arruda era prefeito da cidade de Cuiabá[67]. Vale ressaltar que, de acordo com os depoimentos, na usina Flechas do coronel membro da Aliança Liberal tanto no que se refere às relações de trabalho quanto no que se refere à existência de troncos, as punições corporais eram as mesmas utilizadas nas duas usinas vistoriadas.

> *lá tinha quatro homens só para bater, ele (coronel) que mandava eles baterem e batiam para matar (...) lá tinha o tronco com doze buracos cabia doze homens...* (Depoente Q)

Os depoimentos revelam que, na usina do "coronel liberal", os cruéis castigos, e no tronco, eram estendidos às crianças. Isso nos leva a dizer que a vistoria do Interventor nas duas usinas já citadas, não pode ser tomada como a libertação dos trabalhadores dos maus tratos dos coronéis, do mesmo modo que não é verdadeiro dizer que os trabalhadores das duas usinas vistoriadas e das demais usinas passaram a ter carteira de trabalho assinada

---

[66] Rubens de MENDONÇA, *História das Revoluções em Mato Grosso*, p. 156.
[67] Lenine de CAMPOS PÓVOAS, *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*, p. 91.

pelos coronéis[68], mesmo porque como já pontuamos no capítulo 2 os trabalhadores rurais e domésticos não foram incluídos na lei n° 62 de janeiro de 1935[69].

O segundo registro consta de cinco entrevistas: uma com o filho do coronel João Celestino Cardozo proprietário da Usina Conceição, outra com um parente próximo do coronel da usina Aricá e as outras com três trabalhadores, um que exercia a função de Administrador de Agro-Pecuária e os outros dois que eram trabalhadores da lavoura[70]. O depoimento do filho do coronel confirma o que anteriormente se destacou que esses coronéis eram de facção política contrária às facções que apoiaram a Revolução de 1930. Desse modo, conhecer a versão do filho do coronel que teve a sua usina vistoriada pela força policial enviada pelo Interventor é a finalidade do extrato do depoimento a seguir:

> *Eu estive lá, quando ele chegou em Cuiabá, eu vim em Cuiabá, vi a manifestação que ele teve, fui avisado dias depois, que eles iam mandar uma batida nas usinas. Eles diziam que nós estávamos com gente armada, sabe como é política, nós sempre fomos da política do contra, ainda hoje somos do contra. De maneira que eu esperei lá.* (Depoimento F°. do coronel. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. UFMT)

Nota-se, em primeiro lugar, nas palavras do filho do coronel, que ele tinha informantes dentro da própria corporação da polícia, informante este que o prevenira, logo nos primeiros dias de governo do Interventor, ao informá-lo de que uma de suas metas eram mandar fazer uma vistoria nas usinas Conceição e Aricá. Isto quer dizer que o filho do coronel tomou conhecimento da "*batida*" que ocorreria na usina de seu pai, logo depois

[68] Cf. nota 28 do presente capítulo.
[69] Cf. nota 98 do capítulo 2.
[70] Essas entrevistas não foram realizadas por nós mas pela pesquisadora e jornalista Martha Arruda Dias de Paiva. Não citaremos os nomes dos parentes dos coronéis nem dos trabalhadores, segundo consta nos depoimentos. Não estamos citando os nomes dos nossos depoentes, pois foi assim com eles convencionado.

que o Interventor chegou a Cuiabá (no dia 30 de novembro de 1930), de modo que *esperou* quase dois meses pela realização da "*batida*".

Os fiéis informantes avisaram ao filho do coronel que o Interventor enviaria uma força policial para vistoriar a usina, no dia seguinte, conforme ele explica:

> *Eu fui avisado nas vésperas, vim aqui em Cuiabá, soube de tudo e fui esperar lá pessoal.* (Depoimento F°. do coronel. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. UFMT)

Ao retornar para a usina, reunira os funcionários que ocupavam funções administrativas,

> *chamei o Gastão e disse à ele: vai haver, isso, isso, assim. Chamei o maquinista, o chefe do engenho, chamei o guarda-livro* (contado) *e, então, tudo ficou combinado: olha, nós vamos ser acordados por uma força de polícia, e aí ficou todo mundo avisado.* (Depoimento F°.do coronel. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. UFMT)

O filho do coronel, com o responsável pelos trabalhadores da roça, foi mais categórico:

> *o encarregado da roça, ele sempre andava armado, e eu disse a ele: ninguém armado, se não vocês vão ficar sem,* (as armas) *pois a polícia leva mesmo.* (Depoimento F°. do coronel. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. UFMT)

O filho do coronel revela que concordava com o fato de a polícia levar as armas de seus capatazes:

*Até concordo pois esse era o regime.* (Depoimento F°. do coronel. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. UFMT)

O depoente mandou preparar um churrasco para os invasores, que foi preparado com carne nobre, carne de novilho.

*Mandei preparar um churrasco de novilho para eles, como você sabe a polícia, você tem que ser amigo.* (Depoimento F°. do coronel. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. UFMT)

Depois de ter tomado todas as providências, disse, que "*ficou a espera*" da força policial enviada pelo Interventor para sitiar e invadir sua usina. Esperou-os nos seus aposentos:

*De madrugada me chamaram, bateram na porta eu estava esperando (...), às 4 horas da manhã eles me chamaram lá fora, tinha um tenente da polícia, gente nossa. Juvino Alves, o secretário do Ripol, era muito meu amigo, eu freqüentava o bar dele. E você sabe tenho muitos amigos. Eles sitiaram toda a usina e disseram para eu tomar as providências, eu respondi a ele: 'vocês já tomaram as providências, passaram o dia todo na Usina'.* (Depoimento F°. do coronel. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. UFMT Destaques nossos)

Quanto ao problema da libertação dos trabalhadores do regime de semi-escravidão, tratado com ufanismo por Correa e Mendonça, o filho do coronel assim disse:

*Então eles chamaram os empregados e perguntaram se eles queriam continuar trabalhando na Usina, ou ir com eles trabalhar na polícia que estava precisando de homem para trabalhar, muitos responderam que queriam ficar e alguns vieram com eles, mas logo depois de alguns dias, voltaram todos, pois não se acostumaram com botas, fardas, treinos, exercícios e muitos também que não vieram se tornaram marginais, pois não tinham como sobreviver. Outros voltaram para a usina e nós recebemos, pois eles tinham fartura de*

*alimentação, peixes a vontade, caçavam, tinham seus bailes suas festas de sábado para domingo. Muitos pediram para mim para voltar a trabalhar na usina, eu os aceitei de volta, depois mandei muitos deles irem embora, e fiquei somente com alguns, dei o troco a eles.* (Depoimento F°. do coronel. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. UFMT)

Desse modo, diante do depoimento do filho do coronel, parece um tanto bizarro a maneira como a documentação escrita trata esse episódio denominando-o de "invasão das usinas", pois foi uma invasão "*esperada*", segundo revelou o filho do coronel. Espera esta que lhe permitiu utilizar-se da costumeira prática política do coronelismo: a de manipular as pessoas, no caso as autoridades, em benefício próprio[71], oferecendo à força policial encarregada pela "*batida*" um churrasco. De certo modo, poderíamos dizer que a "invasão das usinas" aparenta ter mais o caráter de um diálogo entre o filho do coronel e os responsáveis, o Dr. Ripol e o tenente Juvino Alves, que eram "*gente nossa*", conforme palavras do filho do coronel. Quer dizer, era o secretário de polícia, o Dr. Ripol, um aliado seu e amigo, em outras palavras, a "invasão à Usina Conceição" fora amigável, daí, pois, serem os "invasores" recebidos com churrasco, preparado com carnes nobres.

Esse churrasco entre amigos e a força policial amenizara, se assim podemos dizer, o objetivo da própria "invasão". Neste sentido,

*e mandaram a tarde reunir todo o pessoal e disseram: 'aquele que quiser ir embora pode ir, e quem não quiser fique'. Ficou apenas dez homens e o resto foi de lancha. E levaram também o tronco (...) vários foram presos (...) prenderam a turma do João Celestino, para fazer demonstração, prenderam Vivi que era o coronel dono do Aricá, coronel Vivi, João Celestino também foi preso, tiraram retrato do tronco, tinha um que estava acostumado ficar no tronco e era polícia. Então perguntaram: como que é? Ele mostrava então fazia*

[71] Victor LEAL NUNES, *Coronelismo enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1977.

*aquela demonstração.* (Depoimento trabalhador 1 - Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional-UFMT Destaques nossos)

Essa demonstração das prisões ocorridas durante a "invasão da Usina Conceição" é confirmada por outro trabalhador, que fazia parte da equipe que auxiliava o filho do coronel na administração dos serviços da usina e, nessa condição, fora uma das pessoas presa para fazer essa demonstração: que a força policial enviada à usina pelo Interventor havia de fato cumprido sua missão. Assim, eis o que diz o trabalhador:

> *Fomos todos presos e ameaçados de vir para a cadeia. (...) A administração foi presa. Eu fui preso. (...) Não veio ninguém. Fomos só ameaçados. Eu, meu cunhado, o Silvério Cardoso, que era o gerente. Eu fui ameaçado, de vir preso e cheguei de arrumar minha mala para vir para a cadeia. Depois ele me dispensou, achou que não convinha. (...) Sitiaram a Usina toda e disseram que não fizesse reação nenhuma, que nós estávamos presos. Nós ficamos quietos, porque que crime podíamos ter, não é, para isso? E depois então eles começaram a ouvir todos os trabalhadores houve inquérito, não é? Sobre tudo que eles tinha informação que tinha acontecido lá, e chegaram no fim viram que aquilo tudo era bobagem, que eles estavam fazendo lá. E dispensaram tudo e ficou só em conversa.* (Depoimento trabalhador 2 Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional UFMT Destaques nossos)

Segundo as palavras de duas testemunhas oculares, a prisão das pessoas não fora uma prisão, no seu sentido pleno, ela ocorrera apenas de forma momentânea, isto é, enquanto a usina esteve sitiada. Este fato parece procedente porque toda a produção escrita sobre a questão da prisão dos dois coronéis não contém detalhes que podem ser considerados, fundamentais, tais como: quantos dias exatos os coronéis ficaram presos? Em vez disso, dizem apenas "chegaram a ser presos por pouco tempo"[72], ou ainda "(...) *alguns*

[72] Cf. Elizabeth MADUREIRA SIQUEIRA, *História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais*, p. 198, e todos os demais autores citados na nota 28 do presente capítulo.

*foram até presos. Estiveram aqui na cadeia, embora com regalias de coronéis"*[73], o que parece reforçar a hipótese de que a prisão dos coronéis, além de momentânea tivera privilégios, uma vez que nem mesmo o único documento oficial composto por dois telegramas enviados pelo Interventor ao Presidente da República Getúlio Vargas e ao Ministro do Interior e Justiça Oswaldo Aranha esclarece a prisão dos coronéis. No primeiro telegrama está explicitado o seguinte:

> Também recolhi a prisão como infando escravisador de branco o ex. Deputado Federal Coronel João Celestino Corrêa Cardozo vg a qual tinha em sua usina Conceição um tronco em que eram presos as suas victimas pelo pescoço ou pelas pernas pt. Esse horrível instrumento de martyrio acha-se com seu proprietário recolhido ao Quartel da força Pública do Estado pt.[74]

Já no segundo telegrama encontra-se o que segue:

> (...) Na diligência mandada por mim effectuar na Usina "Conceição" vg foi appreendido o "tronco" com que são seviciados aquelles nossos desventurados concidadãos vg tendo após ordenado a prisão do proprietário da referida Usina vg o ex-deputado federal João Celestino Corrêa Cardozo vg há dias chegado dessa grande Metrópole pt. Em outra diligência effectuada vg essa na Usina "Aricá" vg de propriedade de Virgílio Nunes Ferraz vg vulgo coronel Vivi foram os meus delegados recebidos hostilmente havendo ligeiro tiroteio, no qual foi morto a bala um dos bravos companheiros da Revolução, Simplício Pereira Leão. Nessa última usina, foi apprendido também o tronco já clássico aqui nestes estabelecimentos, effectuada a prisão do seu proprietário, Virgílio

---

[73] Alfredo Scaff. In: Maria Manuela RENHA DE NOVIS *Relatos Políticos (entrevistas: memória divisionistas*-MT), p. 54.

[74] Telegrama 44 - off. Enviado pelo Interventor Federal Cel. Antonino Mena Gonçalves ao Ministro do Interior e Justiça Oswaldo Aranha. Cuyabá 26,01,1931. Cx. 1931, ArMt - (Arquivo Público do Estado de Mato Grosso)

Nunes Ferras e postos em liberdade umas dezenas de miseráveis, que se acham nessa capital[75].

Esses dois telegramas, conforme assinalamos, são as únicas fontes históricas documentais que tratam sobre a diligência realizada nas usinas Conceição e Aricá e, por extensão, da prisão dos coronéis citados. Prisão esta que parece instigante porque todo cidadão que é preso tem direito a um advogado de defesa. Se os coronéis foram de fato presos, quais foram os advogados que os defenderam para colocá-los em liberdade para que eles pudessem continuar no comando de suas usinas. De acordo com o registrado no depoimento do trabalhador da usina Conceição, a força policial prendeu somente as pessoas que faziam parte da "administração da usina". Mas a prisão ocorrera dentro da própria usina, enquanto a força policial nela realizava a vistoria. O depoimento do trabalhador mostra claramente que as pessoas presas, nenhuma delas, foram conduzidas para a cadeia em Cuiabá: "*Não veio ninguém*". E complementa dizendo "*que da mesma forma que foram presas, foram igualmente libertas*". E o foram no final da vistoria realizada. Os próprios responsáveis "*amigos e gente do coronel*", segundo o depoente, perceberam: "*que aquilo tudo era bobagem, que eles estavam fazendo lá. E dispensaram tudo e ficou só na conversa*". Isto quer dizer que tudo fora resolvido na própria usina uma vez que os responsáveis pela vistoria perceberam que não havia motivo para os levar para a cadeia em Cuiabá.

O fato de nenhuma das pessoas presas terem ido para a cadeia, conforme explicou o trabalhador em seu depoimento, parece ser uma prova, como dissera o outro trabalhador, de que as prisões ocorridas na usina não passaram *"de uma demonstração"*, explicação e

[75] Telegrama off n. 53 enviado pelo Interventor Federal Cel. Antonino Mena Gonçalves ao Presidente da República Getúlio Vargas. Cuyabá, 29 de janeiro de 1931. Cx. 1931. arMT Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

sentido estes que podem ser estendidos à prisão momentânea dos coronéis, pois, como foi mencionado antes, a documentação escrita não trata desse assunto com maiores detalhes. Assim, podemos considerar que os depoimentos dos trabalhadores expressam com maior veracidade no que, na realidade, constituiu a prisão dos coronéis: não passou de mera encenação. Pode-se, ainda, aliar esta encenação ao fato de a força policial, na usina, não ter encontrado e prendido o coronel João Celestino Cardozo que, embora sendo o proprietário, entregara a administração ao filho mais velho, Silvério Corrêa Cardoso.

Então, se o coronel, proprietário, não se encontrava na usina no momento da diligência, se o filho e o genro do coronel, responsáveis pela administração da usina Conceição, como já foi pontuado, não foram presos e conduzidos para o Quartel da força Pública do Estado, como se justifica a prisão do coronel? Melhor dizendo, essa encenação da prisão do coronel? A prisão do coronel pode ser entendida tendo por base o fato seguinte: a força policial que o Interventor enviara à usina tinha dois objetivos. O primeiro objetivo consistira em:

> (...) apurar a verdade das acusações formuladas com relação ao curso da escravatura branca vg campeia livremente nestas terras vg onde a grande lei de Isabel vg a Redentora não teve jamais execução vg antes tem sido vilependiada com crime maior da escravidão de patrícios nossos vg de todos os recantos do paiz que aqui procuram campo propício às suas atividades pt[76].

O segundo objetivo era o de prender o coronel, o responsável direto pelo regime de trabalho escravo, que não se encontrava mais à frente da administração da usina e, por este motivo, estava ausente na data em que fora realizada a *"batida"* e, por isso, não fora preso.

[76] Telegrama off. n. 53 enviado pelo Interventor Federal Cel. Antonino Mena Gonçalves ao Presidente Getúlio Vargas. Cuyabá, 29 de janeiro de 1931. Cx. 1931, arMT Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

Mas como o telegrama se refere à prisão do coronel João Celestino, pode-se entender que o coronel fora preso em sua residência na cidade de Cuiabá[77], indicando assim que sua prisão ocorrera depois do retorno da força policial a Cuiabá, logo após o Interventor ter tido conhecimento do resultado final da *"batida"*: as lanchas que chegaram à cidade com os "*trabalhadores libertos*" e junto com eles o "*tronco"*, pelo menos é o que pareceu ser o sentido das palavras do próprio Interventor: "(...) tendo após ordenado a prisão do proprietário da referida Usina vg o ex- deputado federal João Celestino Corrêa Cardozo há dias chegado dessa grande Metrópole pt"[78].

Essas últimas palavras do telegrama levam, ainda, a pensar que o coronel, no momento em que fora realizada a diligência, não estava na cidade de Cuiabá.

Vale ressaltar as convergências e as divergências entre a memória escrita e a memória oral em relação à diligência ou a *"batida"* que o Interventor mandara realizar nas usinas Conceição e Aricá. Talvez o termo divergência nem seja adequado porque parece que o que existe são entendimentos diferentes desse acontecimento, marcados por vivências históricas também diferentes, particularmente aquelas das "testemunhas que a história institucional não interrogou"[79]. Testemunhas estas que interpelam a própria memória escrita, neste caso a tão vangloriada diligência realizada nas usinas, considerada, como já se assinalou pela historiografia oficial (memória escrita), como o fim do poder econômico e político dos coronéis usineiros e também como o fim das relações de trabalho semi-escravo nas usinas de açúcar.

---

[77] O autor Lenine de CAMPOS PÓVOAS no livro *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso* assinala que "A família do proprietário passava temporadas mais longas na cidade, morando em casas senhoriais, geralmente apalacetadas, pela necessidade de maior conforto e da manutenção dos filhos nas escolhas de nível secundário. Desfrutava um padrão de vida dos mais elevados". p. 51.
[78] Telegrama off. n 53.
[79] Marc FERRO, *A história vigiada*, p. 45.

Para a memória oral expressa mediante os depoimentos dos trabalhadores, a prisão dos coronéis não passou de mera "*demonstração*". Interpreta-se como mera "*demonstração*" porque os encarregados pela vistoria eram policiais, empregados públicos, incumbidos da segurança pública do Estado, que foram designados pelo Interventor para cumprirem uma diligência policial na usina Conceição. Estes, porém, a realizaram parcialmente, visto que não prenderam os responsáveis pela administração, os quais eram, também, responsáveis pelo regime de semi-escravidão. A prisão não ocorrera porque o responsável pela diligência, juntamente com os policiais, eram *"amigos e gente do coronel,"* e que *"essa gente amiga"*, a quem o Interventor confiara a vistoria das usinas, os avisara, com antecedência, de um dos objetivos primordiais de seu governo, o de combater o poder dos coronéis usineiros. Do mesmo modo, nos parece também que os registros escritos desconhecem esses dois detalhes: que os coronéis foram avisados antecipadamente da ação do Interventor, e que, entre aqueles enviados para realizar a ação de invasão, se encontravam "*os amigos e gente dos coronéis*".

Foram os policiais que eram *"os amigos e gente dos coronéis"* que transformaram a ação judicial de vistoria nas usinas numa mera *"demonstração"* do cumprimento da lei uma vez que se resumira na retirada dos trabalhadores das usinas. *"Demonstração"* esta do cumprimento da lei que se tornou pública, no momento em que as lanchas da polícia chegaram a Cuiabá com os trabalhadores:

> *Todos aqueles camaradas que quisessem sair de lá, podiam embarcar na lancha, muitos embarcaram, outros não* (Depoimento trabalhador 3. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. UFMT)

Podemos dizer que o depoimento deste trabalhador retrata claramente o resultado da vistoria realizada na usina Conceição, isto é, o clima amistoso entre os policiais e o filho do coronel João Celestino Cardozo, proprietário da usina, visto que, como indicado no seu depoimento, a polícia não retirou à força todos os trabalhadores da usina. Ou, ainda, conforme disse o trabalhador 1, em seu depoimento: "*quase todos entraram na lancha da polícia, outros não*". Constata-se, pois, nesse depoimento bem como no depoimento do trabalhador 2 e no do filho do coronel que nem todos os trabalhadores foram retirados da usina e, por conseguinte, nem todos acompanharam os policiais e embarcaram na lancha: "*muitos embarcaram, outros não*". Observe-se que os trabalhadores 1 e 2 estavam entre aqueles que não "*embarcaram na lancha*". A nosso ver, o fato de trabalhadores terem permanecido na usina Conceição se relaciona, em primeiro lugar, com a encenação ou demonstração da vistoria policial. Em segundo lugar, a permanência deles, apesar das duras condições de trabalho, também se relaciona com o sustento de si e de sua família, garantidos pelo trabalho na usina, malgrado essas condições e a exclusão reiteramos da legislação trabalhista, que por sua vez facultava o pagamento de salários ínfimos.

Essa "*demonstração*" pública pode ser apreendida no registro de Póvoas, quando o autor relembra a sua infância, no contexto das usinas: "Morando no bairro do Porto, com dez anos de idade, recordo-me de ter visto a chegada de embarcações trazendo "esses escravos alforriados"[80].

A rememoração de Póvoas pode ser tomada como testemunha de aferição histórica[81] do que acontecera com aqueles "escravos alforriados", deixados na praça como se fossem

[80] Lenine de CAMPOS PÓVOAS, *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*, p. 54.
[81] Shoshana FELMAN, Educação e crise ou vicissitudes do ensinar. In: NESTROVSKI Arthur, SILVA-Seligmann, Márcio (Orgs.). *Catástrofe e representação: ensaios*, p. 19-20-21.

objetos de exposição pública e, naquele momento, de fato o eram: foram utilizados como demonstração pública da força do Estado sobre os coronéis usineiros, isto é, o Estado sendo representado pela pessoa, do Interventor, executara nas usinas o que determinava "a grande lei de Isabel a Redentora"[82]. Porém, a execução da lei restringiu-se à ligeira presença dos libertos na cidade de Cuiabá: "A cidade ficou cheia deles. Mas em poucos dias, sem encontrar serviço, nem quem lhes desse sustento, retornaram espontaneamente às suas usinas de origem. Pouquíssimos ficaram pelos bairros da capital, na expectativa de encontrar trabalho"[83].

A memória escrita do autor converge com a memória oral do filho do coronel, o responsável pela usina Conceição, cujo depoimento foi citado anteriormente. Ele afirma que os trabalhadores retornaram às usinas, pedindo-lhe para nelas voltarem a trabalhar. Aceitou-os, mas depois dispensou muitos deles, em suas palavras: deu-lhes o *"troco"*:

> *Dei o troco pediram para mim para voltarem a trabalhar na usina, eu os aceitei, depois mandei muitos deles irem embora, e fiquei somente com alguns, dei o troco a eles.* (Depoimento F°. do coronel. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. UFMT)

Deu-lhes o *"troco"* era a forma de o filho do coronel, responsável pela usina, de se vingar e, ao mesmo tempo, punir os trabalhadores em razão de terem abandonado suas atividades de trabalho e acompanhado a força policial enviada pelo Interventor para os "libertar do trabalho semi-escravo".

---

[82] Telegrama off. n. 53 enviado pelo Interventor Federal Cel. Antonino Mena Gonçalves ao Presidente da República Getúlio Vargas. Cuyabá, 29 de janeiro de 1931. Cx. 1931 arMT Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

[83] Lenine de CAMPOS PÓVOAS, *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*, p. 54.

Não se pode dizer como Póvoas que o retorno às usinas pelos trabalhadores deixados, como se costuma dizer, a céu aberto, na praça do bairro do Porto, tenha ocorrido "espontaneamente". Isto porque trabalhadores não tiveram escolhas, pois viram-se impelidos a retornarem às usinas devido estas significarem o que eles não encontravam na cidade de Cuiabá: a existência de trabalho para sobreviverem, embora conhecessem e tivessem sentido no corpo as precárias e cruéis condições de vida e de trabalho nas usinas. Assim, o retorno teve o significado de, mediante o trabalho, poderem sobreviver, mesmo sob essas condições e sem dignidade, na acepção plena da palavra, sobretudo, se considerarmos que tiveram de continuar se sujeitando ao jugo do coronel para garantirem a sobrevivência.

A atitude de mandar vistoriar as usinas Conceição e Aricá, de prender o filho do coronel João Celestino, ainda que dentro da usina Conceição, de ter ordenado a prisão dos coronéis João Celestino e Virgílio Ferraz no Quartel da Força Pública do Estado, teve conseqüência para o Interventor. Perdeu o apoio do partido da Aliança Liberal, do qual eram membros o coronel João Pedro de Arruda, seu filho João Ponce de Arruda, prefeito de Cuiabá, e o secretário de Estado, Virgílio Corrêa Filho, que solicitou exoneração do cargo. O Interventou perdeu, portanto, o apoio político do coronel e desses representantes da Aliança Liberal. É nesse contexto que se insere os dois telegramas anteriormente considerados e as palavras de Scaff em relação à prisão especial dos coronéis: "*Alguns foram até presos. Estiveram aqui na cadeia, embora com regalias de coronéis*"[84].

[84] Alfredo SCAFF. In: NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Relatos políticos (entrevistas: memória divisionista-MT)*, p. 52.

A perda do apoio dessas pessoas, segundo Mendonça, ocorreu porque: "(...) o Cel. Antonino não soube se conduzir na suprema administração do Estado"[85]. De acordo com Corrêa, o Interventor perdeu esse apoio porque:

> Os coronéis usineiros denunciaram o interventor acusando-o de castigar os próprios coronéis em seus instrumentos de tortura encontrados nas usinas (o tronco por exemplo), e de não ser qualificado para administrar o estado, apontando suas falhas no governo[86].

Não encontramos nas fontes escritas essa informação de que os "coronéis foram castigados em seus instrumentos de tortura encontrados nas usinas (o tronco)".Todavia, esta informação encontra-se registrada no depoimento de um dos trabalhadores entrevistados pela jornalista e pesquisadora Martha Arruda Dias Paiva. O depoente, em 1932, trabalhou "*na roça da usina São Miguel*", que ficava próxima da usina Aricá, em seu depoimento afirma que:

"*Vivi (*o coronel Virgílio Nunes Ferraz) *era caprichoso, terrível não tirou o tronco, não, deixou como estava. Aí então o comandante da Força tinha ordem para botar o patrão no tronco e tirar fotografia dele, para mandar para o Presidente da República. Para ver como que ele fazia com os trabalhadores. Fez isso. Diz que o capataz, o encarregado de lá, quis bancar o valente, a polícia passou bala nele*" (Depoimento Trabalhador 3. Núcleo de Documentação de Informação Histórica Regional. UFMT)

No telegrama of. n. 53 de 29/01/1931 enviado pelo Interventor ao Presidente Vargas está escrito que foi "morto Simplício Pereira Leão bravo companheiro da Revolução". Esse episódio indica que o coronel Vivi como era conhecido não mandou preparar um churrasco de novilho para receber a força policial, mas a recebeu "a bala".

---

[85] Rubens de MENDONÇA, *História de Mato Grosso*, p. 28.
[86] Valmir BATISTA CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso*, (1889-1943), p. 150-151.

Pode-se ler, nas entrelinhas das explicações que esses autores deram à substituição do Interventor, uma certa minimização da influência histórica do poder político dos coronéis, que há décadas controlavam a política do Estado de Mato Grosso:

> *(...) os usineiros tinham uma certa tradição política, que passava de pai para filho. A perda de sua influência foi em decorrência da decadência das usinas, que não podiam competir com SP e o Nordeste. O poder político sofreu as conseqüência*[87].

Essa "*certa tradição política*" é reconhecida, dita e assumida, por assim dizer, "com todas as letras" por Hélio Ponce de Arruda, filho do coronel usineiro João Pedro de Arruda:

> *(...) as raízes de nossa família, vem desde o Império, através de meu avô, Generoso Ponce que foi um chefe muito atuante. Seu filho Generoso Ponce Filho, foi deputado na Constituinte de 46. O João, (João Ponce de Arruda irmão do depoente) que havia se formado em engenharia no RJ, com a doença de meu pai (...) veio assumir nossa propriedade em Cuiabá. Veio a Revolução de 30 e o Júlio* Muller *trouxe-o para a política (trabalharam juntos na interventoria, no Estado Novo*[88].

Esses depoimentos revelam a parcialidade das explicações apresentadas por Mendonça e Corrêa, que amenizaram não só a herança histórica da influência política dos coronéis usineiros como também a sua capacidade de articulação política que foi utilizada para derrubar o Interventor, que, por sua vez, não se utilizou dos procedimentos das articulações, de alianças, nem mesmo, com os membros da Aliança Liberal, enquanto esteve à frente do Governo do Estado.

---

[87] Antonio de ARRUDA, In: NEVES Maria Manuela Renha Novis. *Relatos Políticos (entrevistas: memória divisionista* – MT, p. 62.

[88] Hélio PONCE DE ARRUDA. In: NEVES Maria Manuela Renha Novis. *Relatos Políticos (entrevistas: memória divisionista* – MT. p. 170-171. Destaque nossos)

O fato de o Interventor no exercício de suas funções, como chefe do Poder Executivo Estadual, não ter feito as alianças políticas com os coronéis usineiros ou não ter "conversado" com eles, como acontecera na vistoria das usinas, onde, segundo os depoimentos referidos, tudo teria sido resolvido a "*base da conversa*" entre os responsáveis e o filho do coronel, tornara-o, podemos dizer, uma ameaça concreta para os coronéis. Isto porque o Interventor era o primeiro governante que se recusara "*a conversar*" com os coronéis, conversar no sentido de deixar-se manipular por eles, como o fizeram os governantes anteriores, haja vista que, como foi salientado, os coronéis tinham o controle político de Mato Grosso. Essa recusa por parte do Interventor atingira "o coração" pelo qual respirava a política mato-grossense e isso levou os coronéis usineiros, embora sendo de facções políticas diferentes, a se unirem para pressionar o Governo Federal para substituir o Interventor, que governara apenas "5 meses e 21 dias"[89].

Essa rápida permanência do Interventor Cel. Antonino Mena Gonçalves, no comando político do Estado de Mato Grosso, não se constituiu numa excepcionalidade, na história política do Estado, ao contrário. Ela é uma particularidade que tem suas raízes no período colonial, mais precisamente no ano de 1796: a Primeira Junta Governativa, cujo governo teve a duração de 8 meses e 7 dias, no período Imperial; os dois Presidentes da Província permaneceram no cargo por apenas 2 dias, ou seja, dos 67 Presidentes Provinciais, apenas 7 governaram a Província por mais de 2 anos; 19 governaram por mais de 1 ano, e 41 Presidentes governaram por menos de 1 ano. Nas três primeiras décadas do Regime Republicano Mato Grosso tivera 12 governantes[90].

---

[89] Paulo Pitaluga COSTA E SILVA, *Os governantes de Mato Grosso*, p. 61.
[90] Elizabeth MADUREIRA SIQUEIRA, *História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais*, p. 79, 149, 224. Essa instabilidade de governantes no comando político do Estado tem como pano de fundo a disputa pelo poder dos grupos oligárquicos.

Porém o caso do Cel. Antonino Mena Gonçalves, apesar de fazer parte dessa particularidade da história política do Estado, apresenta uma outra característica específica: o de ter sido transformado num marco da Revolução de 1930, na história de Mato Grosso, na condição de representante legítimo do Presidente da República, a quem é atribuído a Revolução. É sob essa condição, que se pode considerá-lo como integrante da memória oficial[91] da Revolução em Mato Grosso.

De acordo com Pollak, a memória oficial baseia-se na imposição seletiva de elementos ou acontecimentos que formam a memória coletiva de uma nação, memória coletiva esta que aparenta incorporar no seu conjunto todos os elementos e acontecimentos significativos aos quais os indivíduos estão ligados afetivamente, como sujeitos da história da nação. Eles formam, assim, a memória coletiva nacional, isto é a memória nacional, e/ou "a memória oficial"[92]. Para o autor, esse aspecto impositivo é seletivo da memória oficial é excludente em virtude de não incorporar a memória das minorias, que também integram a memória da nação. Ocorre a exclusão, pois, da memória dessas minorias que "se põem à memória oficial"[93].

É neste sentido do que é imposto, selecionado e filtrado da memória coletiva tendo em vista a dar consistência de verdade à memória oficial da Revolução de 1930, que a historiografia mato-grossense registrou o governo do primeiro Interventor Federal Antonino Mena Gonçalves, sobretudo, a sua ação política de ordenar a histórica diligência policial à duas usinas. Conforme foi salientado anteriormente, sua ação teve como objetivo verificar se nestas usinas ainda persistia o trabalho escravo. Ordenara, como já se pontuou,

---

[91] Michael POLLAK. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos. (5): p. 4.
[92] Ibid., (5): p. 4.
[93] Idem., p .4.

não só a prisão, no Quartel da Força Pública do Estado, dos coronéis João Celestino Corrêa Cardozo e Virgílio Nunes Ferraz, mas também a libertação dos trabalhadores das usinas, que viviam sob o regime de trabalho semi-escravo. Desse modo, a prisão dos coronéis e a libertação dos trabalhadores são consideradas como a ação política que pôs fim a esse regime e, principalmente, que causou o enfraquecimento do poder político e econômico dos coronéis usineiros. A esse respeito, assim se expressa Corrêa:

> (...) Sua gestão como interventor do estado, ainda que só tivesse a duração de cinco meses, caracterizou-se por uma ação saneadora e moralizadora contra os grandes proprietários usineiros do norte, que chegaram a ser presos e humilhados em seus próprios domicílios. Essa atuação policial do Cel. Mena Gonçalves, objetivando quebrar a espinha dorsal dos lideres nortistas, poderia ser compreendida como um posicionamento revanchista contra o domínio absoluto da oligarquia do norte do estado nas décadas anteriores[94].

O enfraquecimento político dos coronéis usineiros é, a nosso ver, uma conclusão apressada da documentação escrita, que está ancorada numa corrente historiográfica de causas e conseqüências. Ela relaciona a ação do Interventor com seu papel de representante legítimo da nova direção política do País, que tinha como um dos "compromissos enfraquecer a estrutura oligárquica"[95]. Em Mato Grosso a facção oligárquica mais expressiva era o grupo composto pelos coronéis usineiros, que ascendeu no período da Primeira República como nos revela Neves: "A facção açucareira cuja origem era a propriedade da terra, estava integrada às atividades de comercialização dos produtos. O

[94] Valmir BATISTA CORRÊA, *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)* p. 149.
[95] Maria Manuela Renha NOVIS NEVES, Leões e Raposas na política de Mato Grosso, (até 1978), p.59.

complexo usineiro e os reflexos sócio-culturais daí resultantes, materializaram o poder do *senhor de usina* e deram fundamento à sua manifestação política"[96].

Desse modo, o combate a uma parte do grupo dos coronéis transformou-se no acontecimento mais significativo da gestão do Interventor porque concretizou um dos objetivos do movimento político que direcionou a Revolução de 1930: o combate aos fortes e históricos grupos oligárquicos, que comandavam a política em todos os Estados da Federação. Em Mato Grosso, nos arriscamos em dizer que este combate não atingiu seu objetivo visto que os coronéis, como veremos no último sub-item desse capítulo, conseguiram se reorganizar, enquanto grupo, para manterem-se como uma força política expressiva no contexto local. Contudo, o combate, ainda que parcial, aos coronéis mato-grossenses, é um elemento da memória oficial da Revolução de 1930 em Mato Grosso.[97] Este elemento integra também a memória coletiva que porta os trabalhadores, que, através dela, rememoravam esse elemento como uma *"demonstração"*, esta significando uma encenação para pôr fim a essa força política.

Para Pollak, é ainda característica da memória oficial a coerção, sendo esta característica um fator decisivo, no sentido de ser utilizado em benefício da construção dos acontecimentos. Às vezes, os próprios pesquisadores oficiais mudam o que escreveram antes, como é o caso de Mendonça, para estarem de acordo com a memória nacional. Os registros que relataram a nomeação do Cel. Antonino Mena Gonçalves, como primeiro Interventor Federal de pós-1930, dão ênfase especial à sua ação política por ter enviado força policial às usinas para averiguar as denúncias públicas de nelas existirem o trabalho

[96] Maria Manuela Renha NOVIS NEVES, *Leões e Raposas na política de Mato Grosso, (até 1978)*, p. 73.
[97] Não estamos minizando a importância social e política da Revolução, mas não podemos dizer que os governos dos Interventores Federais puseram fim ao poder dos coronéis usineiros. Parece-nos mais correto que a Revolução de 1930 desencadeou um processo de mudança política, que, ainda hoje, não se consolidou, de fato, porque a história é um movimento ininterrupto que ultrapassa a demarcação cronológica.

semi-escravo. Com relação à exoneração do Interventor, esses registros explicam que ela se deu porque o Interventor "cometeu uma série de violências". Mendonça ressalta que o ato mais importante do Interventor, enquanto esteve à frente da administração do Estado, foi a assinatura do decreto n. 1 de 23 de novembro de 1930:

> Um dos atos acertados do Interventor foi sem dúvida o de doar ao Instituto Histórico de Mato Grosso e ao Centro Mato-Grossense de Letras, por decreto n. 1 de 23 de novembro de 1930, data comemorativa do centenário da chegada do Almirante Augusto de Leverger a Cuiabá, a casa que residia o ilustre marinheiro, a qual recebeu o nome de "Casa Barão de Melgaço[98].

Vale ressaltar que a assinatura desse decreto aconteceu três dias após o Interventor ter chegado a Cuiabá, e antes da vistoria nas usinas.

A importância que Mendonça atribui ao decreto do Interventor doando a casa de um dos personagens que compõe a memória oficial, isto é, que já fazia parte da memória oficial da História de Mato Grosso, se constitui num dos elementos selecionados da memória coletiva. Augusto de Leverger exercera o cargo de Presidente da Província de Mato Grosso por cinco vezes, além disso, é considerado pela história regional como o herói da guerra entre o Brasil e o Paraguai, por ter evitado que os soldados paraguaios invadissem a cidade de Cuiabá[99].

As autoras Neves e Siqueira consideram a exoneração do Interventor como demonstração da força dos coronéis, que se sentiram ameaçados e trataram de forçar a sua substituição, mediante a influência política que tinham junto aos seus representantes a nível

---

[98] Rubens de MENDONÇA, *História de Mato Grosso*, p. 109.
[99] Elizabeth MADUREIRA SIQUEIRA, *A ocupação pioneira do rio Cuiabá Abaixo*. Cuiabá: IHGMT, 1997.

federal. Para Neves, o Interventor era: "intruso no grupo dominante estadual - com claros objetivos de enfraquecer a estrutura oligárquica". Neves destaca, ainda, que a rejeição dos coronéis aos interventores teve origem com a tentativa do Cel. Antonino Mena Gonçalves de desarmar os coronéis usineiros: "Os episódios da rejeição aos interventores ocorreram no norte quando o mesmo Antonino, tentou "desarmar" os usineiros do Rio Abaixo que, `a época eram fortes expressões armadas do coronelismo com ramificações políticas" [100].

Essa questão do "intruso" no grupo dominante estadual tem suas raízes históricas na tradicional prática política brasileira, onde os Presidentes das Províncias e seus secretários eram escolhidos pelo Imperador. Os indivíduos escolhidos pelo Imperador para ocuparem estes cargos e governarem as Províncias eram também tidos como "intrusos" no seio dos grupos oligárquicos locais Frente a esta condição de "intruso", a primeira providência que tomavam era a de aliar-se a esses grupos oligárquicos para poderem exercer sua função governativa. A esse respeito Carone diz:

> A escolha do presidente da Província e seu secretário feita pelo Imperador: são pessoas estranhas à terra. Cabem a eles o controle de todas as atividades, das administrativas às econômicas: nomear e demitir funcionários, desapropriar e comprar; ordenar obras; instituir impostos. Na prática, o que se dá é o envolvimento destas pessoas por grupos oligárquicos locais, em detrimento de outros grupos ou das verdadeiras necessidades administrativas[101].

Pode-se dizer que a nomeação do "intruso" Interventor Cel. Antonino Mena Gonçalves e de seu secretário, Virgílio Correa Filho, pelo Presidente Getúlio Vargas, está ancorada na prática política descrita anteriormente, porém com dois aspectos novos: o

---

[100] Maria Manuela Renha NOVIS NEVES, *Leões e Raposas na política de Mato Grosso (até 1978)*, p.59.
[101] Edgard. CARONE, *A República Velha I. Instituições e Classes sociais*, p. 251.

secretário do Interventor não era um estranho, era como se costuma dizer, "filho da terra", conhecedor da história do Estado e da realidade política. O segundo aspecto novo está no fato de que o Interventor, conforme já foi sublinhado anteriormente, não se envolveu com o grupo dominante, os coronéis usineiros. Este não envolvimento significou a sua busca de ação, independente dos interesses desse grupo, terminando por ser exonerado em virtude de o próprio Presidente ter sucumbido diante da pressão dos coronéis, do grupo dominante.

Para Siqueira, a exoneração do Interventor está diretamente ligada à vistoria realizada nas usinas que, segundo a autora: "desencadeou inúmeras arestas políticas, uma vez que o prestígio dos usineiros se contrapunham "a ação daquele governante"[102].

Por fim, pode-se dizer que o governo do Interventor Antonino Mena Gonçalves marcou a história política de Mato Grosso sob dois prismas. O primeiro, refere-se ao fato de os historiadores o considerarem como o governante que pôs fim ao trabalho semi - escravo nas usinas de açúcar, desarmou os coronéis e enfraqueceu seu poder político. O segundo, concerne ao aspecto econômico, isto porque os coronéis se viram obrigados a seguir a legislação trabalhista, sendo isto fator decisivo que provocou a falência das usinas. Para os coronéis, o Interventor não passou de um "ignorante".

> (...) *depois veio o Getúlio, ele não tinha ninguém para colocar aqui em Mato Grosso. Aqui em Mato Grosso não houve revolução. O Anibal ficou no governo, depois da revolução 2 a 3 meses. E ele nomeou esse Antonino, que era um porcaria, não tinha partido, não tinha nada. (...) Então o Antonino, além de ser um ignorante ser um doido, então o ajudante dele era um sargento que ele promoveu a tenente e colocou esse como ajudante de ordem.* (Depoimento F°. do coronel. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. UFMT)

[102] Elizabeth MADUREIRA SIQUEIRA, *História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais*, p. 198.

Seja sob a ótica dos historiadores, seja sob a dos coronéis, o governo do Interventor Federal Cel. Antonino Mena Gonçalves entrou para a história de Mato Grosso como o primeiro governante que "enfrentou" os coronéis usineiros e como o representante legítimo da Revolução de 1930. Embora o Interventor tenha governado o Estado norteado pelo objetivo primordial da Revolução, o de combater os grupos oligárquicos locais, porém, em Mato Grosso, este objetivo não se concretizou porque o comando político do estado continuou sob o controle dos coronéis. Em virtude disso, a realidade de trabalho, suas condições, permaneceram tais quais como então vigoravam. Vale dizer que esta realidade não sofreu nenhuma alteração, pois o poder Judiciário Estadual continuou ausente, permitindo aos coronéis prosseguirem punindo e executando trabalhadores, de acordo com as práticas por eles instituídas, legitimadas e reconhecidas pelas autoridades locais e, tornadas leis, conforme se analisou anteriormente. Nessa análise foi considerado como a culminação dessas práticas/leis as ordens de punição no tronco e de matar o *"moleque do coronel"*.

### 3.3 Não ruptura do coronelismo depois de 1930: memória das relações de trabalho nas usinas

Já se mencionou que a obra mais completa sobre a história das usinas de açúcar é a do historiador Lenine de Campos Póvoas. O autor registra, logo no início de seu livro:

> Cumpro agora a tarefa que a mim mesmo me impus de incursionar num dos terrenos que mais me fascinaram, em todos os tempos: a história das antigas usinas de açúcar de Mato Grosso e participação de seus proprietários na agitada política de nossa terra. (...) Estou certo, entretanto,

> que em síntese, meu objetivo foi atingido ao dar aos leitores uma visão desse ângulo de nossa história[103].

Entende-se que um desses "ângulos de nossa história", a que se refere o autor esteja relacionado à continuidade do poder político dos coronéis usineiros depois de 1930, continuidade esta que será abordada ainda neste sub-item. Se o poder político dos coronéis usineiros não foi derrotado em 1931, já é um forte indício de que as relações de trabalho nas usinas não sofreram nenhuma alteração, como atestam os depoimentos das pessoas que trabalharam e moraram nessas usinas depois de 1930.

Então, se o poder político dos coronéis usineiros não foi derrotado e se as relações de trabalho nas usinas não se modificaram, pode-se considerar os trabalhadores e os moradores como os protagonistas que viveram e testemunharam a continuidade quer da história das usinas, quer do coronelismo e, principalmente, das relações de trabalho. Nesse sentido os depoentes podem ser considerados:

> (...) como sujeito social da e na história, constituindo-se na relação com outros, podemos apresentar a questão de sua historicidade. É no cotidiano concreto que estas relações se estabelecem e se cria a História. Ela é exatamente essa encruzilhada onde se encontram todas as dimensões da vida: no agir humano estão incluídos o presente, o passado e o futuro[104].

É nessa acepção da "História como uma encruzilhada onde se encontram todas as dimensões da vida" que os depoentes, quando foram convocados a narrarem sua memória sobre as relações de trabalho e sobre a história das usinas por eles vividas expressam esse

---

[103] Lenine de CAMPOS PÓVOAS, *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*, p, 13. Destaques nossos.
[104] Nize Maria CAMPOS PELLANDA, "Onde já se viu uma árvore roxa?" Conhecimento e subjetividade. In: PELLANDA, Nize Maria Campos, PELLANDA, Luiz Ernesto Cabral (Orgs.) *Psicanálise hoje: uma revolução do olhar*, p. 229. (Destaques nossos)

"agir humano", isto é, sua história, onde "passado, presente e futuro se inter-relacionam". Assim, os depoentes narram suas lembranças, exprimindo suas memórias sobre a história das usinas, que está imbricada com a memória das relações de trabalho, depois de 1930. Eis o que narram:

> *Ah, eu sei, sei muito mesmo, sei tudo direitinho, direitinho. Parece que fecho os olhos, parece que estou vendo o vagão vindo, parando aqui, os homens cortando os feixes de cana, amarrando, com aquelas pontas de cana, depois jogando a cana na esteira. A esteira era como uma escada rolante que limpava a cana, depois a cana passava por baixo e caia na moenda, o bagaço vai caindo aqui e a garapa para outro lado, para as caldeiras. Meu padrasto trabalhava na caldeira, caldeira é como um forno de lenha, ele morreu coitado de tanto trabalhar.* (Depoente I)

No momento em que a depoente disse "*parece que fecho os olhos parece que estou vendo o vagão vindo*", fechou os olhos, como se estivesse revivendo aquela realidade de outrora. Ela estava evocando a sua própria memória. E nesta evocação se reencontrava com ela, suas lembranças e suas vivências, reencontrava-se com sua história e com a daqueles que lhes são caros: seus irmãos, sua mãe e seu padrasto, todos ex-trabalhadores da usina Conceição[105]. Em suma, dava-se o encontro de sua história e a de outros, da "história social individual", como escreve Polak[106]. Depois que abriu os olhos, começou a mostrar-nos, através de um desenho que foi fazendo sobre a mesa, com o dedo indicador, todo o trajeto por onde passava o vagão até chegar à caldeira da usina, explicando-nos todos os processos que a cana sofria para transformar-se em açúcar.

---

[105] Geoffey H. HARTMAN. Holocausto, testemunho, arte e trauma. In: NESTROVSKI Arthur, SELIGMANN-SILVA (Orgs.). *Catástrofe e representação: ensaios, p. 211*; ROSA, Maria Inês. *Trabalho, Subjetividade e Poder*. São Paulo: Letras & Letras, 1994; Idem. *Usos de Si e Testemunhos de Trabalhadores. Com Estudo Crítico da Sociologia Industrial e da Reestruturação Produtiva.* São Paulo: Letras & Letras, 2004.

[106] Michael POLAK, *Memória, esquecimento, silêncio,* Estudos Históricos n (5): p. 13.

Enquanto a depoente evocava a sua memória e a exprimia pelas palavras, no depoimento, estava também fazendo, como sublinha Chauí, a relação que passa despercebida entre o ver e o falar[107], isto é, a depoente falava sobre os fatos que viu, viveu e testemunhou. Estabelece-se, assim, a intrínseca relação entre a memória e o fato vivido porque a memória, segundo Veillon, ancora-se nessa relação de "interações entre o vivido e o aprendido, entre o vivido e o transmitido"[108].

Esta autora em sua pesquisa com os ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial, com base em seus depoimentos, aponta que na relação de interações entre o vivido e o aprendido, os depoentes incorporam e expressam em seus depoimentos aspectos não só relativos às comemorações oficiais desse acontecimento como também os veiculados pelas produções científicas e jornalísticas. Essa incorporação, a nosso ver, não ocorre com os depoentes de nossa pesquisa. Eles expressam e transmitem em seus depoimentos aquela relação entre o *ver e o falar* e não o que aprenderam e ouviram, a partir das experiências de outros. Eles transmitem o que viram, o que sentiram, o que experimentaram. Desse modo, o que é transmitido realiza-se no ato em que os depoentes *dizem*[109] para nós, pesquisadores, de suas experiências vividas do coronelismo. Isto porque a maioria dos depoentes nasceram, cresceram e viveram nas usinas de açúcar , até o momento em que elas deixaram de existir. Vale dizer, tiveram circunscritas as suas existências a esse espaço e tempo e não tiveram acesso àquelas produções.

Podemos dizer, ainda, que o que diferencia o depoimento que acabamos de citar em relação aos demais depoimentos é que a depoente não é uma trabalhadora braçal como seus

---

[107] Marilena CHAUÍ. Janela da alma, espelho do mundo. In: NOVAES (Org.). *O olhar*, p 32.
[108] Dominique VEILLON. La Seconde Guerre Mondiale à travers les sources orales. *Cahier IHTP*. (29): 53.
[109] Maria INÊS ROSA, *Trabalho, Subjetividade Poder*, p. 8.

irmãos e padrasto ou ainda trabalhadora doméstica, como sua mãe que era a cozinheira do rancho, como era denominada a cozinha onde se preparava as refeições dos trabalhadores solteiros ou daqueles que moravam na cidadezinha de Santo Antonio e almoçavam na usina. A depoente não trabalhou na usina, como seus irmãos por parte materna, porque fora criada pela avó paterna, mãe do primeiro marido de sua mãe. Mas isso não lhe impedia de compartilhar com seus entes queridos da dureza do trabalho na usina Conceição. Este sentimento transpareceu na entonação de tristeza de sua voz embargada de emoção quando disse:

> *meu padrasto, coitado, morreu de tanto trabalhar e nunca soube o quanto ganhava porque estava sempre devendo no armazém.* (Depoente I)

Com uma tristeza um tanto profunda, expressa pelo seu suspiro sufocado afirmou:

> *meus irmãos, por parte de mãe, trabalharam desde os 8 anos de idade na Usina Conceição, não iam para a escola, só trabalhavam.* (Depoente I)

E com a voz um pouco mais baixa, controlando-se para não chorar com tristeza, disse-nos ainda:

> *minha mãe era cozinheira do rancho, desciam para o rio 4,5 mulheres para limpar peixes, 4,5 latas daquelas de querosene cheia de peixes para os empregados. E o que elas ganhavam? Um vidrinho de pinga, lutavam naquele frio!. Era uma bóia de pinha* (dose de aguardente) *para cada uma limpar os peixes (silêncio) Eu me lembro, conheci muitas mulheres que limpavam peixes e bebiam.* (Depoente I)

Igualmente aos irmãos da depoente, outras crianças exerciam as mesmas atividades que os adultos:

*Quando eu comecei a trabalhar na usina Conceição, aos 10 anos de idade, não existia mais aquele tempo de escravidão. Agora o serviço era puxado, tarefa era. de 8 braças para os menores, para os maiores um pouquinho, 10 a12 braças, no mais era 15, 16, 17 braças por tarefa, ganhava por tarefa mixaria, mas o serviço era pesado... tinha que dar duro para tirar uma tarefa. (Depoente D)*

Quando a criança trabalhadora diz que: "*tinha que dar duro para tirar uma tarefa (...) e ganhava mixaria*", esse pagamento "*por tarefa*" ao qual se refere o depoente, é confirmado nos registros escritos:

> o trabalho na lavoura, era pago por "tarefa". Esta variava conforme o terreno estivesse mais ou menos "sujo". Geralmente era dez a doze "braças" de cumprimento, por outro tanto de largura", já os operários das máquinas e os funcionários de mais alto nível percebiam remuneração mensal[110].

A diferença entre o registro escrito e o depoimento refere-se à questão da quantidade de braças para determinar uma "tarefa". O autor Póvoas determina a quantidade da "tarefa" em dez, doze braças e a generaliza, além disso, não especifica, como está no depoimento, a quem era destinado o cumprimento das dez, doze braças. Depreende-se, mediante os depoimentos, que essa quantidade variava de acordo com a idade do trabalhador. Quando indagamos ao depoente qual era a idade "*dos maiores um pouquinho*" cuja "*tarefa*" era de 10 a 12 braças, ele nos respondeu que eram as crianças de 12 a 15 anos de idade. Para os adultos, conforme consta no depoimento, a "tarefa" era composta de 15, 16, 17, 18 braças[111]. Entretanto, parece-nos que a quantidade das braças "*por tarefa*" explicitada pelo depoente é a mais precisa, levando-se em consideração que os

[110] Lenine de CAMPOS PÓVOAS, *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*, p. 56.
[111] João ANDRÉ ANTONIL, no livro *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas* apresenta as medidas que correspondiam a uma braça 2,20m, p. 11.

trabalhadores ganhavam por tarefa. Póvoas reconhece que as condições demonstram que "o regime era realmente duro"[112].

Essas condições de trabalho apresentadas no depoimento são do período pós-1930, especificamente década de 40, período da histórica implantação das leis trabalhistas no país, as quais asseguravam como já mencionamos, apenas aos trabalhadores urbanos, os operários, a Carteira de Trabalho e Previdência Social e o pagamento de salário mensal. Os depoentes, pelo contrário, integravam o grupo de trabalhadores não contemplados pela Consolidação das Leis do Trabalho como está escrito no artigo 7°:

> Os preceitos constantes da presente Consolidação, salvo quando for, em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam
>
> a) aos empregados domésticos, assim considerados, de um modo geral, os que prestam serviços de natureza não econômica à pessoa, ou a família, no âmbito residencial destas;
>
> b) aos trabalhadores rurais, assim considerados aqueles que, exercem funções diretamente ligadas à agricultura e a pecuária, não sejam empregados em atividades que, pelos métodos de execução dos respectivos trabalhos ou pela finalidade de suas operações, se classifiquem como industriais ou comerciais[113].

Os depoentes trabalhadores da lavoura, ao se referirem à *"carteira de trabalho assinada"* e não somente a carteira de trabalho, queriam dizer, ao mesmo tempo, duas coisas: em primeiro lugar, dessa exclusão a eles imposta pelas Leis do Trabalho-CLT e era

[112] Lenine de CAMPOS PÓVOAS, *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*, p. 57.
[113] Brasil. [Leis etc.] *Constituição Federal, Consolidação das Leis do Trabalho, Legislação Previdenciária, Código de processo cível (excertos), Profissões regulamentadas: legislação complementar, súmulas*, p. 209, 210.

por este motivo que não possuíam o documento, "carteira de trabalho", que comprovava, legalmente, que eram trabalhadores e, em segundo lugar, sendo este documento assinado, "carteira assinada" ele seria a prova cabal de sua condição de trabalhador assalariado, com vínculo empregatício, usufruindo dos direitos prescritos na legislação trabalhista, os direitos do trabalhador.

Póvoas comprova a exclusão dos trabalhadores:

> essa situação: "com o advento da legislação trabalhista no país o panorama mudou, pelo menos em parte. Os funcionários mais graduados das usinas, assim como os que trabalhavam nas máquinas (operários) tiveram suas carteiras assinada pelos patrões e puderam usufruir dos benefícios legais"[114].

Esses funcionários mais "graduados" são aqueles trabalhadores que exerciam as funções que estavam em consonância com a alínea b do artigo 7° da Consolidação das Leis do Trabalho, as que eram classificadas "como industriais e comerciais"[115].

O fato de a *"carteira de trabalho assinada"* pelos coronéis usineiros restringir-se apenas aos trabalhadores considerados "graduados" é confirmado pela depoente de 66 anos através de duas experiências diferentes por ela vividas, narradas em seu depoimento. A primeira, refere-se ao tempo que em seu marido trabalhava na usina Flechas, fazendo parte da categoria dos funcionários "graduados" com *"carteira de trabalho assinada"* e com salário fixo, usufruindo uma boa condição de vida. A segunda experiência, é relativa ao tempo em que a família mudou-se para a usina Aricá e seu marido integrou a categoria dos funcionários não "graduados." A situação da família mudou radicalmente pois a depoente

[114] Brasil. [Leis etc.] *Constituição Federal, Consolidação das Leis do Trabalho, Legislação Previdenciária, Código de processo civil (excertos), Profissões regulamentadas: legislação complementar, súmulas*, p. 54.
[115] Ibid., p. 210.

já não conseguia economizar nada do salário do marido. Quanto a primeira experiência ela afirma:

> *quando chegava o fim do mês a senhora tinha seu dinheiro, a senhora não fazia nada com aquele dinheiro que recebia, guardava porque não tinha o que comprar, roupa comprava lá mesmo, não precisa guardar era bom.* (Depoente L)

Já em relação à segunda experiência ela enfatiza que:

> *não, não, a senhora deixava seu dinheiro todo só ali, no armazém, ficava na usina, não comprava nada para cá, gastava só lá, o dinheiro da gente ficava todo no armazém da usina. (...) Vendia as coisas caras, explorava os empregados, quase não tinha saldo, o patrão daí era triste. Era o finado Virgílio que morreu pouco tempo atrás.* (em 1988, de acordo com outra depoente) (Depoente L)

A depoente relata também a diferença no que diz respeito a alimentação destinada aos trabalhadores "não graduados":

> *eles não compravam banha, óleo, essas coisas para vender para os empregados. Sabe o que eles compravam? Usavam antigamente uma barra de sebo, você colava aquilo no fogo, olha de longe a senhora já sentia a catinga de vela, tinha aquele sebo que já fedia vela. Quando a senhora fazia o almoço com ele, a senhora já tinha que fazer e logo comer, enquanto estava quente. Se a senhora descesse a panela do fogão e fosse dar uma volta, quando fosse comer estava tudo ensebado, a comida, estava seca, seca, seca. Olha, mas eu enjoei, enjoei dessa gordura! ... Se a senhora fritasse um peixe nele era o mesmo que a senhora estivesse comendo vela, era só desse que ele colocava no armazém, esse tipo de banha. (...) Ah! Mas quando colocava esse troço, incendiava tudo parecia que a senhora estava queimando vela, fedia ...* (Depoente L)

Os trabalhadores que utilizavam o sebo no lugar da banha ou óleo na preparação dos alimentos, de acordo com outra depoente que viveu na mesma usina, a Aricá, na mesma

época que a depoente anterior, disse-nos que esses trabalhadores pertenciam a "*terceira classe*", isto é, eram os trabalhadores braçais que trabalhavam na lavoura. Com relação à comida que era servida a eles nas palavras da depoente, era "*feia*", conforme se lê a seguir:

> *eu nunca tive a curiosidade de experimentar, era bastante comida, era feia. Aquele arroz! de pilão. Não tinha máquina (...) para comer um peixe, então tinha o angu de fubá, parecia comida de escravo. (...) Meu pai era o pedreiro, era o chefe, pertencia a primeira classe. O pessoal que trabalhava com o finado meu pai, comia em nossa casa, era um serviço particular.* (Depoente M)

A depoente explica como funcionava a distribuição e a organização do espaço em relação às hierarquias, na Usina Aricá:

> *tinha a parte da frente, só era as casas boas, só moravam as pessoas mais importantes, para traz, assim, era duas ruas, que já era assim desse povo mais pobre. Meu pai morava na rua da frente (...) o pessoal antigamente era demais, tinha uma separação danada, o pessoal da usina só se misturava no dia da missa que era celebrada em homenagem a Sant'Ana, que era a padroeira da usina. Nesse dia, todo mundo se misturava tinha um grande almoço, matava festa o novilhas, era uma dia que o padre chegava, aí celebrava-se primeira comunhão, casamento.* (Depoente M)

Depreende-se que a depoente narra a posição hierárquica a que pertencia a sua família, no espaço da usina, demonstrando que ambos não integravam a posição hierárquica dos trabalhadores pobres, mas sim a das "*pessoas mais importante que moravam na rua da frente*", rua esta que era beneficiada com a luz elétrica da usina. Seu depoimento nos leva a entender que os trabalhadores que trabalhavam com seu pai também se diferenciavam dos demais trabalhadores da usina, isto é, não se alimentavam com a comida "*feia*" da qual se alimentavam aqueles trabalhadores, que estavam diretamente ligados ao serviço da lavoura.

As pessoas que trabalhavam com seu pai, o chefe dos pedreiros, tomavam as refeições na casa do chefe.

A depoente revela ainda como essa comida "*feia*" era distribuída aos trabalhadores, que não possuíam residências na usina, quer dizer, que moravam nas suas mediações e se alimentavam na usina, como os solteiros que residiam na "*república*" da usina:

> *Voltavam às 11hs que era para eles pegarem a comida, almoçavam, era bastante comida, só que era servida, assim, eles tinham antigamente aquela lata de banha de 2ks, não sei se vocês conheceram. Eles arrumavam uma alça nessa, nessa lata, e a comida deles era servida nessas latas, colocavam arroz, feijão, se tinha outra coisa, colocava também.* (Depoente M)

Com relação ao café da manhã desses trabalhadores, a depoente afirmou que:

> *batia o sino, tinha uma casinha que tinha um homem lá, isso eu me lembro bem, com um balde, o balde cheio de pinga* (tomar uma dose de aguardente, era chamada de bóia antes de começar o trabalho era um costume de todas as usinas do Rio Abaixo desde seus primórdios e, como demonstram os depoimentos, continuou fazendo parte dos costumes das usinas), *Ele tinha um caneco, e cada uma daquelas pessoas tinham um copinho daquele de louça, como se fosse um café da manhã. Todos bebiam pinga e iam embora para o trabalho.* (Depoente M)

Esses dois últimos depoimentos e os demais, tanto dos ex-trabalhadores que trabalharam nas Usinas Conceição e Maravilha, como dos ex-moradores dessas mesmas usinas, mostram que as condições de trabalho não se alteraram depois de 1931. A histórica vistoria que o Interventor Federal Cel. Antonino Mena Gonçalves mandara realizar nas usinas, para pôr fim às relações de trabalho semi-escravo, não se concretizou. Além disso, não houve, por parte do Ministério do Trabalho, como está escrito numa nota (nota nessa

época significava manifesto escrito e publicado em jornal, revista, boletim) que o historiador Rubens de Mendonça toma como fonte, e a relata:

> o Ministério do trabalho passou a fiscalizar as usinas, obrigando ao pagamento de salário mínimo, horas extraordinárias, os Institutos de Previdências, a exigir condições higiênicas para o trabalhador, os usineiros não tiveram mais condições de manter seus empregados em regime de escravidão[116].

A nota termina afirmando categoricamente que: "Com essa legislação quase todos os usineiros do Rio Abaixo, abandonaram as suas usinas ou faliram"[117].

Podemos apreender na nota dois significados. O primeiro está relacionado à concepção de História do autor que está ancorada em causas e conseqüências, isto é, a vistoria nas usinas ocorrera e seus resultados imediatos foram as transformações das relações de trabalho, vale dizer, a não mais existência do trabalho semi-escravo. É interessante destacar que o historiador está se referindo à vistoria realizada nas usinas, 39 anos depois de sua ocorrência, e toma como fonte um manifesto escrito na época de sua realização para conferir veracidade a esses resultados, conseqüência da ação do Interventor. O segundo significado, a nosso ver, é o de reforçar a legitimidade da Revolução de 1930, por meio da ação do Interventor.

Todavia, não deixa de ser importante ressaltar o fato de o autor ter escrito o livro no final da década de 60, considerando-se que essa é a data, da edição do livro. Nessa data, além da utilização dessa fonte, já havia duas outras fontes oficiais que contrapunham as afirmações presentes na nota: a da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) de 1943 e a do ETR (Estatuto do Trabalhador Rural) de 1963, é apenas neste último que se encontra os

[116] Rubens de MENDONÇA, *História do comércio em Mato Grosso*, p. 92.
[117] Ibid., p. 92.



BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO
UNICAMP

direitos trabalhistas relativos aos trabalhadores rurais, no caso das usinas que a nota apregoa, ainda assim de maneira gradativa, como revela Bastos:

> O Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), lei 4.214 de 02-03-63, não ultrapassa os limites conseguidos na Consolidação das Leis do Trabalho, que no fundo implica na delimitação e controle das condições de atuação política das classes assalariadas. A lei estabelece salário, 13° salário, férias, previdência social, embora nem todos aplicáveis num primeiro momento[118].

Podemos afirmar, mediante o exposto, mesmo sem existir provas escritas que se refiram diretamente à não fiscalização por parte do Ministério do trabalho nas usinas de açúcar, porém ancorando-nos nos depoimentos dos ex-trabalhadores das usinas, em nenhum momento, tais depoimentos se referiram a essa fiscalização. Isto porque não havia razões legais para o Ministério do Trabalho fiscalizar as usinas, uma vez que a lei não contemplava os depoentes trabalhadores que foram rurais. É por isso que os depoentes reafirmam, enfaticamente, que dificilmente tinham saldo, isto é, não lhes sobrava coisa alguma do pagamento do trabalho efetuado, até mesmo porque os "patrões"-os coronéis, não combinavam com eles quanto iriam pagar-lhes. Enfim, trabalhavam, a troco de comida. Vale dizer, quantia alguma referente ao trabalho prestado lhes restavam no final do mês, nas usinas, quer em dinheiro, quer sob espécie. Eles continuaram, como já foi ressaltado, a ganharem por "*tarefa*" efetuada.

Uma das depoentes mostrou-se irritada ao insistirmos, várias vezes, sobre a questão de não ter carteira de trabalho, de ter ou não ocorrido o acerto de contas, a indenização, pelo coronel João Celestino Cardozo, por ocasião da venda da usina. Essa irritação se

---

[118] Elide RUGAI BASTOS, *As ligas camponesas*, p. 90.

manifestou pela alteração de voz e pela mudança de tratamento a nós conferido, de senhora para menina. Assim se referiu às questões colocadas:

> *Quando o coronel vendeu*[119]*, ele vendeu os empregados como se fossem bois, não acertou nada com ninguém.(...) as pessoas saíram da usina sem nada porque ninguém tinha carteira de trabalho assinada, não tinha nada, não tinha esse negocio de INPS, ninguém sabia de nada, nem quanto ganhava.que acerto? Que acerto que nada, não tinha acerto de nada menina! Ninguém sabia quanto custava um quilo de açúcar, você não sabia nem quanto custava, nem quanto ganhava. Meu padrasto acabou a vida dele aí, ele nunca soube o quê, quanto ele ganhava, nem com o primeiro patrão nem com segundo.* (Depoente O)

À primeira vista, essa manifestação de irritação da depoente pode significar que ela estivesse dizendo que nós, que não vivemos e não compartilhamos as suas experiências, nada sabíamos a respeito das questões e de seu contexto. Todavia, acreditamos que esse assunto lhe era desconfortável, senão doloroso e a humilhava pois que lhe evocava o não reconhecimento de si, na condição de trabalhador assalariado e, por conseguinte, sujeito de direito, expresso no direito à carteira de trabalho, e assinada, prova cabal do direito ao "*acerto de contas*".

Todavia, a irritação da depoente está também relacionada ao conhecimento que tinha sobre o fato de os trabalhadores situados na hierarquia funcional superior usufruírem do direito a "*carteira de trabalho assinada*" e o "*acerto de contas*", enquanto os demais trabalhadores situados na hierarquia funcional inferior, no caso a dos braçais, na qual a depoente se incluía, tinham esse direito negado pela própria lei.

---

[119] A usina Conceição nessa época, pertencia aos coronéis João Celestino Correa Cardozo e Josino Viegas de Oliveira Paes. Estes coronéis, nos fins dos anos 50, venderam a usina para um grupo de italianos, representado pelo senhor Mário Facco. Cf. Lenine de CAMPOS PÓVOAS, *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*, p. 23.

A exclusão, solicitada anteriormente, dos direitos trabalhistas da categoria dos trabalhadores rurais, sofrida pelos ex-trabalhadores da usina, podemos entendê-la, de acordo com Martins como o resultado de "(...) uma história dos que participam dos pactos políticos"[120]. Pacto esse que segundo o autor alinhavou, sustentou e fortaleceu a Revolução de 1930:

> (...) a Revolução de 30, o que ela fez foi proclamar um pacto político entre as novas forças sociais da modernização e da industrialização e as forças persistentes e retrógradas das oligarquias rurais, a dos grandes proprietários de terras, antigos senhores de escravos, e seus aliados na classe média[121].

Para o autor o pacto firmara:

> (...) as lutas e reivindicações dos trabalhadores das cidades, as lutas operárias, poderiam ser reconhecidas como questão social e não mais como questão de polícia, através de um acordo que juntasse os interesses da nova burguesia industrial com o velho latifúndio oligárquico, desde que não se estendessem esses direitos aos trabalhadores rurais[122].

Esse pacto em Mato Grosso pôde ser apreendido no fortalecimento do poder e o prestígio político dos coronéis usineiros, como pontua Póvoas:

> Os fatos se incumbiram de provar que o prestígio dos usineiros não se esvaíra com a Revolução de 1930. (...) O gesto do Interventor Antonino Mena Gonçalves, que mandou "libertar" todos os "camaradas" das usinas,

---

[120] José de SOUZA MARTINS, *Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*, p. 26.
[121] José de SOUZA MARTINS, O significado da criação da comissão pastoral da terra na história social e contemporânea no Brasil. In: *Secretariado Nacional da CPT. A luta pela Terra. A Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois*, p. 71.
[122] Ibid., p, 72.

> enchendo lanchas e transportando-os para Cuiabá, em cujas ruas ficaram vagando, sem ocupação, para depois retornarem às suas antigas moradas, não abalou a força política dos coronéis [123].

Para o autor, o "gesto," como qualifica a ação do Interventor, além de não *abalar a força política dos coronéis,* transforma-se num motivo para fortalecê-la: "(...) tem-se a impressão, aliás, de que ela se revitalizou, pois nunca tivemos uma Assembléia, em uma só legislatura, com tantos deputados com base eleitorais nas antigas usinas". Póvoas demonstra esse fortalecimento apresentando a relação nominal dos deputados que representavam os interesses dos coronéis e também dos coronéis deputados que representavam a si mesmos:

> Na constituinte estadual de 1935 vamos encontrar os Deputados Francisco Pinto de Oliveira, Palmyro Paes de Barros, Miguel Ângelo de Oliveira Pinto e Josino Viegas de Oliveira Paes, todos usineiros cujos nomes já apareciam nos anais legislativos da chamada "República Velha", além do jovem Deputado João Ponce de Arruda, filho do senhor da Flexas.[124]

Esses deputados relacionados pelo autor, juntamente com os demais que compunham o Poder Legislativo, elegeram e empossaram como governador do Estado de Mato Grosso em outubro de 1937, o também deputado Júlio Strubing Müller, que, mesmo com a decretação do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, foi mantido por Getúlio Vargas à frente do governo mato-grossense, na categoria de Interventor. Seu mandato durou quase oito anos.[125] Acreditamos que a permanência deste governante, após ter sido decretado o Estado Novo, deveu-se à influência de Filinto Müller, seu irmão, junto ao Presidente Getúlio Vargas, uma vez que Filinto Müller era o chefe de polícia do Presidente.

---

[123] Lenine de CAMPOS PÓVOAS, *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso,* p. 90. Destaques nossos.
[124] Ibid., p. 91-92-93.
[125] Elizabeth MADUREIRA SILVEIRA, *História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais,* p. 90.

Acreditamos, ainda, que a permanência de Júlio Strubing Müller, como Interventor, estivesse ligado ao fato de este governante pertencer ao grupo dos coronéis usineiros, pois era casado com Maria de Arruda Müller, filha do coronel João Pedro de Arruda. Era, portanto, um aliado dos coronéis. Este pertencimento ao grupo dos coronéis remete àquele "pacto político" proclamado pela Revolução de 1930, apontado por Martins, pacto esse que, a nosso ver, fortaleceu e intensificou as relações e as condições de trabalho semi-escrava, nas usinas, uma vez que a lei que nelas existia era a lei do coronel, como revela o depoente, que precisava trabalhar *"para viver"*:

> *o que, que a gente podia fazer?* A lei era eles, *a gente ou trabalhava na Maravilha, na Conceição, que ficava mais perto de Santo Antonio, mas trabalhava também na Aricá e nas usinas pequenas, nas destilarias de álcool e pinga: a São Miguel e a Tamandaré, mas era a mesma coisa, a gente trabalhava para viver. O que a gente podia fazer?* (Depoente D Destaques nossos)

*"A lei era eles" (...) a gente trabalhava para VIVER"*, essas palavras são reiteradas não só por esse depoente, ex-trabalhador da usina Aricá como também pelos demais, no decorrer de seus depoimentos. Esta reiteração expressa a continuidade da realidade do trabalho semi-escravo nas usinas depois de 1930, confirmando, pois, que a vistoria realizada nas usinas Aricá e Conceição, em 1931, tida como ação política exemplar para pôr término a essa situação, não foi senão encenação. Acresce-se a isso o fato de os Interventores Federais, que sucederam o primeiro Interventor Cel Antonino Mena Gonçalves, que efetuou essa ação, jamais conseguirem combater e derrotar o poder político exercido pelos coronéis.

# CAPÍTULO 4

## Usina maravilha: história, memória ressentimento[1]

### 4.1 História da usina Maravilha: ápice e decadência

A história da usina Maravilha veio à tona a cada depoimento seja daqueles que a "conheceram e vivenciaram essa história por dentro", seja daqueles que a vivenciaram, se assim podemos dizer, por "fora". Depoimentos esses que podem

> "(...) estabelecer uma co-relação entre o poder de abertura da descoberta de começos do passado com várias possibilidades e as novas construções elaboradas a *posteriori* pelos historiadores, Certeau evidencia a riqueza imanente do passado, que só pode ser revelada pela abertura de um novo espaço graças à operação historiográfica"[2].

"Operação historiográfica" que é ancorada e viabilizada por meio da fonte oral, isto é, dos depoimentos que, por sua vez, estão ancorados numa "interpenetração constante entre passado e presente"[3]. Interpenetração esta que está alicerçada "(...) no fato de que o

---

[1] Pierre ANSART, História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*, p. 15.
[2] François DOSSÉ, *História e ciências sociais*, p. 102.
[3] Ibid., p. 167.

passado ainda existe no tempo folheado do presente"[4], do presente de todos os depoentes que vivenciaram e conheceram a história da usina Maravilha por "dentro" ou por "fora".

É nesse sentido da existência de um "passado folheado" pela memória ou, nas palavras de Bosi, pelo "tempo vivo da memória"[5], que a depoente ex-moradora da usina Conceição diz:

> *A Maravilha* (a usina) *conheci era do finado coronel Palmyro Paes de Barros, era um lugar muito movimentado, tinha famílias e famílias. A Maravilha era bonita demais! As usinas mais próximas de Santo Antônio eram a Conceição e a Maravilha, as outras ficavam todas longe. A Maravilha quando funcionava era mesmo que uma cidade, a Conceição era a mesma coisa.* (Depoente I)

A usina Maravilha que a depoente conhecera tivera sua origem na modesta:

> *Destilaria de fabricação de aguardente, produto esse que tomava o nome de aguardente Maravilha.* (Depoente W)

Esse depoimento converge com o registro escrito de Póvoas, que diz "no local havia antes uma destilaria que produzia apenas aguardente, de propriedade do Sr. Alberto Garcia", de quem o coronel Palmyro se tornara sócio. É a partir dessa sociedade, que "iniciou-se a construção da usina Maravilha, com fábrica de açúcar, álcool e aguardente, que foi inaugurada em 1928"[6]. O autor destaca, que o coronel Palmyro descendia "de tradicional família de industriais do açúcar, filho de João Paes de Barros e neto do Comendador Joaquim José Paes de Barros, o fundador da usina Conceição"[7]. A usina Conceição pertencera aos familiares do Comendador até 1920, quinze anos após sua morte,

---

[4] François DOSSÉ, *História e ciências sociais*, p. 154.
[5] Ecléa BOSI, *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
[6] Lenine de CAMPOS PÓVOAS, *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*, p. 27.
[7] Ibid., p. 27.

quando a usina fora vendida para os coronéis João Celestino Corrêa Cardozo e Josino Viegas de Oliveira Paes[8].

O depoimento da nona filha do coronel Palmyro nos leva a entender que a usina Conceição fora vendida após a morte de seu avô:

> *Quando o pai dele morreu João Paes de Barros, eles estavam na usina Conceição. Minha avó vendeu a usina, aí papai comprou um armazém e foi morar em Santo Antônio, abriu armazém, naquele tempo chamava-se Secos & Molhados. Mas ele era apaixonado por usina, na cabeça dele estava latente comprar uma usina.* (Depoente U)

No ano de 1925, realizou seu sonho:

> *Em 1925, apareceu à oportunidade, do outro lado do rio Cuiabá um senhor tinha uma destilaria, não era ainda usina açucareira, destilava a cana para fazer álcool e aguardente. Papai tornou-se sócio desse senhor, mas eu não sei porque este senhor vendeu sua parte para papai, papai ficou felicíssimo. Mamãe sempre nos contava que ele vendeu todas as coisas em Santo Antônio, reformou a casa grande, transformou a destilaria que já se chamava Maravilha na usina Maravilha.* (Depoente U)

Póvoas, sem precisar data, também registra que "posteriormente o Cel. Palmyro adquiriu a parte de seu sócio, tornando-se o único proprietário do estabelecimento"[9].

O coronel Palmyro investiu em seu novo empreendimento, mandou buscar equipamentos de primeira qualidade.

> *Por incrível que pareça, antes de 1930, mandou buscar todo o equipamento necessário para produzir açúcar, álcool e aguardente industrializados. Ele mandou buscar, através de uma firma de São Paulo que se chamava Boneve Cia Ltda, todo o equipamento na*

---

[8] Lenine de CAMPOS PÓVOAS, *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*p. 27.
[9] Ibid., p. 8.

*Inglaterra, imagina! E a Maravilha funcionou sem problemas de 1927 a 1948. Era mesmo uma Maravilha. Sinto saudades.* (Depoente U)

Já em 1928, segundo a depoente, ocorrera um incêndio no depósito de álcool que quase destruiu a Maravilha e o sonho de seu pai:

> *Em 1928, a usina já estava funcionando produzindo açúcar, aguardente e álcool. A aguardente e o álcool eram guardados em túneis que eram mais ou menos do tamanho dessa sala, para depois serem engarrafados. Uma noite um funcionário foi ao depósito, a luz elétrica não havia sido instalada. Esse funcionário foi ao depósito para engarrafar o álcool, e como uma torneira estava emperrada, ele tentou abri-la, batendo com a mão direita e segurando na mão direita um lampião, quando a torneira abriu formou um incêndio, destruiu quase tudo, foi uma tragédia. Todo mundo ficou apavorado, vendo aquele fogo, então mamãe fez uma promessa para Santo Antônio, pedindo para que ele impedisse que o fogo alcançasse os outros depósitos e nossa casa, e se isso não acontecesse o nome da usina seria usina Santo Antônio. E assim aconteceu, mas só que esse nome ficou só nos documentos oficiais porque as pessoas não sabiam da promessa e continuaram, chamando-a de usina Maravilha.* (Depoente U)

De fato, a mudança de nome da usina não se tornou pública, não chegou ao conhecimento das pessoas que nela trabalhavam e residiam em seu entorno, tanto que nenhum dos depoentes do Primeiro Momento da pesquisa de campo se referiu a esse nome. Nós tomamos conhecimento desse fato, isto é, de que o nome oficial da usina Maravilha era usina Santo Antônio, nas entrevistas do Segundo Momento da pesquisa. Primeiramente, por meio de um recibo de compra e venda de açúcar, assinado pelo coronel Palmyro, recibo este que pertence à depoente V, ex-moradora da usina Aricá, porém, quando lhe indagamos o porquê da denominação usina Santo Antônio e não Maravilha, ela não soube nos responder.

Esse dado surgiu novamente, não somente no depoimento do depoente W, ex-contador da usina Maravilha, mas na sua carteira de trabalho a qual ele fez questão de nos mostrar. Eis o que o depoente revela:

> *Quando comecei a trabalhar lá em 1944, na usina Maravilha, que antes era a destilaria de fabricação de álcool e aguardente, produto esse que tomava o nome de aguardente Maravilha. E lá a propriedade foi chamada Maravilha, embora o nome oficial fosse usina Santo Antônio, como a senhora viu aqui na minha carteira de trabalho, mas todos a chamavam de Maravilha.* (Depoente W)

Desse modo, pode-se afirmar, que a denominação usina Santo Antônio só existira nos documentos oficiais tendo sua história e memória restritas ao contexto das "pequenas coisas"[10] da vida privada da família do coronel, que veio a público pelo depoimento de um de seus membros. Essa denominação não faz parte da memória da maioria dos depoentes, nem mesmo do registro de Póvoas. Um outro fato que faz parte das "pequenas coisas" se refere à mudança do nome da aguardente produzida pela usina:

> *Fabricava aguardente que primeiro ficava guardada nos tonéis para depois ser engarrafada. A aguardente era de excelente qualidade e era muito famosa, muito gostosa, parecia whisk. Até pouco tempo atrás meu cunhado tinha umas garrafas vazias guardadas, chama-se Formidável.* (Depoente U)

Como já mencionamos no capítulo II, a Usina Maravilha era a mais próxima da cidade de Santo Antonio de Leverger, *"ficava do outro lado do rio"*, como disseram os depoentes, ou "quase de frente à cidade"[11]. Este fato a diferenciava das demais usinas, pois

[10] Hannah ARENDT, *A condição humana*, p. 61.
[11] Lenine de CAMPOS PÓVOAS, *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*, p. 30.

> (...) era das que possuía menor número de residências para os "camaradas", dada a posição em que se encontrava, quase em frente à cidade de Santo Antônio de Leverger, onde residiam muitos de seus trabalhadores e "camaradas" (trabalhadores braçais)[12].

Por esse motivo, segundo Póvoas, a usina Maravilha contava com somente vinte e poucas residências ocupadas por trabalhadores. O autor ressalta, ainda, que a Maravilha "embora muito bem montada (...) dispunha de uma área de apenas 1.500 hectares" onde comportava "(...) além da "Casa Grande", confortavelmente instalada, para a residência do proprietário, havia instalações de balança, máquinas, depósitos, armazém etc, como as demais usinas"[13].

Para um dos membros de uma família que trabalhou e residiu em uma das casas destinadas aos trabalhadores, a usina era:

> *Maravilha era uma cidadezinha povoada de bastante gente. Ainda me recordo, nós fomos crescendo e mamãe sempre trabalhando na casa do coronel Palmyro. Aos pouco ela começou levar nós para trabalhar os meninos para lutarem trabalhavam com os bezerros e as meninas lutavam trabalhavam no galinheiro. Com sete anos, a gente já trabalhava, já ajudava mamãe.* (Depoente E)

Essa depoente nasceu e trabalhou na usina Maravilha desde tenra idade *"com sete anos"* como está explicitado em seu depoimento, e só deixou de trabalhar na usina em 1963, data em que o novo proprietário a liquidou e despediu todos os trabalhadores, entre eles, ela, sua mãe e irmãos. Ressalte-se que quando a depoente compara a usina Maravilha a *"uma cidadezinha"*, está se referindo à existência da luz elétrica na usina, um dos sinais

[12] Lenine de CAMPOS PÓVOAS, *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*, p. 30.
[13] Ibid., p. 30.

visíveis do poder econômico do coronel Palmyro em relação à cidade de Santo Antônio, que não tinha energia elétrica.

Os depoimentos revelaram que as luzes da Maravilha acendiam regularmente das 18 horas às 21 horas.

As luzes da usina fascinavam as pessoas de Santo Antônio:

> *Aqui em Santo Antônio não tinha luz elétrica, muitas pessoas aqui em Santo Antônio, à noite, saíam para fora da casa para ficar olhando as luzes lá na Maravilha. Era bonito de ver! Era muito bonito, era aquela claridade, a senhora precisava ver.* (Depoente morador de Santo Antonio de Leverger, Diário de campo)

Ressalte-se que a luz elétrica existente na usina se restringia a casa do proprietário, a denominada "casa grande", a dos encarregados e a "casa das máquinas"[14], de modo que os trabalhadores que residiam na Maravilha também ficavam fascinados por suas luzes:

> *Lá era lindo, do lado de lá, à noite, a gente gostava de ficar olhando a luz elétrica.* (Depoente mulher do Depoente A, Diário de campo)

Não eram apenas as luzes da usina Maravilha que resplandeciam sobre a cidade de Santo Antônio de Leverger, mas eram os seus produtos que sustentavam a economia da cidade, além de absorver um número significativo da mão-de-obra local. Em outras palavras, a usina Maravilha fora, durante 33 anos, o âmago econômico do município, criando uma relação de interdependência entre o proprietário (o coronel Palmyro) e os comerciantes da cidade. Os comerciantes, segundo os depoimentos, guardavam durante o mês, como se costuma dizer, todo o dinheiro miúdo para efetivar a operação de troca com o

[14] Lenine de CAMPOS PÓVOAS, *O ciclo do açúcar e a política em Mato Grosso*, p. 28.

dinheiro graúdo do coronel, para que ele pudesse efetuar o pagamento dos trabalhadores da Maravilha, como revela o homem de confiança do coronel[15].

> *Todo último dia do mês, eu vinha da Maravilha para Santo Antônio para trocar dinheiro com os donos do comércio, já era tudo acertado, com o coronel Palmyro. Eu trocava o dinheiro para o coronel pagar os trabalhadores porque o pagamento era feito em dinheiro. Eu trazia o dinheiro num saco, naquele tempo ninguém roubava, voltava para a Maravilha com o saco quase cheio e entregava para o coronel. Um dia passei um apuro danado. Eu era chegado numa água de cana, bebia pinga, ficava meio alto, meus amigos, por brincadeira, esconderam o saco de dinheiro trocado. Que susto! Que apuro eu passei! Depois eles me entregaram o saco de dinheiro, morrendo de rir de mim. Mas era assim, todo final de mês eu vinha trocar dinheiro para o coronel.* (Depoente A)

A mulher do homem de confiança do coronel narra o movimento do Porto do Engenho, local dos armazéns da Maravilha:

> *Nós morávamos no Porto do Engenho, era lá que descarregava, a gente ficava bobo de ver o movimento de carros descarregando sacos e sacos de açúcar, caixas com garrafas de pinga, garrafas de álcool, descarregava lá no Porto, eram uns vindo, outros indo, era aquele movimento!...*(Depoente mulher do Depoente A, Diário de campo).

E complementa:

> *Lá no Porto do Engenho tinha três depósitos, cada depósito era enorme! Um depósito de açúcar, um depósito de pinga, um depósito de álcool, isso tudo vinha de lá da Maravilha, de batelão. Acho que a senhora não sabe o que é batelão, batelão é um tipo de canoa grande, que cabe muita coisa e gente também. A senhora precisava ver como tinha povo trabalhando no Porto do Engenho, era aquele movimento.* (Depoente mulher do Depoente A, Diário de campo)

[15] Este depoente era o responsável pela segurança pessoal do coronel, era também o estafeta que postava e retirava as correspondências do coronel, além de ser o responsável pela travessia no rio das crianças da usina para a escola em Santo Antônio.

O movimento a que a depoente se refere ocorria com maior intensidade durante o tempo da safra, que compreendia o período de maio a novembro, período em que, conforme Póvoas, a usina Maravilha contava com "(...) mais de 120 homens, entre funcionários graduados, operários e "camaradas"[16], é por isso que a depoente diz *"como tinha povo trabalhando no Porto do Engenho"*.

Dos meses de dezembro a abril, a mão-de-obra na usina era reduzida, contava apenas com os trabalhadores permanentes, aqueles que residiam na própria usina e com um número pequeno de trabalhadores que residiam em Santo Antônio, que se juntavam aos trabalhadores braçais, fixos, para realizarem a limpeza dos canaviais e para o corte de lenha.

A usina Maravilha como as demais usinas, conforme pontuamos no capítulo I, se constituía num território independente, com suas leis próprias tendo como juiz o próprio coronel Palmyro, que delegava aos encarregados o poder de punirem os trabalhadores de sua propriedade:

> *Ele o coronel Palmyro falava: 'nunca mandei matar ninguém, mas surra, eu mandei dar'.* (Depoente A)

A esse respeito, o depoente diz:

> *Tinha uma preta lá, ele mandou dar uma porção de surra nela, isso eu me lembro bem. Ninguém fazia nada.* (Depoente A)

[16] Lenine de CAMPOS PÓVOAS, *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*, p, 30. Os funcionários graduados eram os encarregados, os responsáveis pelo vácuo, pela destilaria de aguardente e álcool e, pelos trabalhadores em geral; os operários eram os mecânicos responsáveis pelo maquinário e os camaradas eram os trabalhadores braçais, conforme acima apontado.

Esse *"ninguém fazia nada"* diz respeito à negligência das autoridades policiais judiciárias, mesmo porque, segundo os depoentes, o coronel Palmyro mandava tanto na usina quanto na cidade.

> *Ele mandava aqui em Santo Antônio* (falou alto), *a senhora acredita que a polícia nunca foi lá na Maravilha, ele mandava lá e nesse tempo ele mandava aqui também, todos o chamavam de coronel Palmyro galego.* (Depoente A)

A denominação *"galego"* era devido à tonalidade bastante branca da pele do coronel Palmyro. Outro depoente reitera o poder do coronel Palmyro sobre o município de Santo Antônio de Leverger.

> *Mesmo quando ele não era prefeito, ele mandava na cidade, tudo tinha que passar por ele, ele era um tipo de governo paralelo.* (Depoente V)

Este depoimento mostra, conforme salientamos anteriormente, uma das características do coronelismo, a de que o coronel influenciava nos assuntos políticos do município sem exercer diretamente o cargo público, no caso o de prefeito. Esta influência era permeada pela "troca de proveitos do poder público"[17], como a nomeação de aliados para cargos públicos, entre estes cargos o de Delegado de Polícia[18]. O Delegado de Polícia de Santo Antônio de Leverger era amigo pessoal do coronel Palmyro:

> *O delegado daqui, o pai de Pinduca, seu Antônio, era muito amigo de seu Palmyro, mas na verdade era o coronel Palmyro que mandava aqui.* (Depoente S)

---

[17] Victor LEAL NUNES, *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, p. 40.
[18] Lúcia Helena GAETA ALEIXO, *"Vozes no silêncio: subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso, (1888-1930)"*. Cuiabá: Editora UFMT, 1995.

*"Mas na verdade era o coronel Palmyro que mandava"*, mandava porque: era "(...) o coronel, pela força de seus poderes e domínios crescentes, ele se torna também senhor de povoados, de vilas, de cidades e de municípios. Dono também da riqueza, das terras, das boiadas"[19] e da usina de açúcar.

Ressalte-se que tanto o coronel Palmyro, quanto o Delegado de Polícia pertenciam ao partido político da UDN, de modo que imbricavam relações de amizade e partidária, e delas o exercício de poder do coronel Palmyro na cidade de Santo Antônio. Isso impedia que a polícia entrasse na Maravilha para averiguar as práticas de punições sofridas pelos trabalhadores a mando e com o aval do coronel.

Enquanto a justiça, representada pelo Delegado de Polícia, "fechava os olhos", a essas práticas, a Maravilha seguia o seu curso e a sua rotina, castigando trabalhadores com punições semelhantes e toleradas no regime escravista, como atesta o seguinte depoimento:

> *Ele, o coronel Palmyro, mandava o encarregado pegar e bater naquelas pessoas que brigavam por causa da bebida, as pessoas bebiam pinga, e apanhavam muito. As cozinheiras que não queriam ir trabalhar, coitadas, apanhavam, podiam estar doentes, falavam que estavam doentes, mas apanhavam para levantar da cama para ir para a cozinha. Isso eu me lembro bem, eu tinha um padrinho que era encarregado do rancho, ele era um carrasco, minha Nossa Senhora.* (Depoente E)

Depois de um suspiro sufocado e profundo, prosseguiu:

> *Ele judiava muito das cozinheiras, porque era mandado, o coronel mandava buscar, e ele ia. Tinha uma cozinheira eu me lembro, que se chamava* (cita o nome), *seu Palmyro falava: 'vai lá e busca* (cita o nome) *para mim, ela tomou muita água de cana, pinga, ontem e não*

[19] Marcos VINICIOS VILAÇA, Roberto CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, *Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste*, p. 49.

*quer vir para a cozinha'. Eu e minha irmã já estávamos na cozinha ajudando a mulher dele, dona Filhinha a lavar xícaras, essas coisas. Aí dona* (cita o nome) *vinha mancando falando: 'eu estou doente', o encarregado falava: 'nada disso, você está é com preguiça', pegava no braço dela de qualquer jeito e a levava para a cozinha. Ela vinha chorando, mas fazer o que? Era seu Palmyro que mandava.* (Depoente E)

A indagação, *"mas fazer o que?"* esteve presente na maioria dos depoimentos dos ex-trabalhadores adultos, não apenas da usina Maravilha, mas das outras três que fizeram parte desta investigação, o que, a nosso ver, revela a situação de subjugo, a que esses trabalhadores estavam sujeitos. Porém o depoimento da depoente E se diferencia dos demais em dois sentidos primeiro, porque esta se reportando a sua experiência de ex-trabalhadora infantil, que presenciara alguns trabalhadores adultos serem punidos a mando do coronel. Segundo pelo que pudemos apreender em seu depoimento sentia medo que sua mãe, que trabalhava na cozinha da residência do coronel fosse punida com a mesma crueldade que os demais, mesmo porque sua mãe insultava o coronel e este fato a levava a sentir medo,

*Mamãe estava sempre resmungando contra seu Palmyro e era viciada em água de cana. Mamãe estava sempre de fogo e falando mal de seu Palmyro e falava alto para todos escutar. Eu morria de medo do encarregado bater nela. Ela vivia jogando praga em seu Palmyro, dizia: 'tomara que esse desgraçado morra seco, na miséria'. Como eu tinha medo! E ela falava, falava, bebia, bebia, coitada.* (Depoente E)

E, com a voz embargada, olhando para as próprias mãos cruzadas sobre o colo, disse:

*A gente já sofreu muito, sofreu muito para estar aqui, a gente venceu* (com tristeza) *mas quem sofreu mais foi mamãe coitada, até hoje é assim, tem horas que eu olho para ela assim, me dá dó. Mamãe às 5 horas da manhã já estava na beira do rio limpando aquelas peixadas para dar de comer aos peões, isso se estendia até às 10 horas da manhã limpando*

*peixes, eram gamelas e gamelas de peixes que iam para a usina, para a casa grande, para a cozinha dos peões. Acabava de limpar esses peixes, juntava as facas e ia ajudar as cozinheiras, ainda ia ajudar as cozinheiras, isso acontecia todos os dias, mamãe trabalhou muito na Maravilha, a gente lavava vasilha, enxugava prato.* (Depoente E)

Suspira, controlando a visível emoção e com a expressão do rosto um pouco mais serena, revela:

*Mamãe e dona* (cita o nome) *que já morreu faz tempo, foram as únicas cozinheiras que seu Palmyro,não mandava bater era ela e mamãe eram amigas estavam sempre jogando para que seu Palmyro morresse seco, na miséria. Ela também bebia, quase todas as mulheres bebiam, aprenderam a beber, lá tinha pinga à vontade. Mas seu Palmyro não mandava bater nelas porque tinha medo de macumba, dona Filhinha, a mulher dele, falava sempre para mamãe: 'o Palmyro tem medo de você e da Antônia'. Aí era que elas xingavam mesmo, seu Palmyro ficava só olhando para elas.* (Depoente E)

Podemos dizer que esta depoente e os demais, por meio de suas lembranças, historiam as "pequenas coisas", lembranças essas que podem "(...) fazer reviver os detalhes da vida cotidiana"[20] da usina Maravilha, porque elas

> (...) recuperam por outro lado o vivido dos atores históricos, o que Peguy chamaria de "a história se fazendo", ou seja, os diferentes significados que os atores deram as suas ações e as ações dos outros: não somente as pessoas, mas as relações entre as pessoas não são suscetíveis de serem conhecidas pelas fontes escritas: ora a evocação das pessoas (das quais são esquecidas), ora os julgamentos recíprocos que os atores tinham uns sobre os outros[21].

[20] Dominique ARON SCHNAPPER et Danièle HANET, D'Hérodote au magnétaphone: sources orales et archives orales, *Annales*, p. 184. Trad. Marisa Rosseto.
[21] Ibid., p. 184.

Desse modo, podemos, então, afirmar que os depoentes mediante suas lembranças revivem e recuperam "(...) os pequenos fatos verdadeiros cujo acúmulo ilustra, enriquece, matiza e corrige reconstrução"[22], das relações de trabalho e do percurso da história da usina Maravilha, do seu ápice a sua decadência. É no movimento de reviver e recuperar mediado pela "memória viva"[23], "de a história fazendo-se" que cada um dos depoentes, particularmente os ex-trabalhadores dizem[24] não somente "de suas ações" mas também das ações dos outros"[25], do coronel Palmyro e dos encarregados. E ao dizerem dessas ações estão dizendo sobre a história da usina Maravilha, da qual eles foram os sujeitos, desse não registro que não foi considerado pelas fontes escritas.

São, portanto, os depoimentos que mostram o percurso dos "pequenos verdadeiros fatos" que contrapõem o documento de Póvoas, ao registrar que: "o coronel Palmyro Paes de Barros explorou a propriedade até o ano de 1961, quando a vendeu para um grupo de fazendeiros de Araguari, Minas Gerais[26]. "Os pequenos fatos" historiados pelos depoentes enxertam o registro do autor com os detalhes que comportam o irreversível processo de decadência da Usina Maravilha, ou mais precisamente, o irreversível processo de empobrecimento do coronel Palmyro, a forma como ele fora gradativamente entregando suas posses aos credores.

Por fim, os "pequenos verdadeiros fatos" revelam ainda que o grupo de fazendeiros mineiros adquirira os títulos da dívida do coronel Palmyro junto ao banco:

---

[22] Dominique ARON SCHNAPPER et Danièle HANET, D'Hérodote au magnétaphone: sources orales et archives orales, *Annales*, p. 185.
[23] François BÉDARIDA, *Le temps present et historiograhie contemporaine*, p. 158.
[24] Maria INÊS ROSA, *Trabalho, Subjetividade e Poder*, p. 8.
[25] Dominique ARON SCHNAPPER et Danièle HANET, D'Hérodote au magnéphone: sources orales et archives orales, *Annales*, p. 185.
[26] Lenine de CAMPOS PÓVOAS, *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*, p. 30.

*Em 1948, a usina sofreu uma enorme queda na produção, o que levou papai a contrair mais empréstimos com o Banco. Papai ficou com uma dívida enorme no Banco, teve que hipotecar a usina e tudo que possuía.* (Depoente U)

Como mencionamos no capítulo II, as crises financeira e econômica, de acordo com o depoimento da filha do coronel, foram superadas, porém geraram uma outra: a de ordem familiar provocada por desentendimento entre o coronel e seu filho. Este trancara sua matrícula no curso de medicina e viera auxiliá-lo com a finalidade de sanar as finanças da usina.

*Meu irmão trancou o curso e veio para ajudá-lo a reerguer a usina e com dois anos ele conseguiu reestruturar as finanças. Aí aconteceu um conflito na família, um conflito muito grande.* (Depoente U)

O conflito ocorrera porque:

*O que aconteceu é que meu avô brigou com meu tio, o expulsou de casa, minha avó interferiu na briga e ele a expulsou também. Foi isso que aconteceu, ele expulsou todo mundo e ficou só.* (Depoente filho da Depoente U, Diário de campo)

De acordo, ainda, com a Depoente U, filha do coronel,

*aí papai ficou só, mas não tinha mais força nem ânimo, nem idade para levar nada em frente. Aí a usina* (fez o gesto) *foi para o buraco. Meu irmão, meu irmão levou mamãe e nós para o Rio de Janeiro e ele ficou sozinho.* (Depoente U)

Vale reiterar que todos os depoimentos, seja de ex-trabalhadores, seja de pessoas que conheceram o coronel Palmyro, se referiram ao episódio do fim do casamento, destacando que a drástica separação familiar fora um dos fatores que se adicionou ao processo de falência econômica da usina:

*Não sei porque razão o coronel Palmyro se separou da mulher, então toda a família dele foi morar no Rio de Janeiro, mulher e filhos e ele passou a morar sozinho.* (Depoente S)

Entretanto, os outros seis depoentes assinalaram que a crise financeira da Maravilha tivera outros fatores bem mais contundentes do que o desentendimento familiar ocorrido na família do coronel, uma vez que não fora apenas a usina Maravilha que enfrentara problemas financeiros, mas todas as usinas de açúcar do Estado de Mato Grosso. A gênese da crise, segundo os depoentes, fora a concorrência de mercado, visto que as usinas de açúcar existentes no Estado, a partir dos anos de 1940, não tiveram condições de concorrer com as usinas existentes no Estado de São Paulo, como assinala Póvoas:

> Da década de quarenta, em diante, o grande pólo da produção açucareira do país começou a deslocar-se do nordeste para São Paulo, onde novas usinas eram implantadas, com maquinaria moderna e métodos avançados. As velhas usinas mato-grossenses, com equipamentos antiquados, do século anterior, tornaram-se obsoletos e deficitários[27].

E o mesmo autor acrescenta:

> Além disso, a política de "quotas" estabelecida pelo Instituto do Açúcar e do Álcool as asfixiava. Sem condições de se modernizarem, não podiam resistir à concorrência do açúcar de fabricação paulista que começava a conquistar o mercado, a mercê de preços competitivos[28].

O que torna a crise da usina Maravilha diferente dos aspectos mencionados por Póvoas é o fato de o coronel Palmyro não ter vendido, como os demais coronéis usineiros,

[27] Lenine de CAMPOS PÓVOAS, *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*, p. 30.
[28] Ibid., p. 60-61.

o que "restava" da Maravilha, isto é, as "quotas" para "(...) a usina que o Governo do Estado tomara a iniciativa de implantar no planalto de Jaciara"[29]. Mas:

> *o coronel Palmyro era um homem obstinado, tinha uma presunção de raça, bateu o pé e não quis vender as quotas, os outros coronéis venderam as quotas para a usina de Jaciara, e ele não quis vender e não pode competir. Os maquinários foram ficando obsoletos, aí ele só foi acabando, quando ia começar a safra, ele pegava dinheiro no banco, quando fabricava o açúcar era só para entregar por dívida foi arruinando, arruinando até chegar à estaca zero. Perdeu tudo, até as terras foram penhoradas, o banco tomou tudo. Mas o velho Palmyro não se entregava, batia o pé, podia ter prejuízo, mas ele ia em frente.* (Depoente V)

Os empréstimos bancários, segundo outro depoente,

> *Foram criando uma situação insustentável, até que uma parte das terras foi penhorada e levada a leilão, e era nessa parte que tinha a maior parte do canavial. Mas, ele, o coronel Palmyro, era um homem determinado com todas essas peripécias,ele continuava lá trabalhando.* (Depoente S)

O depoente A revela como os bens do coronel foram sendo penhorados:

> *Primeiro o banco pegou o gado, a senhora nem imagina o quanto de gado tinha na fazenda, como tinha gado! Primeiro foram os bois, depois as vacas de leite, tinha uns 80 bois de carro, acabou tudo, levaram também o carro de seu Palmyro, ele tinha que ir de ônibus para Cuiabá.* (Depoente A)

Quando o coronel ficara sem o carro e, por extensão, sem o motorista que o conduzia, o ônibus que fazia o itinerário Santo Antonio à Cuiabá ia até o Porto do Engenho para buscá-lo.

---

[29] Lenine de CAMPOS PÓVOAS, *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*, p. 23.

*Ele era um homem sistemático, todo dia ia a Cuiabá, o ônibus que fazia a linha Santo à Cuiabá ia até lá no Porto do Engenho que fica a um kilomêtro daqui para buscá-lo. O coronel Palmyro tinha poltrona reservada no ônibus. À tarde, quando o ônibus voltava de Cuiabá, o levava novamente até o Porto do Engenho.* (Depoente S)

O depoente procura explicar o motivo pelo qual o motorista do ônibus percorria um quilômetro m para buscar o coronel Palmyro.

*Ele era um político, político, político nessa época era respeitado. Aqui em Santo Antonio só existiam dois partidos políticos a* UDN *e o PSD, ele era da UDN. Era uma força em razão do comércio dele, o coronelato dele vem desse poder econômico que ele tinha e também poder político. Ele era o coronel Palmyro Paes de Barros, o coronel daqui de Santo Antonio. Mesmo pobre era respeitado, o motorista do ônibus ia todos os dias buscá-lo no Porto do Engenho.* (Depoente V)

Era um político empobrecido, mas era também o coronel Palmyro, "*o velho seu Palmyro*" que:

*Ficou tomando conta da usina sozinho, aí quem ele punha para trabalhar não era de confiança. Começaram a roubar desde o canavial, os vendedores de cana, vendiam a mesma quantidade duas vezes. Ele não tinha mais ninguém de confiança. E para piorar, o coronel não fiscalizava mais, não andava, não ia à roça, ficava só na casa grande, na usina e assim mesmo as pessoas roubavam açúcar, álcool e pinga. A senhora acredita que roubaram até panelas, aqueles caldeirões grandes de fazer comida, roubaram até o bronze do cabeçote da moenda. Ficou sem nada coitado, e já era um velho, um velho só e pobre.* (Depoente A)

Mediante essa situação, o velho e empobrecido coronel

*Vendeu tudo por dívida* (falou alto) *estava devendo, vendeu a usina por dívida, saiu de lá sem nada, pobre, pobre e foi morar na pensão do Rubens.* (Depoente A)

## 4.2 O coronel Palmyro Paes de Barros: o moribundo assistido[30]

Em 1961, data em que entregara a Maravilha, o coronel Palmyro já contava com 70 anos de idade, um ancião pobre e só que não tinha mais tempo para recomeçar porque

> (...) a velhice passa a ser então o momento em que temos plena consciência de que o caminho não está cumprido, mas também não há mais tempo para cumpri-lo, e devemos renunciar à realização da última etapa[31].

Talvez "a realização da última etapa" do coronel Palmyro fosse entrar para a história de Mato Grosso, como um dos personagens com dois registros históricos, o primeiro o da historiografia oficial: o coronel usineiro Palmyro Paes de Barros cujo sobrenome se encontra inscrito na história oficial regional desde o tempo dos bandeirantes. Porém esse registro histórico ressalta apenas as atividades políticas e econômicas do usineiro e do político que exerceu os cargos de prefeito de Santo Antonio de Leverger, deputado estadual e de vice-governador do Estado, isto é, um dos personagens que compõe a galeria dos vencedores e das fontes escritas.

O segundo registro é o registro da memória mediado pelas lembranças ancoradas na "experiência vivida"[32] daqueles que tiveram contato direto e indireto com o coronel, ou seja, os trabalhadores e as pessoas que mantiveram relações comerciais e de amizade, isto é, o registro da "(...) história dos vencidos" que só pôde ser escrita a partir "da aquisição de

---

[30] Norbert ELIAS, *Solidão dos moribundos, seguido de Envelhecer e morrer*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
[31] Norberto BOBBIO, *O tempo da memória: De senectude e outros escritos autobiográficos*, p. 31.
[32] François BÉDARIDA, *Présent et historiographie contemparaine*, p. 157.

uma memória que não consta nos livros da história oficial"[33] do Estado de Mato Grosso. Ou ainda o registro pós-morte:

> (...) É depois da morte de alguém que a atenção dos seus se fixa com maior força sobre a sua pessoa. É então, também, que sua imagem é a menos nítida, que ela se transforma constantemente, conforme as diversas partes de sua vida que evocamos. Em realidade, nunca a imagem de um falecido se imobiliza[34].

Nesse sentido, o registro da "realização da última etapa" do coronel Palmyro, isto é, seus últimos anos vividos na pensão Santa Helena, é inédito, uma vez que os depoentes testemunharam no desenrolar de seus depoimentos suas lembranças, as quais as trazemos para o registro histórico. Como dizem, *"seu Palmyro"*, velho e moribundo, que:

> *foi perdendo tudo: o prestígio, as amizades. Aqui em Santo Antonio só o Rubens e o Pinduca continuaram seus amigos, na política acontece tudo. É triste o cara perder tudo, o coronel perdeu literalmente tudo.* (Depoente V)

Segundo os depoentes, mesmo antes da decadência, as amizades do coronel eram poucas, empobrecido, elas se tornaram restritas.

> *Ele, o coronel, não tinha grandes amizades, ele tinha poucas amizades, amizade assim não bitolada, naquela época, a política era dura, o cara era adversário mesmo, não era brincadeira. O pai de* (cita o nome) *era inimigo político de seu Palmyro. Naquela época, se fazia política o tempo todo, o coronel Palmyro era assim.* (Depoente V)

A expressão *"amizade não bitolada"* diz respeito à não interferência da divergência política nas relações comerciais entre os partidários:

---

[33] Jeanne MARIE GAGNIBIN, *Os cacos da História*, p. 67.
[34] Maurice HALBWACHS, *Memória coletiva*, p. 74.

*Meu pai tinha muita relação comercial com o coronel Palmyro, meu pai era açougueiro e padeiro. Então, havia essa transação de negócios com ele, embora eles fossem de áreas políticas adversas, meu pai era do PSD e ele era da UDN. Mas havia uma lealdade, uma sinceridade entre eles, eu era criança e várias vezes meu pai me mandava lá na Maravilha: 'fala para seu Palmyro me mandar 500 contos', sem documento, sem carta, sem nada e seu Palmyro entregava o dinheiro para eu levar para o meu pai. Mas na hora da política eram inimigos.* (Depoente S)

Pode-se afirmar, a partir do depoimento, que havia uma relação de dependência econômica entre o coronel e seu adversário político. Dependência esta que terminou quando o coronel perdeu suas posses econômicas e, por extensão, o seu prestígio junto aos políticos. Prestígio que ficara restrito aos amigos Rubens e Pinduca com suas respectivas famílias, e os antigos ex-trabalhadores: a governanta e o estafeta. De modo que ao ex-coronel restou, de acordo com as palavras de Bobbio, "(...) os afetos" da amizade "que o tempo não consumiu"[35].

O ex-contador do ex-coronel ainda hoje mantém por ele "o afeto que o tempo não consumiu".

*O coronel Palmyro, que eu conheci em 1944, quando eu tinha 24, anos era um homem muito trabalhador* (enfatizou), *um homem que não deixava uma carta sem resposta, escrevia muito, mas muito mesmo, e a letra não era boa. Algumas cartas que ele escrevia eram inelegíveis pela pressa e pela quantidade de cartas que escrevia. A primeira atividade dele todos os dias era escrever cartas* (enfatizou), *sobre várias coisas, ele tinha os amigos, os fornecedores, ele era um político, um político muito honrado, muito digno de convicções, muito coerente. Era um político atualizado dos acontecimentos, tinha um radiozinho de pilha. Toda tarde ele ouvia o Noticiário Nacional, acompanhava mesmo, era um homem muito corajoso.* (Depoente W)

[35] Norberto BOBBIO, *O tempo da memória: De senectude a outros escritos autobiográficos*, p. 32.

Mas nem sempre os destinatários conseguiam ler as cartas que o coronel lhes remetia porque eram *"inelegíveis"*

> *Eu assisti e vi um caso interessante de uma pessoa que recebeu uma carta do coronel Palmyro. Essa pessoa não tinha muita cultura, recebeu a carta e não conseguiu ler, saiu lá do sitio dele para a Maravilha, para o coronel ler a carta para ele* (riu). *Isso mostra o respeito que as pessoas tinham pelo coronel.* (Depoente W)

Pode-se ler nas entrelinhas em relação a esse *"respeito"* à pessoa do entao coronel, como já pontuamos no capítulo II, a situação de dependência em que as pessoas viviam: à mercê dos fazendeiros[36], à mercê do coronel Palmyro. Essa situação de dependência era também uma forma de "sobrevivência política"[37], própria do sistema coronelista.

Mas para o depoente:

> *O coronel Palmyro se fez credor ao longo da vida, desse respeito e especialmente dos amigos que foram amigos seus, amigos também nos tempos dificeis de solidão e pobreza.* (Depoente W)

Foram esses amigos que providenciaram junto aos políticos a aposentadoria do coronel.

> *Foram os amigos de verdade do coronel que foram atrás da aposentadoria do coronel Palmyro, ele não tinha aposentadoria, acho que jamais pensou que um dia precisaria. Então, os políticos arrumaram, mesmo porque ele havia sido prefeito e deputado. Mas a aposentadoria dele só dava para comprar os remédios. Morou na nossa pensão sem pagar, mas não foi de favor não, eu e meu marido tínhamos admiração e respeito pelo coronel Palmyro, ele morou sete anos na pensão conosco porque nossa casa era junto com a pensão, tratávamos o coronel como um membro de nossa família.* (Depoente R)

---

[36] Cf. Maria Sylvia de CARVALHO FRANCO, *Homens livres na ordem escravocrata,* São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.
[37] Marcos VINICIOS VILAÇA, Roberto CAVALCANTI ALBUQUERQUE, *Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste,* p. 44.

A *admiração e respeito* que a depoente diz ter tido e que tem pela pessoa do ex-coronel permeou todo o seu depoimento, demonstrando o que Halbwachs denomina de "memória afetiva"[38], memória afetiva esta que se revela na maneira como a depoente, seu marido e filha do casal tratavam o ex-coronel Palmyro, quer dizer, os "cuidados especiais" que lhe dispensavam:

> *Mamãe sempre recomendava para a empregada porque ela era professora: 'olha não se esqueça de dar a merenda do coronel Palmyro,às 3horass, faça suco de laranja, pegue as bolachas e dê para seu Palmyro!' E assim eram todos os dias. Um dia a empregada fazia suco de limão, outro de lima persa de que ele gostava acompanhado de bolacha, pão com cacau. Aquela época usava muito cacau. Mamãe fazia mil recomendações para a empregada que se chamava Maria com a lavagem de roupa de seu Palmyro, com os ternos de linho branco dele, aliás, toda a roupa dele era branca até os pijamas. A Maria lavava e passava com o maior cuidado.* (Depoente filha da Depoente S, Diário de campo)

Talvez esses cuidados "especiais" suavizassem um pouco a solidão do moribundo ex-coronel Palmyro que, mesmo abandonado pelos familiares e pelos amigos políticos, não ficara totalmente só, como pontua Elias:

> (...) o isolamento tácito dos velhos e dos moribundos da comunidade dos vivos, o gradual esfriamento de suas relações com pessoas a que eram afeiçoados, a separação aos seres humanos em geral, tudo lhes dava sentido e segurança. Os anos de decadência são penosos não só para quem sofre, mas também para os que são deixados sós[39].

O proprietário da pensão, segundo o depoimento de sua filha, era uma companhia constante para o seu hóspede ancião e solitário:

---

[38] Maurice HALBWAACHS, *Memória coletiva*, p. 64.
[39] Norbert, ELIAS, *A solidão dos moribundos, seguidos de Envelhecer e morrer*, p. 8.

*Meu pai dava muita atenção para ele, conversava muito com seu Palmyro, por isso eu penso que meu pai devia saber muita coisa sobre ele. Ficavam horas conversando e isso ajudou seu Palmyro se sentir à vontade e até amenizar a vergonha que sentia por não ter dinheiro para pagar pela hospedagem. Penso que no fundo seu Palmyro sentia o quanto os nossos cuidados eram verdadeiros, ele se acostumou com o seu quarto lá em casa.* (Depoente filha da Depoente S, Diário de campo)

O ex-coronel sentia afeição pela filha caçula do casal que se chamava Elza, o mesmo nome de sua filha:

*Ele adorava essa Elza, ela servia de pajem para ele.* (Depoente R)

A própria Elza diz:

*Ele se apegou muito a mim porque ele tinha uma filha chamada Elza que era o xodó dele. Eu curti bastante, ele era como se fosse um avô, eu ouvia rádio com ele, ouvíamos os capítulos das novelas da Rádio Tupi. Imagina aquela época ter um rádio que sintonizava a Tupi! Aquelas novelas de antigamente! Seu Palmyro escutava todas as notícias com o seu radiozinho de pilha.*(Depoente filha da Depoente R, Diário de campo)

Parece-nos que entre o coronel e sua filha Elza havia uma relação de ternura, ela veio a Santo Antonio e levou o pai para conhecer os netos e para passar uns tempos no Rio de Janeiro:

*Eu vi vovô Palmyro uma vez lá no Rio quando ele foi conhecer os netos, ele chegou e ficou na casa de uma irmã de minha mãe, a Elza que já morreu. Ele foi para conhecer os netos, os netos foram todos na casa de tia Elza, foram todos conhecê-lo, eu fui, lembro dele de cabelos brancos. Minha tia dizia a ele: 'esse aqui é o Mauro, esse é o Luiz, o Sodré, tal e tal, foi nessa ocasião que eu o conheci. Ele ficou no mesmo bairro que minha avó Filhinha morava, mas ela não foi lá visitá-lo, não quiseram, nem ele foi lá, nem ela veio cá.* (Depoente filho da Depoente U, Diário de Campo)

Mas o coronel ficou pouco tempo no Rio de Janeiro:

*Minha irmã Elza gostava muito do papai, providenciou para ele ir passar uns tempos no Rio, mas quem disse que o homem se acostumou no Rio, não ficou nem três meses, pediu para a filha o levar de volta. Ele ficava na janela, era um apartamento, não conhecia ninguém, ficava na janela não tinha com quem conversar, não tinha o que ver, não tinha ninguém, foi batendo uma tristeza no velho, coitado. Aí, a Elza o trouxe de volta, não houve jeito.* (Depoente U)

O depoimento nos leva a pensar que o coronel se sentira um estranho entre os filhos e netos, sentiu-se sozinho, *"não tinha com quem conversar"*, entre os seus *"não tinha ninguém"*. Nem mesmo a ternura de sua amada filha Elza fora suficiente para impedir a *"tristeza (do) velho"*.

*Pediu para a filha trazê-lo de volta para Santo Antonio.* (Depoente U)

Voltou para Santo Antonio, à pensão Santa Helena, talvez tenha voltado para os seus que a vida tinha lhe dado como família, a sua família verdadeira não era mais sua, fora revê-la, porém *"não tinha com quem conversar"*. Em Santo Antonio não ficava na janela, tinha com quem conversar:

*Ah, ele saía do quarto pegava uma cadeira colocava lá na frente da pensão ficava horas ali sentado, cumprimentava todos que passavam, muitos ficavam conversando com ele.* (Depoente R)

Entre os parentes que moravam em Cuiabá só mantinha relações com uma sobrinha por parte de sua ex-mulher que se chamava Lídia, cortara relações com os únicos parentes próximos, a filha mais velha e o genro, residentes na referida cidade.

*Quem conversava muito com ele era* (cita o nome) *uma sobrinha por parte de dona Filhinha, para* (cita o nome) *era tio Palmyro para cá, tio Palmyro para lá, foi e doutor* (*cita*

*o nome) que o levaram para a Santa Casa e cuidaram dele.* (Depoente filha da Depoente R, Diário de campo)

Já com os parentes próximos:

*Seu Palmyro sofreu muito, ele era muito magoado, dizia que no dia que ele morresse não era para avisar ninguém: esse seu* (cita o nome), *esse seu* (cita o nome), *os dois já morreram faz tempo.*(cita o nome) *era seu genro. Esses dois que não chegassem nem perto do caixão dele quando ele morresse. Esse genro ele odiava, mas a gente não sabe por que, seu Palmyro nunca falou o porque, nem para mim nem para meu marido.* (Depoente R)

A filha da depoente complementa:

*Eu me lembro, ele falava sempre para mamãe que no dia que ele morresse não era para avisar o* (cita o nome), *e se ele aparecesse no velório era para mamãe mandar chamar a polícia para tirá-lo, muita mágoa. Todas as decepções da vida que ele passou ele soube superar, mas naquele tempo dos coronéis, eles não sabiam o que era pedir perdão, desculpas. Seu Palmyro tinha ressentimento dos inimigos dele, coração duro, ele soube superar, mas não soube pedir perdão para aquelas pessoas que ele magoou, dona Filhinha, os filhos. Mas coronel era coronel e pronto, não tinha que se rebaixar para ninguém.* (Depoente filha da Depoente R, Diário de campo)

Essa exigência feita pelo coronel Palmyro de impedir que seu genro participasse de seus funerais apareceu também no depoimento do ex-trabalhador A e do ex-trabalhador W, ambos foram pessoas muito próximas do coronel. Ao indagarmos ao ex-trabalhador W a esse respeito, ele nos disse:

*Não gostaria de falar sobre esse assunto em respeito à memória de ambos, além do mais o grau de amizade que eu tinha com o coronel era muito grande.* (Depoente W)

Ao dizer isso, o depoente emocionou-se e ficou em silêncio.

Mas, segundo outra depoente, o coronel Palmyro:

*Era humilde nunca, falava de grandeza, do tempo em que era rico, era aquele velho calmo, não perturbava ninguém, tinha a hora certa de dormir. Era um velho pacífico, humano. Falavam que ele era muito severo lá na Maravilha, mas na velhice era muito humilde. Aos 76 anos, ele estava com o cabelinho branco, mas não era um velho enrugado, mas um velho bonito, aquele velhinho corado sabe, branco muito bonito. Eu estou procurando um artista assim de idade para comparar, está aí ele parecia com o papa João Paulo II, vermelho, aquele semblante, só que seu Palmyro tinha bastante cabelo. Era aquele velhinho bonito, não era um velho neurastênico.Quando ele precisava ir para Cuiabá eu o levava segurando no braço dele, deixava-o sentado no lugarzinho dele. Mas ele já tinha a poltrona dele separada. O motorista que era um parente nosso dizia: 'essa poltrona é do coronel Palmyro'. O dia em que ele não ia, outras pessoas podiam sentar-se nela, mas se ele fosse, era dele.* (Depoente filha da Depoente R, Diário de campo)

Depreende-se do depoimento que o motorista do ônibus mantinha deferência pela pessoa do já empobrecido ex-coronel, mas sempre coronel Palmyro Paes de Barros o coronel de Santo Antonio de Leverger para os ex-moradores, ex-trabalhadores. Na segunda quinzena do mês de outubro de 1967, o velho e ex-coronel deixa a Pensão Santa Helena, onde também nunca deixara de ser o coronel Palmyro, para ir para a Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, hospital que recebera vários de seus ex-trabalhadores, como já assinalamos no capítulo II, "*os ex-trabalhadores eram internados com a recomendação do coronel Palmyro Paes Barros*". Nessa data essa mesma Santa Casa recebe também o ex-coronel moribundo conduzido por sua sobrinha e seu marido, o médico que trabalhava no hospital.

(cita o nome), *que era sobrinha de dona Filha, que era casada com o doutor* (cita o nome) *e que era médico na Santa Casa, vieram buscar seu Palmyro. Foi ela que cuidou de seu Palmyro no hospital, levava roupa para ele. Ela e o marido cuidaram bem dele até ele morrer. Antes de ele ir para a Santa Casa, agradeceu-nos por tudo, e disse que talvez não voltasse mais e não voltou mesmo. Nós sentimos muito a morte dele.* (Depoente R)

Na madrugada do dia 27 de outubro de 1967, o ex-coronel Palmyro faleceu.

*O coronel Palmyro morreu de madrugada, na Santa Casa. Estava sob os cuidados do dr.* (cita o nome). *Eu e o dr.* (cita o nome) *providenciamos o translado do corpo dele para ser enterrado em Santo Antonio. Avisei também a filha dele que morava aqui em Cuiabá para que avisasse o restante da família que morava no Rio de Janeiro* (Depoente W)

E o féretro do ex-coronel Palmyro Paes de Barros fez viagem para Santo Antonio de Leverger, para ser velado na prefeitura municipal.

*O velório foi na prefeitura, foi um velório simples, ele estava vestido com o seu terninho branco. Vou falar, seu Palmyro soube viver na pobreza. Ele foi um exemplo de vida, para mim, para nossa família, porque não é fácil ser rico e depois despencar, é revoltante, mas ele nunca reclamou.* (Depoente R)

O amigo Pinduca, o senhor Pedro Alexandrino Batista, tributou-lhe o último gesto de solidariedade e de amizade, pagando-lhe a taxa de Cr$ 10,00 (dez cruzeiros), para que pudesse ser enterrado, conforme consta no talão nº 1564 no livro de registro da administração do cemitério municipal.

Póvoas registra que o governador José Fragelli, que governou o Estado de Mato Grosso, no período de 1971 a 1975 "(...) deu o nome de "Rodovia Cel. Palmyro Paes de Barros" à estrada asfaltada construída em seu governo, ligando a Capital à cidade de Santo Antonio[40].

### 4.3 As lembranças vivas da usina Maravilha

Retomaremos, no presente subitem, à questão do ressentimento que, a nosso ver, é uma das complexidades da memória.

[40] Lenine de CAMPOS PÓVOAS, *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*, p. 88.

> A memória e (res) sentimento: duas dimensões inefáveis da condição humana quando não somos induzidos ou constrangidos a expor por meio da linguagem, ou melhor, das linguagens aquilo que guardamos no mais recôndito de nosso foro íntimo[41].

Neste sentido, Zawadzki complementa que o ressentimento como dimensão "(...) todos o experimentamos durante a vida, mesmo que por breves momentos"[42]. Entretanto, o ressentimento, nos dois depoimentos que vamos analisar, ancora-se numa situação que não pode ser vista como uma experiência que as depoentes vivenciaram "por breves momentos". Mas sim uma experiência vivida por anos, "na vida-a-vida" ressentimento esse que continua vivo no "mais recôndito do foro íntimo" das depoentes.

As depoentes, ao exporem as suas lembranças "guardadas no mais recôndito de seu foro íntimo", estão expondo também o sentido doloroso dessas lembranças, as lembranças do passado vivido na usina Maravilha que era e ainda é

> *Um lugar muito triste, que até faz bem a gente não lembrar de tudo que passou, porque fica uma marca na gente. E a gente nunca esquece, nunca esquece mesmo.* (triste) (Depoente E).

A depoente ao dizer "*que até faz bem a gente não lembrar tudo que passou, porque fica uma marca na gente, e a gente nunca esquece*", está manifestando a impossibilidade de esquecer, e justamente expõe o seu ressentimento. Nesse sentido, este sentimento é "(...) o (do) homem do ressentimento rumina sua dor, sem re-agir, incapaz"[43] de se livrar do

---

[41] Stella BRESCIANI, Márcia NAXARA, (Orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*, p. 9.
[42] Paul ZAWADSKI, O ressentimento e a igualdade: contribuição para uma antropologia filosófica da democracia. In: BRESCIANI Stella, NAXARA Márcia (Orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*, p. 371.
[43] Ibid., p. 372.

"passado que não quer passar"[44], que está representado pela *"marca que fica na gente"*, que, por sua vez, se encontra cravada na sua alma.

Se pudéssemos precisar em seu depoimento a origem dessa *marca* que ficou e permanece, poderíamos dizer que a *marca* se encontra nas lembranças da infância[45], na sua realidade de criança trabalhadora da usina Maravilha, que é o "mundo", por assim dizer, de suas lembranças, uma vez que

> (...) O mundo, para a criança, não é um mundo vazio de humanos, de influências benfazejas ou malignas. Nos pontos onde essas influências se encontram e se cruzam, corresponderam talvez, no quadro de seu passado, as imagens mais distintas, porque um objeto que iluminamos nas duas faces e com duas luzes nos revela mais detalhes e se impõe mais à nossa atenção[46].

Ancorando-nos nas palavras do autor, podemos afirmar que parte das lembranças, isto é, da memória e, por extensão, do ressentimento da depoente, estão relacionados não somente com a sua infância, mas também com as de seus quatro irmãos, todas crianças trabalhadoras na usina:

> *Eu e meus quatro irmãos começamos a trabalhar muito cedo, os meninos não tinham tempo de jogar bola, não senhora, trabalhavam. Meus irmãos, esses meninos não assinavam nem o nome, agora depois de velhos que eles foram para a escola, que aprenderam a assinar nome deles. Não tiveram oportunidade, o coronel Palmyro não deu possibilidade de estudar, tinha que trabalhar. Meu irmão mais velho, esse até apanhava porque ele se escondia para não ir para o serviço, ficava cansado, juntava ponta de cana para dar para os bezerros comerem. Juntava ponta de cana o dia inteiro desde as 7horas da manhã até as 11horas, ficava cansado, então daí ele escondia, apanhava, o encarregado batia nele, batia*

[44] François DOSSÉ, *História e ciências sociais*, p. 156.
[45] Maurice HALBWACHS, *Memória coletiva*, p. 38-43.
[46] Ibid., p. 43.

*no menino a senhora precisava ver. Levava ele para o canavial, ele ia chorando coitado! Judiavam dele* (triste), *não gosto de lembrar disso, a gente já sofreu muito.* (Depoente E)

E complementa com tristeza.

*Trabalhamos tanto para não ganhar quase nada, não estudamos e não tivemos, como se diz hoje, infância. Se bem que eu e minha irmã estudamos um pouquinho, vínhamos junto com as outras crianças para a escola aqui em Santo Antonio. Mas quando ficamos mocinhas, com 11 anos, saímos da escola, só trabalhávamos, hoje estou estudando, estou fazendo o supletivo.*

O depoimento nos aponta que as lembranças da depoente "(...) é ao mesmo tempo uma lembrança de criança e uma lembrança de adulto, pois a criança se encontra (...) numa situação de adulto"[47], qual seja, a da situação de trabalho e de coação existentes na usina Maravilha, realidade que era vivenciada tanto por trabalhadores adultos quanto por trabalhadores crianças. Desse modo, de acordo com Halbwachs, podemos afirmar que as lembranças da depoente são constituídas pelo âmago da realidade que vivenciou e nele estão inseridas. E essa vivência lembrada e explicitada no decorrer do depoimento, coloca a depoente em "contato direto com o passado"[48], com o seu passado e com o passado dos demais trabalhadores da Maravilha. Esse "contato direto com o passado" possibilita-lhe a reconstituição histórica, não apenas da realidade individual que vivenciou, mas a realidade coletiva, isto é, a realidade de todas as crianças trabalhadoras e também dos adultos trabalhadores[49], uma vez que as suas "(...) lembranças se apresentam dentro desta circunscrição"[50].

---

[47] Maurice HALBWACHS, *Memória coletiva*, p. 41.
[48] Ibid., p. 39.
[49] Ibid., p. 40.
[50] Ibid., p. 40.

Acreditamos que é "dentro desta circunscrição" que o ressentimento da depoente se estende também à pessoa de sua mãe, especialmente no que se refere à interrupção dos estudos, devido à necessidade de trabalhar. Ressalte-se que a depoente tinha consciência de que precisava trabalhar para ajudar a mãe, que perdera, como já mencionamos no capítulo II, o marido, acometido de hanseníase. Mas a depoente tinha consciência também que podia estudar e trabalhar, ao mesmo tempo. Essa possibilidade era concreta, pois a mulher do coronel Palmyro até chegara a arrumar, como disse a depoente, um "*serviço*":

> *A mulher do coronel, que todos chamavam de dona Filhinha, eu não sei o nome dela, conheci por dona Filhinha, então sempre a chamei de dona Filha, ela tratava até bem a gente. Então dona Filhinha mandava levar nós no colégio aqui em Santo Antonio nesse grupo. Nós começamos a estudar nesse grupo, estudamos até um pouquinho viu? Depois a gente foi ficando uma mocinha de 10, 11 anos, dona Filhinha falou: 'precisa ir para Cuiabá para estudar, vou arrumar umas pessoas lá em Cuiabá para vocês trabalharem e estudarem'. Eu me lembro até hoje o nome da mulher, era* (cita o nome), *dona Filhinha falou: 'falei com ela, com* (cita o nome). *Ela vai colocar você na escola, você vai morar com ela. Mas mamãe não deixou, mamãe disse que não era cachorra para parir e dar os filhos para os outros, que nós iamos comer pau e pedra, mas junto dela.* (Depoente E)

A mesma depoente revelou ainda que:

> *Eu tinha muita vontade de estudar, de ir embora, uma vez arrumei até minha mala para ir embora com Leda, filha do coronel Palmyro, eu já era moça. Mamãe, no dia que eu ia embora, me prendeu dentro de casa, não deixou eu sair para ir embora. Se mamãe não tivesse me prendido nesse dia eu tinha ido embora, se tivesse ido talvez seria alguma coisa na vida.* (Depoente E)

Suspira fundo e diz, como mãe que também é:

> *Agora nós, mães de hoje, pensamos no futuro de nossos filhos, não é? Antigamente os pais e as mães não pensavam.* (Depoente E)

Conclui seu depoimento dizendo que

*Eu sempre falo para mamãe: mamãe se a senhora tivesse dado nós para as filhas de dona Filhinha, talvez a gente hoje até pudesse ajudar a senhora também. As filhas, o doutor Carlucho, todos eles queriam levar nós para a escola, porque eles nos conheciam, viram e sabiam o tanto que nós sofremos. Eu penso que eles achavam que eles deviam ajudar, mas mamãe não deixou, podia ter deixado a gente ir embora com eles, com dona Filhinha.*

Ficou em silêncio e depois disse tão baixo como se estivesse falando para si mesma,

*Mas mamãe, ela também sofreu, ela sofreu tanto. Hoje penso que ela não deixou a gente ir embora com os filhos de seu Palmyro porque tinha medo que a gente continuasse sofrendo, certamente foi por isso. Tem horas que eu fico quieta assim, falo para mim mesma: como mamãe ficou velha, assim tão rápido! Para mim pareceu tão rápido e faz tantos anos!*

Dizendo isso, de novo, ficou em silêncio batendo o dedo indicador contra o polegar como se estivesse contando os anos.

*Mas mamãe não esquece do coronel Palmyro, eu falo: mamãe, esqueça isso, mamãe, mas ela não esquece.* (Depoente E)

E a anciã de 86 anos de idade mãe da depoente, não esqueceu mesmo "(...) numa voz doce de pessoa velha, sem forçar" falou durante todo o seu depoimento "do sofrimento acumulado"[51], nos seus 36 anos de trabalho, cujo início fora no Engenho Maravilha e o fim ocorrera quando o novo proprietário a despediu da usina Maravilha.

No decorrer do depoimento, percebemos que a "voz doce" da velhinha ex-trabalhadora era de tristeza e de ressentimento, um ressentimento que é alimentado,

[51] Françoise DOLTO, Meu reconhecimento a Sophie Morgenstern. In: NASIO, Juan-David (Org.). *O silêncio em psicanálise*, p. 26.

fazendo-a viver sob "(...) a experiência passiva da amargura e do ressentimento"[52] da "vida-a-vida", de sua história de 37 anos de trabalho na usina Maravilha, de seu enfrentamento diário e direto com *o seu "Palmyro* ou com *aquele amaldiçoado"* como ainda hoje é chamado o ex-coronel Palmyro Paes de Barros.

Mas, à medida que a depoente foi expressando suas lembranças, pareceu-nos que o "*seu Palmyro, aquele amaldiçoado"*, embora morto, constitui-se uma reminiscência constante enquanto uma presença muda e hirta[53], com quem a depoente, como se costuma dizer, está sempre às turras. A atitude de estar sempre às turras com "*seu Palmyro, aquele amaldiçoado"* revela-nos o que Zawadzki nomeia de:

> A baixeza do homem do ressentimento, sua maldade "de ruminante da memória", revela-o como um homem ferido. Devorado pelo rancor, ele extrapola, mas é, sobretudo, extrapolado por uma memória intestina que o invade mesmo a contra gosto. Bem que ele gostaria de esquecer, mas a lembrança o domina. Contra a sua vontade, incessantemente sua memória lhe apresenta o passado[54].

O ressentimento da depoente, a nosso ver, inicia-se com a doença de seu marido também trabalhador da usina Maravilha, cuja função era a de Estafeta, "correio a cavalo"[55], entregando nas fazendas próximas da Maravilha as cartas que o coronel Palmyro escrevia para seus aliados políticos. Assim diz a depoente:

---

[52] Paul ZAWADZKI, O ressentimento e a igualdade: contribuição para uma antropologia filosófica da democracia. In: BRESCIANI Stella, NAXARA Márcia (Orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*, p. 372.
[53] Luis da CÂMARA CASCUDO, *História dos nossos gestos: uma pesquisa na mímica do Brasil*, p. 64.
[54] Paul, ZAWADZKI, O ressentimento e a igualdade: contribuição para uma antropologia filosófica. In: BRECIANI Stella, NAXARA Márcia (Orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*, p. 375.
[55] Aurélio Buarque de HOLANDA FERREIRA, *Dicionário*, p. 827.

*Meu marido que se chamava Armindo, era o Estafeta do coronel seu Palmyro. Vivia de uma fazenda a outra e com essa estória de vai aqui, vai ali, fazendo viagens pegou uma doença que a gente chamava de moléstia de São João. Mas minha filha* (se dirigiu a nossa pessoa), *até hoje eu não esqueço como ele gostava das crianças, como ele chorava por causa das crianças.* (Depoente F)

Então, ela nos fala sobre a doença do marido.

*Mas ele inchou, ficou dessa grossura* (fez o gesto), *ele era fininho* (magrinho), *mas inchou a perna, inchou o corpo todo. No mês de março, foi para o hospital. Seu Palmyro mentiu para mim, 'disse que ia levar ele para o hospital' e levou ele para onde ficavam as pessoas doentes de moléstia brava, deixou ele lá e veio embora.* (Depoente F)

Como já assinalamos no capítulo II, o lugar *"onde ficava as pessoas doentes de moléstia brava"* era o hospital especializado no tratamento de hanseníase, localizado na cidade de Campo Grande, atual capital do Estado de Mato Grosso do Sul. Acreditamos que a princípio a depoente pensou que o coronel havia levado seu marido para se tratar na Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, porque este era o hospital que recebia os trabalhadores da usina, por isso que disse *"que seu Palmyro mentiu"*. Parece-nos que esse desconhecimento se sustenta porque a depoente estranha o fato de não ter notícias do marido, uma vez que tanto o coronel quanto o encarregado, estavam sempre em Cuiabá, mas eles não lhes informavam sobre o estado de saúde do marido. E a depoente insiste, dizendo:

*Tinha um encarregado, que, todos os dias eu perguntava: seu* (cita o nome) *como está Armindo? Ele dizia: 'Ah! eu não tive tempo de ir lá no hospital'. Eu dizia:* (cita o nome), *eu preciso saber como está Armindo, eu preciso dele para me ajudar a criar as crianças, seis crianças para mim sozinha criar. Seu* (cita o nome) *não falava nada, só ficava me espiando.* (Depoente F)

Só tivera notícias do marido quando recebera a carta que ele lhe enviou.

*Quando foi um dia seu* (cita o nome) *chegou com uma carta de Armindo para mim. Seu Dito leu a carta para mim. Na carta, Armindo dizia para eu não ficar aborrecida, porque quando ele voltasse, ninguém podia ir a nossa casa, e que não era também para eu ficar aborrecida com as crianças, não era para deixar elas andando à toa. Mas minhas crianças já estavam trabalhando.* (Depoente F)

O marido retorna para casa sem que nem a depoente e nem o coronel Palmyro soubessem, estava irreconhecível, assustou sua mulher e seus filhos.

*Quando foi um dia Armindo chegou, mas tão feio! Ah! mas eu chorei demais de ver ele desse jeito, as crianças também choraram, ficaram todas chorando. Aí, ele deitou lá dentro e ficou quieto, ora sentado ora deitado no banco, mas não falou nada. Aí, que eu perguntei a ele, falei: E aí, como está? Ele disse: 'Eu estou quase cego'. Ele estava todo inchado, ele ficou todo manchado de preto no pescoço, no corpo inteiro.* (Depoente F)

As crianças choraram porque o pai a quem elas estavam acostumadas a esperar debaixo da grande figueira não era aquele que chegara, irreconhecível e que as fizera chorar.

*Eu me lembro de meu pai quando ele chegava do corte de lenha ou, então, da viagem, ele era Estafeta. Nossa casa era perto de uma figueira grande, uma árvore grande, a gente sentava debaixo dessa árvore e ficava esperando ele, quando ele chegava, eu dava parte da Benedita que me batia. Os outros meus irmãos também falavam: 'papai, fulano bateu em mim'. Então ele dizia: 'que não era para ninguém bater uns nos outros'. Lembro-me também quando ele ficou doente de tanto viajar, de tanto sofrimento, aí levaram ele para Campo Grande, para tratar falaram que era fogo selvagem. Lembro-me também quando ele voltou de Campo Grande, fugiu do hospital de lá.* (Depoente E)

Quando o coronel soubera que o Estafeta se encontrava na usina, a primeira providência que tomou fora proibir que os demais moradores da usina o visitassem, providência esta que feriu profundamente a mulher do Estafeta:

> *Eu falei para um compadre meu, falei: compadre dá uma chegada lá em casa para o senhor ver Armindo, para ver como ele está. Aí, ele falou para mim, aí que eu fui saber: 'A senhora sabe minha comadre que está proibido nós irmos a sua casa'. Aí eu falei, pois é, mas porque ele fez isso! Ele não era para fazer uma coisa dessa, seu Palmyro não era para fazer isso, porque se Armindo, se ele pegou essa doença o culpado é seu Palmyro. Olha, no tempo de eleição, Armindo ia para Livramento, para Poconé, andava esse mundo inteiro sozinho numa mula. Ficou doente. Seu Palmyro mandou ele se tratar, ele ficou 6 anos se tratando e não sarou, aí ele escreveu uma carta para Madalena, nossa filha, dizendo que não ia morrer longe das crianças. Veio, ninguém o conhecia. Ah! Mas depois disso, mas eu falava, mas eu falava mal de seu Palmyro.* (Depoente F)

A segunda providência que o coronel tomou fora retirar o senhor Armindo da convivência familiar e levá-lo para o setor de isolamento da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá. Retirou-o de dentro de casa, à força, como nos revela a filha.

> *O doutor Carlucho que era filho do coronel Palmyro foi buscar papai, isso eu me lembro bem viu? Papai entrou dentro de um colchão grande que tínhamos e mandou nós tamparmos ele dentro do colchão. O doutor Carlucho já sabia, foi lá com os capatazes do coronel, era seu* (cita o nome), *seu* (cita o nome), *seu* (cita o nome), *esse era o capataz mais valente, desse a gente tinha medo. Aí, eles entraram na casa de mamãe, todos procurando papai, nós ficamos chorando de pé junto à porta do lado de fora. Aí o doutor Carlucho abriu o colchão, falou: 'está aqui', pegaram ele e amarraram os braços dele para trás, ele estava todo cheio de feridas, isso eu me lembro bem. Levaram ele (*tristeza na voz) *nunca mais nós vimos nosso pai.* (Depoente E)

A terceira providência que o coronel tomou fora mandar queimar a casa da família com todos os seus pertences.

*Depois que arrancaram Armindo de dentro de casa, seu Palmyro mandou queimar minha casa, não deixou eu tirar um prato de dentro de casa, tocou fogo na casa, acabou com tudo que eu tinha. As nossas roupas o doutor Carlucho mandou ferver. Quando estava fervendo as roupas eu estava chorando de raiva e de desespero, falei para seu Palmyro: agora joga minhas crianças no tacho também. Dona Filhinha me abraçou e disse: 'Não faça isso Francisca, o que é isso?'.* (Depoente F)

Após ver sua casa transformada em cinzas, ficando com suas *"crianças"* a céu aberto não sabia o que fazer.

*Eu sei que fiquei, fiquei até meio variada, não tinha uma rede para meus filhos dormirem, não tinha um pedaço de tábua para fazer uma cama para minhas crianças.* (Depoente F)

Após a casa ter sido queimada, o coronel Palmyro encaminhou aquela trabalhadora juntamente com *"suas crianças"* para o rancho, uma espécie de república destinada aos trabalhadores solteiros que residiam na usina Maravilha. Encaminhou-a para o rancho, mas não lhe ofereceu camas, redes. Esta solução foi entendida pela depoente como provisória, emergencial porque *"suas crianças"* necessitavam de uma casa, uma vez que o coronel havia mandado queimar sua habitação e, por isso teria que providenciar outra. A depoente esperou que o coronel lhe providenciasse outra casa, como isso não acontecera, ela foi cobrá-lo.

*Aí, quando foi um dia, eu fui à casa de dona* (cita o nome), *o marido dela era gerente lá na Maravilha, contei para ela e chorei, chorei. Aí ela falou: 'você é boba vai lá na casa de seu Palmyro, esse amaldiçoado', ela também xingava ele, aí eu falei é mesmo. Cheguei lá no rancho, falei para minha filha mais velha: você faz o almoço porque eu vou falar com seu Palmyro, vou mas não sei se volto, porque ele podia me prender, prendia as pessoas, elas ficavam presas com os dois pés presos em dois buracos de pau. As crianças falaram: 'não vai mamãe, não vai'. Eu falei para elas: acha que eu vou deixar vocês dormirem no chão com carrapatos, com pulgas?* (Depoente F)

Corajosa e decidida, a depoente foi falar com "*seu Palmyro*".

*Cheguei lá e encontrei eles almoçando, seu Palmyro, quando me viu, virou as costas para mim, eu falei: boa tarde como vai o senhor. Ele disse sem graça: 'ah! você veio buscar cama para as crianças?' Eu falei: sim, senhor, porque lá no rancho está igual a bugre (índio) todos dormindo no chão. Falei, olha seu Palmyro, eu vou falar para o senhor que essas lágrimas que eu derramei Deus vai recuperar, Deus vai recuperar. O senhor fez meu marido ficar doente, mandou ele embora para morrer, o senhor mandou tocar fogo na minha casa. Falei para dona Filhinha: dona Filhinha, eles não me deixaram tirar um prato, seu Palmyro ainda não me deu nada. Dona Filhinha olhou para ele e disse: 'senhor Palmyro, o senhor não arrumou nada ainda para Francisca?' Seu Palmyro ficou sem graça, vermelho, dona Filhinha falou: 'eu vou te dar um armário, panelas, mesa, cadeira, arroz, carne, hoje mesmo a carroça vai levar tudo na sua casa. Amanhã vou à cidade comprar cobertas, roupas, sapatos e chinelos para suas crianças'. Dona Filhinha falava e seu Palmyro quieto, sem graça, vermelho, vermelho, ele era bastante branco e quando ficava envergonhado ficava vermelhinho. Dona Filhinha falou de novo: 'senhor Palmyro tem duas camas com colchão, o senhor vai mandar levar ainda hoje na casa de Francisca', olhou para mim e perguntou: 'onde você está?' Falei no rancho junto com aquela homarada, ah! Mas dona Filhinha pegou fogo (riu), mas ela ficou brava com seu Palmyro, aí, que ele ficou vermelho. Só sei que de tarde eu já tinha casa e a carroça chegou com as coisas que dona Filhinha me deu. À tardinha, dona Filhinha foi lá na casa para espiar se seu Palmyro tinha mandado mesmo. Dona Filhinha foi muito boa para mim.* (Depoente F.) (Destaques nossos)

Os trechos de depoimentos, ora longo, ora não, da ex-trabalhadora indicam a história de seu ressentimento, ressentimento este que surge quando seu marido contraiu a hanseníase, doença pela qual ela responsabiliza o coronel Palmyro, "*o senhor fez o meu marido ficar doente*". No seu entendimento, a hanseníase fora contraída devido às constantes viagens "*vivia de uma fazenda a outra e nessa estória de vai aqui vai ali, fazendo viagem pegou essa doença que a gente chamava de moléstia de São João*". Vale registrar que, a hanseníase é uma doença contagiosa, de maneira que não se pode descartar a possibilidade de que o senhor Armindo tenha sido vítima desse contágio, considerando-se

que a hanseníase, ainda hoje, consta nas estatísticas da Secretaria de Saúde como uma doença não erradicada no Estado de Mato Grosso. E por ser contagiosa é que o *"seu Palmyro"* e o *"doutor Carlucho"* destruíram a casa, móveis e objetos da depoente.

Mas, de todo modo, nos parece peculiar a depoente remeter a culpa ao coronel, sustentando as razões dessa culpabilidade: *"o senhor fez meu marido ficar doente, mandou ele embora para morrer, o senhor mandou tocar fogo na minha casa"*. É a partir dessas acusações, que podemos compreender o seu ressentimento como

> "(...) conjunto de "sentimentos" em que predomina o ódio, o desejo de vingança e, por outro lado, o sentimento, a experiência continuada da impotência, "a experiência continuamente renovada" da impotência rancorosa"[56].

Podemos, então, dizer que o ódio expresso da depoente pela pessoa do *"seu Palmyro"* se inicia com a doença de seu marido e, a partir desse fato, pareceu-nos que a depoente começa a ruminar e alimentar, com intensidade sempre crescente, esse sentimento. Esses sentidos crescentes nos pareceram perceptíveis desde a questão da internação do marido porque se sentiu enganada, *"seu Palmyro mentiu"*. No seu entendimento, o coronel não levara o senhor Armindo para o hospital, mas para um lugar *"onde se tratava de moléstia brava"*. Mas o que lhe ferira a alma fora quando seu compadre lhe revelou, que todos os moradores da usina estavam proibidos de irem à sua casa. Expressa aí sua indignação e revolta, *"não era para seu Palmyro fazer uma coisa dessa! Não era para fazer uma coisa dessa"*.

---

[56] Pierre ANSART, História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI Stella, NAXARA Márcia (Orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*, p, 18.

Parece-nos que a depoente se sentiu ferida na alma devido ao não reconhecimento, por parte do *"seu Palmyro"*, do trabalho do marido, *"que vivia viajando daqui para ali"*. Este não reconhecimento significa também injustiça, que, de acordo com Zawadki, é um outro elemento fortemente presente numa pessoa ressentida "(...) o sentimento primeiro do homem do ressentimento seria, assim, o da injustiça"[57]. Injustiça que, num primeiro momento, levou a depoente às lágrimas.

> *Chorei, como chorei meu Deus, porque na minha casa não ia ninguém, ficava todo mundo com medo de minha casa, aí, eu fiquei pensando, pois é, mas porque ele, seu Palmyro, fez isso?* (Depoente F)

O referido depoimento nos coloca diante da complexidade da memória, conforme já ressaltamos. A primeira vista, deveríamos analisá-lo sob dois aspectos. O primeiro, está aquém de nossa formação e se refere à questão do ressentimento como "a memória patológica"[58]. Visto que ninguém, em sã consciência, condenaria a atitude que o coronel Palmyro tomou de isolar o doente, impedindo que as demais pessoas fossem a sua casa, nem a de levá-lo para morrer no setor de isolamento da Santa Casa. O segundo aspecto, é que o depoimento, em sua inteireza, não nos dá indícios de que a depoente tivesse ou não consciência da gravidade da doença contraída por seu marido, a hanseníase, doença contagiosa. Porém não podemos deixar de considerar que a relação entre a depoente e a mulher do coronel era menos conflituosa do que com ele. Sob esse ponto de vista, resta-nos a pergunta: Será que *"a dona Filhinha"* nunca lhe advertira do risco que principalmente ela e *"suas crianças"* correram?

---

[57] Paul ZAWADZKI, O ressentimento e a igualdade: contribuição para uma antropologia filosófica da democracia. In: BRESCIANI Stella, NAXARA Márcia (Orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*, p. 377.
[58] Ibid., p. 377.

De todo modo, como já o fizemos anteriormente, parece-nos mais sensato reforçarmos que o ressentimento por *"seu Palmyro"* nutrido e ruminado pela depoente de maneira viva (até o momento em que efetuamos a entrevista), tivera sua origem na inter-relação dos episódios: a doença do marido, sua morte e a queima da casa com os seus pertences. São, pois, nesses episódios que estão ancoradas suas lembranças e nelas a "lembrança amarga da injustiça"[59] da qual se sentiu e se sente vítima. É, a partir desses episódios, que a depoente sinalizou seu ódio pela pessoa de *"seu Palmyro"* e começou também a exteriorizá-lo:

> *A falar mal, mas eu falava mal, mas eu falava mal de seu Palmyro! Jogava praga em seu Palmyro, amaldiçoado tomara que morra seco. Eu falava alto para ele escutar, as mulheres de lá diziam: 'não adianta Francisca, não adianta, você pode ser castigada'. Mas eu não tinha medo, eu tinha uma coragem, me dava raiva, eu ficava falando, amaldiçoado há de morrer seco.* (Depoente F)

Podemos dizer que a forma encontrada pela depoente para enfrentar o coronel fora *"falar mal dele"*, isto significava tanto enfrentá-lo, quanto demonstrar o ódio que sentia desejando que ele *"morresse seco"*. Este enfrentamento ocorrera de duas maneiras: andava armada com um canivete no bolso do vestido, prevenindo-se de qualquer confronto físico:

> *Eu andava com um canivete no bolso do vestido, queria que seu Palmyro viesse me bater, eu ia cortar a veia do pescoço daquele amaldiçoado.* (Depoente F)

A filha da depoente confirma que a mãe andava com o canivete e que o coronel tinha medo:

---

[59] Paul ZAWADSKI, O ressentimento e a igualdade: contribuição para uma antropologia filosófica. In: BRESCIANI Stella. NAXARA Márcia (Orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*, p. 376.

*Mamãe, ela andava com um canivetinho escondido no bolso do vestido. Seu Palmyro tinha medo dela. De primeiro, ela bebia viu, ela bebia e era muito perigosa mamãe* (riu), *era perigosa demais, ela enfrentava os homens. Me lembro que um dia um homem tentou arrombar nossa casa, ela escutou o barulho levantou, pegou o facão e ficou esperando ele colocar o braço para tentar abrir a porta. Ela bateu com o facão na munheca dele, minha Nossa Senhora, no outro dia tinha tanto sangue! As pessoas comentavam fulano desapareceu, certamente foi embora para Poconé, ele era de lá. Mamãe, ela fazia sucesso, ela brigava demais, mamãe brigava demais, isso eu me lembro, acho que era porque ela não tinha marido, tinha que nos defender.* (Depoente E)

O ódio da depoente nutrido pelo coronel era tão intenso que, para enfrentá-lo, aliou-se também a uma amiga, conforme suas próprias palavras.

*Eu tinha confiança em dona* (cita o nome), *ela sabia oração, eu confiava nela. Então nós duas jogávamos praga em seu Palmyro, para ele morrer seco, que era para ele pagar todo o mal que ele me fez, queimando minha casa. A senhora sabe que ele morreu na miséria?* (Depoente F)

Tinha confiança na amiga porque esta era muito valente, enfrentava os homens, o carrasco, segundo nos mostra o depoimento.

*Dona* (cita o nome) *era gorda e maluda (*valente*), enfrentava meu padrinho que era o carrasco que ia buscar as cozinheiras para trabalhar. Dona* (cita o nome) *enfrentava os homens frente a frente, saía mesmo para cima deles, bancava o machão mesmo, era por isso que o apelido dela era Antonia homem. O povo tinha medo dela, junto com mamãe então! As duas viviam jogando praga para o coronel Palmyro morrer seco, e não é que o coronel Palmyro faliu mesmo, ficou encostado aqui na casa do seu* (cita o nome), *sozinho sem os filhos. A gente ia lá ver ele, mamãe nunca foi* (riu) *a gente falava: mamãe coronel Palmyro não está muito bem, ela dizia: 'ah deixe ele, ele está cumprindo o destino dele', era só isso que ela falava.* (Depoente E)

A depoente F, ao dizer: "*ah! deixa ele, ele está cumprindo o destino dele*", a nosso ver, pode ser entendido, como se diz popularmente, "está colhendo o que plantou".

Entretanto, parece-nos também que para a depoente, "ver *seu Palmyro morrer seco, à míngua"* lhe causara satisfação, uma vez que ela almejara isso. Essa situação de miséria do coronel era como que uma resposta positiva às inúmeras pragas que ela rogara nele. Todavia, se, de um lado a vingança por *"seu Palmyro"* fora concretizada, de outro, tal situação não apaziguou o ressentimento da depoente. Esta o hostilizou até depois de morto.

> *Ele morreu de madrugada, bem cedo. O afilhado e sobrinho dele, por parte de dona Filhinha que se chamava* (cita o nome), *que já morreu, chegou aqui falando: 'Francisca, você não vai se despedir do pai velho, seu Palmyro?' Falei manda ele para o inferno. Quando foi no sétimo dia, ele veio de novo: 'Francisca, você não vai ao cemitério acender uma vela para o coronel? Eu te levo e te trago de carro, vamos?' Pensei, está bem. Fui, cheguei lá, peguei uma vela acendi, coloquei em cima da cova dele e disse: esta vela é para iluminar a entrada de seu Palmyro no inferno* (riu). (Cita o nome) *ele disse: 'você é louca'. De dona Filhinha eu não tenho o que queixar, mas de seu Palmyro!...*

*"Peguei uma vela acendi coloquei em cima da cova e disse: esta vela é para iluminar a entrada de seu Palmyro no inferno"*. Essas palavras e gestos da depoente, reforçam a intensidade de seu ressentimento, a dificuldade manifestada por ela para esquecer a injustiça sofrida. "Assim, a ferida da injustiça sentida redobra-se, para o infeliz incapaz de esquecer"[60], [re]elaborando o que viveu, no sentido de seu entendimento. Assim, permanece presa à situação de sofrimento vividos, ruminando-os, dando-lhes sempre "vida" no presente, mediante essa intensidade. E o presente esvai-se, pois, nesse aprisionamento:

> *Às vezes, tem dia que me dá uma raiva daquele amaldiçoado. Essa menina Maria, minha filha, fala: 'mamãe esquece seu Palmyro', mas eu não esqueço.*

Nesse momento, o gravador que estava em nosso colo caiu no chão e a depoente disse

[60] Paul ZAWADZKI, O ressentimento e a igualdade: contribuição para uma antropologia da democracia. In: BRESCIANI Stella, NAXARA Márcia (Orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*, p, 377.

*"ser este incidente obra do coronel"*. (Depoente F)

Atribui, mais uma vez ao ex-coronel a responsabilidade por seus tormentos, de, novo, expressa seu ressentimento.

*Olha a alma daquele amaldiçoado até hoje eu sinto raiva dele.* (Depoente F)

# CONSIDERAÇÕES FINAIS: PREÂMBULO PARA NOVOS APROFUNDAMENTOS

É deveras interessante tecer algumas considerações, por mais singelas que sejam, sobre um trabalho, quando se vivenciou diuturnamente a angustiante sensação de não conseguir concluí-lo. É também gratificante e instigante que o sentido desta conclusão esteja relacionado apenas ao término de uma etapa de formação acadêmica (doutorado) que será acrescida à nossa memória pessoal e profissional, uma vez que "a memória recolhe os incontáveis fenômenos de nossa existência em um todo unitário (...) não fosse a força unificadora da memória, nossa consciência se estilhaçaria em tantos fragmentos quantos os segundos já vividos"[1].

Foi com esse sentido de que "a memória recolhe os incontáveis fenômenos de nossa existência" de todos os seres humanos, que discutimos e analisamos a questão da relação da memória, a relação desta com a história, sobretudo no que se refere à continuidade da história das usinas de açúcar, das relações e das condições de trabalho e do coronelismo na região de Santo Antonio de Leverger depois de 1930. Continuidade esta que só pode ser documentada por meio dos depoimentos, isto é, da memória dos ex-moradores, especialmente dos ex-trabalhadores, os "camaradas," como eram denominados os trabalhadores rurais[2]. Eles, mediante suas lembranças vivas, trouxeram à tona "a memória

[1] Edwald HERING. In: SQUIREN Lary R. *Memória: da mente às moléculas, p. 13.*
[2] Lenine de CAMPOS PÓVOAS, *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*, p. 50.

subterrânea"[3], a qual revelou não apenas as relações e condições de trabalho vividas pelos trabalhadores rurais das usinas de açúcar da região anteriormente mencionada, mas as relações de trabalho de todos os trabalhadores rurais do país até o ano de 1963. Haja vista que os trabalhadores rurais até essa data, eram excluídos não apenas das "Leis do Trabalho"[4], mas também da história do país, desde a colonização.

Essas leis, não obstante sancionadas em 1935, excluíam "os trabalhadores rurais e domésticos"[5], ainda que estes últimos, no seu conjunto, se constituíssem em maior número.

A exclusão dessas categorias de trabalhadores pela própria legislação converge com o fato de que os únicos trabalhadores beneficiados com a Carteira de Trabalho Profissional, com *"a carteira assinada"*, foram os encarregados do armazém, da roça e os responsáveis pelas máquinas[6]

Ousamos então, afirmar que os depoimentos dos ex-trabalhadores podem ser considerados provas cabais em dois sentidos: o primeiro se refere ao fato de serem os trabalhadores realmente excluídos das "Leis do Trabalho", e, esse era um dos motivos que os levavam literalmente ao jugo da *"lei do coronel"*, a estarem à mercê do coronel. O segundo está relacionado ao fato de alguns dos ex-trabalhadores se sentirem injustiçados porque o direito à Carteira de Trabalho Profissional não fora estendido a eles. Este aspecto foi fortemente reiterado quando os ex-trabalhadores fizeram alusão ao recebimento de

---

[3] Michael POLLAK, Memória, esquecimento silêncio.*Estudos Históricos*, vol. 2 n. 5, p. 5.
[4] Cf. Lei n. 4.214 de março de 1963 – DOU DE 22/03/63: Maria INÊS ROSA, *A Indústria Brasileira na década de 60: As transformações nas relações de trabalho e estabilidade.* 1982. 294f. (Mestrado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. SP; José de SOUZA MARTINS, *Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.*Petrópolis RJ: Vozes, 1981; Luiz WERNECK VIANNA, *Liberalismo e sindicato no Brasil.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
[5] Maria INÊS ROSA, *A Indústria Brasileira na Década de 60: As transformações nas relações de trabalho e estabilidade.* (Dissertação Mestrado), p. 249.
[6] Cf. Lenine de CAMPOS PÓVOAS, *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso*, p. 50.

indenização no momento em que foram dispensados, como o caso de alguns trabalhadores das usinas Conceição e Maravilha.

Esse sentimento de injustiça presente em alguns depoimentos revelou a relação entre memória e justiça apontada por Paul Ricouer[7], questão que não analisamos neste trabalho, mas que será considerada em nossas próximas investigações, por entendermos que ela é de fundamental importância para a compreensão desse sentimento e, por conseguinte, da memória e da história do tempo presente, não oficial.

Na busca de aprofundamento, continuaremos a nos debruçar sobre a questão iniciada no presente trabalho, qual seja, a instigante inter-relação entre memória e história. Relação esta que desemboca na relação com o ressentimento, que se imbrica com outros dois sentimentos, o expresso pelo ódio e pela perda de melhoria, no tempo, de sua existência no trabalho e fora deste, no espaço social. Sentimentos esses que foram experimentados, vivenciados e, por vezes, manifestos em palavras e gestos por todos os seres humanos que sofreram esse tipo de jugo onde Um decide sobre suas condições de vida e de trabalho. É ainda nosso desejo realizar um estudo de aprofundamento sobre a relação entre memória e afasia assinalada por Namer[8], considerando essas relações.

---

[7] Paul RICOEUR, Le concept de responsabilité. *Esprit.* nov. 1994, *La mémoire, l'histoire, l'oubli.* Paris: Seuil, 2000.
[8] Gérard NAMER, *Mémoire et société,* Paris: Méridiens Klincksieck, 1987.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


ADAS, Melhem. *O Brasil e suas regiões geoeconômicas.* São Paulo: Moderna, 1984.

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *"Vozes no silêncio: subordinação e trabalho em Mato Grosso (1888-1930)"* Cuiabá: Editora da UFMT, 1995.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas.* Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

ANSART, Pierre. História e ressentimento. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia. (Orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível.* Campinas SP: Unicamp, 2001.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro.* São Paulo: Perspectiva, 1999.

_____. *A dignidade da política: ensaios e conferências.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

_____. *A condição humana.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

AZEVEDO, Fernando de. *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil.* Rio de Janeiro: Instituto do açúcar e do Álcool, 1948.

AZEVEDO, Berenstein de. *Arquitetura do Açúcar.* São Paulo: Nobel, 1990.

BARTLELL, C. Frederic. In: SQUIRE, Larry R. *Memória: da mente às moléculas.* Porto Alegre: Artmed, 2003.

BASTOS, Elide Rugai. *As lutas camponesas.* Petrópolis RJ: Vozes, 1984.

BÉDARIDA, François. *Histoire critique et responsabilité. Bruxeles: Ed. Complexe-IHTP/CNRS, 2003.*

BENJAMIN, Walter, *Magia e técnica: ensaios sobre literatura e história da cultura.* São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOBBIO, Norberto. *O tempo da memória: De senectude e outros escritos autobiográficos.* Rio de Janeiro: Campus, 1994.

BOBBIO, Norberto. *Diário de um século.* Rio de Janeiro: Campus, 1998.

BOSI, Éclea, *Memória e sociedade: Lembranças de Velhos.* São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social.* São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOTZ Gerard et Pollak Michael. Survivre un camp de concentration. Actes de la Recherche en Sciencie Sociales n. 41. p. 4-28. fev/1982.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia.* São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

BURSZTYN, Marcel. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste.* Petrópoles: Vozes, 1985.

BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais.* Lisboa: Editorial Presença, 1986.

BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia. (Orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível.* Campinas SP: Unicamp, 2001.

BLOCH, Marc. *Introdução à História.* Lisboa: Apartado &Publicações Europa-América: 2001.

CARONE, Edgard. *A República Liberal I: Instituições e classes sociais (1945-1964).* São Paulo: Difel, 1985.

_____. *A República Velha: Instituições e classes sociais (1889-1930).* São Paulo: Difel, 1978.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.* São Paulo: Companhia da Letras, 1990.

CASCUDO, Luis da Câmara. *Sociologia do açúcar, pesquisa e dedução.*Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1971.

_____. *História de nossos gestos: uma pesquisa na mímica do Brasil.* São Paulo: Global, 2003.

CAVALCANTI, Robson. *"As origens do coronelismo: força armada e poder local no Estado Patronal".* Recife: UFPE, Editora Universitária, 1984.

CERTAU, Michael de. *A escrita da história.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. *A invenção do cotidiano: 1 Arte de fazer.* Petrópolis RJ: Vozes, 1994.

_____. *A invenção do cotidiano: 2 Morar e cozinhar.* Petrópolis RJ: Vozes, 1996.

CORRÊA, Virgílio Filho. *História de Mato Grosso.* Rio de Janeiro: Instituto Nacional do livro, 1969.

CORRÊA, Virgílio Filho. *Monografias Cuiabanas.* Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso: 2002.

CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1889-1943),* 1891.219f. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia.* São Paulo: Brasiliense, 1989.

CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discursos e práxis dos seus* programas. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

CHAUÍ, Marilena. Janela da alma, espelho do mundo. In: NOVAES A. (Org.). *O Olhar.* Sao Paulo: Companhia das Letras, 1988.

DOSSE, François, *O império do sentido: humanização das Ciências Humanas.* Bauru, SP: EDUSC, 2003.

_____. *A História em migalhas: dos Annales à Nova História.* Bauru, SP: EDUSC, 2003.

_____. *História e ciências sociais.* Bauru, SP: ESUSC, 2004.

DOURLEN-ANSART, Michele. Ressentimento – As modalidades de seu deslocamento nas práticas revolucionárias – Reflexos sobre o uso da violência. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Marcia. (Orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível.* Campinas SP: Unicamp, 2001.

DOLTO, Françoise. Meu reconhecimento a Sophie Morgenstern. In: NASIO, Juan-David. (Orgs.). *O silêncio em psicanálise.* Campinas, SP: Papirus, 1989.

ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia.* Lisboa: Edições 70 Ltda, 1970.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. *Solidão dos moribundos, seguido de Envelhecer e morrer.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro.* Vol. I Vol. II, Porto Alegre: Globo, 1977 e 1979.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira.* Tomo II. O Brasil Republicano Livro I. Estrutura e Economia (1889-1930), São Paulo: Difel, 1979.

FELMANN, Shoshana. Educação e crise ou vicissitudes do ensinar. In: NESTROVSKI, Arthur e SILVA-Seligmann (Orgs.) *Catástrofe e representação: ensaios.* São Paulo: Escuta, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína. (Orgs). *Usos & abusos da história oral.* Rio de Janeiro: Ed. FVG, 1988.

_____, ABREU, Alzira Alves de. (Orgs.) *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral.* Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa.* Passo Fundo: EDIUPF, 1988.

FERLINI, Vera.*Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial.* Bauru, SP: EDUSC, 2003.

FERRO, Marc. *A história vigiada.* São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FERRAZ, Maria Augusta Campos. *Aricá: uma usina do Rio Abaixo.* 93f. (Monografia História). Centro de Letras e Ciências Humanas. Cuiabá, 1983.

FERREIRA, João Carlos Vicente. *Mato Grosso e seus municípios.* Cuiabá Secretária de Estado de Educação, 2001.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata.* São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

FREYRE, Gilberto, *"Agricultura da cana e a Indústria do Açúcar, Livro do Nordeste".* Recife: Ed. UFPE, s/d.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Por que um mundo todo nos detalhes do cotidiano? História e cotidiano em Walter Benjamin. *Revista U.S.P.* n. 15, p, 44-47. São Paulo: Ed. USP: set/out/nov.92.

_____. *Os cacos da História.* São Paulo: Brasiliense, 1985.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin.* São Paulo: Perspectiva, 1999.

GARBER, Klaus. Por que um mundo todo nos detalhes do cotidiano? História e cotidiano, em Walter Benjamin. *Revista USP.* n. 15, p, 39-44. São Paulo: Ed. USP: set/out/nov. 92.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita de história.* Rio de Janeiro: FVG, 2004.

GONZÁLES REY, Fernando Luis. *O social na psicologia: a emergência do sujeito.* Petrópoles, RJ: Vozes, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 1900.

HANZAN. H. The limbo People. In: THOMPSON, Paul. *História oral: a voz do passado.* Rio de janeiro: Paz e Terra, 1992.

HARTAMAN, H. Geoffrey. Holocausto, testemunho, arte e trauma. In: NESTROVSKI, Arthur e SILVA-Seligmann (Orgs.). *Catástrofe e representação: ensaios.* São Paulo: Escuta, 2000.

JANOTTI. M. Maria de Lourdes. *O coronelismo, uma política de compromissos.* Coleção Tudo é História n. 13. São Paulo: Brasiliense, 1989.

JOUTARD, Philipe. In: Le Goff. *Memória.* Enciclopédia Einardi, Volume I. História. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória.* Campinas, SP. Editora UNICAMP, 1996.

LE GOFF, Jacques. (Org.). *A nova história.* Lisboa: Edições 70, 1977.

LISPECTOR, Clarice. *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres.* Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LISPECTOR, Clarice. *A paixão segundo G.H.* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

MAGALHÃES, Basílio de. In: LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.* Petrópolis RJ: Vozes, 1981.

_____. *A militarização da questão agrária no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. O significado da criação da comissão pastoral da terra na história social e contemporânea no Brasil. In: *Secretariado nacional da CPT. A luta pela Terra. A Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois.* Goiânia: Paulus, 1997.

MEDINA, Cremilda de Araújo. *Entrevista, o diálogo possível.* São Paulo: Ática, 2000.

MENDONÇA, Rubens de. *História do comércio de Mato Grosso.* Goiânia: Ed. Rio Bonito, 1974.

_____. *História de Mato Grosso.* Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico, 1967.

NAMER, Gerard. *Mémoire et sociéte.* Paris: Klinksieck, 1987.

NAQUEL, Pierre Vidal. *Les assassins de la mémoire.* Paris: Édition La Découverte, 1987.

NASIO, Juan-David. (Orgs.). *O silêncio em psicanálise.* Campinas, SP: Papirus, 1989.

NESTROVSKI, Arthur e SILVA-Seligmann (Orgs.). *Catástrofe e representação: ensaios.* São Paulo: Escuta, 2000.

NEVES, Maria Manuela Renha Novis. *Leões e Raposas: na política de Mato Grosso (até 1987).* Rio de Janeiro, Mariela Editora, 2001.

NEVES, Maria Manuela Renha Novis. Relatos Políticos (entrevistas: memória divisionista –MT). Rio de Janeiro: Mariela Editora, 2001.

NOVAES, Adauto. *Tempo e História.* São Paulo: Companhia das Letras Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

NOVAES, A. (Org.). *O olhar.* São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias 1889-1943.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PELLANDA Nize Maria Campos, PELLANDA Ernesto Cabral (Orgs.). *Psicanálise hoje: uma revolução do olhar.* Petrópolis RJ: Vozes, 1996.

PIETRAFESA de Godoi, Emília. *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

PIRES, Fernando Tasso Fragoso. *Antigos engenhos de açúcar no Brasil.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

POLLAK, Michael *Memória, esquecimento, silêncio.* Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol.2. n. 5 1989. p.3-15.

_____. *Memória e identidade social.* Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 5. n. 10. 1992. p. 200-215.

_____. Pour un inventaire. *Cahier-IHTP, n. 21, p. 5-9, nov./1992.*

_____. La gestion de l'indicible. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales,* n. 62-63, p. 30-53, juin 1986.

_____. et HEINICH, Natalie. Le témoignage. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales,* n. 62-63, p. 3-29, juin 1986.

PÓVOAS, Lenine de Campos. *O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso.* Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico, 1983.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na política brasileira.* São Paulo: Difel, 1975.

RAPHAEL, Freddy. Le travail de la mémoire et les limites de l'histoire orale. *Annales* n. 1, p. 127-144, janv./févr./1980.

REIS, José Carlos. *Tempo história e evasão.* Campinas, SP: Papirus, 1994.

ROSA, Maria Inês. *Trabalho, Subjetividade e Poder.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Letras & Letras, 1994.

_____. *Usos de Si e Testemunhos de Trabalhadores. Com Estudo Crítico da Sociologia Industrial e da Reestruração Produtiva.* São Paulo: Letras &Letras, 2004.

_____. *A Indústria Brasileira na década de 60: As transformações nas relações de trabalho e estabilidade.* 1982. 294f. (Mestrado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, SP.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos & Abusos da história oral.* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1988.

_____. L'Historien, Lieu de Mémoire hommage à Paxton. In: La France de Sous Vichy autour de Robert O. Paxton (Orgs.). FISHMAN, Downs, Laura Lee, SINANOGLOV, Ioannis, SMITH, Leonard. V. ZARETSKY Robert. Bruxeles: Ed. Complexe-IHTP/CNRS, 2004.

_____. "Vichy, le grand fosse". Reveu d'histoire, p. 55-75, janvier-mars, 1985.

SEIXAS, Jacy Alves de. Recursos de memórias em terras de História: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia. (Orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível.* Campinas SP: Unicamp, 2001.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo.* São Paulo: Malheiro Editores, 1994.

SILVA, Pitaluga Costa e. *Os governantes de Mato Grosso.* Cuiabá Arquivo Público de Mato Grosso, 1993.

SQUIRE, LARRY R. *Memória: da mente às moléculas.* Porto Alegre: ARTMED, 2003.

SIQUEIRA, Elizabeth, Madureira. *A ocupação Pioneira da Região do Rio Abaixo.* Cuiabá: Instituro Histórico e Geográfico, 1977.

_____. *História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais.* Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SOUZA, Antônio Fernandes de. *Antônio Paes de Barros e a política de Mato Grosso.* São Paulo, Gráfica Cinelandia Ltda, 1958.

SOUSA, Gabriel Soares. *Notícias do Brasil.* São Paulo: Livraria Martins, 1851.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIANA, Luis Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VILAÇA, Marcos Vinicios, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. *Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

V.V. AA. *Trabalho escravo no Brasil Contemporâneo.* São Paulo: Loyola, 1999.

YRUSHALMI, Yosef Hayim. *Zakhor: história judaica e memória judaica.* Rio de Janeiro: Imago Ed. 1992.

ZAWADSKI, Paul. O ressentimento e a igualdade: contribuições para uma antropologia filosófica da democracia. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Marcia. (Orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível.* Campinas SP: Unicamp, 2001.

**Outras Fontes**

Brasil. [Leis etc] *Constituição Federal, Consolidação das Leis do Trabalho, Legislação Previdenciária, Código de processo cível (excertos), Profissões regulamentadas: legislação complementar, súmulas.* Barueri SP: Manole, 2004.

Lei n. 4.214 de 2 de março de 1963. DOU de 22/03/63.

Mapa do Estado de Mato Grosso, 1923.

Mapa do Brasil: Divisão Regional, 1942.

Mapa Turístico Prefeitura Municipal de Santo Antonio de Leverger, 1998.

Telegrama 44 off. Cel. Antonino Interventor Federal ao Exmo. Snr. Oswaldo Aranha, Ministro do Interior e Justiça. Cuyabá, 26.01.1931. Cx. 1931 ArMT.

Off. n. 53 do Cel. Antonino Interventor Federal ao Presidente Getúlio Vargas. Cuyabá, 29 de janeiro de 1931. Cx. 1931. ArMT.

**Fontes Orais**

NDHIR/UFMT (Núcleo de Informação e Documentação Histórica Regional Universidade Federal de Mato Grosso):

Fita número 14 NDHIR/UFMT.

Fita número 25 NDHIR/UFMT.

Fita número 90 NDHIR/UFMT.

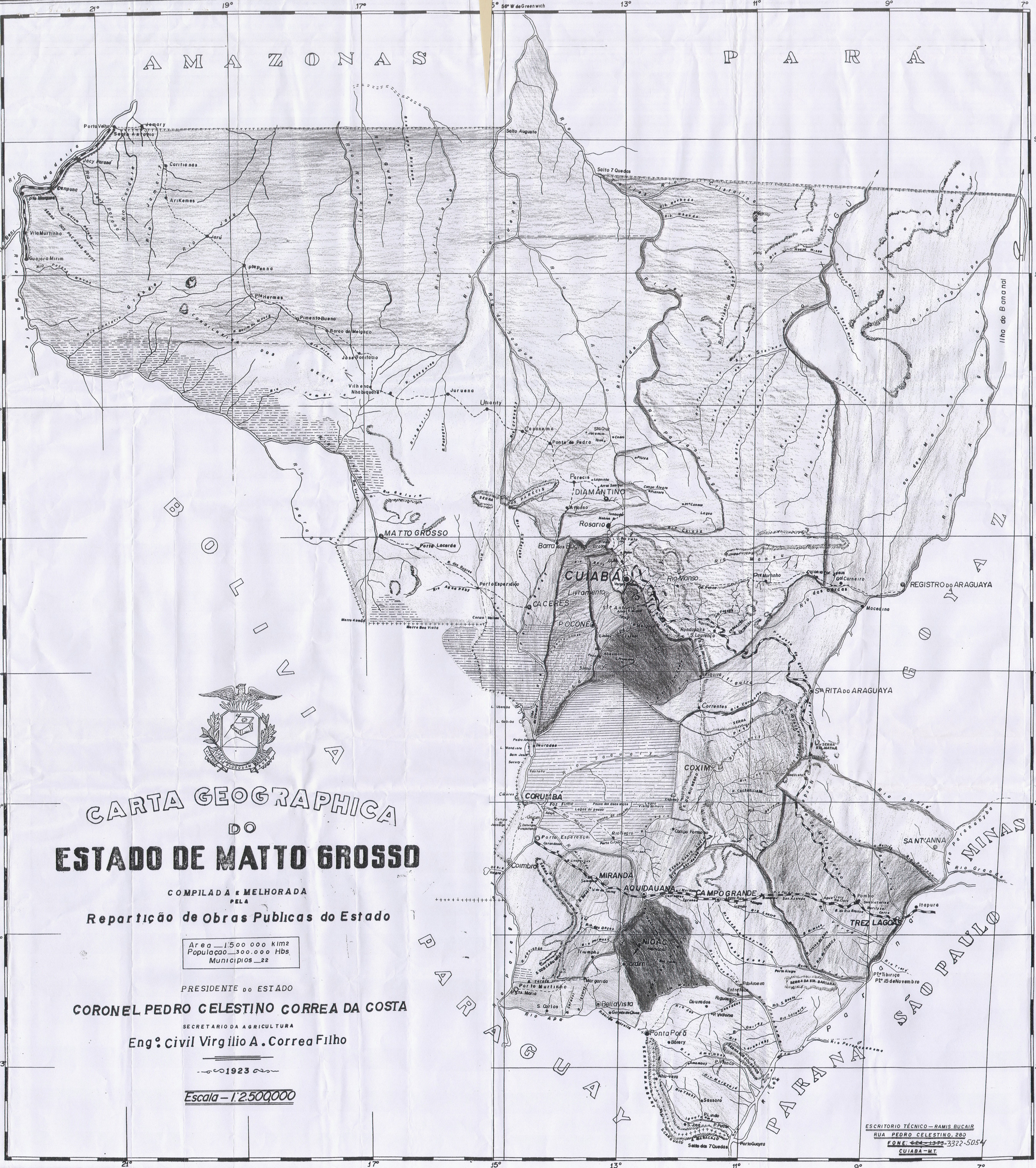
Fita número 117 NDHIR/UFMT.

Fita número 120 NDHIR/UFMT.

# ANEXO

BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO
UNICAMP

# Mapa do Estado de Mato Grosso, 1923


AMAZONAS
PARÁ
BOLIVIA
PARAGUAY
MINAS
SÃO PAULO
CARTA GEOGRAPHICA
DO
ESTADO DE MATTO GROSSO
COMPILADA E MELHORADA
PELA
Repartição de Obras Publicas do Estado
Area — 1.500 000 km2
População — 300.000 Hbs
Municipios — 22
PRESIDENTE DO ESTADO
CORONEL PEDRO CELESTINO CORREA DA COSTA
SECRETARIO DA AGRICULTURA
Eng.º Civil Virgilio A. Correa Filho
1923
Escala — 1:2.500.000
MATTO GROSSO
CUIABÁ
CACERES
CORUMBÁ
COXIM
DIAMANTINO
Rosario
Rio Manso
REGISTRO DO ARAGUAYA
STA RITA DO ARAGUAYA
AQUIDAUANA
MIRANDA
CAMPO GRANDE
TREZ LAGOAS
NIOAC
Porto Murtinho
Ponta Porã
Salto Augusto
Salto 7 Quedas
Porto Velho
Vila Murtinho
Guajara Mirim
Jaru
Ariquemes
Pimento Bueno
Vilhena
Juruena
Utiarity
Cacanema
Ponte de Pedro
Parecis
Rosario
Barra dos Bugres
Porto Esperidião
Corumbá
Coimbra
Porto Esperança
Campo Formoso
Correntes
Dourados
Bella Vista
Ponta Porã
Sassoro
Salto das 7 Quedas
Porto Guayra
Macedina
Ilha do Bananal
ESCRITORIO TÉCNICO — RAMIS BUCAIR
RUA PEDRO CELESTINO, 280
FONE: ~~624-1373~~ 3322-5054
CUIABA — M.T.